



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Instituto de Economia

ITU E ARARITAGUABA NA ROTA DAS MONÇÕES  
(1718 A 1838)

Silvana Alves de Godoy

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Instituto de Economia da UNICAMP  
para obtenção do título de Mestre em  
História Econômica, sob a orientação da  
Profa. Dra. Lígia Maria Osório Silva.

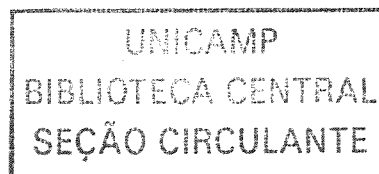
*Este exemplar corresponde ao original da  
dissertação defendida por Silvana Alves de  
Godoy em 12/08/2002 e orientada pela  
Profa. Dra. Lígia Maria Osório Silva.*

CPG, 12/08/2002

A handwritten signature in black ink, reading "Lígia Maria Osório Silva", written over a horizontal line.

Campinas, 2002

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL



UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	T/UNICAMP 6548i
V	EX
TOMBO BC/	53157
PROC.	124103
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	16/04/03
Nº CPD	

CM001B1404-2

1B 1D 2345 6

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

G548i

Godoy, Silvana Alves de.  
Itu e Araritaguaba na rota das monções (1718-1828) / Silvana  
Alves de Godoy. -- Campinas, SP : [s.n.], 2002.

Orientador: Ligia Maria Osorio Silva.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campi-  
nas. Instituto de Economia.

1. Monções – Itu (SP). 2. Monções – Araritaguaba (SP). 3.  
Brasil – Historia – (1718-1838). I. Silva, Ligia Maria Osorio. II.  
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III.  
Título.

### *Agradecimentos*

Este estudo não teria sido possível sem a colaboração de pessoas e instituições. É motivo de orgulho para o Estado de São Paulo possuir uma agência de fomento à pesquisa como a Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), instituição à qual somos gratos pela Bolsa de Mestrado concedida. Tivemos o prazer de poder contar com o auxílio do assessor científico da FAPESP, que acompanhou todos os processos deste trabalho, lendo atentamente os relatórios, polemizando, apontando caminhos, indicando fontes. Seus pareceres foram fundamentais para alguns dos rumos que tomaram esse trabalho. Muito obrigado.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, por cursos oferecidos que colaboram para nossa formação e pesquisa. Aos funcionários Alberto e Cida pela eficiência e gentileza no trato para com os alunos. Aos alunos deste programa, especialmente à Vera Alves Cepêda, Éder Martins e Domingos Sávio da Cunha Garcia, queremos deixar um agradecimento por terem dividido as angústias que um trabalho acadêmico comporta.

Funcionários de instituições públicas de pesquisa e guarda da memória também ajudaram na elaboração desta dissertação. No Arquivo do Estado de São Paulo, agradecemos aos funcionários Emerson e Renata que muito facilitaram os trabalhos de pesquisa. No Centro de Documentação e Informação Científica Casemiro dos Reis Filho (CEDIC), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, agradecemos a Emerson e Rodrigo. Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, os agradecimentos a Secção de Documentos Raros, cujos funcionários não mediram esforços em localizar um documento fundamental para este estudo, num momento que já havíamos desistido de encontrá-lo.

No Museu Republicano Convenção de Itu, os agradecimentos se dirigem a Jonas Soares de Souza, Anicleide Zequini, Cristina Monteiro Tasca e Ronaldo Mendonça Silva, que, de longa data, cada um à sua maneira, caminharam conosco nas *estradas móveis* de Ararituaba a Cuiabá.

Ao professor Carlos Gabriel Guimarães da Universidade Federal Fluminense fica um registro especial. A seriedade e a competência acadêmica, aliadas ao cuidado, preocupação e atenção que tem para com seus alunos, fazem dele mais que um professor, um mestre. Muitíssimo obrigado.

À professora Lilia Medrano Zanotti, que nos iniciou nos passos da pesquisa histórica, em 1995, quando éramos alunos de graduação. A ela, bem como ao professor José Jobson de Arruda, somos gratos por integrar a banca da qualificação contribuindo com suas críticas e sugestões.

À professora Lígia Osório Silva, por confiar no nosso trabalho, dando sugestões importantes, mas nos deixando livres para expressarmos nosso pensamento. Além disso, sempre foi solícita em nos atender. Muito obrigado.

A Cintia Reginaldo Soares e Eduardo Cavalcante, agradecemos a inestimável ajuda e paciência na digitação e coleta de parte dos dados utilizados nesta pesquisa.

Aos amigos Diomário, Cauê, Andréia, Ana Maria, Dayse, Flávio, Paulo Eugênio, Tiago, Cacá, Cândida, Jorginho, Mirna, Romeu, Poliana, Silvia Helena, Ricardo, Maria Cristina, Cláudia, Alessandra, Rogéria, Raúl, Gláucia, Paulão, Dimas, Joice, Soninho, Flavinha, Josemir, Silvia, Marcos, Leandro, Evandro, Sandrinha, Alexandra, Maurinho, Maristela, Mário, Isabel, Rosilene, Tander, Tatiana, Marquito, Roxane, Rosemary, Julinha, D. Irene, Vanda Eduardo e Sr. Zé. A todos, agradecemos por compreenderem a nossa ausência de seu convívio social. À Jane, Denise, Sérgio e Márcio que tivemos o prazer de conhecer recentemente, e tornaram-se grandes amigos e à Vera, desde os tempos de graduação na Puccamp, um sincero obrigado pelas palavras de incentivo.

À Aurora Pansani que nos acompanhou durante anos, incentivando nos a enveredar pelos caminhos da pesquisa. Aos professores do *velho* “Cláudio Ribeiro”, responsáveis pelo ensino das *primeiras letras*, obrigado.

À nossa família, agradecimentos especiais. A Alcides Paulo Barbosa que nos ajudou com os mapas e figuras. Ao meu padrasto, Sr. Norberto, pelo carinho e apoio de sempre. Aos sobrinhos Laura, Luisa, Arthur, Simone e Ana Clara, que através de suas traquinagens mostram que a vida sempre pode ter um colorido diferente, mais alegre. Aos sogros, Naldo e Maria Luiza, e cunhados, Reinaldo e Gisela.

À mana, Suzel, de quem recebemos palavras de estímulo que surpreenderam, além do suporte financeiro quando o dinheiro foi escasso. Ao saudoso irmão Ariovaldo, que infelizmente não teve tempo de ver esse trabalho concluído. Jamais esqueceremos suas palavras de “boa sorte”! À mamãe, Maria Aparecida, que sempre apoiou e incentivou. Ao papai, Aparecido Alves de Godoy, *in memoriam*, por ter-nos despertado o gosto pela leitura, e por ter sempre ensinado o quão o conhecimento é importante na vida do ser humano.

Não existem palavras que possam traduzir a gratidão e a dívida para com Roberto Guedes Ferreira, com quem, além de trabalhos acadêmicos, dividimos a vida. Amigo e companheiro, esteve presente em cada minuto desta jornada com sua generosidade, paciência e sabedoria, lendo e discutindo conosco cada parte deste trabalho, além de nos socorrer nos momentos que as planilhas do Excell teimavam em sumir da tela do computador. O seu apoio contribuiu para tornar esta jornada menos solitária e estafante. Aliás, o seu sorriso e o seu prazer de viver inundam a nossa vida de sentido e alegria. A você e aos familiares este trabalho é dedicado.

## SUMÁRIO

***Introdução***, p. 1

### ***Capítulo 1***

***A capitania de São Paulo e o ouro: uma questão controversa***

1.1. O ouro e as imagens de despovoamento e decadência da capitania de São Paulo, p. 6

1.2 O ouro e a imagem da capitania de São Paulo abastecendo regiões mineradora, p. 9

### ***Capítulo 2***

***A ocupação do planalto paulista e o povoado do Itu-Guaçú***

2.1 Uma trajetória: a família Fernandes e o povoamento do planalto paulista, p. 36

2.2 A família Fernandes aporta em Itu, p. 49

2.3 Itu e Ararituaguaba: século XVII e inícios do século XVIII, p. 51

2.4 Senhores e índios: uma relação ambígua, p. 67

### ***Capítulo 3***

***Caminho das monções: desventuras e aprendizado***

3.1 Dos negros da terra à descoberta do metal precioso, p.74

3.2 O (des) caminho das monções, p. 76

3.2.1. Perigos da viagem, p. 81

3.2.2. Alimentos e complementos consumidos durante as expedições, p. 104

### ***Capítulo 4***

***Itu, Ararituaguaba e o comércio das monções, 112***

4.1. Abastecendo as frotas, p. 120

4.2 Canoas, remos, e seus construtores, p.147

4.3 A tripulação monçoeira: guias, proeiros e remeiros, 152

4.4 O comércio das monções e seus beneficiários, p. 162

4.5 A arrecadação de impostos e as fronteiras, p 163

4.6 As intrincadas redes comerciais, p 171

4.7 A concorrência de outras rotas e a decadência das monções, p. 203

***Palavras Finais***, p. 211

**Fontes e Bibliografia**, p. 215

**Anexos**, p.230

# ***INTRODUÇÃO***

## *Introdução*

Em 1718, partindo de Sorocaba rumo ao sertão em busca de indígenas, a bandeira de Pascoal Moreira Cabral descobriu ouro junto à barra dos rios Coxipó-Mirim. Pouco tempo depois, em 1722, foram encontradas, por um outro sorocabano, Miguel Sutil, as minas de ouro de Cuiabá. A difusão da notícia da descoberta dessas minas fez com que inúmeras pessoas para lá se dirigissem. Ao mesmo tempo em que a descoberta das minas de Coxipó-Mirim e de Cuiabá ampliou os horizontes dos que se lançaram à busca do precioso metal, também ocasionou alguns problemas, sobretudo o abastecimento dos que para elas se dirigiram.

Não tardou para que esse novo mercado colonial fosse o mote para o início das longas expedições fluviais denominadas Monções. Se o apresamento de indígenas foi o vetor principal no qual os paulistas se lançaram sertão adentro como demonstra a recente historiografia, foi a descoberta das minas de Coxipó-Mirim e de Cuiabá que deu início a um novo mercado colonial, já que o descobrimento das minas do Coxipó-Mirim marcou “o ponto de partida para a história das monções”<sup>1</sup>.

As monções eram “expedições fluviais povoadoras e comerciais (...) nas quais predominaram os filhos de Itu<sup>2</sup> e Sorocaba. Partiam de Araritaguaba, navegando pelo Tietê e pela rede de afluentes do Paraná e do Paraguai até ao Cuiabá”<sup>3</sup>. A duração das viagens entre Araritaguaba e Cuiabá era de pelo menos cinco meses, e realizava-se principalmente entre março e abril, podendo se prolongar até o mês de junho, desde “que não ultrapassasse o São João”. Este era o período das *cheias* dos rios, favorecendo assim sua navegação. As maiores embarcações comportavam até trezentas ou quatrocentas arrobas de mercadorias, desde aquelas destinadas às “necessidades imediatas da vida” até as que ostentavam certo “luxo”, como o sal e fazendas de seda para solenidades. Nas frotas de comércio, que podiam abranger “trezentas a quatrocentas canoas - ia o bastante para que não morressem de fome os

---

<sup>1</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e Fronteiras. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 135.

<sup>2</sup> A localidade de Itu é referida nas fontes primárias consultadas como “Utu-Guaçu”, Utu-Guassu”, “Outú”, “Ytu”. “Útu”, “Ituguassú”, “Ytuguassú”, “Ituguaçu”, Itu-guaçu, “Ytuguaçu”, ou, simplesmente, “Itu”.

<sup>3</sup> ELLIS, Myriam, “As bandeiras na expansão geográfica do Brasil” in HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963, Tomo I, vol. 1. p. 295.



moradores do Cuiabá, e depois os de Vila Bela e de outras localidades nascidas da expansão cuiabana e na medida em que se empobreciam as antigas jazidas”<sup>4</sup>.

O trajeto era formado pelos rios Tietê, Grande, Pardo, Camapoã, Cochim, Taquari, Paraguai, Porrudos e Cuiabá, nos quais cachoeiras viravam canoas, ataques indígenas e outros empecilhos podiam causar a morte de tripulantes e passageiros. Porém, apesar de tudo isso, o comércio das monções perdurou ao longo de quase todo o século XVIII e inícios da centúria seguinte. Atravessar tal percurso requeria uma base de apoio crucial para as expedições.

Por sua localização geográfica, a vila de Itu, e sua freguesia denominada Ararituaba (atual Porto Feliz), onde estava localizado o porto de embarque, forneceram as bases para as partidas das embarcações. Assim, ao iniciar-se a rota das monções, Itu e Ararituaba passaram a estar diretamente vinculadas ao caminho fluvial. Quando os homens retornavam das minas, “Ararituaba, pobre e quieta, tornava-se por alguns dias cheia de movimento e rica, o ouro [corria] como dinheiro, e dos que [chegavam] todos [queriam] ostentar mais riqueza”<sup>5</sup>. Durante praticamente cem anos, canoas, pilotos, proeiros, remeiros e comerciantes estiveram presentes nos rios que ligam Ararituaba e Cuiabá. As variadas profissões e formas de comércio existentes em Ararituaba e Itu não só ofereciam suporte às expedições, como também alimentavam um intenso comércio com os moradores das Minas de Cuiabá<sup>6</sup>.

Podemos assim perceber que a vida dos habitantes e o desenvolvimento de Itu e Ararituaba estiveram profundamente ligados ao abastecimento das minas de Cuiabá através das Monções. Os elos e as formas de participação de Itu e Ararituaba com a rota das monções constituem o objeto deste estudo, e seu objetivo é compreender como e quais os possíveis ganhos que a rota propiciou aos moradores da vila. O corte cronológico adotado para este projeto abarca o período compreendido entre 1718 e 1838. Isto porque, em 1718, com a descoberta das minas auríferas de Coxipó Mirim, iniciam-se as monções, findando por volta de 1838, quando ocorreram as últimas expedições<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1994, *op.cit.*, pp. 138 e 147.

<sup>5</sup> NARDY FILHO, Francisco. “Monções” In: Jonas Soares de Souza (Org.) Ararituaba. Porto Feliz. São Paulo: Canton, 1979, p.52.

<sup>6</sup> ROSSI, Anicleide Zequini. “A História nos Arquivos Cartorários”. In: Boletim do Centro de Memória Unicmap. Campinas: v.6, n. 12, jul/dez. 1994, p.33

<sup>7</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1994, *op.cit.*, p. 151. A partir de 1803, os maços de população da vila de Itu não mencionam ocupações relacionadas às monções, ao passo que as listas de Porto Feliz de 1836 fazem registro somente

Para a realização deste trabalho lançamos mão de um corpo variado de fontes, constituído por inventários *post-mortem*, testamentos, listas nominativas de habitantes das vilas de Itu e Porto Feliz, processos judiciais, relatos de viajantes, cronistas, ordenanças, bandos, portarias, relação de impostos pagos pelos colonos. A forma de utilização das fontes será especificada ao longo do texto. Ressaltamos, porém, que os nomes dos membros de famílias, para a análise de trajetórias familiares, foram cruciais para a pesquisa, para o que nos baseamos nos ensinamentos de Ginzburg. Além disso, quando necessário, lançamos mão de recursos quantitativos.<sup>8</sup>

Este trabalho foi dividido em quatro capítulos. No **Capítulo I**, analisamos como parte da historiografia abordou a relação entre a capitania de São Paulo e o período da descoberta de minas auríferas, ressaltando as questões do despovoamento e o papel da capitania paulista no abastecimento das minas. No **Capítulo II**, tratamos da formação da vila de Itu, destacando sua consolidação a partir de seu envolvimento com as bandeiras de apresamento indígena, o que contribuiu para a formação de uma estrutura agrária capaz de atender os viajantes que transitavam. Dessa forma, Itu constituiu-se em uma base para expedições preadoras de indígenas no século XVII. Servindo-se desta estrutura, foi possível, posteriormente, direcioná-la para o comércio das monções. No **Capítulo III**, ressaltamos o processo de descoberta das minas de Cuiabá como decorrente da busca de indígenas no sertão. *Pari passu*, destacamos o trajeto próprio das monções, no qual os viajantes enfrentaram os riscos da viagem, e a insuficiência da caça e da pesca ao longo do percurso, tornando-os dependentes das provisões adquiridas em Itu e Ararituaba, sem as quais as monções não teriam sido possíveis. No **Capítulo IV**, abordamos as formas de participação dos moradores de Itu e Ararituaba na rota das monções, quer produzindo mantimentos para os viajantes em sua longa jornada, quer construindo canoas, remos, fornecendo tripulantes para as expedições etc., sem esquecer, evidentemente, das atividades comerciais praticadas por moradores naquelas minas.

---

duas ocupações monçoeriras, e na lista de 1846 não há nenhum registro. Portanto, é muito provável que na terceira década do oitocentos o comércio monçoeiro já tenha sido extinto.

<sup>8</sup> Para a análise de trajetórias familiares, o cruzamento de nomes foi fundamental como recurso de pesquisa, já que “fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue o indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome”. GINZBURG, Carlo. “O nome e o como” in A micro-história e outros ensaios. Lisboa: DIFEL, 1991, pp. 169-178.

***CAPÍTULO I***  
***A capitania de São Paulo e o ouro:***  
***uma questão controversa***

### 1.1) *O ouro e as imagens de despovoamento e decadência da capitania paulista*

“O ouro de Cuiabá (...) A fome por esse ouro endoidecera os paulistas. Com que furor meteram-se eles ao trabalho! (...) Ah, o delírio das riquezas! Os sertanejos, alucinados por aquela febre, tinham corpo e alma voltados só para as catas. Ninguém pensava em abrir roças. A imprevidência causava espanto. Nas bruacas, contudo, os mantimentos não eram muitos. Foram se consumindo. Escassearam. Já não havia mais feijão. Nem farinha. Nem sal. Entre aqueles homens ricos, mas famintos, iria, certamente, desenrolar-se horrenda tragédia. Iria desenrolar-se, sim, caso um deus bom, um deus protetor e amigo não estivesse a velar, risonhamente, pelo destino extraordinário daquele paulista. De que jeito?

Certa manhã, vêem os peões, com grandes alegrias, lá em baixo, na volta do rio, apontar a proa de um batelão. E logo outro. E mais outro. E outro ainda ... Que é aquilo? Rompe, de todas as bocas, um grito festivo: Monção !”<sup>9</sup>

Em *O Ouro de Cuiabá*, Paulo Setúbal trata das descobertas das minas pelos paulistas, relatando o fascínio que as regiões auríferas exerciam sobre as populações, as dificuldades vividas no sertão — um cotidiano marcado por ataques indígenas, fomes e doenças — e, também, as fortunas que alguns conseguiram amealhar. Embora o episódio tenha sido visto com *olhos de romancista*<sup>10</sup>, a obra traz à tona diversas imagens elaboradas e cristalizadas para a capitania de São Paulo após a descoberta do ouro – o despovoamento, a decadência e o papel da capitania paulista como abastecedora das regiões mineiras<sup>11</sup>. Idéias que se fazem presentes em cronistas e viajantes de época, bem como em clássicos da historiografia brasileira.

Em inícios do século XIX, ao retratar os efeitos do descobrimento do ouro sobre a população paulista, o viajante francês Saint-Hilaire afirmou que a partir dos primeiros achados na região das Minas Gerais inúmeros “grupos de homens de todas as idades e de todas as condições [deixaram] São Paulo e as cidades vizinhas em busca do ouro”. Fenômeno semelhante ocorreu por ocasião das descobertas de veios auríferos em Cuiabá, pois “todo

<sup>9</sup> SETÚBAL, Paulo. *O ouro de Cuiabá*. São Paulo: Livraria Carlos Pereira Editora. s/d. pp. 49 e 51. O autor possui diversos outros romances sobre episódios da história paulista, entre eles: *A bandeira de Fernão Dias*; *Os irmãos Leme*, *O sonho das Esmeraldas* e *El Dorado* que trata da descoberta do ouro nas Minas Gerais.

<sup>10</sup> *Idem*, p. 5.

<sup>11</sup> Sobre o assunto cf BLAJ, Ilana. *A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial. (1671-1721)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995, Tese de Doutorado, pp. 186, 194.

mundo, moços e velhos, desejou partir para essas terras que acenavam com tantas riquezas”. A fama das riquezas em Goiás “não tardou a atrair para lá bandos de aventureiros, que fundaram numerosos povoados”<sup>12</sup>. Segundo o viajante francês, o despovoamento gerou o abandono da lavoura, pois “à falta de braços, as terras ficavam sem cultivo e os rebanhos entregues à própria sorte. As propriedades se desmanchavam em ruínas”. A decadência da capitania era de tal ordem que levou o governador a afirmar em 1737 que São Paulo não passava de uma “‘bela moça sem dote’ ”<sup>13</sup>.

Em 1782, Marcelino Pereira Cleto também discorreu sobre o tema em sua obra *Dissertação sobre a capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la*. Sua intenção era diagnosticar os males e as razões da decadência que a seu ver a capitania de São Paulo vivia, e ao mesmo tempo visava apontar caminhos que levassem à sua recuperação. Em sua avaliação, a capitania, embora fosse a mais antiga da América — e o seu povo “o que melhor tem servido a sua Majestade; porque à custa da própria fazenda descobriu em grande utilidade da Real Coroa, as Minas de Cuiabá, Mato Grosso, Vila Rica, e Goiás” —, era também “a mais decadente”. A origem do processo de decadência deveria ser buscada nos próprios “descobrimientos [que] levaram os povoadores, o ouro das minas e o negócio de objetos mais lucrosos os fez esquecer da agricultura”. O autor cita o exemplo da vila de Santos, local que “era povoado e cultivado, agora quase tudo são nele ruínas e deserção; o ouro das minas veio a diminuir, o negócio também diminuiu, porque para todas elas se descobriram diferentes caminhos, pelo que ao mesmo tempo ficaram sem minas, sem negócios e sem agricultura”<sup>14</sup>.

Dentre aqueles que observaram o abandono das atividades agrícolas, também está Joaquim Machado d’Oliveira, para quem, “desde a descoberta das Minas Gerais a população da capitania de São Paulo não tinha cessado de decrescer, e se extenuava sangrada sucessivamente e com rapidez por sua emigração para a região do ouro. Os que a abandonavam empobreciam ou se endividavam por despesas antecipadas, que eram

---

<sup>12</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1976, pp.37, 41 e 44. Também é esta a visão de Washington Luís. *Capitania de São Paulo. Governo de Rodrigo César de Menezes*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938, p.85.

<sup>13</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. 1976, *op.cit.*, p. 45.

obrigados a fazer para os preparativos da viagem, dando em garantia das dívidas assim contraídas os bens que deixavam. As terras ficavam sem cultura por carência de quem as roteasse; a indústria pastoril paralisava-se extraviando-se os rebanhos; as povoações caíam em ruína”<sup>15</sup>.

Para alguns autores, o despovoamento da capitania levou a uma tal situação de decadência que só seria superada com o advento do café. Paulo Prado traça para a história de São Paulo uma linha em que perpassa três períodos distintos: grandeza, decadência e regeneração. O primeiro deles, o da grandeza, abrange desde os primórdios da colonização até o advento da mineração do século XVII; o segundo é resultante do despovoamento provocado pelas conquistas territoriais e pela descoberta das minas empreendidas pelos paulistas; o terceiro momento, o da regeneração, é o período de renascimento econômico com o café. Essa situação, para o autor, foi fruto do próprio processo de colonização dos paulistas que, no “contato contínuo com as povoações que ela própria criara, ia lentamente desaparecendo a velha Piratininga dos tempos heróicos. Passada a febre de conquista e ambição, inexoravelmente veio a decadência, pelo rápido despovoamento das vilas e pelas sangrias das longínquas expedições que só deixavam nos arraiais mulheres e mendigos. A voracidade do fisco português, a tirania dos capitães-generais, a fome do sal que empobrecia os organismos, a miséria crescente, sem comércio, sem indústria, sem lavoura, levaram a antiga capitania a indigência extrema em que a encontrou o começo do século XIX”<sup>16</sup>.

A idéia de estagnação econômica no século XVIII e dinamismo no século XIX também está presente em Caio Prado Júnior. Apesar de reconhecer que o fenômeno de migração para as minas foi comum para todo o país, porém mais “pronunciado em São Paulo”, Caio Prado Júnior assevera que após a descoberta das minas, São Paulo, não só se

---

<sup>14</sup> CLETO, Marcelino Pereira Cleto. Dissertação sobre a capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la. In: Roteiros e Notícias de São Paulo Colônia: 1751-1804. Introdução e notas de Ernani Silva Bruno. São Paulo: Governo do Estado, 1977, pp. 17 e 27.

<sup>15</sup> D’OLIVEIRA, José Joaquim Machado. Quadro Histórico da Província de São Paulo [1864], edição fac-similada São Paulo: Governo do Estado, 1978, p. 152 Cf. também MOTA, Otoniel. Do rancho ao Palácio. (evolução da civilização paulista). São Paulo: Ed. Nacional, 1940, pp. 168-169; MILLIET, Sérgio. Roteiro do café e outros ensaios. São Paulo: Hucitec/Pró-Memória. Instituto Nacional do Livro, 1982.

<sup>16</sup> PRADO, Paulo. Paulística. História de São Paulo. Rio de Janeiro: Ariel Editora Ltda., 1934, pp. 25 a 28. Cf. também, Carlos Davidoff, que afirma que com a descoberta de ouro os paulistas migram para áreas mineradoras, despovoando a capitania cujo estado de decadência “perdurou por aproximadamente um século e meio, até que o advento do café e as estradas de ferro trouxessem consigo uma fase de desenvolvimento mais estável”. DAVIDOFF, Carlos. Bandeirantismo: verso e reverso. São Paulo: Editora Brasiliense, 7a.ed., 1993, pp. 82 e 84.

despovoa, como “entra numa fase de prolongada estagnação”, cuja recuperação somente acontece “quando as regiões mineradoras perdem seu esplendor”. Nas palavras do autor, “o início do século XIX marca (...) o abrir de um período de reorganização econômica”, baseado principalmente na produção de açúcar e café<sup>17</sup>.

Pelo exposto, o que se observa nos escritos desses autores clássicos, é que a descoberta das minas trouxe somente conseqüências prejudiciais para a capitania paulista.

### ***1.2) O ouro e a imagem da capitania de São Paulo abastecendo regiões mineradoras***

Em meio às imagens de despovoamento e decadência, é possível perceber vozes dissonantes. Alguns autores, uns de maneira mais enfática, outros mais timidamente ou apenas de passagem, atentam para o papel abastecedor das regiões auríferas pela capitania paulista e, portanto, para um efeito dinamizador das minas sobre a região do planalto paulista. Na verdade, às vezes há algumas ambigüidades em suas palavras.

Considerada a principal fonte de informações acerca dos inícios da mineração de Cuiabá<sup>18</sup>, a *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*, de autoria de Joseph Barbosa de Sá, apresenta um minucioso e detalhado painel do cotidiano das minas, discorrendo sobre aspectos sociais, políticos, econômicos desde sua descoberta até 1775, quando finda o relato. Segundo Barbosa de Sá, divulgada a notícia da descoberta do ouro, “tal o movimento que causou nos ânimos que das Minas Gerais, Rio de Janeiro e de toda a capitania de São Paulo se abalaram muitas gentes deixando casas, fazendas, mulheres e filhos, botando-se para estes sertões como se fora a terra de promessa ou o Paraíso encoberto em que Deus pôs nossos primeiros pais”. Esse fluxo populacional, além da possibilidade de enriquecimento, trouxe consigo sérios problemas no tocante ao abastecimento daquelas pessoas, pois nos primeiros tempos tudo o que precisavam vinha de outros locais, principalmente das monções saídas de Araritaguaba, como no final de 1724, quando uma monção conduziu canoas com fazendas e escravos para os que estavam

---

<sup>17</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *A cidade de São Paulo. Geografia e história*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989, 2ª ed. pp. 32 e 33. Cf. na mesma linha, CANDIDO. Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975, p. 42.

<sup>18</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990, p. 44

em Cuiabá<sup>19</sup>. Portanto, o autor vislumbrou a possibilidade de empreendimentos comerciais incentivados a partir da descoberta de minas, na medida em que pelo menos até quando as roças fossem plantadas, e rendessem seus primeiros frutos para o abastecimento das áreas mineradoras, a solução encontrada foi levar até elas os mantimentos a serem consumidos.

Segundo Sebastião da Rocha Pitta, em sua *História da América Portuguesa*, “antes de se lhes abrir caminho por terra, se lhes fazia o trânsito desde a vila de Itu em grandes canoas, por continuados rios de perigosa e dilatada navegação; porém o interesse do abundantíssimo ouro que produzem, obrigou a muitos moradores daquela província a superarem todos os descômodos e dificuldades a troco de o colher, levando os mantimentos de que se haviam de sustentar naquele país inculto, enquanto não o cultivassem das plantas e sementeiras precisas para a numerosa gente daquela expedição”<sup>20</sup>. Pelas palavras de Rocha Pitta, pode-se observar que os habitantes da capitania paulista corriam desesperadamente em busca do ouro, levando consigo os gêneros essenciais para sua sobrevivência durante o percurso e nas próprias minas, o que indica que nem todos migraram com as descobertas do ouro. A existência de uma produção de alimentos destinada às viagens, que podiam durar até 5 meses, significa que em algum lugar da capitania alguém teria que estar produzindo e vendendo gêneros alimentares.

Não só fazendas secas e molhadas e escravos eram enviados à Cuiabá. Outro nicho de comércio era o de gado, atividade tão lucrativa que vários criadores disputavam o monopólio do seu fornecimento<sup>21</sup>. Bartolomeu Pais de Abreu, para garantir o direito de fornecer gado à região das minas de Cuiabá durante nove anos, comprometeu-se a abrir um caminho por terra partindo de Sorocaba até Cuiabá<sup>22</sup>. Antes das minas do Cuiabá, descobertas em 1718, os

<sup>19</sup> BARBOSA DE SÁ, Joseph. “Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos” In: *Anais da Biblioteca Nacional*, 1901, vol. XXIII, p. 9 e 14.

<sup>20</sup> PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa. Desde o ano de mil e quinhentos do se descobrimento até o de mil setecentos e vinte e quatro*. Rio de Janeiro: H. Garnier, s/d, pp. 463 e 464. Certamente, o abastecimento de gêneros alimentícios como milho e feijão, como este relatado por Rocha Pitta, deve ter ocorrido apenas no início do período mineratório. A situação aferida por Cláudia Chaves para a região das Minas Gerais talvez valha para Cuiabá. Segundo a autora, “seria impossível pensar que a capitania mineira tivesse sido abastecida pelas capitanias vizinhas até o momento em que a mineração entrou em declínio (...)”. CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes: mercadores as minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999, p. 37. A propósito, Manoel Cardoso de Abreu informou que a vila de Cuiabá á época de suas viagens era “muito farta de mantimentos, de peixe e de carne de vaca”. ABREU, Manoel Cardoso de. “Divertimento Admirável para os historiadores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas do Cuiabá e Mato Grosso”. In *RIHGSP*. São Paulo: 1900-01, Volume VI, p. 279.

<sup>21</sup> Molhados eram produtos comestíveis, e secos os não comestíveis, como ferramentas, roupas, utensílios, etc. CHAVES, Cláudia Maria das Graças, 1999, *Op.cit.*, p. 89

<sup>22</sup> BLAJ, 1995, *Op.cit.*, p.241



paulistas já forneciam gado à região das Gerais. O capitão João de Crasto de Oliveira obteve permissão da Câmara da vila de São Paulo para levar por duas vezes, durante o ano de 1699, gado para as minas, em troca de “dourar, com ouro, o retábulo e a tribuna da igreja Matriz”<sup>23</sup>. A obtenção do direito de fornecimento de gado para o Cuiabá, que gerou acirradas disputas<sup>24</sup>, também são um indicativo de que as minas poderiam gerar um certo dinamismo econômico na capitania paulista.

Em 1783, Manoel Cardoso de Abreu relatou sua experiência nas navegações na rota das monções entre o período de 1765 a 1773, bem como para o presídio do Iguatemi, em 1776. No capítulo 9 do *Divertimento Admirável*, o autor discorre sobre as diversas povoações e ‘negociações’ dos habitantes da capitania de São Paulo e, embora caracterize a capitania vivendo em estado de profunda miserabilidade, seus escritos trazem pontos interessantes, pois, apesar da pobreza, apresenta várias vilas paulistas participando, mesmo que de maneira modesta, de redes comerciais com regiões mineradoras.

Assim para São Paulo, o autor assevera:

“(…) os habitantes da cidade vivem de várias negociações: uns se limitam a negócio mercantil, indo à cidade do Rio de Janeiro buscar as fazendas para nela venderem; outros das extravagâncias dos seus ofícios; outros vão à Viamão buscar tropas de animais cavaleiros ou vacuns para venderem, não só aos moradores da mesma cidade e seu continente como também aos andantes de Minas Gerais e exercitam o mesmo negócio vindo comprar os animais em São Paulo para os ir vender a minas, e outros finalmente, compram alguns efeitos na capitania, como são panos de algodão e açúcar, e vão vender às Minas, labutando nesta forma todos naquilo a que se aplicam. Desta cidade emanam todas as estradas que vão para as capitanias diferentes, por cujas estradas está situada a maior força das povoações, como são, por exemplo: pela estrada que vai da cidade para o Rio de Janeiro e Minas Gerais se acham estabelecidas as vilas de Mogi das Cruzes, Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Vila Nova de São Luiz do Paraitinga, as freguesias da Conceição e Facão e as aldeias de S. Miguel, Escada e Nazareht, mas todas muito pobres e a maior parte miseráveis porque os seus efeitos, que são os mantimentos, apenas dão para vestirem e comerem o sal, vendendo uns na mesma cidade e outros para o Rio de Janeiro, e também aos passageiros (...) Os moradores das vilas de Jundiáí, S. João de Atibaia e Mogy-Mirim e das freguesias de Juquery e Jaguary, que estão na estrada de Goiás, também vivem na mesma miséria, vendendo seus efeitos na dita cidade; e aos passageiros. Os moradores da vila de Santos são os mais abastados em razão de ser este o porto do mar onde se desembarcam as fazendas que vem do Rio de Janeiro para a capitania e Minas do Cuiabá e Mato Grosso. (...) Os moradores das vilas de Parnaíba e Itu e freguesia de Araçariguama, que estão na estrada que vai desta cidade ao porto do Cuiabá, vivem de fábricas de açúcar, de criar seus

<sup>23</sup> *Idem*, p. 139

<sup>24</sup> Sobre as disputas em torno do direito de fornecimento de gado, cf. Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Volume XXXII, 1901, pp. 23 e 319-323

animais cavalares e vacuns e de panos de algodão e por isso são os mais remediados, como também os da freguesia de Ararituaba pela razão de ser o porto do comércio das ditas Minas do Cuiabá. Os moradores da estrada de Viamão, como são os da vila de Sorocaba, vivem do fabrico de algodão, de criar seus animais e tirar seu ouro das frisqueiras dos seus subúrbios e, ultimamente, do comércio dos que labutam neste negócio, e por isso há suas casas ricas. Os moradores da vila de Itapetininga, distantes dela 10 léguas, vivem de criar os seus animais, e de tirar algum ouro das frisqueiras, e vender mantimentos aos tropeiros, porém com tal tenuidade que não dá aumento”.<sup>25</sup>

A pergunta que se faz é: onde está a pobreza destas localidades que mantinham uma produção que, satisfeitas as necessidades de consumo, podiam ser parcialmente colocadas no mercado, como são os casos de Jundiá, Atibaia, Mogi-Mirim, entre outros? É preciso ressaltar, também, que algumas das vilas apontadas por Manoel Cardoso de Abreu: Itu, Santos, Sorocaba, Guaratinguetá, além da cidade de São Paulo, coincidem com as apontados por Alice Canabrava a respeito de serem as que apresentavam maiores riquezas na capitania paulista. Aliás, algumas das vilas mencionadas por Abreu, como Mogi-Mirim, Jundiá, Atibaia, Sorocaba, eram envolvidas em redes comerciais voltadas ao abastecimento interno.

Além do francês Saint-Hilaire, outros viajantes e naturalistas, como John Mawe, Spix e Martius, percorreram a *terra brasilis*, e teceram importantes comentários que podem nos auxiliar a pensar a relação entre a capitania paulista e as regiões mineradoras. Em 1807, o comerciante inglês John Mawe disse que na vila de Porto Feliz, antigo Porto do Ararituaba, eram feitos “todos os embarques de São Paulo para Mato Grosso (...) Por esse meio, o governo envia todo ano, sal, ferro, munição, roupa, etc. Caravanas comerciais chegam com freqüência a São Paulo vindas de Cuiabá no mês de fevereiro, e voltam em abril ou maio”<sup>26</sup>. Por seu lado, em referência aos descobrimentos em Cuiabá, Spix e Martius informam que logo após os primeiros achados “surgiram repentinamente diversos povoados e começou um animado tráfico comercial entre a colônia rica de ouro e a mãe pátria [São Paulo]. O caminho pelo Tietê foi a princípio o único trilhado, [e] por ali era conduzido todo o suprimento para o interior”. Como todos voltavam seus esforços às fainas mineratórias, ficaram os moradores daquele local por “muito tempo na maior dependência da importação de São Paulo, a tal ponto[chegou] a carência de gêneros, assim como de outros artigos indispensáveis, que só se podiam obter a preços fabulosos”. Assim, dizem estes viajantes que, por esse motivo, “do ano

<sup>25</sup> ABREU, Manoel Cardoso de. 1901, Volume VI, pp. 285-288.

de 1723 em diante era comum zarparem na ocasião da cheia depois das chuvas (nos meses de fevereiro ou março) as embarcações dos paulistas, de Porto Feliz, para levarem os mais necessários víveres, munição e ferramentas para a exploração das Minas em Cuiabá. Constatam essas flotilhas, às vezes, de mais de cem canoas”<sup>27</sup>.

Pelos relatos de Spix e Martius, que estiveram em São Paulo na segunda década do século XIX, é possível perceber um novo olhar sobre a dinâmica comercial da rota Araritaguba-Cuiabá, contrariando a idéia de que do Cuiabá só chegava o ouro, pois “quando ainda florescia o comércio no Tietê, despachavam-se por esse caminho para Cuiabá e Mato Grosso – armas, panos, tecidos de algodão e roupa branca, louça de barro e vidro, sal e todos os demais artigos europeus. O carregamento de retorno consistia em óleo de copaíba, feijões puchurim, tamarindos, resinas, cera, guaraná, pó de ouro e peles, especialmente de lontra e de onça”. Afirmam ainda que os artigos, transportados em viagens demoradas e arriscadas, “eram a princípio extremamente caros”, mas paulatinamente “caíram de preço equiparando-se aos da costa, sobretudo depois que a entrada por terra foi tornando sempre mais supérflua ambas as viagens de Porto Feliz pelo Tietê e do Pará pelo Tocantins e Araguaia”<sup>28</sup>.

Em 1817, a Imprensa Régia publicou *Corografia Brasílica*, de autoria do Padre Manuel Aires de Casal. Responsável pela introdução da obra, na edição de 1942 Caio Prado Júnior alerta que, embora que Casal utilize termos como “considerável, populosa, medíocre, pequena ou grande”, para descrever aglomerações urbanas, “a parte mais útil e aproveitável da Corografia” é a que traz informações “sobre as cidades, vilas e povoações”. Para as vilas de Jundiáí, Atibaia, Mogi Mirim e Franca — todas situadas no Caminho de Goiás — o padre apresenta as seguintes informações. Sobre Jundiáí, Aires Casal afirmou que era “medíocre”, mas seus moradores “criam gado vacum, muar, e cavalar; fazem grandes plantações de canas de açúcar, para cuja fatura há vários engenhos; e recolhem abundância de legumes, e milho, com que fornecem as tropas de Goiás, que se preparam aqui”. Na vila de Atibaia eram colhidos “feijão, milho, e trigo”, e criava-se porcos. Igualmente em Bragança, vila em que “vivem abastados”, os moradores criam “em grande quantidade porcos; e recolhem em

---

<sup>26</sup> MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1978, pp. 13 e 206.

<sup>27</sup> SPIX, J.B. von. e MARTIUS, C.F.P. von. *Viagem pelo Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos s/d, Tomo I, pp. 176, 177.

<sup>28</sup> *Idem*, p. 179.

abundância trigo, milho, e legumes”. Mogi Mirim também foi classificada pelo padre como “mediocre”, embora a vila fosse “abastada de víveres, peixe, e carne” e tivesse “engenhos de açúcar, e criações de gado”. Na freguesia de Franca, criava-se “gado vacum” e cultivavam-se “os comestíveis que melhor se dão no território”. Sobre Sorocaba, asseverou que “suas riquezas provem-lhes das negociações do gado, que vem do Sul; e cujos direitos” são lá cobrados. De Porto Feliz, local do “porto dos que navegam para Cuiabá”, os habitantes “criam gado, cultivam canas de açúcar, feijão e milho”. Para a vila de São Carlos (atual Campinas), também situada no caminho para Goiás, Casal informa que “o seu território [é] abundante de águas, e matas e mui apropriado para a cultura das canas de açúcar”, e que há “ricas plantações” de trigo, feijão e milho<sup>29</sup>.

Novamente, repete-se a pergunta feita aos escritos de Manoel Cardoso de Abreu. Como vilas consideradas “mediocres” vendiam seus “efeitos” aos que partiam para Goiás, como é o caso de Jundiá?

Mesmo que não possamos responder, o fato é que, quer em Joseph Barbosa de Sá, Rocha Pitta, Manoel Cardoso de Abreu, ou em Aires Casal, pode-se observar a existência de uma produção voltada para abastecer os que se dirigiam às regiões mineradoras. Portanto, através de cronistas, memorialistas e viajantes contemporâneos ao período aurífero, sobretudo durante o século XVIII – e ao comércio que então se desenvolveu –, foi possível discorrer sobre os efeitos da atividade mineradora sobre a capitania paulista, quer estimulando a produção de gêneros para as regiões mineradoras, quer abastecendo os viajantes. Todavia, a ambigüidade esteve quase sempre presente em suas palavras.

Em *Capítulos de história colonial*, Capistrano de Abreu se referiu ao êxodo ocasionado pela descoberta das minas, mas discorreu sobre um processo de renascimento da agricultura em São Paulo, e sobre a existência de “numerosos engenhos de açúcar e de aguardente”. Afirma ainda que “a mais importante fonte de receita [da capitania] consistia no comércio de trânsito, de Mato Grosso, de Goiás, de parte de Minas e dos sertões do sul”, além de ressaltar a importância da feira de Sorocaba, onde se comercializava o gado para as

---

<sup>29</sup> CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. Introdução de Caio Prado Júnior. Tomo I, pp.,25, 26,242-246.

Gerais que vinha do sul da colônia<sup>30</sup> (grifos meus). Assim, ao que parece, para além da atividade açucareira, pode-se notar que o comércio de trânsito para regiões mineratórias também foi importante para a capitania.

Considerados autores matrizes de um dos temas mais presentes na historiografia sobre São Paulo – os bandeirantes –, Alfredo Ellis Júnior, Alcântara Machado e Afonso E. Taunay produziram, cada qual a seu modo, uma versão do bandeirante, enfatizando em suas obras um determinado aspecto da figura histórica. Ellis Júnior ressaltou sua suposta *superioridade racial*; Alcântara Machado, o lado sério e circunspecto do paulista, responsável, respeitador da palavra dada, que exigia o mesmo tratamento para si; Taunay apontou o aspecto desbravador, condutor do progresso e povoador<sup>31</sup>. Cada um a seu modo, esses autores produziram as suas versões para advento da mineração.

Para Alfredo Ellis Júnior, a descoberta do ouro nas Minas Gerais ocasionou uma migração em massa dos paulistas, de efeito catastrófico e maléfico, na medida em que os que partiam eram os *melhores da terra*. Para ele, a migração agiu “de um modo verdadeiramente seletivo, recrutando entre os paulistas os seus melhores elementos”. Arrancados do solo paulista seus mais *eugênicos* elementos, o resultado foi a decadência do planalto no século XVIII. Com a descoberta de jazidas em Mato Grosso e Goiás novamente se repetiu o fenômeno migratório. Desse modo, na opinião deste autor, para São Paulo, Parnaíba, Itu, Sorocaba, Ararituaguaba, Jundiaí, Atibaia, Moji das Cruzes e Guarulhos, o século XVIII representou um século de sono, “o sono letárgico dos catalépticos”<sup>32</sup>.

Alfredo Ellis teve como matrizes teóricas “Gobineau e Lapouge”, que procuravam demonstrar “as diferenças raciais e a superioridade de uma sobre as outras”. No entanto, Ellis Júnior inverteu os argumentos de seus inspiradores. Analisando famílias paulistas do século

<sup>30</sup> ABREU. João Capistrano de. Capítulos de História Colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976, p. 200. Em *Caminhos antigos e povoados do Brasil*, ao tratar da descoberta das minas, Capistrano de Abreu chama a atenção para o papel dos paulistas nos descobrimentos e o processo de despovoamento da capitania. Afirma que no ano de “1740 minerava-se ouro desde as serranias do Espinhaço até os chapadões dos Parecís, e quase sempre fora um paulista o descobridor. São Paulo estava, *porém*, exausto. Densa, sua população não era tanta que pudesse resistir a tantas sangrias ininterruptas que a vitimara (...)”. Caminhos Antigos e povoamento do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Briguiet, 1960, p.79.

<sup>31</sup> ABUD, Kátia. “A idéia de São Paulo como formador do Brasil”. In FERREIRA, Antônio Celso *et. all.*(Orgs.) Encontros com a História. Percursos históricos e historiográficos de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p.76-78.

<sup>32</sup> ELLIS Júnior Alfredo. Os primeiros troncos paulistas. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976, pp.118- 120.

XVII, concluiu que elas tinham proles numerosas, “ao contrário do que (...) acontecia às famílias do Nordeste canavieiro”, onde teria predominado a miscigenação entre o branco europeu e o africano. Assim, enquanto o cruzamento entre brancos e negros era híbrido, e apresentava uma baixa taxa de fertilidade, os intercursos sexuais entre brancos e índios teriam gerado uma prole numerosa. Daí a classificação racial dos paulistas, por Ellis considerada uma sub-raça superior, “a sub-raça planaltina”<sup>33</sup>.

Lançando mão deste conceito de *sub-raça planaltina*, Alfredo Ellis explica o *despertar* da capitania do seu *sono letárgico*: “um indivíduo com traços dominantes de Sancho, poderá ter um genótipo de Quixote e poderá recessivamente procriar descendentes com perfis aquixotados reproduzindo tipos superiores que em gerações subsequentes teriam formado porcentagens das populações supervenientes. Sangrada, a população paulista a princípio, logo começou a crescer para atingir as cifras enormes e inimagináveis na segunda metade do século”<sup>34</sup>.

Apesar de caracterizar a capitania paulista como “pobre, pequena, fracamente povoada”, Alfredo Ellis Júnior afirmou que o “planalto lucrou muito com o comércio com as Gerais, fornecendo progressivamente recursos de que dispunha cada vez mais na proporção em que se expandia territorial e demograficamente”, a ponto de tornar-se “a verdadeira retaguarda econômica das Gerais”. A capitania teria fornecido “trigo, milho, feijão, batatas, marmelada, laticínio, gado, carne salgada, manadas de carneiro, réguas de porcos, lã, algodão, açúcar, tecidos, roupas feitas, couros, etc” e, a partir da metade do século XVIII, “açúcar, produzido em Campinas, Mogi Mirim, Itu, Porto Feliz, Piracicaba”. O autor chega mesmo a afirmar que o capital necessário para a formação da lavoura canavieira teria sido obtido junto ao comércio com regiões auríferas<sup>35</sup>.

<sup>33</sup> ABUD, Kátia, 1999, *Op.cit.*, pp. 76 e 77.

<sup>34</sup> ELLIS, Alfredo. *A economia paulista no século XVIII. O ciclo do luar. O ciclo do açúcar*. Academia Paulista de Letras, 1950, p. 62

<sup>35</sup> Em seus trabalhos, Luis Lisante Filho, Jaelson Trindade, Elizabeth Kuznesof e Alfredo Ellis relacionam o desenvolvimento de lavouras açucareiras na capitania às minas. Para Luis Lisante, no século XVIII se acumulou um capital “à margem do abastecimento mineiro”, que posteriormente foi aplicado no cultivo da cana. Foi o caso de pessoas como José Manuel da Fonseca Leite, Antônio de Barros Penteado e Francisco de Paula, que, ao retornarem das minas, transformaram-se em senhores de engenho na vila de Itu. LISANTI FILHO, Luís. Comércio e Capitalismo: O Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX. (O exemplo de três vilas paulistas – Campinas, Itu e Porto feliz, 1798-1828/9). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1962, pp. 123 e 124. Jaelson Trindade afirma que na crônica ituanana, registra a partir de 1750, “o ‘torna-viagem’ do Cuiabá e Goiás de alguns ituanos, trazendo ouro e investindo em escravos”, instalou fazendas. TRINDADE, Jaelson B & TOSCANO,

Contestando versões que atribuem um *vazio econômico* para a capitania no século XVIII (aliás, até sua própria versão), Ellis Júnior indica a ocorrência de dois pequenos ciclos econômicos: o do luar e o do açúcar. Afirma que não seria possível a mineração sem o luar, já que “não se pode conceber a mineração sem consumo de produtos que exigiam transportes. As regiões auríferas exigiam, pelo intercâmbio de que eram objetos, grandes massas transportadas através de distâncias imensas”. Em relação ao açúcar, afirma que os mercados para o produto se encontravam fora da “Paulistânia”: as Gerais, via Atibaia e Gravy, com 200.000 consumidores; Goiás, via Franca, com 50.000; Mato Grosso, por Ararituaba, com 70.000. Além, também, do mercado europeu, da região do Prata e do Extremo Sul do Brasil, que representavam 200.000 consumidores<sup>36</sup>.

Pelo exposto, conclui-se que para além das delirantes *visões de indivíduos aquixotados*, a obra de Ellis Júnior relativiza um pouco a idéia de abandono das lavouras no século XVIII.

Para aquele que foi considerado o “historiador dos Bandeirantes”, Afonso Taunay, os paulistas “devorados pela miragem aurífera deixar-se-iam embair pelos falsos lucros das lavras, abandonando a tranqüilidade da agricultura e da pecuária, modestas mais sólidas”. Mais do que despovoar São Paulo, a intensa migração para Taunay, semelhantemente às idéias de Ellis Jr., privou a região dos seus *melhores* habitantes, “despovoava-se S. Paulo dos seus mais eminentes cidadãos. Nas minas viviam Domingos da Silva Bueno, mestre de

---

João Walter. “Diagnóstico Geral da Cidade de Itu para a implantação de um programa de ação cultural”. Itu: Conselho de Defesa do Patrimônio Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado. Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, s/d. Volume VIII. Elizabeth Kuznesof “a prosperidade de parte da elite listada no censo de 1765 originou-se de sua estadia nas minas”. KUZNESOF, Elizabeth, Household economy and urban development: São Paulo, 1765 to 1836, Boulder and London, Westview Press, 1986, p. 20 . A respeito desse assunto, Carlos de Almeida P. Bacellar considera a “transferência de capitais da mineração para a grande lavoura” uma proposta tentadora pela facilidade de explicação, mas assevera que restringe-se a poucos casos. A seu ver, “as referências a senhores de engenho que teriam passado pela mineração fora da capitania, ou mesmo que tivessem tido seus pais envolvidos nessa atividade, são raras e pouco esclarecedoras”. No entanto, esse autor confirma os casos citados por Luis Lisante, acerca de José Manuel da Fonseca Leite e Antônio de Barros Penteado, senhores de engenho que tiveram relações com a mineração. Bacellar, Carlos de Almeida Prado. Família, herança e poder em São Paulo: 1765-1855. São Paulo: Centro de Estudos de Demografia. 1991, n.º. 7, p. 77. Não se trata, apenas, de uma explicação simples, mas da falta de pesquisas mais consistente sobre o assunto, sem esquecer dos méritos das obras citadas, evidentemente, inclusive a de Bacellar. É possível mesmo que o empreendimento açucareiro de finais de XVIII tivesse se originado a partir de fontes diversas, inclusive do “auto-financiamento”, conforme argumentam Thereza Petrone e Bacellar, mas isto não exclui o argumento em prol da atividade aurífera como fator que contribuiu para a instalação de fazendas no complexo açucareiro no Oeste Paulista. Aliás, a primeira área a apresentar indícios da atividade açucareira, em escala, foi Itu, extremamente vinculada às regiões auríferas.

campo do terço de auxiliares, a primeira autoridade militar paulistana! Domingos Dias da Silva, juiz ordinário, o opulento fazendeiro do Ajuhá. Lá estava José de Góes e Moraes, o primogênito do velho Pedro Taques de Almeida, antigo capitão mor governador da capitania”.<sup>37</sup> Certamente, os *melhores* a que Taunay se refere eram os membros das elites paulistas.

Conforme mencionado anteriormente, Taunay enfatizou o bandeirante como desbravador, condutor do progresso e povoador. Assim, entende-se que tendo os bandeirantes chegado ao Sul e Norte do país, com a descoberta das regiões auríferas – Minas Gerais, Cuiabá e Goiás – nada mais sobrava para o paulista “descobrir”, restando-lhe apenas deixar-se “seduzir” e “usufruir” do ouro que ele mesmo havia descoberto, do que derivou o natural despovoamento de São Paulo. É o caso, por exemplo, do capitão Antonio Rodrigues de Medeiros, “bem feliz na sua faina mineratória”, bem como o de Antonio do Prado Cunha, que nas minas do Pitanguy foi “opulento em cabedais e escravatura, com lavras minerais muito rendosa das quais se extraiu muita cópia de ouro”<sup>38</sup>.

Não obstante, o mesmo paulista que despovoava São Paulo se enriquece nas Minas e, em muitos casos, retorna à velha terra natal. Assim, num misto de surpresa e orgulho da *raça* bandeirante, pergunta Taunay: “e os parnaibanos, ituanos e sorocabanos, os de Araçariguama, Mogi das Cruzes e Jundiá? quanta gente dali [das minas] que regressara afortunada?! Muitos daqueles “republicanos de maior destaque voltavam opulentos em cabedais e escravatura”. Francisco Rodrigues Penteado, um “exemplo típico de paulista feliz nas minas (...) que tendo passado às Minas Gerais nos primeiros anos depois de descobertas e estabelecidas, se recolheu com grosso cabedal de ouro em pó, que o fundiu na real casa dos quintos de S. Paulo. Passou a ser morador na sua grande fazenda de cultura no sítio de Araçariguama”. Rodrigo Bicudo Chassim foi outro que “com os lucros das lavras, estabeleceu-se [também] em Araçariguama com uma nobre e opulente fazenda, do qual percebeu avultados rendimentos com numerosa escravatura”<sup>39</sup>.

---

<sup>36</sup> ELLIS, Alfredo. *A economia paulista no século XVIII. O ciclo do muar. O ciclo do açúcar*. Academia Paulista de Letras. 1950, pp. 62,63 e 142.

<sup>37</sup> TAUNAY, Alfredo de E. “História da vila de São Paulo no século XVIII”. In: *Anais do Museu Paulista*. Tomo 5, 1931 p. 30.

<sup>38</sup> Idem, p. 25.

<sup>39</sup> Idem, p. 6, 26 e 29.



Taunay reconhece também que com a descoberta do ouro “começaram os criadores expedir boiadas sobre boiadas para o centro do território mineiro”, e que “não havia negócio melhor apesar da enorme distância e da perda de numerosos animais”<sup>40</sup>. Emenda ainda que era impossível coibir “a exportação paulistana para as minas”, apesar dos “protestos dos procuradores municipais”. Ressalta, enfim, a fortuna do Padre Guilherme Pompeu de Almeida, morador da vila de Parnaíba, que “sem jamais ter ido às Minas recebia e recolhia mais ouro de quem quer que fosse”<sup>41</sup>.

O que se percebe nas entrelinhas da obra de Taunay é que, mesmo que nas mãos de poucos, a atividade mineradora parece ter sido capaz de capitalizar São Paulo, dinamizando sua economia. Alguns de seus habitantes enriqueceram-se com o ouro e retornaram para São Paulo, ao passo que outros, indiretamente, aproveitaram aquele momento e enriqueceram participando de redes comerciais com as regiões auríferas.

O terceiro historiador dos bandeirantes, Alcântara Machado, pioneiro no uso sistemático de inventários *post-mortem*, publicou, em 1929, *Vida e morte do Bandeirante*, procurando resgatar a vida cotidiana dos habitantes de São Paulo<sup>42</sup>.

<sup>40</sup> TAUNAY, Afonso de E. História da Cidade de São Paulo no século XVIII (1701-1711). Anais do Museu Paulista, São Paulo, tomo 5, 1931, p. 70

<sup>41</sup> TAUNAY, Afonso de E. História da Vila de São Paulo no século XVIII (1701-1711). Anais do Museu Paulista, São Paulo, tomo 5, 1931, p. 6. As informações a respeito desses paulistas que se enriqueceram nas Minas foram coletas por Taunay na *Nobiliarquia Paulistana*, de Pedro Taques, de quem discorreremos analisada mais adiante.

<sup>42</sup> MACHADO, Alcântara. A vida e morte do bandeirante. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. Introdução Sérgio Milliet. A figura do bandeirante tem seus primeiros contornos no século XVII com as obras de Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques de Almeida Paes Leme, que escreveram *Memórias para a história da Capitania de São Vicente e Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*, respectivamente. Representantes da elite paulistana setecentista, Frei Gaspar e Pedro Taques “buscaram nos seus escritos o engrandecimento de seus antepassados”. A preocupação central de *Memórias para a história da Capitania de São Vicente* é defender os paulistas das acusações de jesuítas, como o padre Antônio Luiz de Montoya, “um dos principais responsáveis pela criação de *legenda negra* do bandeirismo”. O apresamento de índios pelos paulistas atingia, principalmente, áreas de missões jesuíticas localizadas no Guaíra, Paraguai, Uruguai. “A passagem do paulistas [nestas áreas] deixou no seu rastro uma lenda de ferocidade e selvageria, que foi particularmente alimentada pelos padres, que como vítimas desses ataques, deixaram uma bibliografia relativamente farta (...)”. Frei Gaspar construiu a figura do bandeirante como aquele que havia “desafiado uma natureza brutal, enfrentando febre, chuvas inclementes e as feras da floresta. Tinham passado fome, frio, mas tinham realizado seus intentos [um deles a conquista territorial para a Coroa portuguesa].” Taques, por sua vez, apresentou os paulistas como originários da pequena nobreza portuguesa, conquistadores de índios, territórios, minas de ouro, senhores de “muitos arcos” e portadores de “valores e comportamentos próprios”, semelhantemente à cavalaria medieval. A obra de Alcântara Machado se propõe justamente a “desmontar as informações de Pedro Taques sobre as riquezas dos paulistas do seiscentismo”. O que aproxima a obra de Alcântara Machado à de Pedro Taques é o modo de viver dos paulistas, semelhante ao estilo devida da “nobreza medieval: frugal, honrado, cavaleiro, homem de palavra e valentia, temente a Deus”. Cf. ABUD, Kátia. O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições. (A construção de um símbolo paulista: o bandeirante). São Paulo: USP, 1985, TESE DE Doutorado, pp.61-108 e ABUD, 1999, pp. 72-78.

Após analisar quatrocentos inventários seiscentistas, Alcântara Machado conclui que apenas vinte apresentavam alguma abastança<sup>43</sup>. Para Alcântara Machado, a reversão desse quadro de relativa pobreza ocorreu “nos últimos anos do século XVII e na alvorada do seguinte, [quando] o metal fabuloso se deixará surpreender”; portanto, a mudança definitiva só viria com a descoberta das minas no século XVIII<sup>44</sup>. Machado tentou perceber nos próprios inventários os reflexos de um novo padrão de vida que seria ocasionado pela mineração, quando “aumentam os objetos de uso doméstico nos espólios, aparecem moedas e prata, baixelas, ouro em barra ou em pó, prédios de dois lanços nos sítios e cidades, escravos “de guiné”<sup>45</sup>. Ao referir-se a dinheiro amoadado nos inventários, afirma que “somente aparece com relativa abundância depois de descoberto o ciclo da mineração”<sup>46</sup>.

Pouco depois de Alcântara Machado, foi publicada, em 1937, a obra *História Econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen. Embora afirme que a mineração privou São Paulo “de boa parte de seus elementos nativos”, Simonsen chama a atenção para o papel abastecedor da capitania de São Paulo. Para ele, de São Paulo, Itu, Araritaguaba e Jundiá saíam as linhas do abastecimento e comércio de Mato Grosso e Goiás. No entanto, apesar de reconhecer que data do século XVIII a abertura das estradas do Viamão<sup>47</sup>, de Goiás, do Rio de Janeiro, de ressaltar a importância de Araritaguaba “como porto de embarque para as minas de Mato Grosso” e de alentar para o fato de que a maior renda da capitania paulista era oriunda dos impostos e tributos do comércio de gado do Sul, Simonsen enfatiza que a

---

<sup>43</sup> MACHADO, Alcântara. 1980, p. 41. Portanto, caracteriza a São Paulo dos bandeirantes como pobre, ainda que “ao tratar da inexistência de grandes fortunas nos inventários paulistas do XVII, [atenue] a questão da pobreza ao chamar a atenção para a relativização dos valores e para as práticas de não se avaliarem nem os indígenas e nem as terras, mas apenas as benfeitorias”. BLAJ, 1995, *op.cit.*, p.75. Alcântara Machado e Belmonte, em sua obra *No tempo dos Bandeirantes – A Vila de São Paulo no século XVII*, tinham como conceito de pobreza ou riqueza “apenas a relação entre a quantidade de bens arrolados nos inventários e a soma de seu valor, prescrito pelos avaliadores”. MARANHO, Milena F. A opulência relativizada. Significados econômicos e sociais dos níveis de vida dos habitantes da região do Planalto de Piratininga. 1648-1682 Campinas : Universidade de Campinas, 2000, Dissertação de Mestrado, p.64 Neste trabalho, a autora discute o significado das dívidas presentes nos inventários seiscentistas.

<sup>44</sup> MACHADO, Alcântara. 1980, *Op.cit.*, p. 38.

<sup>45</sup> *Idem*, p.21.

<sup>46</sup> *Idem*, p. 145. Deve-se ressaltar aqui que o autor usou inventários e testamentos para o período que abrange os anos de 1578 a 1700. Portanto, somente para o período inicial das descobertas auríferas.

<sup>47</sup> Viamão localizava-se na região Sul da colônia. De lá provinham gados muars e bovinos para as áreas mineradoras. Cf. ALENCASTRO, Luis Felipe de. O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.341.

capitania paulista tinha apenas uma *vida reflexa* das regiões auríferas. Com o declínio destas, São Paulo, como todo o Sul da colônia, se empobreceu até o advento do café<sup>48</sup>.

Em 1943, Luiz Castanho de Almeida incorporou em seus escritos a imagem do paulista produzida pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Paulista – a do paulista desbravador, responsável pela formação da nação<sup>49</sup>. Nas palavras de Castanho de Almeida, os paulistas pertenciam “a uma raça de gigantes”, eram “os desbravadores de nosso território”. Estavam em São Paulo, Bahia, Minas e Mato Grosso. A genealogia paulistana era a própria genealogia brasileira. Além de descobrir regiões auríferas, e povoá-las, o paulista encarregava-se de abastecê-las. O autor relata um pedido feito em 1718 pelo conde de Assumar, então governador de Minas, ao ouvidor de São Paulo, Rafael Pires Pardini, “para que se procurasse os criadores de São Paulo e ver se podiam introduzir nas Minas 18.000 cabeças de gado e até com 15.000 se contentava”. O pedido foi atendido. A respeito dos paulistas que tinham suas vidas entrelaçadas com as Minas, o autor aventa a possibilidade de que muitos não chegavam a estabelecer-se em definitivo nas regiões auríferas. Cita o exemplo do ituano José de Campos Bicudo que, embora tivesse relações estreitas nas minas, “sempre conservou sua fazenda em Itu”. Também foi o caso dos Maciéis de Sorocaba, que, entre outros feitos, estivera em Cuiabá ocupando cargos e participando de guerras contra índios que estavam no caminho do Cuiabá. Para Castanho de Almeida, “muitos paulistas

<sup>48</sup> SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil. 1500-1820. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife: Companhia Editora Nacional, 1937, volume 2. pp.350, 359, 360 e 364

<sup>49</sup> Com o objetivo de “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos” foi criado em 1839, na cidade do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Posteriormente, surgiram outros institutos, que, tendo o IHGB como modelo, procuraram adaptá-lo às especificidades regionais. Em 1894 foi criado o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Coube ao IHGSP “reescrever a história nacional, tendo à frente o percurso e exemplo paulista” Tratava-se de construir uma identidade paulista como principal elemento formador da nação, visando a elaboração de uma identidade ao mesmo tempo paulista e nacional. O elemento eleito como articulador de uma história que fosse ao mesmo tempo regional e nacional foi a figura do bandeirante. A imagem construída para a figura do bandeirante foi daquele que desbrava o sertão e promove a expansão territorial, criando assim a nação. SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 99-133; Sobre o IBGH cf. GUIMARÃES, Manoel L. S. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. In: Estudos históricos. Rio de Janeiro: Vértice, n. 1, 1988, pp. 5-28; para uma análise da construção da figura bandeirante cf. ABUD, Kátia. O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições. (A construção de um símbolo paulista: o bandeirismo). São Paulo: Universidade de São Paulo., 1985; sobre as diversas imagens para a São Paulo colonial cf. BLAJ, Ilana. 1995. *Op.cit.*

tinham, na verdade, dois domicílios: um na sua terra, outro nas Minas. Viajavam o ano inteiro”<sup>50</sup>.

Como se vê, Taunay discorreu sobre os que voltavam das minas, ao passo que Luis Castanho de Almeida ressaltou a existência de dois domicílios, o que não só relativiza a idéia de despovoamento. Ambos, porém, chamam a atenção para as imbricações entre vilas paulistas e regiões mineradoras e a possibilidade de capitalização da capitania mediante o comércio e o abastecimento das minas.

Sérgio Buarque de Holanda, no clássico *Monções*, foi quem mais se dedicou à análise das expedições monçoeriras que partiam de Ararituaguaba rumo às minas do Cuiabá, informou que Itu e Ararituaguaba contribuíam com milho e feijão; Atibaia, Jaguari (Bragança), Sorocaba e Franca, com toucinho. Portanto, essas vilas organizam sua produção com vistas ao mercado interno – no caso, abastecer as expedições que se dirigiam à região do Cuiabá<sup>51</sup>. Para o autor, os descobrimentos das minas constituíram a “primeira oportunidade considerável para o avanço da indústria açucareira”, pois para elas “os lavradores saem a vender seu produto ou mandam que em seu nome o venda”. Assevera, ainda, que o açúcar e a aguardente enviados “nas canoas de monção” eram produzidos nas “regiões vizinhas de Itu e Ararituaguaba, lugares de trânsito forçado naqueles primeiros tempos para os que se dirigem às ditas minas”<sup>52</sup>. O autor de *Monções*, em absoluta concordância com o autor de *Divertimento Admirável*, afirma que “por serem passagem obrigatória de comerciantes que se entregavam a negociações rendosas, essas localidades abrigavam as populações mais remediadas e ativas de toda a capitania”<sup>53</sup>.

Diferentemente da historiografia que insiste “nos nefastos resultados” do ouro sobre a capitania, Sérgio Buarque enfatiza que, “passados os primeiros transtornos, puderam as terras paulistas atingir certo grau de prosperidade; do contrário mal se explicaria o fato de por aquele tempo se acharem nelas estabelecidos, às vezes, de torna-viagem, muitos indivíduos enriquecidos nas lavras, e ainda outros que, sem tirar pé de S. Paulo, Taubaté ou Parnaíba, se

---

<sup>50</sup> ALMEIDA, Luiz Castanho. “Nossos bandeirantes”. In: *RIGHSP*. Volume XLII. São Paulo, 1943, pp. 217,218,225 e 228 .

<sup>51</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. 1990, *Op.cit.*, pp. 106 e 110.

<sup>52</sup> *Idem*, pp. 179 e 180.

<sup>53</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1994, *Op.cit.*, p. 234.

fizeram logo abastados, negociando com os arraiais de mineração.”<sup>54</sup> Um desses afortunados foi o padre Guilherme Pompeu de Almeida.

Estudado por Hebert Cahn, Pompeu fazia parte de uma sociedade que negociava gado comprado em Curitiba e enviado às Minas Gerais. Em 1700 e 1703, foram remetidos às Minas, respectivamente, 204 e 310 cabeças e gado. Além de negociar gado, Pompeu estava envolvido numa rede comercial que se estendia além das Minas Gerais, a qual se ligava até Bahia, Curitiba, Santos, Rio de Janeiro, Lisboa e cidade do Porto. Analisando as contas do padre, Cahn, afirma que “até fins de 1690 referem-se a pequenas quantias de dinheiro e peças de pano. Depois de 1700 são grandes e em ouro; indicam o aumento de suas posses, assim como indicam a expansão da atividade comercial de São Paulo”. Para as minas “enviava principalmente gado, toucinho, vinho, escopetas, cavalos além de escravos negros”<sup>55</sup>.

Contudo, foi com a Tese de Doutorado *O Abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*, de 1951, de autoria de Mafalda Zemella, que definitivamente viu-se consolidado o papel de São Paulo como abastecedor das Gerais. Além dos méritos da própria obra, este trabalho é considerado como pioneiro no tocante às preocupações com a história do abastecimento interno da colônia<sup>56</sup>. Para a autora, feitos os primeiros descobrimentos, “desencadeou-se para os sertões das Gerais, uma torrente imigratória que tem poucos paralelos na história da humanidade”. Seguindo as diretrizes de Taunay e Ellis Jr, a respeito do perfil do migrante paulista, para Mafalda Zemella “o vilarejo de Piratininga despojou-se da nata de seu potencial humano. Os elementos mais vigorosos e ativos emigraram. Transformou-se numa cidade fantasma, de janelas fechadas, ruas desertas. O mesmo aconteceu a Taubaté, Guaratinguetá, Itu, Jacareí, Moji das Cruzes, Atibaia, Jundiaí, Parnaíba, Santos e demais vilas vicentinas”<sup>57</sup>.

Apesar do despovoamento da capitania paulista iniciou-se uma ativa corrente comercial “entre as cidades vicentinas e as Gerais. Os caminhos paulistas viram-se trilhados e batidos com freqüência por mercadores, tropeiros, comboieiros e boiadeiros que iam e vinham

<sup>54</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Movimentos da população em São Paulo no século XVIII”. In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: s/e, 1966, p. 106

<sup>55</sup> CAHN, HERBERT. *Padre Guilherme Pompeu de Almeida e suas atividades comerciais (1686-1713)*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado, 1967, pp. 219, 6 ..

<sup>56</sup> Cf. prefácio de autoria do Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda. ZEMELLA, Mafalda P. *O Abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1990, pp. 13 e 14.

por essas estradas, diferenciando-se por isso mesmo daqueles que, levados pela febre do ouro, apenas pensavam na ida e não na volta”. Apesar de as vilas da capitania não estarem “em condições de suprir as necessidades dos mineradores das Gerais”, toda produção era para lá enviada. Com isto, o planalto sofreu um processo de alta de preços, de escassez de mantimentos e carência de gêneros alimentares. Assim, para abastecer as minas de “boiadas, toucinho, aguardente, açúcar, panos, calçados, drogas e remédios, trigo, algodão, enxadas, almocafres e artigos importados como o sal, armas, azeite, vinagre, vinho, aguardente do reino, etc.”, a capitania sacrifica “seu próprio abastecimento”, enviando às minas produtos que antes consumia.<sup>58</sup>

Contudo, percebe-se nos escritos de Zemella que as minas tiveram um efeito dinamizador nas vilas paulistas: “ampliaram-se as lavouras. Multiplicaram-se as manufaturas. Incrementou-se a importação, através do porto de Santos, de artigos de além-mar”, estabeleceram-se currais nos Campos de Paranaguá e Curitiba, além de correntes comerciais com o Sul da colônia com vistas a demanda de bestas “ao trabalho das lavras e ao transporte de ouro” nas Gerais. Todos esses fatores acabaram por transformar a região Planaltina na “verdadeira retaguarda econômica das minas”. Porém, com a abertura do caminho ligando o Rio de Janeiro às Minas, os paulistas perdem sua condição de região abastecedora para a praça carioca, entrando em decadência. Os prejuízos da capitania somente foram atenuados com a descoberta de minérios na região de Mato Grosso e Goiás, que então foram abastecidos por São Paulo.<sup>59</sup>

Outros autores, ainda que de forma não tão enfática, ou apenas indiretamente, também acentuaram os efeitos dinamizadores das minas sobre a economia de São Paulo colonial. Ernani Silva Bruno, apesar de referir-se ao processo de despovoamento, destaca as “conseqüências favoráveis” da mineração para a capitania com o deslocamento do eixo econômico colonial da região Nordeste para o Centro Sul e com a transferência da sede do Vice-Reinado para o Rio de Janeiro. Além disso, “a necessidade de abastecer a população

---

<sup>57</sup> *Idem*, p. 45

<sup>58</sup> *Idem*, pp. 55, 57 e 59.

<sup>59</sup> *Idem*, pp. 59, 60, 62 e 63.

concentrada nas minas e na nova capital estimulou as atividades econômicas da população, inclusive em São Paulo (a cidade)”<sup>60</sup>.

A historiadora Kátia Abud também ressalta que a necessidade de abastecer a população da região do ouro “fez com que aparecessem roças no caminho das Minas, como em Atibaia, Bragança e Franca”. Segundo a autora, mesmo com a abertura do Caminho Novo ligando o Rio de Janeiro diretamente à Região das Minas, São Paulo “continuou enviando (...) carne de porco defumada e salgada, vários tipos de cereais, caixetas de marmelada e principalmente açúcar”. Aliás, produtos remetidos também à Goiás e Mato Grosso, “regiões com as quais São Paulo se comunicava através de caminhos de terra e de vias fluviais”<sup>61</sup>.

Miyoko Makino, ao analisar o processo de formação da vila de Jundiá, afirma que em fins do século XVII nas terras daquela vila eram plantados milho, feijão, amendoim, arroz e algodão. Desses gêneros, o “mais importante era o milho, pois com ele é que eram abastecidas as tropas que iam para as minas” e, por isso, além de se dedicarem a suprir as expedições que iam para às minas, alguns habitantes participavam do próprio abastecimento das minas, como tropeiros<sup>62</sup>.

No artigo *Uma economia em decadência*, embora não se afaste totalmente da idéia de decadência da capitania em meados do século XVIII, Alice Canabrava, ao atentar para o papel abastecedor da capitania paulista, procura relacionar os pólos de abastecimento com as fortunas existentes no planalto paulista. Segundo ela, a capitania paulista foi responsável por grandes rotas de comércio, visando o abastecimento das Gerais, Goiás e Mato Grosso, o que implicou “no aparelhamento de um sistema de centros de reabastecimento e de pouso que

<sup>60</sup> BRUNO, Ernani Silva. História e tradições da cidade de São Paulo. Arraial de sertanistas (1554-1828). São Paulo: Ed.Hucitec, 1991, Volume. 1, pp. 86 e 92.

<sup>61</sup> ABUD, Kátia M. Autoridade e riqueza. Contribuição para o estudo da sociedade paulistana na segunda metade do século XVIII. São Paulo: Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado, pp. 14, 21 e 22.

<sup>62</sup> MAKINO, Myoko. Jundiá. Povoamento e Desenvolvimento. 1655-1854. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981, Dissertação de Mestrado, p.99. A autora cita Caio Prado Júnior para explicar a importância do suíno na dieta alimentar. “O porco tem na economia colonial um grande papel, particularmente nas capitanias do Centro-Sul, incluindo o Rio de Janeiro e São Paulo. A sua carne, neste setor da colônia, entra em grande proporção para a dieta dos habitantes. Mas a principal utilidade do suíno é o toucinho com que se condimentam os alimentos, sobretudo o feijão; e do qual se extrai a banha, a universal matéria graxa da cozinha brasileira”. Ainda a respeito de porcos, segundo John Mawe, “alimentam-se os porcos com milho cru; o tempo de engorda é de oito e dez meses, e a quantidade gasta para esse fim varia de oito a dez alqueires Winchester por cabeça. Depois de abatidos, cortados em pedaços a carne magra, o mais limpo possível, cura-se o toucinho com um pouco de sal e, em alguns dias, está em condições de ser enviado ao mercado; as costelas o lombo e as partes magras conservam-se salgadas para o consumo caseiro”. MAWE, John, 1978, *op.cit.*, p. 62

estimulou a prestação de serviços e de alguma produção local, tanto agrícola como artesanais”<sup>63</sup>.

Ademais, as localidades envolvidas com as grandes rotas de comércio eram aquelas que apresentavam as maiores fortunas da capitania. São Paulo tinha a maior porcentagem de riqueza (25,21%); em seguida estavam as vilas de Itu, Santos, Sorocaba e Guaratinguetá, com respectivamente 13,20%, 12,87%, 9,75% e, 7,63%<sup>64</sup>. Afirma que era o setor mercantil o que apresentava a maior concentração de riquezas, gerando uma acumulação interna de capital que permitiu o reflorescimento da lavoura açucareira na capitania no final do século XVIII e, depois, da lavoura cafeeira.<sup>65</sup> Portanto, ao ressaltar a importância das rotas comerciais internas, a autora indica a possibilidade de se pensar atividades voltadas ao abastecimento interno como setores importantes para o enriquecimento e, também, para o dinamismo da capitania paulista<sup>66</sup>.

Em importante e inovador estudo sobre as redes comerciais na região das Gerais no século XVIII, Júnia Furtado informa que “a penetração do povoamento exigiu que a Metrópole abrisse novas rotas comerciais, capazes de sustentar uma população crescente, afastada do litoral e dos portos de abastecimento de mercadorias que, em sua maior parte, vinham do exterior”. Minas Gerais “importava todo tipo de produtos, entre secos, molhados e escravos; tecidos, alimentos, utensílios, papel, pólvora, couro, imagens, etc.” Por isso, conclui a autora que estender a atividade comercial para essa região era algo tão rentável, que “foi alvo de disputa de várias casas comerciais portuguesas”, que não pestanejaram em enviar seus representantes para estas localidades, visando criar redes comerciais que interligavam Europa, África e Ásia à colônia<sup>67</sup>.

O estudo que mais polemizou a questão do despovoamento da capitania paulista, como decorrência dos fluxos migratórios ocasionados pela mineração, foi o empreendido por

---

<sup>63</sup> CANABRAVA, Alice P. “Uma economia em decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/1767”. In: *Revista Brasileira de Economia*: Rio de Janeiro, v. 26, n.3, out./dez. 1972, p. 117.

<sup>64</sup> *Idem*, p. 111.

<sup>65</sup> *Idem*, p. 123.

<sup>66</sup> Seguindo as diretrizes propostas por Alice Canabrava, sua orientanda, Zélia Cardoso de Mello, afirma que com a descoberta das minas, “a lavoura paulista recebeu impulso à produção de excedentes e passou a vender farinha, panos de algodão, redes, trigo, marmelo, etc.” Ressalta que dentre os efeitos da mineração está a integração de diferentes áreas da economia colonial, e o desenvolvimento de povoamentos nas rotas para as Minas. MELLO, Zélia M. Cardoso. *Metamorfoses da Riqueza. São Paulo, 1845-1895*. São Paulo : Ed. Hucitec, 1990, pp. 43 e 44.



Maria Luiza Marcílio, que enfaticamente se opõe a esta idéia. Diz a autora ser “difícil admitir, demograficamente, uma possível emigração maciça de paulista para as minas (...) uma ‘emigração maciça’ incluiria a imposição de uma imigração ‘maciça’ para agüentar, poucas décadas adiante, o volume demográfico paulista revelado pelos censos a partir de 1765. Além do que uma forte saída de população reforçaria uma situação de estagnação e decadência dificilmente recuperada em curto intervalo de tempo”<sup>68</sup>.

Longe das imagens de estagnação e decadência, para essa autora “a mineração foi quem influiu e refletiu num avanço inusitado da Demografia paulista em todo o século”<sup>69</sup>. Assim, foi justamente a partir do estímulo das minas que as populações paulistas organizaram suas produções para atender ao abastecimento de uma região nova, que passou a concentrar importante e crescente população urbana. Segundo a autora as “vilas paulistas mais próximas às Minas – sobretudo as da região do Vale do Paraíba – ampliaram suas plantações de mantimentos e suas pequenas criações para levá-las além da Mantiqueira.” Ademais, a autora assevera que para atender o mercado nas Gerais, neste momento, o sul do país se torna “uma região especializada na pecuária para o corte e para os transportes”, ressaltando, também, a importante feira de gado de Sorocaba<sup>70</sup>. Os efeitos desse processo para a capitania paulista são imediatos: sua economia entra numa fase um pouco mais monetarizada, tem-se o início de um processo de acumulação e a formação de uma categoria de negociantes, de grandes fazendeiros de criação, de agricultores de cereais para o comércio interno. O lucro do comércio com as minas tornou possível a importação de escravos, resultando num desenvolvimento material e demográfico da capitania paulista nos séculos XVIII e XIX<sup>71</sup>.

Também distante das imagens de despovoamento, decadência e estagnação é a vila de Sorocaba, analisada por Carlos de Almeida Prado Bacellar. No século XVIII, a explosão do ouro nas Gerais estimulou o desenvolvimento da vila de Sorocaba. Com vistas ao abastecimento daquelas regiões, Sorocaba tornou-se um centro de comercialização de gado oriundo do Sul da colônia. A feira de gado realizada anualmente resultou da demanda das

---

<sup>67</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. Homens de Negócio. A interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999, pp.18,19, 20 e 24.

<sup>68</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836). São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Livre Docência, 1974, p. 271.

<sup>69</sup> *Idem*, p. 272.

<sup>70</sup> *Idem*, p. 14

regiões mineiras, propiciando um “constante ir e vir de comerciantes, negociantes, tropeiros e condutores, interessados em vender, comprar ou simplesmente intermediar os animais vindos do Sul”. Esta circulação “não implicava em migração, mas em deslocamentos exclusivamente para fins de negócios; estes concluídos, retornava-se para casa ou para outras localidades, dando continuidade ao tráfico de animais”<sup>72</sup>.

O trabalho da historiadora Ilana Blaj, apresentado como Tese de Doutorado na Universidade de São Paulo, em 1995, ao se propor analisar o processo de mercantilização de São Paulo, de finais do século XVII e inícios do XVIII, muito contribuiu também que para redimensionar a relação entre São Paulo e as regiões auríferas. Sua pesquisa apresenta idéias que vão além das visões de despovoamento, estagnação e decadência. Ao construir um quadro acerca da economia e do comércio da região, ressalta a emergência, em fins do século XVII, de uma produção agrícola, pecuarista e artesanal que superava o estágio da mera subsistência, bem como a existência de potentados paulistas, cujo capital acumulado provavelmente tinha origem naquela produção ou em atividades mercantis<sup>73</sup>.

A partir das Atas da Câmara Municipal, a autora demonstra os problemas que cotidianamente afligiam a população paulistana (a fome, carestia e os elevados preços de gêneros alimentícios). Daí o empenho da Câmara em taxar preços e exigir que mercadorias como aguardente, feijão, milho, farinha e carnes fossem comercializados na vila<sup>74</sup>. É o que se vê, por exemplo, em 1700, quando a Câmara emite uma ordem proibindo “o envio de éguas para as minas” e obrigando os criadores a “dar carne ao povo por duas patacas a arroba”; ou então, em 1704, quando outra ordem mandava que “não se vendesse para outras áreas a farinha de guerra, de trigo, o milho, o feijão o toucinho e o gado”; ou ainda, as “ameaças de graves penas [aos] atravessadores desses gêneros, bem como os negros que porventura carregassem as mercadorias para aqueles”<sup>75</sup>.

A falta de carne devia ser problema grave na vila de São Paulo, tendo em vista que provocou até o surgimento de furto de bois nos currais. No entanto, como se pagava um preço

---

<sup>71</sup> *Idem*, p. 15

<sup>72</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Família e Sociedade em uma economia de abastecimento interno. (Sorocaba, séculos XVIII e XIX). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994, Tese de Doutorado, pp. 21, 23, 66 e 67.

<sup>73</sup> Blaj, Ilana, 1995, *Op. cit.*, p. 78.

<sup>74</sup> *Idem*, p. 86

superior para “o gado vendido nas minas e em outros locais”, não aparecia ninguém interessado em arrematar o corte da carne na vila paulistana<sup>76</sup>. Criadores preferiam vender no mercado mineiro. Desta maneira, “constantemente faltava carne, e os apelos e determinações que visavam que nem a carne, nem o gado e as cavalgadas fossem vendidos ‘fora da terra’ eram contínuos, ainda que inócuos”<sup>77</sup>.

A seu ver, as queixas contra a carestia, a falta de gêneros alimentícios, as medidas atinentes à taxaço de víveres e as proibiçoes de vendas fora da vila paulistana, itens constantemente presentes nas Atas, são indicativos de tensões derivadas da articulaço com as regiões mineradoras, e reflexos da dinamizaço da produço e do comércio paulistano.<sup>78</sup> Portanto, indicativos da existêcia de uma produço na região de Piratininga que era comercializada localmente e, igualmente, vendida para outros núcleos, onde se conseguia melhores preços<sup>79</sup>. Por isso, as maiores reclamaçoes estavam relacionadas ao preço dos mantimentos, e não à falta dos mesmos; portanto, a carestia de gêneros alimentícios na vila não ocorreu “por falta de produtos”, antes “pelo efeito inflacionário que as minas provocaram”<sup>80</sup>.

Dentre as contribuiçoes de Ilana Blaj, ressalte-se a de entrecruzar história e historiografia, e assim desconstruir as diversas imagens elaboradas e cristalizadas para São Paulo: por um lado, uma capitania pobre, isolada, possuidora de homens rebeldes, com tendêcia maior à democracia até fins de século XVII, por outro, com a descoberta das minas, a imagem de despovoamento e posterior estagnaço e decadêcia<sup>81</sup>.

Ao voltar-se sobre a dinâmica da economia e do comércio paulistanos, inclui a história da capitania a processos mais amplos, ou seja, no interior da América Portuguesa. Para Blaj, através da mercantilizaço da área planaltina, torna-se “claro o papel e a articulaço de São Paulo nos quadros no antigo sistema colonial. (...) Povoando e articulando as regiões mais

<sup>75</sup> *Idem*, p. 202

<sup>76</sup> *Idem*, p. 206

<sup>77</sup> *Idem*, p. 209. Cf. o importante relato do Padre Antonil, a respeito os preços que os diversos gêneros atingiam nas Minas Gerais. Cf. ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil. Por suas drogas e minas. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro e Geografia e Estatística/Conselho nacional de Geografia, 1963. Ver principalmente, a terceira parte, capítulo VII. pp.73-75

<sup>78</sup> Blaj, Ilana, 1995, *Op.cit.*, p. 230

<sup>79</sup> *Idem*, pp. 85 e 90.

<sup>80</sup> *Idem*, pp. 188 e 189.

<sup>81</sup> Blaj, Ilana, 1995, *Op.cit.*, p. 9 a 23

longínquas, ampliando o seu núcleo gerador através da incorporação dos bairros rurais, tendo contatos comerciais constantes com as demais vilas da região, abastecendo as áreas litorâneas, sustentando sua própria população e os funcionários da Coroa, assegurando o posterior desenvolvimento das minas, a vila paulistana cumpre, assim, importante papel nos quadros do antigo sistema colonial, viabilizando a construção do Império Português na colônia, vasta empresa, da qual o colono necessariamente faz parte”<sup>82</sup>.

Ainda que Ilana Blaj superdimensiona o papel da vila e da capitania de São Paulo na construção do Império Português, ao ressaltar as especificidades da São Paulo colonial como *área de abastecimento interno nos quadros da colônia* (pelo menos até meados do século XVIII), seu trabalho pelo menos chama a atenção para o papel abastecedor da capitania paulista e as possibilidades de acumulação através deste mercado.<sup>83</sup> De forma perspicaz, Blaj afirma que um dos grandes problemas da historiografia é a identificação da riqueza com capitais acumulados a partir de produtos coloniais de exportação. Embora admitindo a ocorrência da pobreza paulista, não se pode “aceitar a redução de São Paulo à penúria absoluta, somente pelo fato de não contar com gêneros coloniais rentáveis”<sup>84</sup>.

A presença de uma agricultura voltada à exportação em solos paulistas só acontecerá com a política desenvolvida pelo governador da capitania, D. Luis Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus. Conforme Kátia Abud, “até a vinda do Morgado de Mateus, em 1765, a economia paulista caracterizou-se por um estado de lamentável pauperismo”. Pauperismo esse que D. Luis Antônio atribuía “à preguiça, à vadiagem, às vendas a crédito e ao hábito de comprar escravos, cujo tempo ocioso se convertia em prejuízo para seus proprietários”. Na opinião de D. Luis Antônio, até a natureza era culpada pela pobreza paulista: “como os rios e o mato fornecem mantimentos a pouco custo e o calor do país escusa o vestido vive a maior parte das gentes vadiando, sem emprego, sem ocupação, na liberdade, na ociosidade e na miséria”<sup>85</sup>.

A respeito do comércio de animais, dizia Morgado de Mateus: “O negócio mais limpo que tem esta capitania de São Paulo é o dos animais que se vão buscar à fronteira de Viamão;

---

<sup>82</sup> *Idem*, pp. 176 a 178.

<sup>83</sup> Como já foi ressaltado por outras pesquisas. Cf. FRAGOSO, João L. R. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

<sup>84</sup> *Idem*, pp. 74 e 75.

neste tráfico lucram os que têm dinheiro, e o emprestam, ganham os que vão comprar, utilizam-se os fazendeiros, que povoam as fronteiras”. Tempos mais tarde o governador de São Paulo, Bernardo José de Lorena, afirmava que “outro grande ramo de comércio desta Capitania é o das bestas, cavalos e bois que vêm de Viamão”<sup>86</sup>.

Em 1802, Antônio Manoel de Mello Castro, em relatório a Antônio José de Franca Horta, que o sucederia no governo de São Paulo, ressaltou que “o primeiro e mais importante objeto do interesse desta capitania é a franqueza do seu comércio; a livre circulação dele é que anima por uma parte a agricultura e por outra o comerciante que, podendo dispor das transações que o giro mercantil lhe forneça, ajusta quando e como quer os gêneros do país e os transporta para onde bem lhe parece, sem que tenha outra coisa em vista mais do que o seu próprio interesse, e deste interesse e protegido pela autoridade das leis é que o Estado tira as vantagens que é suscetível”<sup>87</sup>.

Os relatos de Morgado de Mateus, Bernardo José de Lorena e Antônio Manoel de Mello Castro enfatizam a importância do comércio e a agricultura da capitania paulista voltados ao mercado interno, como tão bem analisou Ilana Blaj. Todavia, a principal imagem de São Paulo é de uma pobreza absoluta, isto porque sempre comparada ao nordeste açucareiro. O discurso oficial de Morgado de Mateus foi certamente tomado como verdade por grande parte da historiografia; mas há os que se aventuraram, como Sérgio Buarque de Holanda, Maria Luzia Marcílio, Carlos de Almeida P. Bacellar, John Monteiro<sup>88</sup>, Ilana Blaj, dentre outros, a desvendar os meandros e a dinâmica interna da São Paulo colonial.

Morgado de Mateus era um representante da Coroa portuguesa na colônia, e “não deve restar dúvida de que a implantação da lavoura colonial tinha como meta básica a produção para a exportação, sendo para ela dirigidos os maiores recursos, não só econômicos, como também políticos. A metrópole portuguesa arrecadava impostos variados, e dessa fonte retirava a maior parte de suas receitas. Estimular a agroexportação, portanto, garantia a entrada de divisas e a sobrevivência de um grupo que se apropriava do sobretrabalho – a

---

<sup>85</sup> ABUD, 1978, *Op. cit.* pp. 16 e 17..

<sup>86</sup> apud, ABUD, 1978, *Op.cit.*, p.48

<sup>87</sup> apud, BLAJ,1995, *Op.cit.*, p. 70

<sup>88</sup> MONTEIRO, John M. Negros da terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, 2ª edição.

burocracia, a nobreza e os militares<sup>89</sup>. Portanto, ao caracterizar a capitania de São Paulo como uma pobreza absoluta, e vivendo em total decadência no século XVIII, Morgado de Mateus o faz em consonância com os ditames da política metropolitana. Os paulistas precisavam na realidade “produzir os frutos em abundância que sobejem do sustento dos habitantes para poderem *navegar para fora*”<sup>90</sup> (grifos meus).

No entanto, na colônia “havia (...) vida econômica ativa para além da exportação. A exportação tornou-se a mola mestra idealizada para a implementação das atividades produtivas coloniais. Em termos econômicos, no setor agroexportador os investimentos poderiam ter mais chance de prosperar. Além disso, constituiu-se na atividade de maior prestígio, já que se reproduzia no Brasil o ideal medieval de *status* mediante o domínio de terras e de homens, e os ‘homens bons’ detinham grande parte dessas riquezas. (...) [mas] a acumulação de capital não se restringia à agroexportação (...) encontrava-se, sem dúvida, muito mais além, constituindo-se numa rede diversificada o bastante para transformar a colônia num grande palco de complexas e variadas relações”. As produções voltadas ao abastecimento interno envolviam “uma confluência considerável de homens dos mais variados graus de riqueza e de capitais”, produção essa que se vinculava a “redes de distribuição terrestres ou fluviais”<sup>91</sup>.

Enfim, percorrendo e mapeando a historiografia, pudemos visualizar um quadro em que algumas obras, ainda que timidamente ou de passagem, atentam para o papel abastecedor das regiões auríferas da capitania paulista e para um efeito dinamizador das minas sobre ela, apontando para um panorama muito além das tradicionais imagens de despovoamento, estagnação e decadência da capitania durante o século XVIII.

Ainda que não se negue a existência de uma efetiva emigração de paulistas rumo às minas descobertas, certamente a idéia de que o despovoamento da capitania de São Paulo, teria ocasionado a sua estagnação e decadência, deve ser ponderada. Certas vilas da capitania souberam aproveitar o momento da descoberta de veios auríferos, organizando suas produções e toda uma rede de prestação de serviços para atender aos mercados das Minas

---

<sup>89</sup> FARIA, Sheila de Castro. A colônia brasileira. Economia e Diversidade. São Paulo: Editora Moderna, 1997, pp. 52 e 53.

<sup>90</sup> Apud BELOTTO, Heloisa Liberalli. “A economia na política Militar e nos critérios de administração do Morgado de Mateus (1765-1775). In: Estudos Econômicos, Fipe/USP no. 13, 1983, p. 818.

Gerais, Cuiabá e Goiás. Portanto, souberam aproveitar um determinado momento para desenvolver suas próprias potencialidades econômicas. Dessa forma, com base em estudos que vislumbram uma perspectiva para além dos supostos aspectos deletérios da descoberta do ouro sobre a capitania de São Paulo, este trabalho pretende analisar o envolvimento sócio-econômico de Itu e Ararituaba com o comércio das monções.

O que cumpre aqui ressaltar é que as imagens de despovoamento, estagnação e decadência deixaram à margem as potencialidades econômicas internas da capitania de São Paulo no período da mineração. Nesse sentido, penso ser extremamente válido analisar Itu e Ararituaba, situadas no ponto de embarque para as minas de Cuiabá.

Enfim, ao analisarmos a participação de moradores de Itu e Ararituaba na rota das monções, procuramos descortinar os modos de viver de homens e mulheres em nossa sociedade colonial, bem como articular essa rota de comércio a processos mais amplos na construção do Império colonial português. Assim, esperamos, com este estudo, fornecer uma contribuição, mesmo que modesta, para uma maior compreensão do passado colonial brasileiro, em especial o da capitania paulista dos séculos XVIII e XIX.

---

<sup>91</sup> FARIA, Sheila de Castro, 1997, pp. 56,57 e 60.

***CAPÍTULO II***  
***A ocupação do planalto paulista e o povoado do***  
***Itu-Guaçú***



## 2.1) Uma trajetória: a família Fernandes e o povoamento do planalto paulista

No ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil seiscentos e vinte e oito, na vila de Santana do Parnaíba, Suzana Dias, enferma de cama, mandou chamar o juiz João Mendes Geraldo e ditou seu testamento (nº 1)<sup>1</sup>. Para além da partilha de bens, o ato de testar era “um meio de tornar conhecida a vontade do testador a respeito dos procedimentos que deveriam ser tomados para a salvação da alma. Indicava-se o número de missas a serem realizadas e para que santos, as esmolas e os destinatários, a mortalha, o lugar do enterro etc.”<sup>2</sup>; era o momento privilegiado para “revelar segredos guardados por vários anos, espaço reservado à confissões, à prática dos mais nobres sentimentos cristãos e à tentativa de um acerto de contas espiritual visando a absolvição divina (...) expressavam explícita ou implicitamente, o seu passado [do testador] e o que nele ficou bem ou mal resolvido”<sup>3</sup>.

Dessa forma, seguindo padrões vigentes na sua época, Suzana Dias encomendou a Deus e aos santos sua alma, relatando suas últimas vontades e desejos, dentre os quais que queria ser enterrada na igreja Matriz de Parnaíba, onde um de seus filhos, André Fernandes, era padroeiro.

Suzana tinha cinco filhas, Custódia Dias, Angela Fernandes, Benta Dias, Agostinha Dias e Maria Machado. Apesar de pagar a elas a legítima paterna, ainda devia uma cavalgada à Benta Dias e mil réis à Agostinha Dias. Incluía entre seus herdeiros duas filhas de Pedro Fernandes, embora este tenha morrido solteiro. Deixava a André Fernandes algumas tarefas específicas: amparar e casar uma das filhas de Pedro Fernandes e dar uma esmola para ajudar a casar Catarina, filha de Angela Fernandes. Em oito de janeiro de 1641, André cumpriu parte do pedido de sua mãe, dotando com “quarenta peças de serviço de gentio da

---

<sup>1</sup> Para não sobrecarregar o texto com notas de rodapé, as referências a inventários e testamentos far-se-ão ao longo do texto, com um número entre parênteses. As referências completas estão citadas nas fontes manuscritas.

<sup>2</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 226.

<sup>3</sup> PAIVA, Eduardo França., *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século VIII: as estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995. pp 34 e 37

terra, oitocentos alqueires de trigo ‘postos em Santos’ e uma parcela de terras virgens medindo em torno de três quilômetros em quadra”<sup>4</sup> a uma de suas sobrinhas, Suzana.

Referindo-se aos índios que estavam em sua propriedade, Suzana Dias afirmou serem todos “forros e livres”, e que estavam com ela por suas vontades, em função do “bom tratamento que lhes [prestou] e não por direito que (...) tivesse neles”. Quando de sua morte, os índios iriam para a casa de André Fernandes, que lhes ensinaria a “doutrina cristã encaminhando-os ao serviço de Deus”. André e Baltazar Fernandes também poderiam ficar com algumas “peças” como restituição de outras que haviam dado a testadora.

Por fim, entre os bens avaliados em seu inventário estavam uma roça de mantimentos e uma pilha de trigo no valor de três e dois mil réis respectivamente, e, vinte e seis peças forras.

Considerando que os testamentos expressam modos de viver coletivos e comportamentos, “quando não de uma sociedade, pelo menos de grupos sociais”, revelando elementos do mundo material e da esfera mental da vida colonial<sup>5</sup>, através do de Suzana Dias e de outras fontes, podemos analisar um pouco da trajetória da personagem aqui apresentada, bem como de membros de sua família, ou seja, o viver de homens e mulheres na São Paulo colonial, ressaltando a importância da mão de obra indígena para a formação daquela sociedade.

Neta de Martim Afonso Tibiriçá, Suzana nasceu em São Vicente, em 1552, filha de Lopo Dias e de sua cônjuge Beatriz Dias.<sup>6</sup> Casou-se com Manuel Fernandes Ramos, português, natural de Moura. De São Vicente, ela e seu cônjuge transferiram-se para São Paulo, onde Manuel exerceu os cargos de escrivão da Câmara e de Juiz Ordinário e, nos idos

<sup>4</sup> MONTEIRO, John Manuel. “Distribuição da Riqueza e as Origens da pobreza rural em São Paulo (século XVIII)”. Revista Estudos Econômicos, São Paulo, v. 19, 1989, p.121. Cf. também ALMEIDA, Luiz Castanho de, 1943. *Op.cit.*, p. 211.

<sup>5</sup> PAIVA., Eduardo França. 1995, *op.cit.*, p. 31

<sup>6</sup> Importante líder indígena, Tibiriçá é, para John Monteiro, espelho dos acontecimentos que marcaram a “expansão européia na Capitania de São Vicente”. Tibiriçá estabeleceu alianças com europeus, certo de que obteria dessa forma vantagens sobre seus inimigos; autorizou a construção da capela e do Colégio de São Paulo de Piratininga em sua aldeia, bem como a conversão de sua própria tribo, e dele próprio, ao cristianismo. Permitiu ainda que suas filhas casassem com portugueses. A poligamia e o concubinato entre índios e europeus, mais que a “adoção de práticas nativas (...) refletia (...) as alianças pactuadas por portugueses e índios, conferindo aos colonos certo prestígio dentro das estruturas indígenas.” MONTEIRO, John M.,1994, *op. cit.*, pp. 17 e 34. Cf. CAMARGO. Paulo Florêncio da Silveira. História de Santana de Parnaíba. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura. S/d.,. 27.

de 1580<sup>7</sup>, estabeleceu-se na povoação de Santana do Parnaíba, que seria elevada à vila em 1625. Em 1589, Manuel Fernandes Ramos faleceu e Suzana Dias contraiu novas núpcias com Belchior da Costa, viúvo de Isabel Rodrigues<sup>8</sup>. Suzana Dias teve ao todo dezessete filhos, dos quais quinze ficaram vivos, todos do primeiro matrimônio. Três de seus filhos merecerão aqui atenção especial: André, Baltazar e Domingos Fernandes.

Depois da morte do pai, André, o primogênito da família Fernandes “passou a chefiar a casa”<sup>9</sup>. Proprietário de uma fazenda produtora de trigo que contava com mais de cem cativos, André era considerado o “principal colono de Parnaíba”<sup>10</sup>. Em 1628, sob alegação de recapturar índios fugitivos tomou parte da bandeira rumo à região do Guairá para apresamento de indígenas, liderada por Raposo Tavares<sup>11</sup>. No ano de 1632, Antonia de Oliveira, esposa de André, ditou seu testamento (nº 2). Entre seus bens, havia mil e duzentas mãos de milho que já estavam colhidos, sessenta alqueires de feijão branco, uma *ruma* de trigo em palha, uma olaria de coser telha, um canavial, um pedaço de roça de mandioca, quarenta cabeças de gado vacum, além de gados destinados a Capela de Santana de Parnaíba e quinze cabeças de porco. Entre seus pertences, “conforme o costume da terra”, arrolava também cento e dezesseis indígenas. A respeito destes índios afirmava “que vieram de suas aldeias e de sua terra livremente sem ninguém ir por eles, só vieram pela fama de meu marido, o capitão André Fernandes, só pelo bom tratamento que com eles usa nos quais se não bolirão nem agravarão por serem livres como são e os deixem estar como até agora estiveram”<sup>12</sup>.

Outro dos irmãos Fernandes, Baltazar, casou-se em primeiras núpcias com Maria de Zúnega, moradora em Vila Rica do Guairá. Essa união matrimonial, realizada por volta de 1600, não durou mais de treze anos, provavelmente por morte de Maria. Em 1613, Baltazar já estava casado em segundas núpcias com Isabel de Proença, natural de São Vicente, filha de

<sup>7</sup> Segundo John Monteiro, seria pouco provável que em 1580 os Fernandes já estivessem em Santana do Parnaíba, mas assevera que em 1609 eles já estariam lá. MONTEIRO, John, 1994, *op. cit.*, p. 108. Sobre outra versão dos primórdios de Santana de Parnaíba, cf. CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. *op. cit.*

<sup>8</sup> CARVALHO, Roberto Machado de. “Povoamento da região de Itu: índios, colonizadores e jesuítas”. In: Panorama Histórico-Geográfico do Vale Médio Tietê: 500 anos de Brasil. Org. ZEQUINI, Anicleide, *et alli*, Itu: Ottoni Editora, 2000, pp. 29- 45.

<sup>9</sup> ALMEIDA, Luiz Castanho de. 1943. *Op.cit.*, p.209

<sup>10</sup> MONTEIRO, John M., 1994, *Op.cit.*, p. 109

<sup>11</sup> *idem*, p. 72

<sup>12</sup> Certamente, os padres jesuítas da região do Guairá não compartilhavam da idéia de que André Fernandes fosse um *homem bom*. André Fernandes foi apresentado na correspondência jesuítica como um dos “principais e piores assaltantes” que “atacaram” aquela região. MONTEIRO John M. 1994, *Op. cit.* p. 239.

João de Abreu, almoxarife da capitania<sup>13</sup>. Ele também se lançou ao sertão em busca de índios, participando de expedições ao Guairá.<sup>14</sup> Em 6 de maio de 1641, Baltazar Fernandes e sua segunda esposa “foram à casa e ao escritório do tabelião de Parnaíba para registrar um contrato de dote” para o casamento de sua filha, Maria de Proença. O conteúdo do dote incluía, dentre outros bens, trinta índios e quinhentos alqueires de farinha depositados em Santos<sup>15</sup>.

Em 1645, Baltazar Fernandes juntamente com alguns de seus genros fundam a capela de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba. Em 1660, através de uma escritura registrada na Vila de Parnaíba, doaram essa capela e uma parte de terras “com a terça do doador” aos frades de São Bento “sob a condição de rezarem os frades uma missa cada mês”<sup>16</sup>. Em março de 1661, Baltazar Fernandes recebeu, de Salvador Correia de Sá e Benevides, governador e capitão general da Repartição do Sul da colônia, que estava em expedição pela capitania de São Paulo, o decreto para a criação da vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba<sup>17</sup>.

O terceiro irmão, Domingos Fernandes, nascera em São Paulo em 1585. Casou-se com a filha de seu padraсто, Ana da Costa. De seu único matrimônio, Domingos teve seis filhos: Anastácio da Costa, Thomé Fernandes da Costa, Felipe Fernandes Cabral, Isabel da Costa, Ana da Costa e Agostinha Rodrigues. Depois de enviudar, teve uma filha com uma índia.

Em 1602, então com dezessete anos, Domingos Fernandes participou da bandeira chefiada por Nicolau Barreto, que junto com “mais de cem colonos (...) apresou cerca de 2 mil cativos tememinó”<sup>18</sup>. Retornando da bandeira, após alguns anos abriu “lavouras no Utu-Guaçu”, para onde transferiu sua residência, levando consigo sua família, agregados e índios que trouxera de Parnaíba, do sítio de seu pai Manuel Fernandes Ramos.<sup>19</sup> Juntamente com seus irmãos André e Baltazar, também andou pelo sertão do Guairá, de cujas cotas na partilha dos índios formou-se “a base das vilas de Parnaíba, Itu e Sorocaba”<sup>20</sup>.

<sup>13</sup> ALMEIDA, Luiz Castanho de. 1943, *Op.cit.*, p. 213

<sup>14</sup> *idem*, p. 214

<sup>15</sup> NAZZARI, Muriel. O desaparecimento do dote. Mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 58.

<sup>16</sup> LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Compa. 1905, Volume 7. Pp. 26 e 227

<sup>17</sup> ALMEIDA, Luis Castanho de. 1943, *Op.cit.*, p. 126; Sobre Salvador Correia de Sá, cf. VAINFAS, Ronaldo (org.) Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 518-520.

<sup>18</sup> MONTEIRO John M. 1994, *Op.cit.*, p. 60

<sup>19</sup> NARDY FILHO, Francisco. A cidade de Itu: Cronologia ituana. Itu: Ottoni Editora, 2000, Volume 4, p. 11

<sup>20</sup> MONTEIRO, John M. 1994, *Op.cit.*, p. 79

Parece ter sido próspera a vida de Domingos Fernandes. Sua família controlava os negócios de trigo em Parnaíba, sendo dele “o moinho de maior importância” da vila. Vale lembrar que possuir um moinho de trigo era sinal de prestígio e riqueza, conferia *status* ao seu proprietário<sup>21</sup>.

Em testamento de 12 de dezembro de 1652, um mês antes de sua morte, Domingos Fernandes afirmou:

“Declaro que eu aviei a meus filhos Thomé Fernandes e Felipe Fernandes a minha custa de minha casa sendo eles ainda filhos-famílias para irem ao sertão a buscar quatro peças e para isso lhes dei todo o necessário, o que fizeram e trouxeram algumas peças para casa, e posto que eu atrás, digo, que quando casaram lhes não dei nada; contudo, faço declaração que Thomé Fernandes levou uma dúzia de peças com suas famílias das peças que lhe trouxe da dita viagem; Anastácio da Costa e Felipe Fernandes, e depois deles casados, vendo-os pobres e faltos de serviços, lhes dei a cada um algumas peças para se servirem delas, e porquanto eles não ficaram iguais com Thomé Fernandes, com estas peças faço essa declaração para o que ficar com minha morte haja entre seus herdeiros igualdade. (...)” (nº 3).

As disposições testamentárias de Domingos Fernandes, de Suzana Dias e de Antonia de Oliveira demonstram a importância do indígena para a sociedade paulista no século XVII. Indígenas eram “não só a principal fonte de rendimento, mas também de acumulação de capital”<sup>22</sup>, constituíam o “principal ativo de proprietários de São Paulo”<sup>23</sup>, além de serem amplamente utilizados nas lavouras paulistas. Tal era a importância da mão de obra indígena para esta sociedade que, nos dotes da vila de São Paulo, os itens mais importantes eram as “peças do gentio da terra”<sup>24</sup>, como demonstra o contrato de casamento feito por Baltazar Fernandes. No decorrer do século XVII, os dotes “proporcionavam a maior parte da mão-de-obra e dos meios de produção necessários para um casal dar início a sua nova unidade produtiva”. Havia, inclusive, um esforço familiar para bem dotar as filhas<sup>25</sup>.

<sup>21</sup> Ao discorrer sobre a família Fernandes, John Monteiro informa que a mesma era “constituída de descendentes dos primeiros povoadores brancos do planalto, controlava os negócios de trigo na vila de Parnaíba”. *Idem*, pp. 119 e 121

<sup>22</sup> NAZZARI, Muriel, “Da escravidão à liberdade : a transição de índio administrado para vassalo independente em São Paulo”. In NIZZA DA SILVA (org.) Brasil: Colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 30.

<sup>23</sup> NAZZARI, Muriel, 2001, *Op.cit.*, p. 38.

<sup>24</sup> NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. História da família no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. pp. 42 e 45.

<sup>25</sup> A importância dada ao dote advém do peso que as estratégias matrimoniais possuíam para o próprio funcionamento da sociedade paulista do século XVII. A promessa de bons dotes resultava em bons casamentos. NAZZARI, Muriel. 2001, *Op.cit.*, p. 45.

Além da herança e do dote, outra forma de acesso à mão de obra indígena era através de expedições preadoras. Quando Domingos Fernandes aviou seus filhos para irem ao sertão, este auxílio era de certa forma esperado. Era comum pais ou sogros fornecerem uma ajuda de custo, que se compunha basicamente de “chumbo, pólvora, correntes e, sobretudo, alguns índios”, para que seus filhos realizassem expedições ao sertão. Isto se intensificou a partir de 1641, quando as expedições preadoras tomaram a forma de um empreendimento familiar e as distâncias percorridas tornaram-se menores<sup>26</sup>.

Talvez, parte da prosperidade de Domingos Fernandes derive de sua mão de obra indígena. Embora não tenhamos certeza da quota que lhe coube na expedição de apresamento ao Vale do Paranapanema, entre 1602 e 1604, esta entrada retornou com 2.000 cativos. Sua quota pode ter sido de fundamental importância para a montagem de sua propriedade em Itu e, posteriormente, aviar seus filhos com “todo o necessário” para se lançarem rumo ao sertão. Portanto, o que está se indicando aqui é a importância da mão de obra indígena para a manutenção e ampliação do patrimônio familiar.

Suzana Dias e sua família eram sabedores da importância do uso da mão de obra indígena e da correlação entre riqueza e posse de indígenas e, evidentemente, não desconheciam a ilegalidade da escravidão de índios. André Fernandes, ao participar da expedição rumo ao Guairá, tomou a precaução de levar consigo uma autorização para *recapturar índios fugidos*, e não para prear índios. Suzana Dias teve o cuidado de deixar assinalado em seu testamento que os índios estavam em seu poder devido, exclusivamente, ao *bom tratamento* que lhes oferecia, “não por ser direito que (...) tivesse neles”. E por ser vontade dos próprios índios, após sua morte, eles iriam para a casa de seu filho André Fernandes, que “*lhes ensinaria a doutrina, encaminhando-os ao serviço de Deus*”. Essa passagem no testamento de Suzana demonstra uma das maneiras a qual os colonos paulistas recorriam para contornar a legislação portuguesa e legitimar a escravização indígena: os índios estariam em suas propriedades por vontade própria e, de quebra, eram agraciados com os ensinamentos cristãos. Afora isso, era recorrente a afirmação de serem os indígenas “incapazes de administrarem a si mesmos”, papel que obviamente seria levado a cabo pelos colonos – o de “administradores particulares de índios”<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> MONTEIRO, John M., 1994, *Op.cit.*, p. 86.

<sup>27</sup> *Idem*, p. 137.

Portanto, as formas de justificar o domínio sobre os índios, além do recurso da guerra justa, eram a *conversão* e a administração de indígenas, já que estes seriam incapazes de regerem a si próprios. Assim, além de contar com mão de obra, os colonos acreditavam que estavam prestando “um inestimável serviço a Deus, ao rei e aos próprios índios ao transferirem estes últimos do sertão para o povoado ou, na linguagem de séculos subsequentes, da barbárie para a civilização - e se firmava juridicamente no apelo ao “uso e costume da terra”, como aponta o testamento de Antonia Dias<sup>28</sup>.

Pelo exposto até aqui, a trajetória de membros da família Fernandes — sertanistas, fundadores de vilas, agricultores, grandes proprietários de indígenas e de terras — indica elementos para analisar o modo de viver de homens e mulheres que habitaram a São Paulo colonial, constituindo exemplo de tensões que envolveram a formação da sociedade e economia paulistas nos seus primórdios. A busca de novas terras, como fez Manuel Fernandes Ramos, o patriarca da família Fernandes, ao estabelecer-se no local que viria a ser Santana de Parnaíba e, posteriormente, seus filhos, Domingos e Baltazar, respectivamente em Itu e Sorocaba, e as entradas que realizaram no sertão em busca do indígena, utilizado como mão de obra para lavoura, foram elementos de vital importância para o processo de ocupação do território do hoje Estado de São Paulo. Busca de terras e apresamento de indígenas formaram os principais vetores que impulsionaram a colonização da capitania de São Paulo.

A família Fernandes contribuiu para os desfalques periódicos ocorridos na vila de São Paulo, estabelecendo-se em sítios que marcaram a “paulatina ocupação do solo” paulista. Esses desfalques foram caracterizados por Sérgio Buarque de Holanda como “sangrias”. Essas sangrias podiam “originar-se da simples escassez” de terras ou, então, quando o solo mostrava-se imprestável para a lavoura. Destarte, o impulso para a atividade expansionista poder ser a má distribuição dos solos e o uso que se fazia deles, bem como ao acesso mais fácil à mão de obra indígena, além do fato de poder ficarem os colonos fora do alcance das justiças civis e das censuras eclesiásticas, já que a “imunidade relativa a opressões e punições que naturalmente confere a assistência em paragem erma”<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> *Idem*, p. 139.

<sup>29</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1966, *Op.cit.*, pp. 55 e 92. Ao comentar a expressão *sangrias*, Ilana Blaj afirma que Sérgio Buarque utilizou tal termo porque “semelhantemente às práticas médicas antigas que sangravam o corpo para assim restituir-lhes a saúde, os movimentos populacionais ‘sangravam’ São Paulo para sedimentar sua

O que se observa na análise de Sérgio Buarque de Holanda é que uma confluência de fatores políticos, econômicos, culturais e ambientais impulsionaram a penetração rumo ao interior paulista. Neste ponto, difere das versões que apontavam a mobilidade do paulista em função do seu “coração aventureiro”, de sua pretensa “paixão ambulatória”<sup>30</sup>. Santana de Parnaíba serviu-lhe de exemplo do que talvez seria um acesso mais facilitado à mão de obra indígena e, conseqüentemente, ao uso de cativos na lavoura, questões que, embora aludidas, não foram objeto do autor e, por isto, não foram aprofundadas, mas do que fartamente se ocupou John Monteiro.

Em 1985, com a apresentação de sua Tese de Doutorado à Universidade de Chicago, John Manuel Monteiro lançou novos olhares sobre a condição econômica da vila de São Paulo do século XVII e sobre a importância dos bandeirantes nesta economia. Privilegiando o papel do índio na história social e econômica da Colônia, analisou alguns problemas centrais da História do Brasil: o pujante mito do bandeirante e a importância das economias não exportadoras para a formação do país. Ao buscar as razões que impulsionavam os paulistas sertão adentro, afirma que, embora alguns visassem metais preciosos, a imensa maioria tinha como objetivo a busca de indígenas para “a produção [de trigo] e o transporte de excedentes agrícolas, articulando - ainda que de forma modesta - a região a outras partes da colônia portuguesa e mesmo ao circuito mercantil do Atlântico meridional”<sup>31</sup>.

---

sociedade”. BLAJ, Ilana. “Pulsações, sangrias e sedimentação: Sérgio Buarque de Holanda e a análise da sociedade paulista no século XVII.” In: Sérgio Buarque de Holanda: Vida e Obra. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Universidade de São Paulo, 1988. p. 85.

<sup>30</sup> O termo “paixão ambulatória” foi cunhado por Charles R. Boxer no clássico A idade do ouro do Brasil. Dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 58.

<sup>31</sup> MONTEIRO, John. M. 1994, *Op.cit.*, pp. 9 e 57. Obra de importância capital para a historiografia não só paulista, mas nacional, *Negros da Terra* faz parte de um conjunto de pesquisas que estão revelando a extrema importância da mão de obra indígena para a formação da economia colonial. Antes dele, Schwartz reportou-se à sociedade baiana do século XVI, onde os indígenas foram “a principal fonte de braços durante quase um século” e que mesmo após a entrada de cativos africanos, ainda era possível encontrar índios nos engenhos servindo como mão de obra. Stuart B. Schwartz. Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 40 e 68. Analisando a capitania do Rio de Janeiro, Maria Regina Celestino de Almeida afirma que as expedições ao sertão para conquistar territórios, aprisionar índios, realizar descimentos ou buscar metais preciosos foram preocupação constante das autoridades do Rio de Janeiro durante todo o século XVII, e que o uso de indígenas como mão de obra funcionava como uma “alternativa para uma elite que, sem liquidez, não podia adquirir no mercado de escravos africanos a força de trabalho necessária para desenvolver suas atividades produtivas”. A clientela para escravos negros “só se desenvolveu no decorrer do XVIII”. ALMEIDA, Maria Regina Celestino. “Considerações sobre a presença indígena na economia do Rio de Janeiro Colonial”. II Congresso Brasileiro de História Econômica. Niterói, 1996, vol. 1. Na cidade do Rio de Janeiro do início do século XVII, a população era de aproximadamente de 4 mil habitantes, distribuídos em 30% de portugueses, 3% de africanos e 67% de índios e mestiços. Nas fazendas da Ordem de São Bento, na cidade do Rio, cerca de um terço dos cativos eram de origem indígena em 1652. No



Ao analisar a questão da escravidão indígena na São Paulo colonial, o autor de “Negros da terra” relaciona as diferentes formas de recrutamento da mão de obra indígena como elementos que influíram no processo de ocupação das terras na capitania de São Paulo. Inicialmente, duas foram as formas utilizadas para a obtenção desse tipo de mão de obra: o escambo e a compra de cativos. Na primeira delas, através do escambo, “os portugueses ofereciam ferramentas, espelhos e bugigangas aos chefes indígenas na expectativa de que estes orientassem mutirões para as lavouras européias”. Na segunda, “os portugueses procuravam fomentar a guerra indígena com o intuito de produzir um fluxo significativo de cativos que, em vez de sacrificados, seriam negociados com os europeus como escravos”<sup>32</sup>. Todavia, estas duas estratégias mostraram-se ineficientes.

As relações entre colonos e indígenas foi constantemente objeto de atenção por parte da Coroa, que sempre emitiu opiniões ambíguas e contraditórias a respeito do assunto. Embora criticasse a escravidão e os atos de violência dos colonos, “reconhecia que o êxito da Colônia dependia, em última instância, da subordinação e exploração da mesma população indígena”. Uma lei promulgada em 20 de março de 1570 refletiu esse caráter contraditório da Coroa: proibia o cativo indígena – indo ao encontro dos interesses dos jesuítas –, mas permitia a aquisição de escravos via guerra justa, acenando aos interesses dos colonos e da própria Coroa. Foi neste contexto que os jesuítas lançaram a proposta de criação dos aldeamentos indígenas, que, “instituídos com a intenção de proteger as populações indígenas”, tornaram-se reservatórios de mão de obra para os colonos, os quais contratariam os serviços indígenas aos jesuítas<sup>33</sup>.

A princípio a idéia de aldeamentos agradou a todos — Coroa, colonos e jesuítas. Com o passar do tempo, a intermediação dos jesuítas, o número insuficiente de cativos nos aldeamentos e a resistência indígena acabaram por mostrar que essa forma de recrutamento de mão de obra também se mostrava inadequada aos interesses dos colonos, que resolveram aprisioná-los diretamente no sertão. Assim, “ao longo do século XVII, colonos de São Paulo e

---

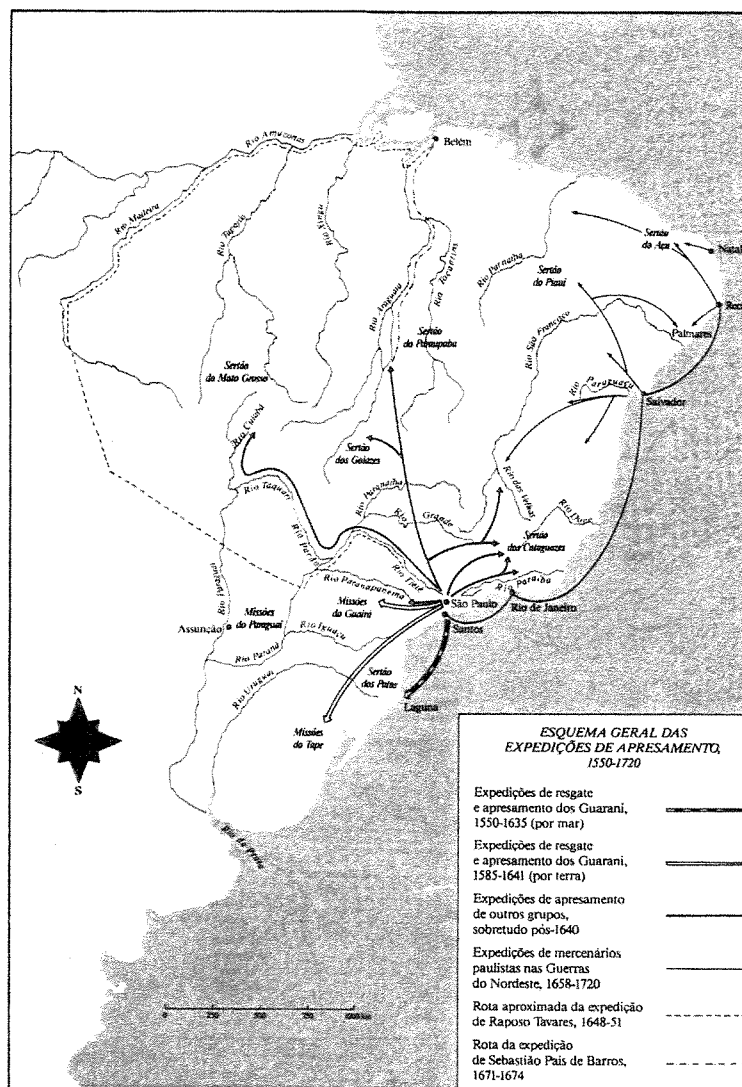
Amazonas, Pará e Maranhão a presença da escravidão indígena se deu até o final do século XVIII. FRAGOSO, João Luis *et. alli*. *A economia colonial brasileira (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Ed. Atual, 1998, p. 38.

<sup>32</sup> MONTEIRO, John M. 1994, *Op.cit.*, pp. 30 e 31.

<sup>33</sup> Nem todos os jesuítas eram contra o cativo indígena. Segundo John Monteiro, o Padre Manuel da Nóbrega era defensor tanto da escravidão indígena como da africana como meio necessário para o desenvolvimento da colônia, contribuindo inclusive para o avanço da ‘gentilidade’. MONTEIRO John. 1994, *Op. cit.* p. 41.

de outras vilas circunvizinhas assaltaram centenas de aldeias indígenas em várias regiões, trazendo milhares de índios de diversas sociedades para suas fazendas e sítios na condição de ‘serviços obrigatórios’<sup>34</sup>.

**Figura 1**  
**Esquema Geral das Expedições de Apresamento, 1550-1720**



Fonte: MONTEIRO, John, 1994, p. 13.

<sup>34</sup> *Idem.* p. 57

Foi nesta fase que os paulistas voltaram seus esforços para o sertão dos Patos e o sertão dos Carijós, áreas localizadas “no interior do atual estado de Santa Catarina” e nas terras circundadas pelos rios Piquiri, Paraná, Paranapanema e Tibagi, respectivamente. Provavelmente, áreas situadas entre estes rios formavam a região do Guairá, que, ao abrigar aldeias de índios guarani, eficazes na prática da agricultura, tornou-se, entre 1628 e 1641, “o principal objetivo das expedições que partiam de São Paulo”<sup>35</sup>. Cabe ressaltar que uma das mais famosas expedições, a de Raposo Tavares, em 1628, foi liderada por capitães dos “distritos rurais de São Paulo e Parnaíba”, dentre eles André Fernandes, filho de Suzana Dias.

Deve-se ressaltar também que desde 1622 os paulistas se embrenharam em terras hoje mato-grossenses, preando índios ou assolando povoações castelhanas. Em 1648, Raposo Tavares atravessou a região de Vacaria, passando pelo rio Paraguai até os rios da Bacia Amazônica. Luiz Pedroso Xavier e Antônio Castanho da Silva alcançaram as cordilheiras peruanas, e Manoel de Campos Bicudo penetrou vinte e quatro vezes a área entre o Paraná e o Paraguai. Antônio Ferraz de Araújo e Manoel de Frias, em 1690, atingiram as missões de Chiquitos e Santa Cruz de La Sierra<sup>36</sup>. Toda essa movimentação de paulistas sertão adentro era feita a pé, servindo-se principalmente de trilhas feitas por indígenas, como a de Peabiru, que ia a direção do Guairá e passava em terras que futuramente formariam a vila de Itu<sup>37</sup>.

Ao longo do século XVII, as expedições tomaram diversas formas, que foram “determinadas pelas variáveis da orientação geográfica, das distâncias percorridas, dos custos operacionais e das formas diversas de reação dos indígenas”<sup>38</sup>. As expedições que inicialmente eram empreendimentos coletivos, a partir da década de 1640 tornam-se familiares. A trajetória da família Fernandes expressa as fases porque passaram as expedições de apresamento. Vimos que em 1602, na região do vale do Paranapanema, Domingos Fernandes participou da bandeira chefiada por Nicolau Barreto que, junto com mais de cem colonos, retornou com aproximadamente dois mil cativos Tememinó<sup>39</sup>. Domingos, André e Baltazar Fernandes

---

<sup>35</sup> *Idem*, p. 61

<sup>36</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1990, *op.cit.*, p. 43.

<sup>37</sup> CARPI JUNIOR, Salvador. “A Geografia regional: hidrografia e geomorfologia”. In: Panorama Histórico-geográfico do Vale Médio Tietê: 500 anos de Brasil. Org.: ZEQUINI, Anicleide, *et alli*, Itu: Editora Ottoni, 2000. p. 20.

<sup>38</sup> MONTEIRO, John M. 1994, *op.cit.*, p. 58

<sup>39</sup> *Idem*, p. 60

lançaram-se em expedições ao Guairá. Estas bandeiras se deram na fase expedições de caráter coletivo.

Mesmo que Domingos Fernandes não tenha mais retornado ao sertão<sup>40</sup>, seus filhos foram aviados por sua própria conta, como ele disse em seu testamento (nº 3). As idas aos sertões dos filhos de Domingos expressam o momento das pequenas expedições mencionadas por John Monteiro. No testamento de Domingos a alusão feita é a de que seus filhos *família*<sup>41</sup> foram ao sertão para buscar apenas “quatro peças”. Com efeito, Tomé, quando retornou da expedição, ficou com uma dúzia de *peças* com suas famílias, mas seus irmãos, Felipe e Anastácio, não “ficaram iguais a Tomé”, ou seja, com menos índios. Desse modo, é plausível supor que, na segunda fase as expedições, os sertanistas retornavam com menos índios<sup>42</sup>.

De qualquer forma, membros da família Fernandes, os irmãos Domingos, Baltazar e André, através de suas incursões foram em busca de um elemento essencial para a sobrevivência e acumulação de capital: mão de obra. O apresamento de indígenas sertão adentro, por sua vez, acabou por fazer surgir vilas como Itu e Sorocaba, que “com uma pequena produção agrícola, baseada no trabalho indígena (...) abasteciam as expedições que por ali passavam, servindo também de ponto de partida para novas viagens em busca de índios no sertão<sup>43</sup>”

<sup>40</sup> A grande maioria dos sertanistas “não participou das expedições mais do que uma ou duas vezes ao longo de sua vida”. MONTEIRO, John M. 1994, *op. cit.*, p. 87

<sup>41</sup> Os chamados ‘filhos famílias’ eram os filhos solteiros não emancipados. Eles “iam nas bandeiras como representantes dos pais e recebiam um quinhão das recompensas apenas se seus pais assim quisessem”. Quando se tornavam mais experientes, “crescia seu valor para a expedição, permitia-se que conservassem como propriedade pessoal parte dos índios que coubessem a família”. NAZZARI, Muriel, 2001, *op.cit.*, pp. 35 e 36.

<sup>42</sup> Enquanto as bandeiras tinham como objetivo “a reprodução da força coletiva de trabalho no planalto”, as armações eram expedições pequenas que visavam abastecer somente a unidade de produção daquele que estava indo ao sertão. MONTEIRO, John M, 1994, *op. cit.*, pp. 80-81 e 85 . Provavelmente, as incursões de Tomé e Felipe Fernandes tenham sido armações, e não bandeiras.

<sup>43</sup> A fundação de vilas após a década de 1640 ocorreu em função do acesso à mão de obra indígena e aos padrões de recrutamento deste tipo de mão de obra, pois reagindo “a uma crise de abastecimento de cativos guarani, a partir de 1640, os colonos de São Paulo, Parnaíba e Mogi das Cruzes passaram a reorientar suas expedições para o vale do Paraíba, onde as vilas de Taubaté (1643), Guaratinguetá (1651) e Jacareí (1653) logo brotaram. Posteriormente, a oeste e noroeste, esta mesma expansão e resultou na fundação das vilas de Jundiaí (1655), Itu (1656-8) e Sorocaba (1661)”. MONTEIRO, John M, 1994, *op.cit.*, p. 109.



## 2.2) A família Fernandes aporta em Itu

Em “Movimentos da população em São Paulo do século XVIII”, Sérgio Buarque destaca as flutuações e depressões da demografia da região e, por consequência, a mobilidade do paulista. Uma de suas contribuições é que num momento em que as análises sobre a mobilidade do paulista apontavam para fundamentos psicológicos, o autor, utilizando-se do conceito de equilíbrio vital, enfatizou as imbricações entre sociedade, meio e cultura, indicando a busca de terras e mão de obra indígena, como fatores cruciais para as andanças paulistas.

A idéia de *deslocamentos* maciços para o interior da capitania implica movimentos migratórios, os quais foram caracterizados como o “comportamento preferencial dos homens coloniais (...) tanto no espaço geográfico quanto no social”. Geralmente, os fluxos migratórios se dirigiam a áreas em expansão econômica, ou seja, “áreas em estabelecimento de atividades econômicas sempre se colocaram como grande chamariz”, uma vez que a abertura de novas áreas de fronteira agrícola impulsionou a movimentação dos homens durante o período colonial<sup>44</sup>.

Portanto, o movimento migratório, a busca de terras e o apresamento de índios, como características do processo de povoamento paulista no decorrer dos séculos XVI e XVII, fizeram surgir, por exemplo, as vilas de Mogi das Cruzes e Santana do Parnaíba, ambas ligadas a aldeamentos próximos e ao problema da distribuição de terras<sup>45</sup>. O desenvolvimento de Itu ao longo do século XVII inseriu-se numa dada conjuntura do processo de ocupação e colonização do planalto paulista. Como vimos, exemplos dessas conjunturas foram atravessados por diferentes membros da família Fernandes. Saindo de São Vicente, os Fernandes transferiram-se para São Paulo e, posteriormente, Santana de Parnaíba, Itu e Sorocaba, onde foram em busca de terras e índios.

---

<sup>44</sup> FARIA Sheila de Castro. 1998, *op.cit.*, p. 20-26

<sup>45</sup> Taubaté, Guaratinguetá, Jacareí, Jundiá, Itu, e Sorocaba são elevadas à categoria de vila em 1643, 1651, 1653, 1656-8 e 1661, respectivamente. Essas vilas refletiam as novas orientações na busca de indígenas: das vilas do vale do Paraíba (Taubaté, Guaratinguetá e Jacareí) “serviram de base para as investidas na serra da Mantiqueira e na vasta região das futuras Minas Gerais, onde a população, predominantemente tupi, atraía os paulistas”. Jundiá, “orientava os colonos até os índios e minas de Goiás” e Itu e Sorocaba “tornaram-se pontos de partida para o Extremo Oeste”. MONTEIRO, John M. 1994, *Op. cit.* pp 81,82 e 109.

A família Fernandes está longe de ser um exemplo isolado. Acredito que seja muito difícil ou até impossível, talvez desnecessário, calcular o número de pessoas envolvidas nesse processo<sup>46</sup>. Trajetórias semelhantes a de membros da família Fernandes podem ser percebidas através de outras famílias, isto é, a saída de famílias, ou ramos delas, da vila de São Paulo ou São Vicente e seu estabelecimento na vila de Itu. Famílias podiam ter membros estabelecidos em Santana de Paranaíba ou Sorocaba, mas mantendo fortes elos com outros parentes na vila de Itu.

Na verdade, aquele processo de ocupação foi feito por famílias, no sentido mais amplo do termo. Afinal, era a família que possibilitava empreendimentos daquela envergadura, a assistência em paragens ermas, dirigia as alianças matrimoniais, conferia *status* aos seus membros. Nesse sentido, o papel da família foi crucial no processo de povoamento do território paulista<sup>47</sup>.

Quando Domingos Fernandes e sua família foram para o Oeste paulista, fundando a povoação de Itu por volta de 1610, utilizaram-se amplamente de índios para seus empreendimentos agrícolas e parte de sua produção serviu de base para as expedições que se dirigiam ao Guará. Talvez isto tenha dado impulso para a criação de uma relativa estrutura agrária em Itu. Posteriormente, entre a segunda metade do século XVII e o início do comércio das monções, em 1719, os índios administrados continuaram a formar a base da mão de obra ali utilizada, consolidando o povoamento vila ituana.

---

<sup>46</sup> Estou convicta de que o estudo do singular permite analisar aspectos que abordagens quantitativas poderiam ignorar. LEVI, Giovanni. "Sobre a micro-história", in BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 139.

<sup>47</sup> A família representava o pilar da sociedade paulista do século XVII, mas o "princípio organizador" não era a pequena família nuclear, mas a ampla parentela, o clã familiar. O clã conduzia "os negócios, travava as lutas, disputava o poder político e organizava as bandeiras. A família nuclear era a menor unidade de produção dentro do clã - como uma filial de uma empresa - estabelecida com o dote trazido pela esposa". Era através da família que se realizava toda a atividade econômica. Dessa forma as alianças matrimoniais no interior desta sociedade adquiriam um peso extraordinário. Casamentos eram alianças de negócios, daí não serem tratados como assunto de ordem pessoal, mas familiar. O casamento de um filho resultava uma aliança com a família da noiva "acrescida de uma nova unidade produtiva, instalado em sua maior parte, com o dote da noiva"; por outro lado, casar uma filha significava "ganhar um novo sócio", o genro, "que podia colaborar para a expansão do empreendimento familiar". A escolha de um genro era criteriosa, optava-se por aquele que possuísse *status* de nobreza ou por alguém do interior da própria parentela, a fim de consolidar o patrimônio, ou, ainda, por aqueles que possuíssem algumas aptidões ou experiência que se ajustasse ao tipo de negócio da família noiva. NAZZARI, Muriel, 2001, *Op. cit.* pp. 27-44.

### ***2.3) Itu e Ararituaguaba: século XVII e inícios do século XVIII***

Em São Paulo do século XVII era comum os maiores proprietários de terras instituírem capelas rurais nas suas propriedades, reforçando o prestígio social e a autoridade econômica do fundador, que fornecia boa parte dos recursos necessários para a construção e manutenção dos templos, na medida em que, “com poucas exceções, a fundação de uma capela estava associada à presença de um número considerável de índios”<sup>48</sup>.

Em 1610, juntamente com seu genro Cristóvão Diniz, Domingos Fernandes obteve do prelado do Rio de Janeiro, Mateus da Costa Aborim, provisão para erigir uma capela em louvor à Nossa Senhora da Candelária em Itu-guaçu, “onde residia e abria suas lavouras”<sup>49</sup>. Para que a capela se mantivesse, Domingos Fernandes e seu genro se preocuparam em provê-la de recursos financeiros, deixando suas terças a favor dela. O sogro determinou que meia légua de terra de sua propriedade, situada na barra do Pirapitingui, poderia ser arrendada para os "aumentos da dita capela". Deixava mais “alguma roupa de alfaia, como sobrecéu, cortinas, toalhas, um frontal usado de tafetá verde e amarelo, uma vestimenta casula, alva e o mais pedra de altar, cálice com sua patena, sanguilhos corporais, missal usado, quatro castiçais, dois de estanho e outros dois de latão, campainha e galhetas de cobre”, além de um índio tecelão de nome Miguel (nº 3).

Domingos Fernandes receava que Itu e seu distrito, onde estava a capela, pudessem vir a se despovoar, o que não era descabido de fundamento. Os administradores e prelatícios do Rio de Janeiro, a quem São Paulo estava subordinada, somente davam provisão de capela curada quando o local estivesse razoavelmente povoado e com renda regular, provida de “recursos para conhecenças ou aleluias e pé de altar capazes de sustentar um cura de almas ou ainda pessoa abonada para padroeira do templo e que se [obrigasse] a dotá-lo com aquela decência que pede o santo ministério”<sup>50</sup>.

Com o firme propósito de ver a capela do Itu-guaçu consolidar-se, Domingos Fernandes afirmou que após sua morte, Domingos Fernandes da Costa, seu neto, se tornaria padroeiro dela, impondo como condição que o neto morasse no “Utú-Guaçu onde a dita capela [estava] levantada para melhor tratar de seu aumento”. Prevenindo-se contra qualquer

<sup>48</sup> MONTEIRO, John M. 1994, *Op.cit.*, p. 191

<sup>49</sup> NARDY FILHO, Francisco. 2000, Volume 4, p.11.



adversidade que pudesse impedir que seu neto assumisse tal cargo, e a capela ficasse sem provedor, Fernandes indicou possíveis substitutos. Em primeiro lugar, sua filha Isabel da Costa, viúva de seu genro, Cristóvão Diniz. Caso Isabel morresse, o padroeiro seria um dos dois irmãos menores de Domingos.

Não há certeza se Domingos Fernandes da Costa atendeu aos últimos desígnios de seu avô, mas este último enfatizou que o neto deveria morar em Itu para melhor tratar a capela sem transladá-la para outro local<sup>51</sup>. Esta ênfase se deve ao fato de que Domingos Fernandes queria que a capela “se perpetuasse neste Ituguassú e seu distrito”. Fernandes assim o fez porque queria que ali ficassem seus “ossos esperando a universal ressurreição no dia do juízo”. Seus ossos só seriam transladados para outra paragem caso Itu viesse a se despovoar.

Suas preocupações em relação ao despovoamento da capela foram desnecessárias, pois no mesmo ano que Domingos Fernandes faleceu, 1653, a capela que ele fundara, a de Nossa Senhora do Utu-Guaçu, foi elevada à categoria de freguesia, e que 444 casais estariam lá estabelecidos<sup>52</sup>. Ainda em 1640, os moradores do local, “sentindo a falta de sacerdote que os atendesse em suas necessidades espirituais (...), pedem ao Provincial dos Franciscanos, Frei Cristóvão da Madre Deus, a fundação de um convento”. Os apelos do povoado não foram imediatamente atendidos, sob alegação de que um convento em Itu-guaçu, “além de tirar as esmolas do Convento de São Paulo, ficava fora de mão para as visitas dos Provinciais”. Antes, em 1644, o mesmo Domingos Fernandes conseguiu “provisão de capela curada, com direito a capelão”<sup>53</sup>. Capela com padre fixo, ou capela tornando-se sede de freguesia, somente eram conseguidos quando o local tivesse um certo desenvolvimento econômico e demográfico<sup>54</sup>.

Pouco tempo depois, em 18 de abril de 1657, a freguesia de Nossa Senhora da Candelária de Itu foi elevada à categoria de vila, a sétima criada em São Paulo, tendo que construir um prédio que abrigasse, além da Câmara, a cadeia, o açougue, o mercado de

---

<sup>50</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1966, *op.cit.*, p. 92

<sup>51</sup> Não sabemos se o neto de Domingos Fernandes permaneceu no povoado, mas seu bisneto, João de Anhaia de Almeida, casou-se em 1696 em Itu com Ana Unhate de Figueiredo, e ocupou o cargo de capitão-mor na vila. NARDY FILHO, Francisco, A cidade de itu. Histórico da sua fundação e dos seus principais monumentos. Itu: Ottoni Editora, 2000, Volume 1, p. 17

<sup>52</sup> HOLANDA Sérgio Buarque de, 1966, *Op.cit.*, p. 95

<sup>53</sup> NARDY FILHO, Francisco, 2000, Volume 4, *Op.cit.*, p.12

<sup>54</sup> MONTEIRO, John, 1994, *Op.cit.*, p.191

gêneros<sup>55</sup>. A elevação da freguesia de Itu-guaçu à categoria de vila, desmembrando-se de Parnaíba, além de indicar um processo de crescimento demográfico e econômico na região, aponta para a presença de *homens bons*, ou seja, a formação de uma elite local apta a assumir determinados postos, como os da Câmara Municipal. No contexto da América Portuguesa, cabia às Câmaras Municipais arrecadar rendas coloniais, lançar taxas e impostos, administrar contratos, arrecadar contribuições voluntárias dos moradores, “arcar quase que inteiramente com os custos da defesa”. O pagamento dos soldos das tropas e guarnições era feito através das rendas por elas arrecadadas, assim como a construção e o reparo das fortalezas, a “manutenção de armadas em situações especiais e momentos de perigo, a responsabilidade pelas obras públicas e outros melhoramentos urbanos”, dentre outros<sup>56</sup>.

Em 1698, o governador Arthur de Sá e Menezes solicitou ao rei a renovação da provisão dada a João Brito de Meireles para o cargo de almotacel, por causa da “capacidade com que tem servido há muitos anos dos ditos ofícios”. Neste mesmo ano, foi dada provisão para o cargo de juiz de órfãos ao sargento mor João Falcão de Souza, ofício anteriormente ocupado por Manoel Antunes de Carvalho, que, devido a uma jornada para as minas de Itaverava, deixou o cargo vago. João Paes de Almeida obteve a provisão do ofício de escrivão do Juízo de Órfãos, e Antônio Bicudo Furtado, que por “seis ou sete anos” exercera a função de notário público, teve a provisão renovada. Em 1698, Antônio Pedroso de Oliveira recebeu a patente de sargento mor; em 1700, Antônio Pedroso de Campos ocupou o cargo de capitão mor<sup>57</sup>. Para além da conformação de uma estrutura administrativa, o “exercício de cargos públicos correspondia aos fundamentos de aquisição de nobreza” e são, portanto, indicativos dos códigos do *viver colonial*<sup>58</sup>.

<sup>55</sup> NARDY FILHO, Francisco, 2000, Volume 4, *Op.cit.*, p. 13

<sup>56</sup> Sobre as atribuições das Câmaras Municipais, cf. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “As fronteiras da negociação: as câmaras municipais na América portuguesa e o poder central”. In: Simpósio Nacional da Associação Nacional de História (20: 1999: Florianópolis) *História: fronteiras/Associação nacional de História*. São Paulo: Humanitas/ FFCH/USP: ANPUH, 1999, pp. 467-483.

<sup>57</sup> *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Typografia do Diário Oficial, Volume XVIII, 1913, pp. 328-331, 417.

<sup>58</sup> Os códigos do viver colonial pressupunham “(...) todo um estilo de vida, a predominância de um código de honra e de valores que pode ser sintetizado na expressão “viver à lei da nobreza”. Formas de tratamento diferenciadas conforme a camada social, obtenção de cargos, dignidade e mercês, privilégios nas vestimentas e no porte de armas, preocupação com a manutenção da linhagem, o que envolve uma política de casamento quase que endogâmicos, reforço do parentesco e cristalização do patriarcalismo, são alguns dos traços que caracterizam o comportamento de nossas elites coloniais”. Tratava-se da consolidação de uma ordem estamental escravocrata, cuja essência estava na posse de terras, escravos, dignidade, honrarias e prestígio. BLAJ, Ilana, 1995, *Op cit.* pp. 297-303.

Antes de adquirir o estatuto de freguesia e de vila, Itu devia possuir um mínimo de estrutura, uma vez que o porto de Pirapitingui, atualmente localizado na cidade de Salto, distando seis quilômetros de Itu já era utilizado pelos que seguiam viagem ao sertão. O porto de Pirapitingui serviu de base para as viagens de Clemente Alvares e de Cristóvão de Aguiar, em 1609, de Dom Luis Céspedes, que em 1628 dirigiu-se para o Paraguai para assumir o cargo de governador, de André Fernandes, que em 1629 acompanhou D. Vitória de Sá, esposa de Dom Luis Céspedes, ao Paraguai, de Afonso Dias, Antônio Domingos e Pedro Fernandes, em 1648, além de Francisco Xavier Pedro em 1679, e de André Ferraz e de Jerônimo Ferraz; dentre outros. Todos esses viajantes passaram pelo porto. Quando Dom Luis Céspedes esperava os preparativos para sua viagem rumo ao Paraguai, juntamente com 50 indígenas, ele se alojou no “povoado de Domingos Fernandes, onde, por certo, [encontrou] mais conforto que em rancho à beira do rio”<sup>59</sup>.

Pode-se detectar o desenvolvimento da vila através de outros aspectos, dentre os quais a construção de igrejas, conventos e do surgimento de confrarias, já que a construção de igrejas e conventos expressam a "sobriedade de recursos econômicos e culturais", além de atestar a "progressiva consolidação do núcleo urbano de Itu (...)”<sup>60</sup>. Em 1667, o padre Bernardo de Quadros ajuizou que a capela fundada por Domingos Fernandes por volta de 1610 não era mais capaz de abrigar os fiéis da vila, o que demandou esforços para a construção de uma outra. Logo depois, em 1669, inaugurou-se nova igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária<sup>61</sup>.

Mas não só igrejas foram construídas na vila. Em 1690, o Frei Antônio do Nascimento da Ordem dos Franciscanos, atendendo a solicitação do padre Felipe de Campos, determinou a fundação em Itu do Convento de S. Luis Bispo de Tolossa, inaugurado em 1692. Em 1700, os moradores pediam para que se aumentasse o número de religiosos do convento<sup>62</sup>, quiçá devido ao crescimento populacional.

---

<sup>59</sup> Nardy Filho faz diversas menções ao Porto de Pirapitingui como ponto de partida para o sertão. Frisa o autor que este porto não deve ser confundido com o porto de Ararituaguaba, local de onde partiam as monções para o Cuiabá. Um dos argumentos utilizados é que no mapa elaborado por D. Luis Céspedes há o sinal de uma cruz, que ele acredita ser uma referência ao povoado da Candelária, que estava a uma légua do porto de Pirapitingui, que é denominado, por Céspedes, Nossa Senhora de Atocha. Essa denominação é para Nardy uma alegoria ao povoado da Candelária. NARDY FILHO, Francisco. A cidade de Itu. Crônicas históricas. Itu : Ottoni Editora, 2001, Volume 3, pp. 14 – 16.

<sup>60</sup> IANNI, Octavio. Uma cidade Antiga. Campinas: Centro de Memória Unicamp, 1996, pp. 22 e 23.

<sup>61</sup> NARDY FILHO, Francisco. 2000, Volume 3, *Op.cit.*, p. 21

<sup>62</sup> NARDY FILHO, Francisco. 2000, Volume 4, *Op.cit.*, pp. 16 e 19.

Embora não se saiba o ano exato da fundação da Igreja da Veneranda Ordem Terceira de São Francisco, no mais antigo livro de notas dela encontrado, que data de 1694, lê-se na primeira página: “livro das eleições que se fazem todos os anos”, o que induziu o historiador Nardy Filho a pensar na existência de livros com registros de eleições anteriores.<sup>63</sup> Ao final do século XVII, em 1695, próximo ao Porto do Pirapitingui, Antônio Vieira Tavares fundou uma capela em louvor a Nossa Senhora do Monte Serrat<sup>64</sup>. No segundo decênio do século XVIII, Matias de Mello Rego obteve provisão do Bispo do Rio de Janeiro, D. Frei Antônio de Guadalupe, para erigir uma capela em louvor à Santa Rita dos arrabaldes da vila de Itu<sup>65</sup>. Provavelmente, acompanhando a crescente construção de igrejas e capelas, existiam na vila, em 1701, a Irmandade Nossa Senhora do Rosário, a de Nossa Senhora do Pilar, a de São Miguel das Almas, a Ordem Terceira de São Francisco e a do Senhor Bom Jesus<sup>66</sup>.

O desenvolvimento da vila ainda se observa nos gastos que fez com construção e reparo de pontes, dentre outros. Em 1680 contribuiu com 60\$000 para a fatura da ponte dos Pinheiros, em 1687 concorreu para a feitura da ponte do Guaré.<sup>67</sup> No primeiro quartel do século XVIII, os custos para a reforma das pontes de Pinheiros e Pirajuçara deviam ser distribuídos entre as vilas de Itu, Parnaíba, Sorocaba e pela freguesia de Cotia, de acordo com “suas possibilidades”. As contribuições foram de respectivamente 170, 150, 50 e 60 mil réis. A quantia referente a Itu era superior aos valores isolados das demais localidades<sup>68</sup>.

Os moradores da capitania reclamavam de “mortes e crimes escandalosos que se faziam por estas partes”, e solicitavam ao Rei a presença de um “Ministro para lhes administrar Justiça”; em resposta, o rei autorizou a ocupação do cargo. Em 17 de fevereiro do mesmo ano, o governador Arthur de Sá e Menezes convocou os procuradores das diversas Câmaras da capitania para tratar do “ordenado anual” do novo ministro, ficando como tarefa dos procuradores de cada Câmara informar os valores a serem pagos por cada vila. São Vicente pagaria a quantia de 6 mil réis, Santos, 20 mil, Mogi, 10 mil, Parnaíba, 8 mil, Jundiaí, 5 mil,

---

<sup>63</sup> NARDY FILHO, Francisco. 2000, Volume 1, *Op.cit.*, pp. 90 e 91.

<sup>64</sup> Antônio Vieira Tavares era filho do capitão Diogo da Cosia Tavares e sobrinho de Antônio Raposo Tavares líder na tomada do Guairá. Faleceu Antônio Vieira em 1712, foi enterrado na capela da Igreja de S. Luiz, Bispo de Tolossa. NARDY FILHO, Francisco, 2000, Volume 4, *Op.cit.*, pp. 16, 17 e 22

<sup>65</sup> Jornal Imprensa Ytuana. 31.12.1882. Edição no. 347. MRCL.

<sup>66</sup> NARDY FILHO, Francisco, 2000, Volume 4, *Op.cit.*, p.19.

<sup>67</sup> NARDY FILHO, Francisco, 2000, Volume 4, p.14.

<sup>68</sup> Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Volume XX, p. 120.

Itu, 15 mil, Taubaté, 20 mil, Sorocaba, 5 mil e São Paulo, 30 mil<sup>69</sup>. Estes valores demonstram o crescimento de Itu, pois sua parcela de contribuição só foi menor do que a das vilas de São Paulo, Santos e Taubaté.

Outro indicativo do desenvolvimento de Itu, apesar de serem imprecisas as estimativas, é fornecido pelo crescimento populacional. Em 1698, o governador da capitania, Artur de Sá e Menezes, solicitou ao rei a instalação de uma Ouvidoria na vila, “que já passava de 700 fogos”<sup>70</sup>. Em 1722, por haver em Itu grande “número de moradores”, 800 casais, o então governador Rodrigo César de Menezes solicitou ao Rei a criação do cargo de juiz de fora, pedido atendido em 1725<sup>71</sup>. Tendo a vila 444 casais em 1653, como afirma Sérgio Buarque de Holanda, o que se observa é que a população de Itu quase dobrou em um período de 69 anos.

Infelizmente, perdeu-se a maior parte da documentação para a vila de Itu em seus primórdios, tornando mais difícil nosso objetivo de visualizar sua estrutura econômica e social para meados do XVII e início do XVIII; no entanto, mediante informações fragmentadas em alguns documentos e nos poucos testamentos encontrados para esse período é possível discorrer sobre esses aspectos.

Antes de Itu-Guaçu ter sido elevada à condição de vila, Cristóvão Diniz falecera (nº 4). Aos 11 de agosto de 1650 deu-se a abertura de seu inventário, e entre os seus bens imóveis havia casas de taipa de mão de cinco lances cobertas de palha, duas cartas de datas de chãos na vila de Parnaíba, uma que fazia divisa com Pascoal Delgado Lobo e outra com terras que foram “da gente do capitão André Fernandes”; havia mais uma carta de datas “de meia légua começando [na] cachoeira grande rio”, na paragem de Ituguaçu, e outra na paragem de “Índiativa”. Dentre seus bens móveis, constava vinte cabeças de porcos, onze cabeças de gado, um canavial, oito arrobas de algodão, cinquenta alqueires de amendoim, cinquenta de feijão, quinhentas mãos de milho, uma roça de mantimento “grande” e outra “pequena”, vinte enxadas, “todas já gastadas”, sete machados, oito foices, uma serra grande de mão, uma plaina, dois sepilhas, uma junteira, um martelo, um almofaris, uma prensa, vinte e duas varas de pano de algodão e mais roupas e utensílios.

---

<sup>69</sup> Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Volume XIX, pp. 305 - 307 .

<sup>70</sup> NARDY FILHO, Francisco. 2000, Volume 4, *Op.cit.*, p.18.

<sup>71</sup> Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Volume XXXII, pp. 31, 32, 93 e 94 e Volume XVIII, pp. 86 e 87.

Toda a produção agrícola e a criação de animais eram feitas por suas cento e quatorze *peças forras*, o que possibilitava uma produção para além de seu próprio consumo. Baltazar da Costa e Clara Diniz deviam a Cristóvão Diniz setecentos e seiscentos réis, respectivamente, pela aquisição de milho. Lázaro Dias Diniz lhe devia quatrocentos réis por “três molhos de fumo e duas galinhas”. Para Felipe Fernandes, Mateus Alvares Grou e Antônio Benete, Cristóvão Diniz havia vendido, respectivamente, um porco capado, seis novilhas e duas éguas e quatro galinhas. Por ocasião de sua morte, a conta do seu dízimo fora paga por seu cônjuge com trezentas mãos de milho, dez de feijão e 4\$400 réis em dinheiro.

O irmão do sogro de Cristóvão, o capitão André Fernandes, morador na vila da Parnaíba, lhe devia a quantia de 4\$000 réis por “milho e feijões que comprou no porto do Itu-guassu quando foi para o sertão”. Portanto, é possível perceber o papel da vila de Itu abastecendo as expedições que iam para o sertão.

O testamento de Cristóvão Diniz informa também aquilo que era proibido pelas leis lusitanas – a comercialização de indígenas. Cristóvão menciona a venda de negros da terra a Gaspar Gomes e João Fernandes Dutra. Assim, alguns sertanistas, além de conduzirem indígenas do sertão para utilizá-los como mão de obra em suas lavouras, traziam *peças* para serem comercializadas na localidade.

Pelo exposto, apesar de a vila de Itu, juntamente com a de Sorocaba, ser denominada como *boca do sertão* (dada a proximidade com o mesmo e a distância da vila de São Paulo, principal centro econômico e político da capitania)<sup>72</sup>, Itu não era um local isolado, perdido nas imensidões e lonjuras do sertão, pois seus moradores, mesmo que fortuitamente, mantinham relações econômicas e sociais com outras localidades, como Parnaíba, São Paulo, Santos e até com o Rio de Janeiro. Em 3 de outubro de 1651, o Frei Anselmo da Anunciação, Patriarca de São Bento, situado na vila de São Paulo, assinou um recibo confirmando o pagamento de 4 alqueires de farinha de trigo que Cristóvão Diniz havia deixado àquela instituição como esmola. Os ermitões da Igreja Nossa Senhora do Desterro da Vila de Santos e da Igreja Nossa Senhora da

<sup>72</sup> Em relação ao termo “Boca do sertão”, foram várias as localidades que receberam essa denominação devido a sua proximidade com o sertão. A busca por terras e indígenas ocasionava a expansão das fronteiras, alterando as antigas “bocas do sertão” no planalto paulista. Em meados do século XVII, Parnaíba e São Paulo eram os mais importantes pontos de partida para o sertão; um sertão que “correspondia ao que é atualmente Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul”. MARANHÃO, Milena Fernandes, 1997, *Op.cit.*, pp. 31 e 54. Assim, no início do século

Luz de São Paulo também assinaram papéis, respectivamente em 20 de janeiro de 1653 e 17 de julho de 1656, ao receberem meia pataca em dinheiro e 4 alqueires de farinha de milho.

Conforme o testamento de Cristóvão Diniz, um outro morador de São Paulo, Francisco Dias de Faria, confirmou que em 21 de julho de 1641 Diniz pagara uma dívida com trinta e dois alqueires de farinha de trigo, “postas” naquela localidade. Antônio Augustim, habitante na vila de Mogi, devia mil réis em dinheiro, e Alonso de Gaia, residente em Rio de Janeiro, declarava já ter pago e resgatado *um conhecimento* no valor de 6\$000 réis. Por sua vez, para Guilherme Pompeu de Almeida, morador na vila de Parnaíba, Diniz devia “umas continhas” das quais não lembrava ao certo o valor, mas seus herdeiros deveriam pagar o que o credor afirmasse.

Através de um outro recibo anexado ao testamento de Diniz constata-se “um tipo de comércio muito praticado na região – o de mascates que subiam pelo Caminho do Mar a fim de vender produtos vindos do Reino”<sup>73</sup>. Em 27 de novembro de 1653, Antônio Vaz, o *manco*, morador na vila de Santos, apresentou uma receita para ser incluída no inventário, no valor de 29\$000 réis, referente a “couzas de fazenda” que Cristóvão Diniz lhe havia solicitado. O conteúdo da receita era formado por uma arroba de munição, três pratos grandes, um cento de anzóis, quatro dúzias de louça, seis panos, um jarro e saleiro, cinco varas de raxeta, três varas de picote, um covado de tafetá, quatro oitavas de retrós pardo, uma groza de botões pardos, quatro varas de pano de linho fino, quatro meadas de linhas finas, duas meadas de linhas de cor, vinte e oito varas de fitas encarnada, seis fios de coral, dois chapéus pardos, seis arrobas e meia de ferro, sabão e frasqueira.

Cristóvão não era o único a ter ligações com outras paragens. No inventário de Margarida Gonçalves (nº 5), de 1653, havia uma dívida de 1\$600 réis para com “o meirinho do mar em Santos”, e entre seus bens havia “duas peças de fita de seda encarnada”, “quarenta e duas meadas de linhas brancas e vinte *atacas* de cadaço”. Assim, nota-se que a vila de Itu apresentava certa integração com outras regiões da capitania e mesmo com o Rio de Janeiro.

Cristóvão Diniz, apesar de ser membro da elite local, não era uma exceção, já que outros moradores de Itu tinham também uma produção agrícola significativa. Entre os bens descritos no inventário de Margarida Gonçalves consta “dez arrobas de carne de porco salgadas” e “cento e

---

XVII a denominação “Boca de sertão” era atribuída a São Paulo e Parnaíba, mas a partir da metade do século Sorocaba e Itu receberam aquela designação.

<sup>73</sup> MARANHÃO, Milena Fernandes, 1997, *Op.cit.*, p. 120.

sessenta e três alqueires de farinha de trigo encostados” enquanto no inventário de Maria de Candia (nº 6) havia “quinhentas mãos de milho”, “um pedaço de algodão grande”, além de cinco alqueires de feijão e dois alqueires de milho e cinco *peças* forras. Nos inventários dos bens de Maria Leme de Alvarenga (nº 7), dentre outros bens, havia dez machados, vinte enxadas, oito foices de *roçar*, 13 cabeças de porcos, 1 cavalo, 35 ilhargas de couro curtido, 14 couros de veado curtido, 10 couros de veado, 1 tenda de sapateiro, 1 tulha de trigo com 80 alqueires, 1 canavial, 1 tacho de cobre, 1 alambique, 1 moenda, 8 milheiros de telha, 1 tear, 1 sítio com um pedaço de algodão e outro de mandioca. Contava com 22 *peças* forras, além de uma espingarda, pólvora e chumbo, utensílios indispensáveis para quem frequenta o sertão.

Não se pode ignorar a produção de cana em Itu existia desde longa data, ainda que fosse modesta<sup>74</sup>. No testamento de Cristóvão Diniz, além do canavial, ele disse que havia 1 alambique e uma moenda. Diniz não era o único produtor de cana, já que o mesmo se observa nos testamentos de Maria Leme de Alvarenga (nº 7) e de Manoel Correia de Sá (nº 8).

Em 26 de agosto de 1677, estando em uma paragem de um rio em pleno sertão e temendo a morte, em virtude dos riscos que se corria em expedições de apresamento, Manoel Correia de Sá redigiu seu testamento. Não obstante possuir um total de trinta indígenas, realizou essa expedição, juntamente com seu compadre, o capitão João Anhaia de Almeida, com o intuito de reabastecer sua escravaria:

Nascido em São Paulo, casado com Maria Coelho de Almeida, Manoel Correia de Sá construiu seu expressivo patrimônio, que ele dizia valer 3.000 mil cruzados (1:200\$000, um conto e duzentos mil réis)<sup>75</sup>, sem contar nesse montante uma casa que deixava a seu filho, Antônio. Além de sua escravaria, tinha “um sítio e fazenda na roça com alguma criação e mais alfaias de lavoura com um engenho e *alambique* e sua fábrica de desfazer cana”, “casas na vila de dois lanços de taipa de pilão cobertas de telha, cercadas de muro, ornadas com seu bofete e cadeiras e dois arquibancos”, e cerca de cinquenta cabeças de gado *vacum*. No quintal da casa da vila, havia mais um lanço de casas coberto de telhas “com portas para fora”. Incluindo essa casa,

<sup>74</sup> No periódico *Imprensa Ytuana*, de 23 de outubro de 1881, menciona-se que havia a cultura da cana em Itu desde sua fundação. *Imprensa Ytuana*, 23 de outubro de 1881, no. 289. MRCL.

<sup>75</sup> A conversão de cruzados em réis foi feita tendo como base a obra de Roberto Simonsen, na qual se observa que 1000 cruzados equivalem a 400.000 réis e 1 conto de réis equivale a 1.000.000 réis. Cf. SIMONSEN, Roberto, 1937, *op.cit.*, p. 347.



determinava que sua mulher pagasse 400\$000 a seu filho para auxílio na montagem de sua lavoura.

Certamente, o montante de gado que possuía, bem como a produção de seu engenho, não se destinava apenas ao consumo de sua unidade doméstica. Produção que devia ser obtida através da labuta de suas trinta *peças*, e de mais outras dez que trouxera daquela bandeira. Com quarenta cativos, sua produção não se limitava ao auto-consumo. Provavelmente, também tenha sido o caso de Inácio Rodrigues Moreira que contava 30 almas do gentio da terra em 1694, conforme consta em seu testamento (nº 9).

Até fins dos seiscentos e inícios dos setecentos, Manoel Correia de Sá, Domingos Fernandes, Inácio Rodrigues e, sobretudo, Cristóvão Diniz eram dos maiores detentores de mão de obra indígena encontrados na documentação que consultamos, atinente a Itu. Inácio tinha 30 índios, Manoel de Sá, 40, e Cristóvão Diniz, 114. O inventário de Domingos Fernandes, embora apresente uma quantidade menor, menciona 28 *peças*. Porém, em seu testamento, além destes 28, ele afirmou ter dado “uma dúzia de peças com suas famílias” a seu filho, Thomé Fernandes. A seus filhos, Anastácio da Costa e Felipe Fernandes, “pobres e faltos de serviços” deu a cada um “algumas peças para deles se servirem”.

Nem todos os habitantes da vila eram possuidores de muitos indígenas como o foram Domingos Fernandes, Cristóvão Diniz, Manoel Correia de Sá e Inácio Rodrigues. Em 1689, ao redigir seu testamento, João Rodrigues Pinto (nº 10) afirmou possuir apenas 8 almas do gentio da terra; em 1694, Isabel da Silva declarou 9 indígenas entre seus bens (nº 11). Em 1701, Lucrecia Leme afirmou que possuía apenas 1 *negro* (nº 31). Em 1702, Isabel Ferreira (nº 12) e Custódio de Chaves (nº 13) relatam possuir 8 e 6 peças, respectivamente; em 1703, Afonso Dias Macedo (nº 14) possuía vinte e uma *peças*, em 1704 Antônio Machado do Passo disse ter 5 indígenas em seu serviço e alertou ter um “fugido no sertão” (nº 15). Em 1704, Margarida Bicuda afirmou assistir em sua companhia “alguns índios e índias”, não especificando quantos eram (nº 16). Em 1705, Méssia da Cunha *administrava* 12 almas do gentio da terra (nº 17). Em 1706, Lucrecia Leme mencionou em seu testamento a presença de 9 “peças” do gentio da terra ao lado de 13 almas escravas (nº 18). Ao fazer essa distinção, Lucrecia refere-se ao fato de que as 13 “almas escravas” eram africanas. Em 1710, Ana Ribeiro apresentou em seu testamento 8 negros ao lado de 16 indígenas (nº 19). Em 1713, Jerônima Silva (nº 20) e Antônio Soares de Almeida (nº 21)

declaram possuir 4 e 12 indígenas, respectivamente. Antônio Vieira Tavares (nº 22) em 1715 declarou possuir apenas 4 peças. Em 1716, Maria Cardia afirmou possuir 1 negra com sua cria (nº 23). Em 1718, Estevão Cardoso de Negreiro disse possuir 20 peças do “cabelo corredio”, pouco mais pouco menos (nº 24). Em 1720, Antônio do Canto de Almeida informou que possuía dois negros e uma rapariga do gentio da terra que administro, ou seja, 3 índios (nº 25). Em 1722, Bartolomeu Quadros disse que possuía oito *almas do gentio da terra* (nº 26). Sebastião da Costa (nº 27) e Teresa Afonso Vidal (nº 28) declararam possuir, respectivamente, 2 e 3 indígenas e, em 1726, Antonio Antunes Maciel declara que era “administrador de algumas peças”, mas não disse de quantas (nº 29). Por fim, em 1727, Catarina Siqueira afirmou possuir 4 *peças* (nº 30).

O que os inventários e testamentos apontam é que houve uma tendência de as escravarias indígenas serem menores no início do século XVIII, comparativamente as de meados do século XVII. Portanto, mesmo considerando que nossa amostragem seja diminuta, é possível confirmar aquilo que John Monteiro aferiu para o período aqui referido, isto é, “um declínio vertiginoso na concentração de mão-de-obra indígena” na segunda metade do século XVII e inícios do século XVIII<sup>76</sup>. Somente no inventário de Cristóvão Diniz observamos 114 índios, número próximo dos encontrados por John Monteiro ao analisar inventários de São Paulo e Parnaíba, referentes ao século XVII, como os de Cornélio de Arzão, com 98 índios, Clemente Alvares com 123, João Barreto com 152, Diogo de Melo com 102 ou, ainda, o de João Pires Monteiro, com 147 *peças* indígenas.

No entanto, a diminuição da concentração de cativos indígenas em Itu não significou a ausência desse tipo de mão de obra e tampouco que deixaram de haver expedições preadoras. Por exemplo, uma solicitação feita pela Câmara da vila de São Paulo em 1680 pedia que Itu fornecesse índios “para servirem como carregadores na jornada ao Sabarabuçu”, o que indica que a vila era servida de indígenas, embora os inventários e testamentos da época retratem os reveses sofridos pela capitania de São Paulo no que tange às possibilidades de apreensão desse tipo de mão de obra<sup>77</sup>. É interessante notar que mesmo com as enormes dificuldades enfrentadas para se obter índios, nos 30 testamentos encontrados, referentes aos anos situados

---

<sup>76</sup> MONTEIRO, John M. 1994, *op.cit.*, p. 210.

<sup>77</sup> NARDY FILHO. Francisco. *A cidade de itu. Crônicas históricas*. São Paulo, s/e, 1950, p.20.

entre 1677 e 1727, todos continham indígenas, o que indica a disseminação deste tipo de mão de obra.

Com efeito, a possível redução do montante de índios talvez se deva ao fato de as expedições preadoras mudarem suas estruturas a partir de 1641. Como ressaltamos, a partir de então ocorreu uma reorganização das formas de apresamento de indígenas, já que as expedições passaram a ser empreitadas familiares e as distâncias percorridas tornaram-se menores, ocasionando um menor número de índios apresados.

Não obstante as dificuldades de apresamento, mediante inventários e testamentos é possível perceber também as andanças que os moradores de Itu realizavam no sertão para capturar índios. Em 1702, Custódio Chaves dera a seu cunhado Antônio Afonso dezesseis mil réis para trazer do sertão uma peça a seu contento. Em 1704, Antônio Machado do Passo declarou em testamento que possuía um escravo de nome Francisco “fugido no sertão” e que podiam “trazê-lo alguns sertanistas” (nº 15).

Em 1723, um sertanista ituano, o capitão Antônio Pires de Campos elaborou um relato que descreve minuciosamente as várias nações indígenas, bem como seus usos e costumes, que habitavam todo o percurso dos rios Grande até Cuiabá<sup>78</sup>. Tal era a familiaridade deste sertanista com essa região que, em 1742, firmou um contrato com Dom Luiz Mascarenhas, então capitão general da capitania de São Paulo, para realizar uma expedição contra os índios Caiapó, em troca de uma arroba de ouro. Não mais como capitão, o coronel Antônio Pires de Campos, com uma tropa formada por nada menos que 500 índios Bororó e mais homens bem armados e municiados, após três meses e 150 léguas percorridos, fez mil cativos<sup>79</sup>. Em 1755, novamente Antônio Pires de Campos foi chamado para fazer guerra contra os Caiapó, agora em troca de um “hábito de Cristo, com tença efetiva de 50\$, e o ofício de escrivão da superintendência geral das minas de Vila Boa de Goiás”, mas morreu em combate<sup>80</sup>.

---

<sup>78</sup> “Breve notícia que dá o capitão Antônio Pires de Campos” in TAUNAY, Afonso de. Relatos Sertanistas. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, pp. 179-200

<sup>79</sup> Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo, Volume XIII, p. 262. Antônio Pires de Campos era ituano e foi descobridor dos rios Cuiabá e Cochipó. Conquistou os índios Cochipó e fundou várias aldeias, como as de Guarino, “notável pela sua numerosa população”, e Sant’Ana, em Goiás, “onde reuniu a tribo dos temíveis índios Bororó, em 1741”. MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. Apontamentos Históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo: seguidos da Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da capitania de São Vicente até o ano de 1876. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1980, p. 76, Tomo I.

<sup>80</sup> Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Volume XIII, pp.283-284.

Não sabemos qual o uso que se fez dos mil cativos aprisionados por Antônio Pires de Campos, mas esse episódio é ilustrativo de que sertanistas de Itu tinham muito conhecimento do sertão, das nações indígenas que lá habitavam, bem como atestam o fato de que ainda havia expedições que traziam índios. No entanto, parece que as expedições do século XVIII eram defensivas, isto é, além de aprisionar índios, tinham como objetivo defender a rota das monções de ataques, inclusive com o incentivo da Coroa, como se verá no capítulo seguinte. A expedição de Pires de Campos visou principalmente livrar a rota das monções de indígenas que atacavam canoas. Infelizmente, não encontrei na documentação consultada, inclusive nos testamentos de Itu, menções a índios Caiapó, somente aos Bororó e aos Pareci.

A propósito, Joseph Barbosa de Sá, em sua narrativa sobre as monções do século XVIII, menciona a venda de índios Bororó e Pareci como escravos por volta de 1728. Em suas palavras: “(...) Outros botaram-se para o sertão do gentio Bororó outros para os Parecis que então se descobriram de donde traziam indivíduos de uma e outra nação que vendiam como escravos”.<sup>81</sup> Pouco tempo depois, em 1732, o coronel João de Melo Rego, indagando ao governador da capitania a respeito de um registro em Ararituaba, queria saber se “os bugres bororós e todo os gentio das vargens fora dos índios Parecizes”, trazidos nas expedições monçoeiras, deveriam ser quintados em Ararituaba<sup>82</sup>.

Seja como for, o que se constata é que Itu fazia uso da mão de obra indígena e que havia uma nítida diferenciação entre os possuidores de cativos. Na *Relação das quantias oferecidas pelos moradores do bairro de Ararituaba* e demais bairros de Itu, atinente ao ano de 1728, constam as taxas que moradores de Itu e Ararituaba pagaram de imposto, conforme o número de cativos que possuíam<sup>83</sup>. Partindo do pressuposto de que a posse de mão de obra cativa foi o principal elemento na configuração de riqueza, John Monteiro, utilizando uma lista semelhante para os anos de 1679 e 1682, aponta as “profundas desigualdades na composição de riqueza” para os moradores da vila e bairros rurais de São Paulo<sup>84</sup>. Ainda que o montante de cativos da vila de São Paulo fosse maior do que o encontrado para Itu, nota-se a mesma desigualdade de riqueza

---

<sup>81</sup> BARBOSA DE SÁ, Joseph, 1901, *op.cit.*, p. 21.

<sup>82</sup> Ordenanças de Itu. AESP. Caixa 55. Pasta 1, Documento 60, Ordem 292.

<sup>83</sup> O documento informa poucos casos de pagamento de taxas com base no exercício de uma profissão. O título do documento não contempla os demais bairros da vila, mas o documento, além de freguesia de Ararituaba, abarca outros locais da vila ituana. Registramos aqui o agradecimento ao parecerista da FAPESP pela indicação dessa fonte.

<sup>84</sup> MONTEIRO, John M, 1994, *op.cit.*, p. 189.

aferida para a vila de São Paulo, isto é, a concentração de elevado número de escravos nas mãos de poucos proprietários.

Infelizmente, a *Relação* não informa o tipo de cativo, se indígena ou africano<sup>85</sup>. Outros estudos têm apontado para a presença de cativos africanos desde finais do século XVII. Baseado em inventários, Maurício Martins Alves, observou, para Taubaté, um constante recrudescimento da mão de obra escrava de origem africana em detrimento da indígena entre as décadas de 1680 e 1720. Assim, na década de 1680 africanos e indígenas correspondiam, respectivamente, a 0,9% e 97,9%; 0,6% e 96,5% na década de 1690; 17,1% e 68,8% na de 1700; 47,5% e 47,9% na de 1710; por fim, 45,8% e 41,5% na década de 1720. Apesar de os cativos africanos se fazerem cada vez mais presentes ao longo do tempo, indígenas eram parte expressiva da mão de obra, ainda na década de 1720<sup>86</sup>. Em Santana do Parnaíba, entre 1720 e 1731, nos 125 óbitos de escravos e administrados, 87 (69,9%) eram de índios e 38 (30,1%) eram de africanos.<sup>87</sup> Quiçá, a presença mais marcante de índios em Santana do Parnaíba se deva ao tipo de documentação consultada, uma vez que os inventários de Taubaté tendiam a omitir a presença de indígenas<sup>88</sup>.

Não se deve esquecer que tudo indica que ituanos ainda continuavam a adentrar o sertão em busca de índios. Em 1720, Antônio do Canto de Almeida, morador em Araritaguaba e aí casado com Francisca Nobre, disse: “ (...) tenho mais dois negros e uma rapariga do gentio da terra que administro”, ou seja, 3 índios. Antônio Canto não mencionou sequer um cativo africano, mas disse que seu cunhado, Teodósio Nobre, lhe devia um “*page* a seu contento na volta que fizer do sertão”[grifo meu]<sup>89</sup>. Na *Relação* de 1728 consta uma certa Francisca Nobre, que pagou 1\$440 réis referentes a 3 escravos. Também estava presente na relação um certo Teodósio Nobre, que era um dos maiores proprietários de escravos de Itu, pois tinha 39 cativos,

<sup>85</sup> Para a vila e bairros rurais de São Paulo, em 1679 e 1682, John Monteiro comparou os valores pagos com os inventários realizados em torno daqueles anos. O autor percebeu que havia uma “relação entre o número de índios [presentes nos inventários] e o valor da contribuição”. MONTEIRO, John M., 1994, p. 188.

<sup>86</sup> cf. ALVES, Maurício Martins. *Caminhos da pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995, p. 46.

<sup>87</sup> METCALF, Alida C. “Vida familiar dos escravos em São Paulo no século XVIII: o caso de Santana de Parnaíba” in *Estudos Econômicos*. São Paulo: FIPE/USP, maio/agosto 1987, pp. 229-243, no. 17(2).

<sup>88</sup> É possível que os indígenas estejam subregistrados devido às leis que proibiam o cativo, como o próprio autor destacou, cf. ALVES, 1995, *op.cit.*, p. 46.

<sup>89</sup> No dicionário de Antônio de Moraes e Silva, um dos significados da palavra *page* é “Moço de acompanhar pessoa nobre, que ia à guerra, levando-lhe a lança, escudo, &c.” Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813, 2ª edição.

pelos quais pagou 18\$720 réis. Se a Francisca Nobre listada da *Relação* for a mesma pessoa mencionada no testamento de Antônio Canto de Almeida (nº 25), é possível que aqueles 3 escravos da *Relação* fossem os índios mencionados no testamento de seu marido. Da mesma forma, se Teodósio Nobre for a mesma pessoa citada nas duas fontes, provavelmente boa parte de seus escravos presentes na *Relação* eram índios apresados no sertão. Relembrando, evidentemente, das palavras de Joseph Barbosa de Sá e das do coronel João Melo Rego, que destacaram a venda de índios

Portanto, se Itu seguiu a tendência de Taubaté e, principalmente, a de Santana de Parnaíba, é muito provável que a maioria dos cativos presentes na *Relação* fossem indígenas, não obstante a presença de africanos. Na *Relação* se observa que no ano de 1728 a vila de Itu possuía um total de 3134 escravos (Tabela 1). Se levarmos em conta que em 1676 Itu possuía um total de 500 índios e que em 1728 o número de cativos na vila era de 3134, independente de índios ou africanos, constata-se um aumento no montante de escravos na ordem de 600%<sup>90</sup>.

**Tabela 1**  
**Estrutura de Posse de Escravos – Vila de Itu (1728)**

Escravarias	Proprietários		Escravos	
	#	%	#	%
1	104	23.5	104	3.3
2	64	14.4	128	4.1
3	44	9.9	132	4.2
4	34	7.7	136	4.3
Até 4	246	55.5	500	16.0
5	30	6.8	150	4.8
6	18	4.1	108	3.4
7	14	3.2	98	3.1
8	16	3.6	128	4.1
9	9	2.0	81	2.6
10	17	3.8	170	5.4
Entre 5 e 10	104	23.5	735	23.5
Até 10	350	79.1	1235	39.4
Entre 11 e 15	31	7.0	398	12.7
Entre 16 e 20	33	7.4	586	18.7
Entre 21 e 30	16	3.6	402	12.8
Mais de 30	13	2.9	513	16.4
<b>Mais de 11</b>	<b>93</b>	<b>20.9</b>	<b>1899</b>	<b>60.6</b>
<b>T O T A L</b>	<b>443</b>	<b>100.0</b>	<b>3134</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Relação das quantias oferecidas pelos moradores do bairro de Ararituaba. Biblioteca Nacional, Documento 653, Coleção Arquivo Histórico Ultramarino.

<sup>90</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. 1966, *op. cit.*, p. 86.

Além da presença expressiva de indígenas<sup>91</sup>, o que se nota é uma concentração da propriedade escrava. Não menos, a disseminação da mão de obra escrava entre os moradores livres da vila. Desse modo, a tabela 1 demonstra que seriam 443 os proprietários de cativos na vila. Como mencionado anteriormente, segundo o governador Rodrigo César de Menezes, em 1722 havia em Itu grande “número de moradores”, 800 casais.<sup>92</sup> A lista de que dispomos é de 1728. Elevando-se, hipoteticamente, o número de casais para 900 em 1728, e considerando a possibilidade de que na *Relação* estejam arrolados os chefes de fogos, 49,2% dos domicílios teriam escravos.

A crer nestas suposições, a disseminação da mão de obra escrava (boa parte dos quais cativos indígenas) entre os ituanos seria impressionante, mesmo depois de passada a fase áurea do apresamento de indígenas. Para se ter uma idéia do que tais números representam, em 1821, em uma conjuntura de alta do tráfico atlântico de escravos africanos, estimativas apontam que cerca de 56,3% dos fogos da cidade do Rio de Janeiro não tinham escravos<sup>93</sup>. Apesar de a posse de cativos ser disseminada entre os ituanos, o que os testamentos e a *Relação* indicam é que a estrutura de posse era altamente concentrada. Na *Relação*, daquele total de 3134 cativos, 39,4% encontravam-se nas mãos de 79% dos proprietários, enquanto que 21% dos escravistas tinham em seus domínios nada menos que 60,6% dos cativos.

Como vimos anteriormente, no segundo decênio do século XVIII, precisamente em 1726, Matias de Mello Rego obteve provisão para erigir uma capela em louvor à Santa Rita nos arrabaldes da vila de Itu, conseguindo realizar o feito em 1728. Na *Relação* aparece um certo Matias de Mello Rego, com 21 cativos. Era irmão de João de Mello Rego, que exerceu vários cargos na vila de Itu e Sorocaba, sendo comandante do Regimento de Auxiliares destas e também provedor dos quintos reais<sup>94</sup>. Na *Relação* de 1728, há um João do Mello Rego, sargento mor, proprietário de 20 cativos. Se forem as mesmas pessoas, observa-se que não só a ocupação de

<sup>91</sup> Se em 1676 Parnaíba e São Paulo possuíam 3000 e 15000 índios, respectivamente, pode-se considerar que Itu em 1728 fosse bem servida de escravos, a maioria dos quais provavelmente indígenas. Ademais, deve-se considerar que há omissão de escravos na *Relação*, uma vez que a sobre eles incidiam impostos. NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz, 1998, *op. cit.*, p. 38.

<sup>92</sup> Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Volume XXXII. pp. 31, 32, 93 e 94.

<sup>93</sup> LIMA, Carlos A. *Pequenos patriarcas*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História. Tese de Doutorado, 1997, p. 73.

<sup>94</sup> Jornal Imprensa Ytuana. 31.12.1882. Edição no. 347. MRCI. Cf. também NARDY FILHO, Francisco. A cidade de Itu: crônicas históricas. Itu: Editora Ottoni, volume 5, 2000, p. 48-49.

cargos e a fundação de capelas designava *status*, pois a posse de escravos também diferenciava os homens livres, era signo de *status*, riqueza e poder<sup>95</sup>.

#### **2.4) Senhores e índios: uma relação ambígua**

Como vimos, as expedições de apresamento do século XVII lançaram as bases para a consolidação de uma estrutura econômica, desenvolvida entre meados do século XVII e inícios do século XVIII. Estrutura esta que foi capaz de atender demandas regionais e na própria capitania. No desenvolvimento da vila, os moradores de Itu valeram-se amplamente da mão de obra indígena. Tais relações foram marcadas por ambigüidades por parte dos colonos. Ao mesmo tempo em que a exploração da mão de obra indígena foi constante, não menos o foram as relações de proximidade entre senhores e indígenas, como foi possível perceber na documentação consultada.

Certas vezes, ao que parece, os índios eram vistos como *peças*. Embora considerados pelas leis do Reino, livres e, portanto, imunes à escravidão, em inventários e testamentos indígenas eram herdados, dados como dotes, tal como procedeu Lucrecia Leme ao deixar uma *negra da terra* a sua tia Ana Maria quando esta se casasse (nº 31).

Interessante também é atentar para os artifícios produzidos pelos colonos, como Suzana Dias e Antonia de Oliveira, para justificar o direito de exercer pleno controle sobre os indígenas, mas sem que isso fosse caracterizado juridicamente como escravidão, já que indígenas, como escravos, não poderiam constar em inventários. Daí, quase sempre, nas listagens de bens dos inventários, os índios aparecem designados como *peças forras*, sem valor monetário a eles atribuído.

Margarida Bicuda, ao referir-se aos indígenas que *administrava*, afirmou que estavam em “sua companhia alguns índios e índias na conformidade que sua Majestade concedeu, os quais *repartirão* meus herdeiros em amigável composição para os administrarem e olhar por eles por serem incapazes de se regerem por si, assistindo-lhes com todo o necessário, assim no temporal

---

<sup>95</sup> Parte-se da idéia de que em sociedades escravistas a posse de escravos tem o papel de diferenciar os homens livres, conformando uma elite escravista. Cf. FINLEY, Moses. *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991. Conforme Daisy Bizzochi de Lacerda Abreu, possuir muitos escravos na São Paulo quinhentista e seiscentista significava ser um potentado. ABREU, Daisy Bizzochi de Lacerda. *A terra e a lei – estudo de comportamentos sócio-econômicos em São Paulo nos séculos XVI e XVII*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo. 1981, p. 10.



como no espiritual” [grifos meus]. Já Ana Ribeiro, em 1711, por não ter tido filhos herdeiros de seu casamento com Joaquim Bicudo de Brito, deixava suas “dezesseis almas de gentio” para seu irmão, João Gago Ribeiro, incumbindo-o de administrá-los, fornecer-lhes alimento necessário, “curando deles” e doutrinando-os (nº 19). Seu irmão não poderia vender nem trocar as *peças*, e por ocasião de sua morte [de João Gago Ribeiro], as *peças* ficariam livres, e nenhum de seus herdeiros poderiam “entender-se com as ditas peças”.

Lucrécia Leme, viúva de Antônio Vieira Antunes, declarou que sempre tratou suas nove *peças* de gentio como *livres*, por ser a liberdade da natureza dos gentios (nº 18). Porém, “por serem incapazes de se regerem por si, as administrava com aquele cuidado cristão”, sem contudo deixar-se de valer do “seu *serviço* em ordem a alimentá-los, e nesta mesma ordem os poderão reger [seus] herdeiros não como heranças, senão como a menores necessitados de regência, não lhes faltando com a doutrina e uso comum até El Rei dispor outra cousa”. Assim, embora apresentados como *livres*, eram considerados incapazes de conduzir suas vidas; tarefa assumida pelos colonos, que, mediante a mão de obra indígena, forneciam também “comida, roupa, atendimento médico e doutrinação espiritual como compensação justa e suficiente pelo serviço dos índios”<sup>96</sup>. Porém, apesar do cuidado espiritual, às vezes as atitudes dos senhores beiravam a *reificação* dos indígenas.

Foi o caso de Cristóvão Diniz, que declarou que numa de suas viagens ao sertão um *negro* de sua “propriedade” meteu-se com uma *negra* “na fazenda dos padres da Companhia”, onde se casou e “fez muitos filhos e filhas” (nº 4). Os padres, por seu turno, não aceitavam que o índio, sua esposa e toda sua prole fossem propriedade de Cristóvão Diniz. Este aconselhou seus herdeiros a tomarem as *peças* dos religiosos, bem como duas *peças* de nomes Úrsula e Bárbara, que haviam sido tomadas forçosamente por Antônio Alvares por ocasião de uma entrada no sertão. A própria designação *peça*, constantemente citada em inventários e testamentos, bem como o fato de os indígenas fazerem parte de heranças, sugere, portanto, que índios eram tidos como *propriedade*.

Não obstante a idéia da superioridade do colono sobre os indígenas marcasse os lugares sociais dos membros da sociedade paulista colonial, isso não impediu a ocorrência de

---

<sup>96</sup> MONTEIRO, John M. 1994, *op.cit.*, p.149

relacionamentos econômicos, afetivos e sexuais entre colonos e indígenas<sup>97</sup>. Em 1713, Jerônima da Silva, que assistia na vila de Itu vendendo, dentre outras coisas, marmelada e fumo, apresentou dívidas de indígenas para com ela, como a da “negra carijó”, de propriedade de um certo João, no valor de \$640 réis. A *negra* Roxana, do Convento, devia-lhe \$840 réis, mas, infelizmente, Jerônima não especificou se Roxana era *negra* “da terra” ou africana. Já Antônio Vieira Tavares, ao relatar suas dívidas, menciona uma, de uma pataca (\$320 réis), que devia ao índio ferreiro Salomão, de propriedade de Antônio Joaquim de Abreu, referente ao *feitio* de uma foice e uma faca. Em 1694, Inácio Rodrigues Moreira declarou dever “duas varas de pano a um *negro* do capitão João Tavares”.

Talvez as longas jornadas no sertão fossem responsáveis pelo desenvolvimento de solidariedades e vínculos afetivos entre os colonos e indígenas. Ao fazer as encomendações por sua alma, Cristóvão Dinis determinou a realização de “quantas missas por quantos negros que morrerão do [seu] serviço [naquele] sertão”. Já Domingos Fernandes em seu testamento reconheceu a paternidade de “uma filha mais menina de sete ou oito meses que houve de uma índia livre depois de (...) enviudar” (nº 3). Filhos *bastardos* realmente deviam atormentar a consciência daqueles que, temendo a aproximação da morte e, por isso, querendo salvar a alma, tratavam de determinar algumas ações que amparassem os frutos de relacionamentos ilícitos. Fernandes deixou Catarina como sua herdeira legítima juntamente com seus outros filhos, e

---

<sup>97</sup> Segundo John Monteiro, os relacionamentos afetivos e sexuais entre colonos e indígenas são indicativos das diferentes etapas da escravidão indígena em São Paulo. Nos primórdios da capitania de São Vicente, mais do que a ausência de mulheres brancas na colônia, a prática da poligamia e o concubinato refletem estratégias adotadas pelos colonos. Por um lado, estas relações conferiam “certo prestígio dentro das estruturas indígenas”, mas por outro acabam por desembocar na introdução da escravidão indígena. Denotam também as “ambigüidades inerentes ao processo de transição de um quadro de alianças à subordinação pura e simples”. Já no século XVII, a organização do trabalho e as condições de apresamento acabavam por favorecer os laços sexuais entre colonos e índias à medida que cabia a estas o trabalho na lavoura, ao passo que os homens tinham suas tarefas mais relacionadas ao transporte da produção e ao sertanismo, isto é, o acompanhamento de colonos nas viagens ao sertão em busca de cativos. MONTEIRO, John. “Índios e mamelucos em São Paulo: História e historiografia” In FERREIRA, Antônio Celso *et. Al.* (Org.) Encontros com a historiografia : percursos históricos e historiográficos de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, 1999. pp.52, 54 e 55. Em pesquisa sobre mulheres forras em Minas Gerais, Sheila de Castro Faria afirma que muitas alforrias presentes em testamentos “eram resultados do adultério de senhores com suas escravas”. Testamentos que ram redigidos “geralmente quando em perigo de vida. Libertar as pessoas do cativo inscrevia-se entre as práticas que poderiam render-lhe ganhos além-túmulo. Era ação tida como de caridade cristã. (...) Filhos naturais, portanto, deveriam ser reconhecidos, e realmente foram muitos que assim o fizeram. Quando o filho natural era escravo, então, seria inconcebível que se o mantivesse em cativo. Já o filho adulterino, que não poderia ter nomeada a paternidade, o mínimo a fazer seria alforriá-lo e, ao que tudo indica, muitos ficaram em paz com sua consciência libertando-os do cativo, mesmo sem referir-se à paternidade”. FARIA, Sheila de Castro. “Mulheres forras – riqueza e estigma social” In: Revista Tempo. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Vol. 5, no.9, Julho

devido à pouca idade da menina, tomou o cuidado de nomear seu cunhado, Manuel da Costa do Pino, como curador da mesma. O reconhecimento da paternidade e do direito de herança impunha inclusive problemas relativos a bens.

Mesmo assim, Fernandes tomou outras providências para garantir o bem estar da menina, deixando a índia Estácia, avó da Catarina, bem como seus filhos e filhas, de uma das quais “tivera a menina”, ausentes da partilha dos bens. Já o escravo Manuel, casado com Estácia, devia permanecer como propriedade de Catarina. Ironicamente, o marido da avó de Catarina, Manoel, permaneceria como escravo da menina Catarina, filha do testador. É possível perceber que Domingos Fernandes teve a preocupação em preservar unida a família indígena de sua filha. Em suas palavras: “(...) Estácia e seu marido e Lucrecia sua filha com os mais que agora tem (...) se podem ir todos por onde quiserem como forros que são sem que ninguém lhes impeça nem tampouco os obrigarão ao inventário nem partilhas”.

No mesmo documento, Domingos Fernandes afirma que sua esposa, Ana da Costa, deixara forra “uma moça (...) por nome Lourença”. Esta índia tivera uma filha com Thomé Fernandes da Costa. Portanto, Ana da Costa deixava forra a mãe de sua neta. Domingos confirma a alforria e declara que se a “moça quiser estar com sua filha, faça o que quiser”. Desse modo, mãe e filha ficavam fora dos bens a serem partilhados pelos herdeiros quando da morte de Domingos Fernandes.

Dentre as vinte peças do *cabelo corredio*<sup>98</sup> que Estevão Cardoso de Negreiros possuía, uma de nome Sebastiana era bastarda. Embora Negreiros não tenha declarado que Sebastiana era sua filha, é possível que tenha sido, pois determinou a seu filho Lourenço que após sua morte, não a tratasse “como cativa nem com muita aspereza”, e asseverou que não podia vendê-la e tampouco os filhos desta escrava. Em relação a uma outra *peça*, esta de nome Mariana, afirmava que ela não era *bastarda*, e a deixava forra, bem como a seus filhos, inclusive registrando carta de alforria no cartório da vila. Tudo isto devido aos *bons serviços* de Mariana (nº 24). Embora não possa ter certeza do envolvimento deste proprietário com sua escrava, é possível que mulheres escravas estabelecessem “relacionamentos afetivos e sexuais com senhores ou parentes deles para

---

2000, pp. 73 e 74. Embora o trabalho de Castro Faria refira-se à escravidão africana, é possível perceber aspectos semelhantes em relação à escravidão indígena.

se verem livres, e a seus filhos, do cativoiro”<sup>99</sup>. Além disso, o registro de carta de alforria era garantia de liberdade aos alforriados, pois uma carta de alforria, depositada em cartório, “era considerada irreversível, a despeito de eventuais litígios movidos por herdeiros inconformados”<sup>100</sup>.

A precaução de Negreiros e os esclarecimentos deixados em seu testamento, como suas últimas vontades, foram ressaltados sobremaneira. Asseverou que seu filho “não entenda com ela [Mariana] nem com seus filhos”, o que indica a existência de algum envolvimento afetivo ou sexual entre Estevão e Mariana:

Ainda que os dados sejam escassos, nota-se que indígenas criaram estratégias para opor-se a exploração a que estavam submetidos. Desde finais do século XVII, a arena da justiça passou a ser freqüentada pelos cativos com pedidos de liberdade. Em 1721, na vila de Itu, Micaela Bastarda, que havia sido alforriada em 1703 por Gonçalo de Pedrosa, entrou com um processo contra “o prior do Carmo, que a forçava a trabalhar no convento de São Luiz, posto que a viúva do mesmo senhor legara seus índios ao convento em escritura posterior ao testamento”. O prior, em sua defesa, alegava o “uso e costume há mais de 150 anos servir de gentio, mamalucos e bastardos”. Apesar das alegações do prior, Micaela foi vitoriosa em seu processo, pois além de ter confirmada sua condição de livre, os padres foram obrigados “a pagar os serviços referentes aos doze anos e sete meses durante os quais Micaela foi ‘injustamente e violentamente’ explorada”. Embora os padres não tivessem efetuado o pagamento “depois de quase vinte anos de incerteza, Micaela ganhou sua liberdade, abrindo, aliás, precedente para os demais índios do convento”. Em Ararituaba, sob a alegação de serem “descendentes de carijós” e, portanto, submetidos ao cativoiro ilícito, dois indígenas entram com processo contra José Pais<sup>101</sup>.

Em suma, as relações entre indígenas e colonos (ainda que permeadas pela violência) eram marcadas por ambigüidades: ao mesmo tempo em que eram tratados como *peças*, sendo repartidos em heranças, dados como garantia de empréstimo ou dotes, os colonos tinham relações afetivas e sexuais com as índias, alforriavam seus filhos bastardos. Ademais, havia a realização

<sup>98</sup> Até os últimos anos do século XVII indígenas eram designados preferencialmente como “negros da terra”, mas com a crescente presença de africanos nas escravarias paulistas surgiram expressões como ‘gentio do cabelo corredio’, ‘administrados’, ‘servos’, ‘pardos’ e ‘carijós’, cf. MONTEIRO, John M, 1999, *Op.cit.*, p. 58.

<sup>99</sup> FARIA, Sheila de Castro, 2000, *op.cit.*, pp. 73 e 74.

<sup>100</sup> MONTEIRO, John M. 1994, *op.cit.*, p. 212.

<sup>101</sup> *Idem*, p. 216 e 217.

de negócios com cativos.

\* \* \*

O estabelecimento de colonos e trabalhos de índios em Itu foram cruciais para o abastecimento de expedições para o sertão, bem como tornaram a vila um ponto de partida estratégico para o apresamento de mão de obra indígena. Devido a isto, na virada do século XVII para o XVIII, Itu era uma vila com certa estrutura produtiva implantada. Segundo John Monteiro, com a descoberta das minas de ouro, restaram duas opções aos paulistas: reorientar a produção para mercadorias cujo valor compensasse o custo de transporte ou organizar as unidades agrícolas nas imediações das próprias minas<sup>102</sup>. Para o autor, a segunda opção foi a preferida dos paulistas. Não foi, certamente, a dos ituanos, que, de posse de seus indígenas, reorientaram sua produção para abastecer as minas, bem como as expedições que para lá se dirigiam, mas, diferentemente dos colonos do século XVII, a agricultura no século XVIII, pelo menos para a vila de Itu, não girava em torno da triticultura, pois produzia-se milho e feijão. Milho e feijão que não eram mais transportados nas costas de indígenas, mas sim em enormes canoas pelos rios até Cuiabá ou, simplesmente, eram consumidos durante o trajeto até as longínquas minas.

---

<sup>102</sup> *Idem*, p. 225.

## ***CAPÍTULO III***

***O caminho das monções:  
desventuras e aprendizado***

### ***3.1) Dos negros da terra à descoberta do metal precioso***

Em 22 de outubro de 1679, em correspondência ao governador de Buenos Aires, D. José de Garro, Félix Rexe Corvalan, então governador do Paraguai, ao comentar as andanças dos paulistas pelo sertão, afirmou: “não fazem muito caso do ouro, o que mais querem é maloquear índios”. Como antes destacado, o apresamento de indígenas foi uma das razões que empurrou o paulista ao sertão, ao passo que a procura de metais preciosos “teve influência moderada, de início quase nula, no ânimo daqueles aventureiros”<sup>1</sup>.

Foi em busca de indígenas que o ituano Antônio Pires de Campos subiu, em 1718, o rio São Lourenço e entrou no rio Cuiabá. Após navegar 64 léguas, chegou a confluência do rio Coxipó-Mirim, onde encontrou a aldeia dos índios Coxiponé, fazendo-os cativos. Também neste ano, o sorocabano Paschoal Moreira Cabral e sua expedição partiram com o objetivo de apresar os Coxiponé. Penetrando o rio Cuiabá até a barra do Coxipó-Mirim, e deixando aí as canoas seguiram uma trilha indígena até a barra do rio dos Peixes, de onde marcharam até o rio Botuca e, neste ponto, extraíram três oitavas de ouro<sup>2</sup>.

Localizaram ouro, mas saíram derrotados no conflito com os indígenas, quando cinco pessoas foram mortas e quatorze feridas. Com o intuito de explorar as minas descobertas, formaram um arraial onde posteriormente se erigiu a capela de São Gonçalo. Todavia, o estoque de armas, de pólvora e de chumbo estava no limite, o que os deixaria à mercê dos ataques indígenas. Foi justamente neste momento que a bandeira coordenada por Fernando Dias Falcão, com um contingente de 130 homens e recursos necessários à mineração e conquista do gentio, socorreu a comitiva de Pascoal Moreira. Pouco tempo depois da descoberta das minas do Coxipó-Mirim, foram descobertas, em 1722, as minas de ouro de Cuiabá, pelo sorocabano Miguel Sutil.

A tarefa de comunicar à Coroa o descobrimento das minas do Coxipó-Mirim ficou a cargo de outro sorocabano, Antônio Antunes Maciel. A notícia se espalhou com grande

---

<sup>1</sup> Apud. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Extremo Oeste. São Paulo: Brasiliense: Secretaria de Estado da Cultura, 1986, p. 27

alvoroço entre a população, o que ocasionou uma avalanche de gente para a região<sup>3</sup>. Ao mesmo tempo em que as descobertas das minas de Coxipó-Mirim e de Cuiabá ampliaram os horizontes dos que se lançaram à busca do precioso metal, também ocasionou alguns problemas, sobretudo o abastecimento dos que para elas se dirigiram.

Houve um caso em que um indivíduo comprou um jaú ao preço de uma quarta de ouro e cortando-o em postas vendeu-o nas minas, ganhando meia libra de lucro. Outro comprou uma abóbora por quatro oitavas de ouro, cozinhou-a em um tacho e, repartindo em pratos, vendeu-os por quinze oitavas de ouro<sup>4</sup>. O abastecimento de um incipiente mercado composto de três a quatro mil pessoas foi, em parte, suprido pelas monções, pois a lavoura local, ainda que produzisse gêneros básicos (milho, feijão, abóbora, banana e, talvez, mandioca), não tinha, ao que parece, condições de atender à demanda criada com a descoberta das minas. A criação de animais como bois e cavalos, por exemplo, enfrentava um grande obstáculo – a falta de sal – que naquelas paragens era um “verdadeiro artigo de luxo”, utilizado no consumo dos moradores mais opulentos; aliás, faltava sal até nos batizados<sup>5</sup>. Por não ter uma produção local que atendesse satisfatoriamente à demanda cuiabana, ao menos inicialmente, nas 300 ou 400 embarcações que partiam de Ararituaba “ia o bastante para que não morressem de fome os moradores do Cuiabá, e depois os de Vila Bela e de outras localidades nascidas da expansão cuiabana”(…)”<sup>6</sup>.

Assim, diferentemente do apresamento de indígenas, o vetor principal no qual os paulistas se lançaram sertão adentro em direção às minas de Coxipó-Mirim e de Cuiabá foi formado pela descoberta de minas, dando início a longas expedições fluviais que abriram um novo mercado a ser abastecido, já que o descobrimento das minas marcou “o ponto de partida para a história das monções”<sup>7</sup>.

---

<sup>2</sup> Paschoal Moreira Cabral era neto do capitão Pedro Alves Moreira Cabral e de D. Sebastiana Fernandes, esta filha de André Fernandes, da Vila de Parnaíba. Este caso é mais um exemplo de migração que envolveu o processo de expansão e colonização do atual estado de São Paulo. AZEVEDO MARQUES, 1980, *op.cit.*, tomo II, pp. 116-117

<sup>3</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1990, *op.cit.*, pp. 44 – 46.

<sup>4</sup> BARBOSA DE SÁ, Joseph. 1901, *op.cit.*, p. 13.

<sup>5</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1990, *op. cit.*, pp. 48,49 e 51.

<sup>6</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1994, *op. cit.*, p. 147.

<sup>7</sup> *Idem*, p. 135.



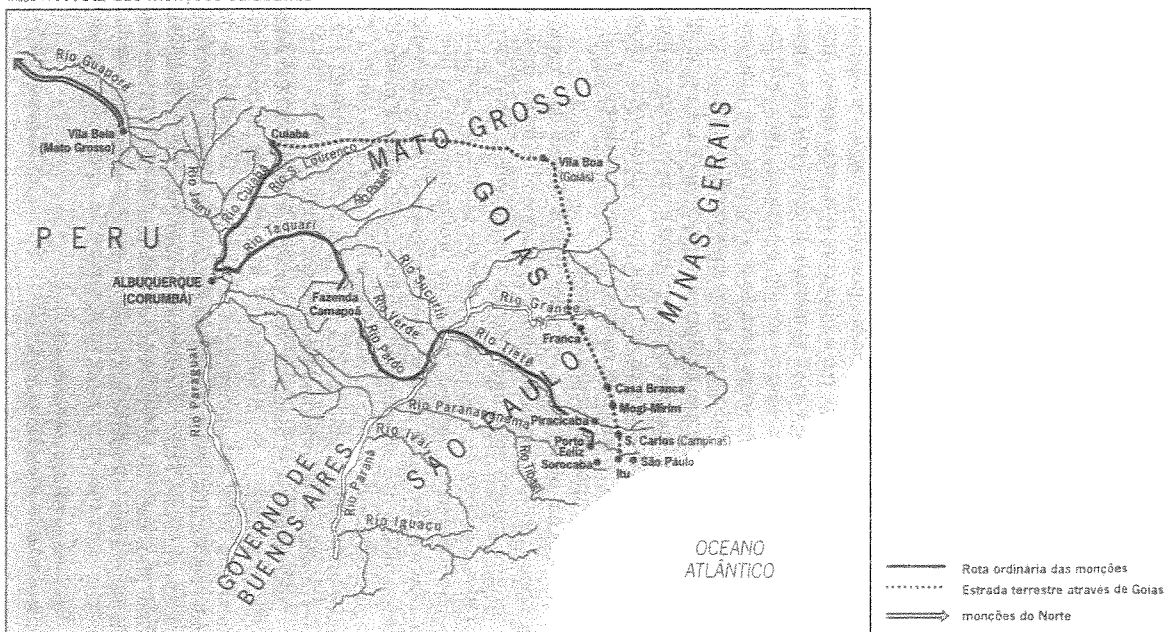
### 3.2 O (des)caminho das Monções

Em 1610, quando Domingos Fernandes se transferiu de Santana de Parnaíba para a atual cidade de Itu, essa região passou a fazer parte da imensa rede de vias e lugares que assinalaram o povoamento do sertão<sup>8</sup>. Com a descoberta das minas de Cuiabá, o Porto de Ararituaba, naquela época uma freguesia de Itu, era o local de onde partiam as monções, frotas de comércio que iam abastecer as longínquas minas do Cuiabá, lá chegando depois de cinco meses de viagem, no mínimo<sup>9</sup>.

No principal caminho da rota Ararituaba-Cuiabá, as canoas partiam do porto de Ararituaba, no rio Tietê, atingiam o rio Grande, entrando no Pardo até o rio Camapoã, seguindo os rios Cochim, Taquari, Porrudos, Paraguai até, finalmente, atingirem o Cuiabá.

**Figura 3**  
**Rota das Monções**

Mapa 7. A rota das monções cuiabanas



Fonte: GÓES FILHO, Synésio Sampaio. Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 149.

<sup>8</sup> IANNI, Octávio. 1996. *op. cit.*, p. 16.

<sup>9</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1994, *op. cit.*, p. 138. Ararituaba torna-se vila em 1797. Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Volume III, pp. 27-49.

Todavia, as primeiras monções constituíam verdadeiros saltos ao desconhecido e o traçado de um percurso mais apropriado requereu um longo aprendizado, desde os cálculos para os mantimentos destinados ao consumo da tripulação durante a jornada, os acessórios que foram sendo acrescentados nas canoas para tornar a viagem menos sacrificante, até o enfrentamento de indígenas e os obstáculos naturais, dentre outros aspectos. Estes riscos deixavam nos viajantes a incerteza de chegada ao destino final, pois embarcar no porto de Ararituaba não significava necessariamente que o viajante, após alguns meses de jornada, desembarcaria nas minas de Cuiabá.

A própria escolha do caminho mais adequado foi um problema a ser enfrentado. Dentre outras, as rota mais concorridas eram a que ia até Vacaria (atual Mato Grosso do Sul) pelos rios Paranapanema e Ivinheima (afluentes do Paraná) e a que seguia pelos rios Tietê, Pardo e Anhanduí-Guaçu. Através desses dois caminhos se chegava ao rio Paraguai e daí às minas do Cuiabá. Porém, esta rota apresentava a desvantagem de os monçoeiros encontrarem castelhanos, também freqüentadores constantes dos campos da Vacaria. Outro problema era a presença dos Guaicurú, que se opunham a penetrações em seus domínios<sup>10</sup>.

Um dos motivos que contribuíram para a fixação do que Sérgio Buarque de Holanda denominou “estrada definitiva das Monções” foi a descoberta, em 1720, do varadouro de Camapoã, situado praticamente no meio do caminho, o que constituiu “um passo importante para a maior segurança e comodidade dos viajantes”<sup>11</sup>. No varadouro de Camapoã, as canoas eram consertadas quando necessário e, mais importante, segundo um de seus proprietários, Luis Rodrigues Vilares, mercador oriundo da vila de São Paulo, o local era de “grande utilidade aos mineiros e viandantes (...) por acharem naquela paragem mantimentos”<sup>12</sup>. Assim, neste local as expedições eram reabastecidas de feijão, milho e toucinho etc. Gervásio Leite Rebello, em 1726, comprou um alqueire de mantimentos a “nove oitavas de ouro, feijão, a 16 galinhas a 3”. Afirmou que um mineiro “pagou a arroba de toucinho a 32 oitavas, o frasco de aguardente a 15”<sup>13</sup>.

<sup>10</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1990, *op. cit.*, pp. 57 e 58.

<sup>11</sup> *Idem*, p. 59. Segundo Washington Luis “Camapoã era um sítio dos irmãos Lemes, que ali tinham lançado roças para se fornecerem de mantimentos” aos que se dirigiam à Cuiabá. LUIS, Washington, 1938, *op.cit.*, p.227.

<sup>12</sup> Livro de Sesmária. AESP. Livro 1. Ordem, C00360.

<sup>13</sup> REBELLO, Gervásio Leite. “Notícia 6ª Prática. Relação verdadeira da derrota e viagem, que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmo. Sr. Rodrigo César de Menezes governador e capitão general da Capitania de

Em 1727, o capitão João Antônio Cabral Camello foi enfático ao afirmar que os proprietários da fazenda vendiam galinhas, porcos e cabras pelo preço que queriam, e reclamou porque pagou “dezesseis e dezoito oitavas o milho, o feijão a vinte”<sup>14</sup>. Porém, não deixou de notar que a fazenda de Camapoã estava localizada em “terras fertilíssimas, [que] lhe dão em abundância os mantimentos e legumes que nelas se plantam”<sup>15</sup>. Ao que tudo indica, os fazendeiros de Camapoã tinham bons lucros com o fornecimento de mantimentos. Quando de passagem pelo varadouro, em 1751, Dom Antônio Rolim, o conde de Azambuja, ressaltou que seus quatro proprietários constituíram “uma sociedade para se utilizarem dos lucros, que são grandes, nas carregações das canoas, fazendas e mantimentos, que vendem aos passageiros”<sup>16</sup>. Talvez fossem os lucros certos que levaram Luis Rodrigues Vilares a solicitar mais terras além das que já possuía para implantar uma fazenda de gado vacum e cavalari<sup>17</sup>. Francisco José de Lacerda Almeida também teve a impressão que Camapoã rendia bons lucros; segundo este viajante, os “sócios desta Fazenda devem fazer bom negócio, pois além das carnes e mais gêneros que vendem pelo preço que correm em Cuiabá, levam pelo transporte de cada uma canoa 20\$000 rs., e por cada uma carrada 9\$600 rs.”<sup>18</sup>.

Portanto, Camapoã tinha uma estrutura capaz de atender os viajantes das monções, contanto inclusive com um núcleo populacional razoável. Em umas de suas viagens para Cuiabá, Manoel Cardoso Abreu constatou que “entre escravos, grandes e pequenos, agregados ou brancos” moravam em Camapoã trezentas ou mais pessoas<sup>19</sup>. Em 1751 o conde de Azambuja observou que no sítio havia mais de 600 cabeças de gado, e relata que, após três meses de viagem, despiu-se pela primeira vez depois da partida de Ararituaba, talvez por ter achado o lugar agradável. De acordo com suas palavras: “(...) tem aquele sítio casas de

---

São Paulo e suas minas descobertas no tempo do seu governo, e nele mesmo estabelecidas”. In: TAUNAY, Afonso de E. *Relatos monçoeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1981, p. 110.

<sup>14</sup> CAMELLO, João Antônio Cabral. “Notícias Práticas das minas do Cuiabá e Goias, na Capitania de S. Paulo que dá ao Ver. Padre Diogo Juarez, o capitão João Antônio Cabral Camello, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727” In: TAUNAY, 1981, op. cit. p. 122.

<sup>15</sup> ABREU, Manuel Cardoso de. 1902, IHGSP, op. cit., p. 268

<sup>16</sup> ROLIM, Dom Antônio (Conde de Azambuja), “Relação da viagem que fez o conde de Azambuja, D. Antônio Rolim, da cidade de S. Paulo para a vila de Cuiabá em 1751” In TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 204.

<sup>17</sup> Livro de Sesmária. AESP. Livro 1. Ordem C00360.

<sup>18</sup> ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. *Diários de Viagem*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, p. 80.

<sup>19</sup> ABREU, Manuel Cardoso de. 1902, IHGSP, op. cit., p. 268

sobrado muito suficientes para a parte em que estão, pois nelas me acomodei com todos os oficiais e famílias; estão dentro de um pátio fechado, em que se pode tourear”<sup>20</sup>.

Em 1800, o tenente coronel Cândido Xavier de Almeida e Souza, encarregado de realizar demarcações de fronteiras nas divisas com o Paraguai, ao referir-se a Fazenda de Camapoã, recomendou ao Príncipe Regente que a comprasse de seus proprietários, “mandando pagar dos ditos sócios o que pertence a cada um por justas avaliações”. Recomendou também que o príncipe estabelecesse no local uma vila ou cidade com o objetivo de socorrer as fronteiras povoadas pelos índios. Segundo o tenente coronel, as despesas com a desapropriação da fazenda seriam facilmente recuperadas com os “rendimentos da passagem dos viajantes, assistência de víveres e varações de canoas”, pois, embora Camapoã estivesse naquele período em franco estado de decadência, rendia por ano três a quatro mil oitavas de ouro<sup>21</sup>.

A expedição de Hércules Florence, em 1826, adquiriu em Camapoã 120 alqueires de farinha de milho<sup>22</sup>. O tenente Augusto Leverger, indo à Cuiabá em 1830, informa que apesar do estado de decadência de Camapoã, o estabelecimento contava com 140 a 150 escravos, que plantavam “milho, feijão, arroz e mais mantimentos de que sempre precisam as expedições” que por lá passavam<sup>23</sup>.

Pelo exposto, nota-se que Camapoã foi um ponto de apoio crucial para as expedições monçoeiras, fornecendo aos viajantes gêneros alimentares, fazendas, descanso e condições ao reparo das canoas, contribuindo decisivamente para a definição da rota.

Não só a descoberta da melhor rota requereu experiência, já que para a acomodação do material transportado também foi preciso um certo aprendizado. Em uma monção realizada em 1720, as chuvas ocasionaram a perda do que estava sendo transportado, tudo apodreceu. Isto aconteceu porque não se sabia ainda toldar as canoas. Foi preciso aprender a cobri-las com lona, brim ou baeta, formando-se um toldo<sup>24</sup>. Tratava-se de uma armação de

<sup>20</sup> ROLIM, D. Antônio. In TAUNAY, 1981, op. cit., pp. 204 e 205.

<sup>21</sup> ALMEIDA E SOUZA, Cândido Xavier de. “Descrição diária” In RIHGB. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1951, Volume 202, p. 27.

<sup>22</sup> FLORENCE, Hércules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1977, p. 74.

<sup>23</sup> LEVERGER, Augusto. “De São Paulo a Curitiba. Derrota de navegação interior. Da vila de Porto Feliz na província de São Paulo à cidade de Cuiabá, capital da Prov. de Mato Grosso” In RIHGB. Volume 247, Abril-Junho, 1960, p. 387.

<sup>24</sup> BARBOSA DE SÁ, Joseph. 1901, *op.cit.*, p. 9.

madeira apoiada sobre duas forquilhas, e disposta de um lado a outro da parte central da canoa, onde se colocava parte da carga. Sobre a barra horizontal, “a que chamavam cumieira, colocavam-se, perpendicularmente, de palmo a palmo, barras menores, formando como um telhado, cujas extremidades ultrapassavam as bordas da canoa”<sup>25</sup>.

O domínio nos preparativos das viagens também demandou aprendizado. Houve comboio em que morreram “todos sem ficar um vivo, achando os que vinham atrás com as canoas as fazendas podres e os corpos mortos pelos barrancos dos rios e redutos; e redes armadas com os donos dentro, mortos”. Na monção de 1721, José Pires de Almeida perdeu toda a escravatura e “tudo o mais que trazia”, chegando a dar um “mulatinho, que tinha em conta de filho, por um peixe pacú”<sup>26</sup>. Talvez por fruto da inexperiência, podiam ocorrer erros nos cálculos, tornando a quantidade de mantimentos insuficiente para a alimentação ao longo do caminho. Quando isso acontecia, “não era raro abandonar-se os doentes, os imprestáveis, aqueles que só comeriam sem prestar serviços nas margens dos rios, tendo *por único alimento a água do céu e a que seus olhos derramavam*”<sup>27</sup>.

Na expedição de 1720, ocorreram perdas de canoas nas cachoeiras “por falta de pilotos práticos”. Diante das possibilidades de as canoas colidirem com pedras no meio dos rios, naufragarem nos redemoinhos, com as mudanças de vento etc, a habilidade dos condutores de canoa era indispensável, mas até se chegar a um conhecimento dos rios foi necessário um aprendizado que, de início, custou vidas e recursos<sup>28</sup>.

Em suma, até achar-se a rota mais adequada e o modo de viajar no caminho das monções, foi necessário um aprendizado para que não fossem perdidos recursos materiais e vidas humanas. Tudo isso, porém, não eliminava os perigos e contratempos a serem vencidos pelos monçoeiros.

<sup>25</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1990, *op.cit.*, p. 60.

<sup>26</sup> BARBOSA DE SÁ, Joseph. 1901, *op.cit.*, p. 9. Cf. também TAUNAY, Affonso de E. História das bandeiras paulistas. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975, p. 15, Tomo II.

<sup>27</sup> LUIS. Washington. 1938, *op.cit.*, p. 212 .

<sup>28</sup> BARBOSA DE SÁ, Joseph.1901, *op.cit.*, p. 9.

### 3.2.1) *Perigos da viagem*

Partes do trajeto Ararituaba-Cuiabá eram extremamente difíceis de serem navegadas. O conde de Azambuja considerou o rio Tietê como o “mais cheio de cachoeiras e das piores”<sup>29</sup>, onde pilotos e práticos perdiam “a cor e o ânimo por correrem ali as águas com tanta força e violência” que se por algum acidente alguém caísse nas águas, não adiantava nada saber nadar “pelas pedras despedaçarem tudo em um instante”. Segundo Gervásio Rebello, não obstante o rio Tietê ser conhecido e navegado a “mais de cem anos”, não havia tropa que não perdesse canoas e afogasse gente. Ao baterem em pedras, freqüentemente as canoas viravam, lançando para fora as pessoas, e aquelas que não sabiam nadar experimentavam os maiores riscos. Ainda no Tietê havia “pedras e madeiros” que atravessavam os canais obrigando a navegação somente de dia, “depois de dissiparem os nevoeiros”, para as canoas não virarem.<sup>30</sup>

Depois do Tietê, embicava-se para o Rio Grande. Além de caudaloso, este rio possuía muitos “caldeirões” e redemoinhos, que tornava muito difícil sua navegação<sup>31</sup>. Nele, algumas canoas da expedição de João Antônio Cabral Camello foram envolvidas em um redemoinho que as fez girar “por um bom quarto de hora, sem que pudessem valer aos pilotos e proeiros que as governavam”<sup>32</sup>. Neste rio a monção de Manoel Cardoso de Abreu foi colhida por uma “tormenta de vento” que o deixou “perdido”, salvando-se somente pela intervenção da “misericórdia divina”<sup>33</sup>. Vencido o Rio Grande, adentrava-se no rio Pardo, cujas águas eram tão “arreatadas e violentas que [era] preciso saltar a gente em terra e levarem as canoas com duas cirgas, para poderem vencer a violências das águas e livrarem-nas das pedras de que estão cheios os canais”<sup>34</sup>. Ademais, possuía este rio cinqüenta e quatro cachoeiras, das quais em nove descarregavam-se as canoas, e em quatro as canoas iam a meia carga, “varando-se umas vezes por terra, e outras por cima de pedras”. Por isso, o

<sup>29</sup> ROLIM, D. Antonio. In TAUNAY, 1981, *op. cit.*, p. 199

<sup>30</sup> REBELLO, Gervásio Leite. In: TAUNAY, 1981, *op. cit.*, pp. 104 e 106.

<sup>31</sup> *Idem*, p. 106

<sup>32</sup> CAMELLO, João Antônio Cabral. In: TAUNAY, 1981, *op. cit.*, p. 120.

<sup>33</sup> ABREU, Manuel Cardoso de. 1902, IHGSP, *op. cit.*, p. 264.

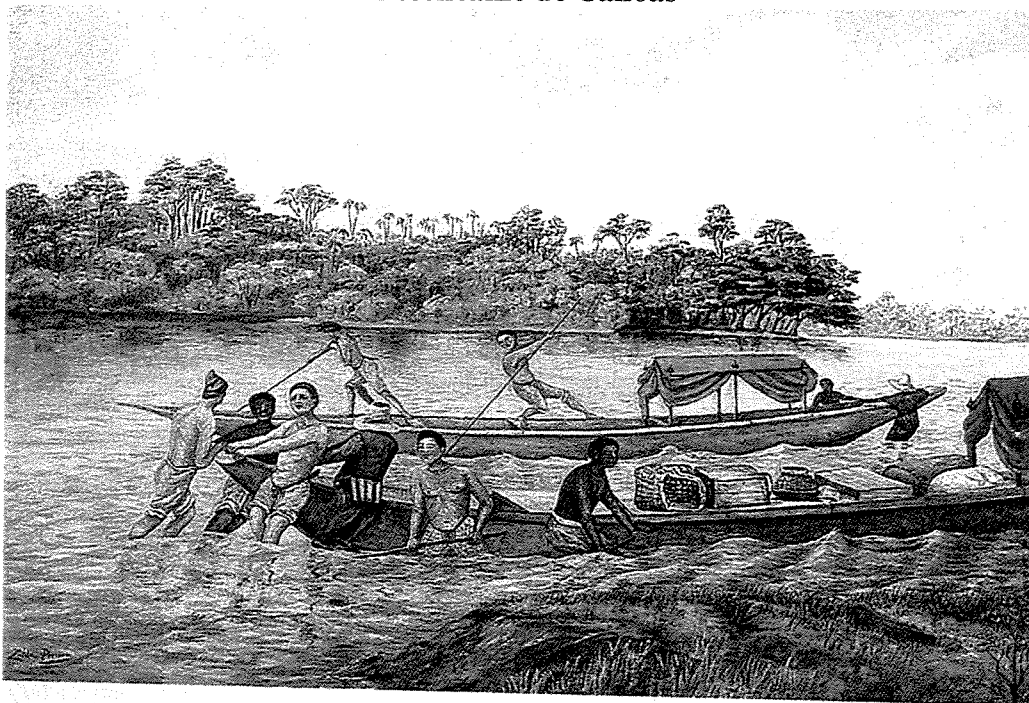
<sup>34</sup> Notícia 6ª prática. In TAUNAY, 1981, *op. cit.*, pp. 108 e 109.

conde de Azambuja afirmou que o rio Pardo era “sumamente trabalhoso para os pilotos e remeiros”<sup>35</sup>.

Considerado como verdadeira “morte de brancos e negros”, o varadouro que conduzia até Camapoã acarretava enormes trabalhos para a tripulação. A expedição de Gervásio Rebello demorou nada menos que onze dias para descarregar as canoas e percorrer uma distância de duas léguas com mantimentos e cargas nas costas. Depois desta caminhada, tinha-se que trazer as próprias canoas para o varadouro, operação que em sua frota consumiu o trabalho de “mais de 20 e 30 negros”<sup>36</sup>.

Depois de se adquirir mantimentos, consertar canoas, a viagem pelo Camapoã Mirim e Camapoã Assu, rios muito secos, era muito difícil de ser empreendida, “tanto pela falta de água, como pelas muitas voltas e embaraços de paus” presentes em seu leito, obrigando as canoas de montaria a saírem a frente “com gente e machados para (...) irem cortando os paus, desembaraçando o caminho”<sup>37</sup>.

**Figura 4**  
**Desencalhe de Canoas**



Fonte: SOUZA, Jonas e MAKINO, Miyoko, 2000, p. 451. (Sobre as ilustrações Cf. Anexo 4)

<sup>35</sup> ROLIM, D. Antonio. In TAUNAY, 1981, *op. cit.*, p. 202

<sup>36</sup> REBELLO, Gervásio Leite. In: TAUNAY, 1981, *op. cit.*, p. 109/110

<sup>37</sup> ROLIM, D. Antonio. In TAUNAY, 1981, *op. cit.*, pp. 205 e 206

Saindo do Camapoã, entrava-se no rio Cochim. Segundo um contemporâneo, se este fosse o primeiro rio a ser navegado no trajeto das expedições monçoeriras, “ninguém a empreenderia porque rara (...) canoa que não perigasse nela pelos inumeráveis precipícios e correntezas violentas que em si tem”<sup>38</sup>. Além de correntes d’águas excessivamente violentas, possuía paus como no rio Pardo, dificultando a navegação e obrigando o uso de canoas de montaria, que eram mais ligeiras e iam à frente para avisar acerca dos paus e da direção a ser seguida. Além disso, o rio Cochim possuía vinte e duas cachoeiras, “quase todas dificultosas”, em cinco das quais era preciso descarregar as canoas<sup>39</sup>.

Em resumo, do rio Camapoã até o Rio Taquari, passando pelo Rio Cochim, havia 22 cachoeiras, em quatro das quais havia a necessidade de descarregar as canoas e “arrastá-las por sobre os rochedos das margens”, e nas demais *bastava* que as embarcações fossem a meia carga<sup>40</sup>.

Outro rio navegado era o Paraguai Mirim, que também se localizava na região do Pantanal. A vegetação que ficava sobre ele confundia até os pilotos mais experientes<sup>41</sup>, obrigando tropas a seguir à frente da expedição “para descobrirem os canais e rios por onde navegar com segurança”, enfrentando ainda “inumeráveis mosquitos”<sup>42</sup>. Passando o rio Paraguai, pegava-se Porrudos, que demandava “sete ou oito dias” de trabalho<sup>43</sup>.

Enfim, paciente leitor, entrava-se no Rio Cuiabá onde se gastavam “vinte ou vinte e dois dias de viagem” de navegação<sup>44</sup>. Seu volume d’água e as grandes correntezas implicavam em “um grande trabalho aos remeiros, acabando por fazer adoecer muitos remeiros”<sup>45</sup>. Não por acaso, ao transpor a última cachoeira deste rio, os tripulantes da expedição de Hércules Florence, em comemoração, deram “descargas de fuzilaria, gritaram a valer e cantaram até alta noite”<sup>46</sup>.

Perante tantos perigos, ciente das incertezas do caminho, um autor anônimo aconselhava aos que pretendiam estabelecer-se nas afamadas minas a fazer o embarque “já católico”, pois

<sup>38</sup> Notícia 8ª prática, In TAUNAY, 1981, *op. cit.*, pp. 186-187

<sup>39</sup> ROLIM, D. Antonio. In TAUNAY, 1981, *op. cit.*, pp. 206 e 208

<sup>40</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1990, *op. cit.*, p. 283

<sup>41</sup> Notícia 8ª Prática, In: TAUNAY, 1981, *op. cit.*, p. 190.

<sup>42</sup> REBELLO, Gervásio Leite. In: TAUNAY, 1981. *op. cit.*, p. 112-114

<sup>43</sup> CAMELLO, João Antônio Cabral. In: TAUNAY, 1981, *op. cit.*, p. 126

<sup>44</sup> *Idem*, p. 126

<sup>45</sup> ROLIM, D. Antonio. In TAUNAY, 1981, *op. cit.*, p. 214. .



“desde que dareis principiar a tão longa penosa viagem até chegares a estas Minas do Cuiabá estais certos que correm evidente risco as vossas vidas”<sup>47</sup>. Por causa da ameaça da morte, a partida de uma monção somente ocorria após os participantes estarem todos confessados e sacramentados, e não faltava, na hora do embarque, a presença de um vigário com o propósito de benzer a expedição, pois “a pouca distância se acham em um sertão, onde não há mais que a Divina providência”<sup>48</sup>.

---

<sup>46</sup> FLORENCE, Hercules. 1977, *op. cit.*, p. 84.

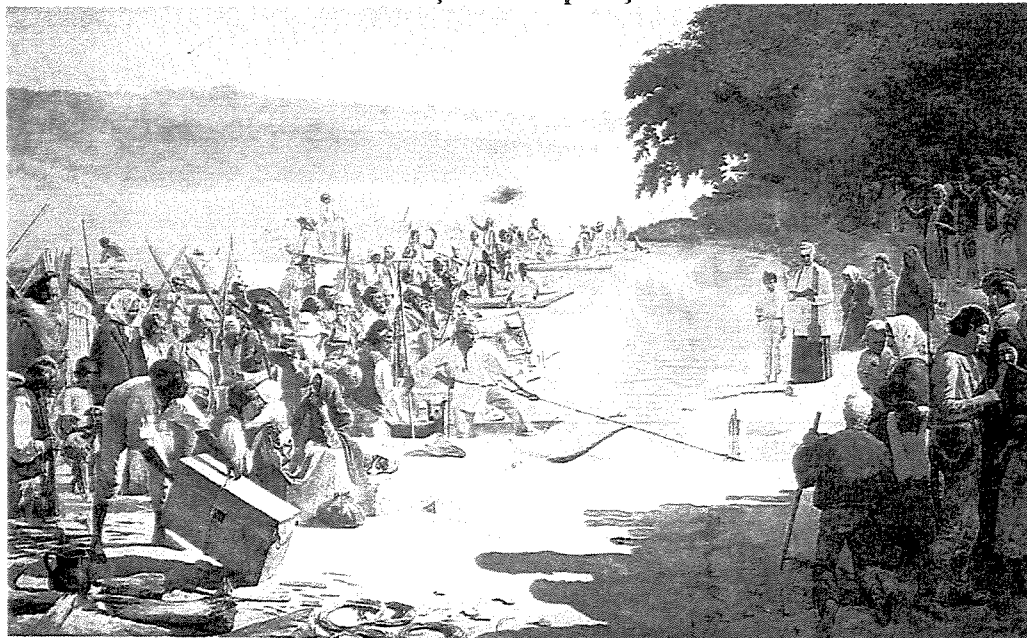
<sup>47</sup>Notícia 8a. prática. Exposta na cópia de uma carta escrita do Cuiabá aos novos pretendentes daquelas minas. In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 171.

<sup>48</sup> JUZARTE, Theotônio José. “Diário da navegação do Rio Tietê, ande Paraná, e Rio Guatemi em que se dá Relação de todas as coisas mais notáveis destes Rios, seu curso, sua distância, e de todos os mais rios, que se encontram, ilhas, perigos, e de tudo o acontecido neste diário, pelo tempo de dois anos, e dois meses. Que principia em 10 de março de 1769” In TAUNAY, 1981, p. 238. Embora a expedição comandada pelo português Theotônio José Juzarte tenha partido de Araraguaba e tivesse como destino a Praça do Iguatemi, e não as minas de Cuiabá, o relato por ele produzido apresenta valiosas informações sobre a organização das monções e os problemas enfrentados durante o trajeto, como pousos, acidente geográficos, descrição da fauna, flora, roças, etc. Seu relato segue as recomendações feitas pelo governador da capitania de São Paulo, Dom Luis Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, que lhe disse: “Não se esqueça vosmecê de fazer o diário que tenho recomendado e lançar em planta todos os rios, todos os países e todas as cousas mais notáveis que se tiverem descobrido”. Em outro momento, o capitão general determinava que o roteiro deveria ser escrito diariamente.

Cabe lembrar que em parte o percurso até o Iguatemi era o mesmo que o que conduzia até a região das minas de Cuiabá. A Praça Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula de Iguatemi foi fundada pelo ituano João Martins de Barros em 1767, por ordem do Morgado de Mateus, seguindo as determinações do Marques de Pombal. Visava-se o estabelecimento de um “presidio na região mato-grossense-do-sul, próxima a fronteira com o Paraguai, com o objetivo de impedir qualquer avanço castelhano em terras da coroa portuguesa”. Em 27 de outubro de 1777, Iguatemi foi tomada pelos castelhanos, liderados por Dom Agostin de Pinedo.

Juzarte foi encarregado de encaminhar a segunda leva de povoadores para Iguatemi. Ele estava incumbido de escoltar um comboio transportador de mantimentos, despachar os colonos, superintender o almoxarifado da expedição. Por isto, foi para lá “carregado de gêneros, armas e munições, utensílios de lavoura, móveis e roupas, drogas e mais objetos de toda a espécie”. Era também de sua alçada fiscalizar a construção de canoas, receber dinheiro e capturar os *voluntários* que almejavam desistir de ir para o Iguatemi. Em 1769, Juzarte partiu de Araraguaba com uma expedição composta de trinta e seis embarcações, com quase 800 pessoas. SOUZA, Jonas Soares de. & MAKINO, Miyoko (Orgs.) Diário de Navegação. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado, 2000, pp. 12-19.

**Figura 5**  
**Benção de Expedição**



Fonte: SOUZA, Jonas e MAKINO, Miyoko, 2000, p. 444.

Era exatamente aos santos que muitos monçoeiros recorriam na hora do perigo. Ao atingir o Rio Paraguai-Mirim, alertava Francisco Palácio que os viajantes fizessem o ato de contrição e confissão geral, “porque aqui é todo o risco por ser paragem em que andam os Gentios de Canoas chamados Payaguazes”<sup>49</sup>.

A presença da morte no decorrer da viagem era algo que atormentava os monçoeiros e lhes era constantemente lembrada. Em 1727, Gervásio Leite Rebello conta que no rio Pardo sua comitiva encontrou “embaraçado em uns cipós um homem morto”, não sendo possível sepultá-lo devido ao mal cheiro do cadáver, além do receio de contrair alguma peste, caso o enterrassem. Na mesma jornada morreu um homem branco, e um escrívão foi achado com a cabeça partida. No rio Camapoã-Mirim encontraram um cadáver “ainda com cabelo e com couro” e, no mesmo dia, um cozinheiro, quando foi até o sitio de Camapoã buscar uma faca que havia esquecido, sumiu. O sumiço levou todos a pensar que ele serviu de “pasto de

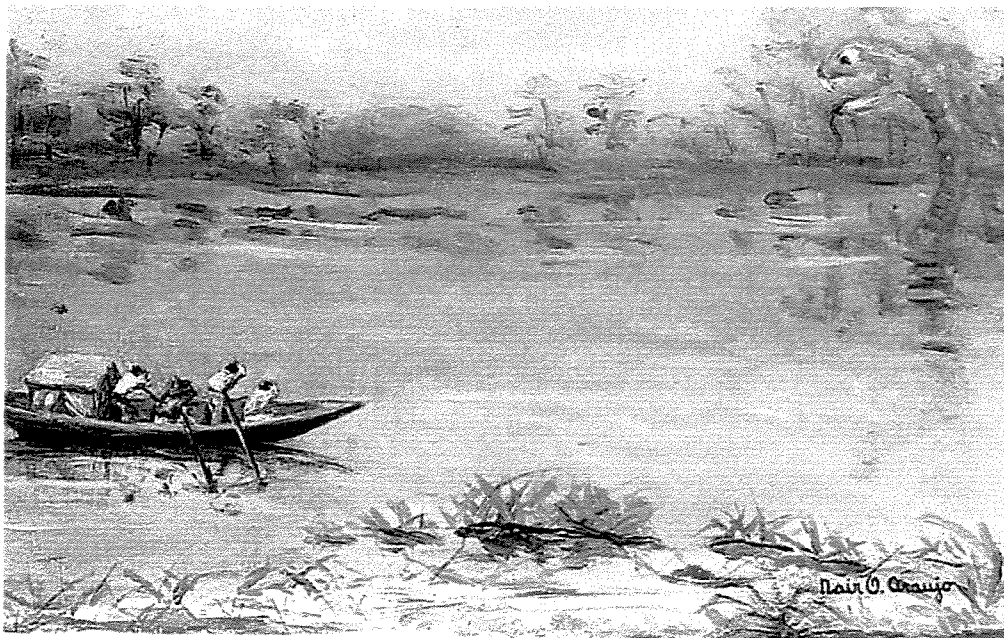
<sup>49</sup> Apud, KOK, Maria da Glória Porto. “O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII”. São Paulo : Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado, 1998, p. 187.

alguma onça”. Para concluir os percalços da viagem, no Rio Taquari, Gervásio relata que a trombada de duas canoas provocou a morte de dois negros e uma negra<sup>50</sup>.

Muitos lugares eram nomeados com o nome de pessoas que faleceram no trajeto ou de locais que ocasionavam mortes. As Pedras da Limonada tinham tal designação “por nelas morrer uma mulher que a fazia [a limonada] no Rio de Janeiro e melhor fora chamar-lhe Pedras de estancar vidas; pode muita gente que em todas as monções se afoga nelas”. As cachoeiras Matias Pereira e João Garcia tinham estes nomes em homenagem à duas pessoas que nelas morreram afogadas<sup>51</sup>. Era comum também os viajantes encontrarem cruzeiros pelo caminho em lembrança a pessoas que morreram nos sertões; Narra Florence que, na passagem Aracanguava-Mirim, encontraram uma cruz, pois nela estava a sepultura “de um remador que ali morrera afogado, ao virar-se a canoa que montava”<sup>52</sup>

Além da constante presença da morte, havia outros receios a povoar a imaginação dos monçoeiros, como a canoa fantasma e o famoso poço do Pirataraca, onde vivia “um grande bicho”<sup>53</sup>..

**Figura 6**  
**Monstro do Pirataraca**



Fonte: SOUZA, Jonas e MAKINO, Miyoko, 2000, p. 458.

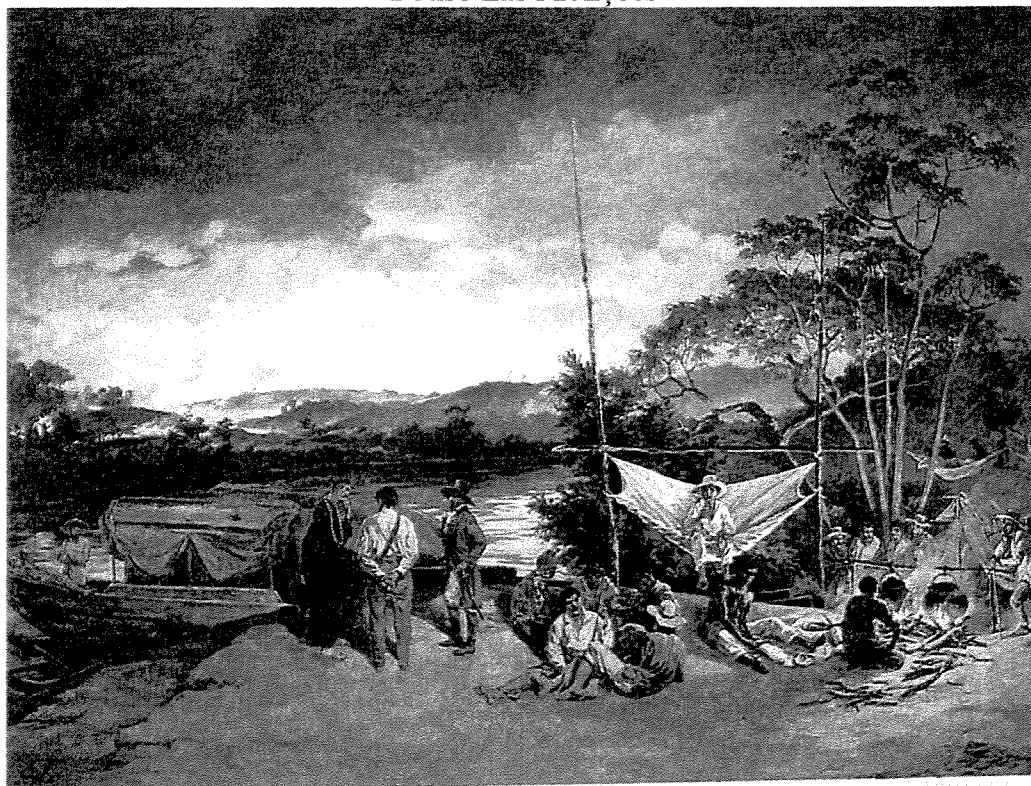
<sup>50</sup> REBELO, Gervásio Leite, In: TAUNAY, 1981, pp. 104, 109 e 110.

<sup>51</sup> Notícia 8ª prática, In: TAUNAY, 1981, p. 174

<sup>52</sup> FLORENCE, Hercules. 1977, *op. cit.*, pp. 50 e 51

Havia também outros contratemplos e perigos mais reais a que estavam submetidos os que se aventuravam pelas jornadas monçoeiras. Contratemplos como a falta de pousos adequados, de água potável, o encontro com animais selvagens e peçonhentos, além dos ataques dos temíveis indígenas ao longo do trajeto. Nem sempre se encontravam no caminho todos os apetrechos necessários para fazer “rancho”. Gervásio Rebello queixou-se que na Barra do Paraguai-Assú, “por falta de lenha, paus para redes e palha”, fez-se rancho de pouca comodidade. A situação agravou-se com a chuva que caiu ao longo da noite “e alagou a maior parte das canoas com bastante perda”<sup>53</sup>. O conde de Azambuja, após passar o Rio Taquari, começou “a experimentar piores pousos”. O excesso de chuva tornava “as margens dos rios alagadas, e os matos molhados”, obrigando a comitiva “a comer o almoço e a ceia meios engrolados”<sup>54</sup>.

**Figura 7**  
**Pouso nas Monções**



Fonte: SOUZA, Jonas e MAKINO, Miyoko, 2000, p. 453.

<sup>53</sup> REBELO, Gervásio Leite, In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 114

<sup>54</sup> ROLIM, D. Antônio, In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, pp. 213 e 216

Entre os meses de abril a junho, às vezes até julho, período de cheias no Pantanal, tornava-se extremamente difícil encontrar lugares secos para se fazer pouso, obrigando os monçoeiros a dormirem nas próprias canoas<sup>55</sup>. Também no Pantanal, atingidos por ventos fortes e ondas, que os componentes da expedição do conde de Azambuja dormiram “mal ceados”, por causa impossibilidade de acender lume ou lenha para aquecer a refeição. Mesma na incerteza de encontrar bons lugares para fazer pouso, um objeto não podia faltar na bagagem dos monçoeiros: a rede, que era “a cama mais pronta e mais fácil de [se] conduzir”<sup>56</sup>.

Aliado ao problema do pouso estava outro igualmente importante: água potável. Às vezes, a água potável era escassa e, segundo Rodrigo César de Menezes, os viajantes “para satisfazerem a sede se valiam da raiz de um pau que metiam na boca”<sup>57</sup>. Muito provavelmente, tratava-se da raiz de umbuzeiros<sup>58</sup>. A respeito das águas do rio Grande, o conde de Azambuja asseverou que era “turva e mal cheirosa, e nos viandantes costuma causar sezões malignas”. Acerca das águas do pantanal, ressaltou que eram tão quentes “que não era preciso esquentar para fazer barba, por cuja causa a achei ainda pior que a dos rios”<sup>59</sup>. Manuel de Barros, em data imprecisa, alertava que “quanto menos água beberem do dito rio Grande, tanto mais se livrarão das maleitas”<sup>60</sup>. O provedor do Registro instalado às margens deste rio, Domingos Silva Monteiro, morreu de peste em virtude dos “ares péssimos e não melhores águas”, escreveu um autor anônimo<sup>61</sup>. O brigadeiro José Custódio de Sá e Faria enfatizava aos viajantes que não bebessem as águas do rio Paraná, pois “dois remadores adoeceram delas neste rio, que morreram [após] poucos dias”<sup>62</sup>.

Dentre os animais que aterrorizavam os monçoeiros, as cobras ocupavam lugar de destaque. No Salto do Itapurã, D. Antônio Rolim comentou que sua expedição matou uma

<sup>55</sup> Notícia 2ª Prática, In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p.133

<sup>56</sup> ROLIM, D. Antônio, In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, pp. 199 e 215

<sup>57</sup> Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Volume. XX, p. 25

<sup>58</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1994, *op. cit.*, p. 39

<sup>59</sup> ROLIM, D. Antônio, In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, pp. 201 e 212

<sup>60</sup> Notícia 7ª Prática. E roteiro verdadeiro das minas do Cuiabá, e de todas as suas marchas, cachoeiras, itaipavas, varadouros, e descarregadouros das canoas, que navegam para as ditas minas, com os dias da navegação, e travessia, que se costumam fazer por mar, e terra. In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 158

<sup>61</sup> Notícia 8ª prática, In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 183

<sup>62</sup> FARIA, José Custódio de Sá. “Diário da Viagem que fez o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria da cidade de S. Paulo á praça de Nossa Senhora dos prazeres do rio Igatemy; 1774-1775” in: RIHGB, vol. 39, 1876, pp. 225 e 226.

sucuri, que tinha “17 palmos de comprido e meio grossa como a coxa de uma perna”<sup>63</sup>. No *Divertimento Admirável*, de Manuel Cardoso de Abreu, há o relato da morte de uma cobra que havia engolido um veado inteiro, causando surpresa quando abriram-na<sup>64</sup>. Segundo Juzarte, as jararacas eram “tão venenosas, que mordendo em qualquer pessoa instantaneamente fica sem vista, e entra a exalar sangue pelos olhos, boca, e nariz, e pelas unhas, e o mais que dura vivo são vinte e quatro horas”<sup>65</sup>. Em 1785, o Dr. Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, que se dizia acostumado à rotina no sertão, afirmou que acordar no escuro e dormir dentro do mato não lhe causava sacrifícios. No entanto, o que lhe impunha medo eram onças e cobras que pudessem subir em sua *cama* e, para lhe dar mais segurança, dormia “com uma espingarda e uma pistola à cabeceira”<sup>66</sup>.

Segundo o capitão João Antônio Cabral Camello, no rio Porrudos “não faltam onças, que tem feito algumas mortes”<sup>67</sup>. Em 1789, Francisco José de Lacerda e Almeida, referindo-se às margens próximas aos rios Cuiabá, Porrudos e Paraguai, afirmou: “vi tantas onças, que além das que se mataram, e das que fugiram, me causou admiração o ver a terra revolvida pelas unhas delas como se fora cavada com enxadas”<sup>68</sup>. Houve os que sonhavam fazer fortuna nas Minas do Cuiabá, mas não se precavendo dos perigos das onças, foram por elas devorados<sup>69</sup>.

Em alguns rios, como o Paraguai, não era possível o “refrigério de se banharem no rio”, devido à existência de “duas castas de peixes que o não consentem”, como as tesouras, nome dado às piranhas, e as arraias. Referindo-se às piranhas, o conde de Azambuja afirmava que possuíam dentes tão agudos e finos que cortavam anzóis capazes de sustentar peixes bem maiores que elas. Alertava que pouco tempo bastava para que apanhassem “um homem n’água para o deixarem em miserável estado”. Sobre as arraias relata a experiência de um de seus proeiros, que sendo picado por uma “passou até ao outro dia em contínuos gritos”<sup>70</sup>.

<sup>63</sup> ROLIM, D. Antônio, In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 201

<sup>64</sup> ABREU, Manuel Cardoso de, 1902, IHGSP, *op.cit.*, p.260

<sup>65</sup> JUZARTE, Theotônio José, In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 242

<sup>66</sup> Carta de um passageiro de monção (1785). In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 229

<sup>67</sup> CAMELLO, João Antônio Cabral. In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 126

<sup>68</sup> ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e, 1944, *op. cit.*, p. 68

<sup>69</sup> BARBOSA DE SÁ, Joseph. 1901, *op. cit.*, p. 9

<sup>70</sup> ROLIM, D. Antônio. In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, pp.214-215

Considerados pelo tenente Cândido Xavier de Almeida e Souza como uma das “sete pragas enviadas a Faraó”, carrapatos e mosquitos foram presenças das mais incômodas no caminho das monções<sup>71</sup>. Os mosquitos foram o “maior martírio [de] toda a jornada” do conde de Azambuja, sendo tantos que ele só tinha alívio quando apareciam umas borboletas que os comiam<sup>72</sup>. A quantidade de mosquitos devia ser de tal sorte que Juzarte afirmou que formavam verdadeiras nuvens<sup>73</sup>. Talvez Florence tenha produzido a descrição que melhor expressa o flagelo dos viajantes:

“É praga capaz de trazer o abandono de um região inteira por quem não tenha a constância do selvagem. Em tal quantidade nos cercavam, tão teimosos se precipitavam sobre nós para sugar-nos, que o ar em derredor parecia escuro. Quando comíamos, ficavam os pratos inçados, o molho cheio deles; entravam-nos pela boca, debalde dos pés à cabeça vestíamos roupas grossas; debalde calçávamos botas e luvas. Através das vestes e pela costura das botas, por pouco que tivessem uso, ferravam-nos tremendas picadas metendo-se pelas calças a dentro. É horrível! Para garantir um tanto mais o corpo, era preciso por cima de toda a roupa embrulhar-me numa grande colcha ou manta, o que produzia calor intolerável; como meio de defender o rosto, só havia, desde o alvorecer até ao cair da tarde, agitar um leque ou um abano (...) O interior das barracas ficava todo negro, tal a quantidade dos que pousavam: negras as bordas das canoas e qualquer ponto em que, por algum tempo, pudessem manter-se quietos. A camisa, a calça que vestíamos num momento se tingiam de nodoazinhas de sangue, pois o menor movimento matava uma grande porção que de pesados não podiam voar”

Para livrarem-se deste verdadeiro flagelo, os remadores “queimavam à proa das canoas um espécie de terra chamada copim, cuja fumaça espessa, se enxotava os mosquitos, para nós tornava-se novo mal, ameaçando asfixiar-nos”, completava Florence<sup>74</sup>.

Outra solução para o alívio deste desespero foi o aprendizado da utilização dos mosquiteiros. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, o acessório era desconhecido em 1720, quando das primeiras monções, mas aparece em documentos desde 1725, tornando-se item de fundamental importância nas jornadas<sup>75</sup>. Certamente por ter eleito os mosquitos como o seu maior martírio durante a jornada, o conde de Azambuja deixou uma minuciosa descrição do *abençoado* artefato: “uma cobertura de linhagem, ou de outra droga leve, a qual

<sup>71</sup> ALMEIDA E SOUZA, Cândido Xavier de. RIHGB, 1951, Volume 202, *op.cit.*, p. 21

<sup>72</sup> ROLIM, D. Antônio. In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 213

<sup>73</sup> JUZARTE, Theotônio José. In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 236

<sup>74</sup> FLORENCE, Hercules. 1977, *op. cit.*, pp. 128-129

<sup>75</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1990, *op.cit.*, p. 62 e 63.

lançam por cima de uma corda, que prendem aos mesmos paus, a que atam a rede, por cima delas dois palmos. Esta coberta chega até ao chão por todas as partes, fechada pelos lados e pelas cabeceiras, deixando-lhes nestas umas mangas para se enfiarem os punhos das redes”. A competir com os mosquitos, outras espécies de bichos, não menos desagradáveis, atormentavam os viajantes. Em alguns pontos do trajeto Ararituaba-Cuiabá existiam densas árvores que, muitas vezes, caíam sobre as canoas trazendo “quanta porcaria e bicharia”, principalmente aranhas e vespas “a que por estas terras chamam de maribondos, que mordem desesperadamente”. No Rio Taquari, a comitiva do conde de Azambuja foi pega por carrapinhos, “que [lhe] deu que fazer muitos dias”<sup>76</sup>.

Por seu turno, Juzarte menciona a existência de uma grande variedade de carrapatos que, se caíssem sobre uma pessoa, era “preciso despir-se nu, e outra pessoa correr-lhe todo o corpo com uma bola de cera da terra ou esfregá-lo com caldo de tabaco de fumo, ou sarro de pito”. As mulheres “se remediavam umas com as outra”<sup>77</sup>. Mas nem sempre estar “banhado com aguardente e fumo” resolvia o problema dos carrapatos. Na expedição de Francisco José Lacerda e Almeida, os carrapatos deixaram os componentes por três dias desesperados, além de lhe ter rendido uma sarna de que se livrou “no fim de dez dias”<sup>78</sup>.

Juzarte alude também aos bichos-de-pé, que se constituíam uma espécie de “vermes que picando na cútis introduzem dentro um bicho gadelhudo à semelhança de uma lagarta de couve”<sup>79</sup>. Os participantes da monção de Hércules Florence, ao adentrarem em choupanas dos índios, foram acometidos por uma espécie de pulgas que se introduziam na carne, formando um saco onde eram depositado ovos, que se não fossem extraídos, tomavam o volume de um grão de milho. Quando saíam, deixavam “um buraco redondo e fundo”<sup>80</sup>.

Outros insetos que provocavam verdadeira agonia aos viajantes eram as formigas. Para livrar-se dos ataques ocasionados pelas formigas, alguns componentes da expedição de Juzarte, em certo dia dormiram “trepados em árvores, outros metidos na água do Rio”, e, por fim, “todos se meteram dentro das embarcações, até que amanhecesse”<sup>81</sup>. Além das picadas

<sup>76</sup> ROLIM, D. Antônio, In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, pp. 199, 206 e 212

<sup>77</sup> JUZARTE, Theotônio José. In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, pp. 236 e 246

<sup>78</sup> ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e.. 1944, *op. cit.*, p.36

<sup>79</sup> *Idem*, p. 236.

<sup>80</sup> FLORENCE, Hércules. 1977, *op. cit.*, p. 55.

<sup>81</sup> JUZARTE, Theotônio José. In: TAUNAY, 1981, p.252



das formigas causarem “uma dor tão veemente como as das vespas”<sup>82</sup>, eram capazes de provocar verdadeiros estragos nas roupas. Juzarte, procurando suas meias de linha pela manhã, achou “somente o canhão de uma, e o mais haviam comido as formigas”<sup>83</sup>.

Mas, provavelmente, um dos maiores obstáculos na jornada às minas do Cuiabá, se não o maior, eram os ataques de índios, principalmente os Caiapó, Guaicuru e Paiaguá. De acordo com Maria da Glória Kok, “a aguerrida resistência dos Caiapó, Guaicuru e Paiaguá em aceitar a invasão de seus territórios fez eclodir uma guerra que iria perdurar por mais de cinquenta anos nas terras a Oeste e ao Sul da Capitania de São Paulo”. Os Caiapó incursionavam pelos rios Pardo, Paraná, Verde, Cochim e Camapoã, atacando as canoas de viajantes e as pequenas roças às margens daqueles rios<sup>84</sup>. Utilizando arco e flecha e porretes, de maneira *traíçoeira*<sup>85</sup> uma das estratégias de ataque dos Caiapó era untar-se de terra para confundir os viajantes e atacá-los pelas costas<sup>86</sup>.

As varações em Camapoã deveriam ser acompanhadas de especial atenção, uma vez que no local eram freqüentes as investidas dos Caiapó, que não perdiam “toda a boa ocasião que se lhes” oferecia. O capitão João Antônio Cabral Camello relata que um ataque de 60 Caiapó resultou na morte de “três ou quatro” negros, e foi tão rápido “que quando os mais levaram as espingardas à cara” não viram mais os ditos índios. As investidas constantes obrigavam os moradores de Camapoã a estar sempre de armas em punho<sup>87</sup>. Nesse mesmo varadouro, o capitão teve a rancharia queimada, perdendo todo o toucinho e sal que havia comprado, sendo obrigado a se manter exclusivamente de feijão por mais de um mês, até que, no rio Pardo, encontrando com a monção do ouvidor José Rodrigues Villalobos, comprou sal e toucinho em quantidade suficiente para chegar ao Tietê<sup>88</sup>. Um dos sócios do varadouro, Luis Rodrigo Vilares, quando solicitou sesmarias para ampliar a Fazenda de Camapoã, fez questão de enfatizar que no “estabelecimento da dita fazenda” fizera “considerável despesa e

<sup>82</sup> ROLIM, D. Antônio, In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 213

<sup>83</sup> JUZARTE, Theotônio José. In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 252

<sup>84</sup> KOK, Maria da Glória, 1998, *op.cit.*, p. 238

<sup>85</sup> ROLIM, D. Antônio. In TAUNAY, 1981, *op. cit.* p.209

<sup>86</sup> Notícia 8<sup>a</sup> prática. In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 186

<sup>87</sup> CAMELLO, João Antônio Cabral. In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 122

<sup>88</sup> *Idem*, p. 140

experimentado com a vizinhança do gentio bárbaro da nação Caiapó grande perda de escravo que lhe havia mortos como era notório”<sup>89</sup>.

João Antônio Cabral Camello, quando chegou na “primeira roça do Taquari”, encontrou-a despovoada em virtude de ataques dos Caiapó. Passado o Rio Taquari, sua expedição encontrou uma canoa quebrada e mais uma roça “sem gente”, com suas casas queimadas “e alguns mortos pelo gentio”. No Rio Pardo, na roça do Cajuru, onde sua comitiva parou para fabricar umas canoas, os Caiapó, utilizando uma flecha, lançaram fogo nos ranchos e “queimaram-se todos, que eram gados,[sic] exceto a capela, e um dos paióis de muito que livramos com as redes, e com os lenços molhados, e ensopados em água, coberto com eles”<sup>90</sup>. Não foram poucos os vestígios de ataques dos Caiapó que a expedição de Camello presenciou, pois ainda viu as roças do Nhandui-mirim despovoadas e seus moradores mortos, como “também a primeira do Rio Grande”<sup>91</sup>. Manter roças no caminho do Cuiabá era privilégio de poucos, na medida em que só quem conseguia tal feito era “algum homem de poder, vivesse muito bem entrincheirado, e com bastantes armas”<sup>92</sup>.

Os Guaicurú, também denominados de cavaleiros, por “andarem sempre a cavalo”, viviam à margem do rio Paraguai, faziam vizinhanças com as povoações dos castelhanos e perambulavam pela região do rio Taquari. Utilizavam como armas lanças compridas e laços. Esses laços, muito compridos, “com que prendem e lançam em proporcionada distância tudo o que querem”, certamente os dotava de grande poder de combate, sobretudo porque costumavam sempre andar “em grandes tropas de 500 até 1.000” pessoas. O conde de Azambuja disse o óbvio: que os Guaicurú não atacavam nos rios, “pois os não ajuda aí a ligeireza dos cavalos”. Todavia, alertava para os perigos de ataques repentinos e imprevistos, momento em que os viajantes ficavam impedidos de servirem-se de armas de fogo<sup>93</sup>.

Das três nações indígenas, porém, foi a dos Paiaguá a que a que causou “mais e maiores danos”, asseverou o conde Azambuja. Não tinham domicílio certo, já que a morada

---

<sup>89</sup> Livro de Sesmaria. AESP . Livro 1. Ordem C00360.

<sup>90</sup> *Idem*, p. 138

<sup>91</sup> *Idem*, p. 139

<sup>92</sup> Notícia 7<sup>a</sup> prática. In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 160

<sup>93</sup> ROLIM, D. Antônio. In TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 209

dos Paiaguá era “sempre andarem embarcados”, completava Antônio Pires de Campos<sup>94</sup>. Utilizando-se de arcos e flechas e de lanças pequenas com pontas de ferro, atacavam principalmente nos rio, ao contrário dos Guaicurú. Embarcados numa canoa com oito a dez homens, “metade dos quais rema, e a outra se serve de armas”, tinham o costume de vigiar uma tropa antes de atacá-la e, quando de um descuido do inimigo, saíam “de repente com grande gritaria”, fazendo todo o possível para molhar as armas dos inimigos, impedindo-as de funcionar<sup>95</sup>.

Por volta de 1719, os Gaicurú estabeleceram uma aliança com os Paiaguá para atacar espanhóis, portugueses e outras tribos inimigas. Aliança que formou uma tenaz resistência à presença dos colonos<sup>96</sup>. Em 1725, a monção capitaneada por Diogo de Souza, composta de 600 pessoas, foi atacada pelos ditos índios e, de toda a tripulação, teriam sobrado apenas “um branco e um negro”<sup>97</sup>.

Os ataques cometidos pelos índios causaram tantas perdas que dificultavam sobremaneira o comércio das monções, assim como aos que se dirigiam às minas e mantinham roças no caminho. Tais investidas mereceram atenção especial das autoridades. Em carta ao Rei datada de 12 de março de 1727, portanto logo depois de sua chegada ao Cuiabá, Rodrigo César de Menezes, informou que, com o intuito de selar um acordo de paz com os gentios, enviou, através de pombeiros, alguns mimos: facas flamengas e tabaco de fumo, entre outros. Fracassada a missão, tratou de enviar uma tropa para guerrear com os Caiapó. Os prisioneiros obtidos nessa batalha foram repartidos entre aqueles que dela participaram. Em 28 de março de 1728, novamente as atenções de Rodrigo César de Menezes se voltam para os Paiaguá, contra os quais determinou fazer guerra. Os indígenas aprisionados deveriam ser vendidos em praça pública e, depois de recolhidos os quintos para a Real Fazenda, caso sobrassem alguns, seriam repartidos entre os cabos e soldados<sup>98</sup>.

Pouco depois, em 1730, um dos maiores assaltos cometidos pelo gentio Paiaguá ocorreu contra a expedição em que morreu o ouvidor Antônio Alvares Lanhas Peixoto,

---

<sup>94</sup> ROLIM, Dom Antônio In TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 210; CAMPOS, Antônio Pires de. “Breve Notícia que dá o capitão Antônio Pires de Campos”. In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 183.

<sup>95</sup> *idem*, p. 210

<sup>96</sup> KOK, Maria da Glória. 1998, *op.cit.*, pp. 247-248

<sup>97</sup> BARBOSA DE SÁ, Joseph. 1901, *op.cit.*, p. 15; LUIS, Washington, 1938, *op.cit.*, p. 213.

<sup>98</sup> Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Volume. XXXII, pp. 184-185 e 210.

deixando uma baixa de mais de cento e oito pessoas. Os Paiaguá, contando com oitenta ou cem canoas, abocanharam vinte arrobas de ouro<sup>99</sup>.

Em 5 março de 1732, novamente determinou-se que se fizesse guerra contra o gentio Paiaguá e os demais grupos indígenas que ficavam no caminho do Cuiabá. Em 20 de setembro de 1732, atendendo aos desígnios do Rei, o secretário do governador da capitania de São Paulo, Gervásio Leite Rebello, publicou as normas estabelecidas para execução do empreendimento. Afirmava que “sendo tão notórias as extorsões, mortes, e roubos, que o gentio bárbaro da nação Paiaguá, e os mais que infestam o caminho das Minas ao Cuiabá, tem feito da outra parte do Rio Grande até as mesmas Minas, matando, e roubando aos roceiros, e viandantes, que vão e vem, tendo feito despovoar a maior parte das roças do Rio Pardo, Camapuan, e Rio Taquari, e terem Rio Paraguai infestado os Paiaguá, donde por várias vezes atacaram as nossas tropas”. Devido ao “considerável prejuízo, não só aos direitos Reais, mas aos interesses dos povos deste Estado”, era premente dar um “castigo aqueles bárbaros, que lhes [servisse] de terror, assim a eles, como a todos os mais, que habitam por aqueles sertões (...)”. Na resolução tomada pelo Rei, ficou definido que os cativos fossem “repartidos pelas pessoas, que [na guerra] entrarem, para que com este interesse entrem mais gostosos, e se empreguem na dita guerra”. À Coroa caberia o fornecimento de “pólvora, bala, munições, armas, e mais petrechos”<sup>100</sup>.

Porém, apesar dos incentivos da Coroa, os moradores das vilas não sentiram tanto estímulo para se lançarem numa guerra contra aqueles que tinham pública e notória fama de ferozes. Ou, talvez, os colonos tivessem preferência por outros grupos indígenas, como os Pareci. Apesar dos argumentos da Coroa, moradores de Itu, familiarizados com o sertão, e cientes das dificuldades de apresamento durante as primeiras décadas do século XVIII, não se mostraram muito predispostos a colocar seus administrados numa guerra sob o risco de perdê-los. Mesmo com os insistentes apelos da Coroa em promover uma guerra contra o gentio Paiaguá, eram vários os argumentos utilizados pelos moradores para dela não participarem.

---

<sup>99</sup> Notícia 3ª prática. In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, pp. 141-142

<sup>100</sup> Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Volume XXII, pp. 12-15

Em uma carta enviada ao governador da capitania, em 12 de outubro de 1732, assinada por membros da Câmara da vila de Itu, alegava-se que “o instrumento mais conducente” para derrotar os Paiaguá eram os Carijó que tinham um “modo de viver” muito semelhante ao dos primeiros. Ambos não teriam “domicílio certo”. Por seu turno, os gentios da Guiné, “de nenhuma maneira”, poderiam “servir para a conquista e extinção daqueles bárbaros”. Porém, informavam estar “mui diminutos” dos tais Carijó.

Além disso, os moradores aproveitavam a ocasião para expressar o descontentamento para com a Coroa. Reclamavam do “bando de Vossa Excelência”, que ordenou que os Pareci fossem restituídos ao sertão, de onde, “com muito trabalho e despesas, e notável risco das próprias vidas, os tinham trazido, tirando-os do tenebroso abismo de gentilidade para o saudável grêmio da Santa Madre Igreja”. Também não entendiam as preferências da Coroa por essa tribo. Se os Paiaguá, “por serem infestos ao caminho das minas, merecem pôr-se-lhes guerra e escravidão”, os Pareci também as mereciam, uma vez que estavam “tão vizinhos às minas” e, por causa deles, não podiam “ampliar as povoações, e minas”. Asseveravam que os Pareci só não invadiam as minas “por suporem [que] nosso poder [é] mui superior”. Se os índios tivessem conhecimento das intenções da Coroa em devolvê-los ao sertão, aí sim ficariam cientes da “pouca força” da vila Ituana<sup>101</sup>. Um dos que assinaram esta representação foi João Gago Paes, que na *Relação de 1728* era proprietário de 48 escravos. Portanto, caso entrasse numa guerra com seus cativos poderia perdê-los, bem como os perderiam os demais *administradores* de índios da vila. Ademais, como veremos, os colonos tinham preferência por índios Pareci, e não pelos Caiapó e Paiaguá.

Com efeito, não havia um consenso entre os colonos a respeito da participação na guerra, e parece que tentaram negociar com o governador, em torno do acesso aos índios aprisionados. João Gago Paes, Antônio Borralho de Almeida, camaristas, em correspondência datada de 26 de dezembro de 1732, afirmavam que entre os que estavam dispostos a participar da guerra reinava uma certa preocupação em saber quem seria o comandante, pois desejavam que fosse um “filho da Terra”, com “ciência prática e experimental em

---

<sup>101</sup> Ordenanças de Itu. AESP, Caixa 55, Pasta 1, Documento 65, Ordem 292

semelhantes empresas”, ou seja, alguém familiarizado com as lides do sertão, que eram muito alheias à “especulativa militar praticada no Reino”<sup>102</sup>.

Dias depois, em 8 de janeiro de 1733, o juiz de fora Antônio Monteiro de Matos respondia ao governador a respeito de “algumas pessoas [que] pretendiam impedir, por algum meio, as pessoas que pretendem ir à conquista do gentio”. A missiva do juiz permite perceber as dificuldades da Coroa e os motivos da resistência dos moradores. Dizia que os moradores pervertiam os “termos” das ordens, argumentando que a guerra levaria à “fugida de seus escravos”, já que o sertão ficaria “desimpedido (...) dos bárbaros que até agora lhes [aos escravos] fazem obstáculos”. Afirma também que os colonos diziam que os Pareci eram “de nação sossegada e ânimo pacífico, que nunca os invadia [aos Paiaguá]”, ou seja, os Paiaguá derrotariam os Pareci. Mais ainda, depois da publicação acerca da liberdade e restituição dos Pareci às suas aldeias, os colonos ficavam impossibilitados para a conquista, por ficarem desprovidos de “escravos que pudessem vadiar os sertões”. O juiz acrescentava ainda que os colonos diziam que não “sendo os cabos que os regesse à sua eleição [isto é, escolhidos pelos moradores], haveria grandes desordens, e se não conseguiria mais que os gastos, ficando a conquista sem efeito”. Por fim, e talvez mais importante, os colonos, tendo o “trabalho de sujeitar o tal gentio” Paiaguá ficariam, posteriormente, privados deles”, como agora o eram dos Pareci<sup>103</sup>.

Este último argumento estava disseminado na vila, pois em um documento lê-se:

“O Padre Manoel Nunes Henriques, Clérigo Presbítero do Hábito de S. Pedro, natural da cidade do Porto e assistente na Vila de Itu  
 Certifico em como achando-me na Vila de Itu ao tempo que se lançou um bando do Exm<sup>o</sup>. Sr. Conde de Sarzedas, Governador e Capitão General dessa Capitania de S. Paulo, em o qual se declara que S. Majestade que Deus guarde mandava dar guerra à custa de S. Real Fazenda ao gentio da nação Payaguazes, e mais bárbaros que infestam as Minas do Cuiabá, e seu caminho por ser posto na pretensa do dito senhor os roubos e mortes que fez o dito gentio aos que vinham das ditas Minas no ano de setecentos e trinta, na tropa que vinha o Sr. Antônio Alves Peixoto, Ouvidor das ditas Minas, ao qual mataram cento e tantas pessoas, levando dezesseis canoas e mais de doze arrobas de ouro com muitos prisioneiros, e havendo na dita vila de Itu muitas pessoas principais e outras mais que se queriam preparar para irem a dita conquista e dar guerra ao mesmo gentio, o Juiz de Fora da vila de Itu, Antônio Monteiro de Mattos, os dissuade com conselho, dizendo-lhes que sua Majestade que guarde Deus não pode mandar fazer a dita guerra, nem tão pouco dar o gentio da tal nação por cativo, e

<sup>102</sup> Ordenanças de Itu. AESP, Caixa 55, Pasta 1, Documento 79, Ordem 292

<sup>103</sup> Ordenanças de Itu. AESP, Caixa 55, Pasta 1, Documento 84-B, Ordem 292

todas as ordens que vão para a dita vila de Itu sendo enviada pelo Exm<sup>o</sup>. Sr. Conde de Sarzedas, governador e capitão general da capitania de S. Paulo, o dito juiz de fora as encontra [ilegível], dizendo que as ditas ordens são fantásticas, e que em tudo aquilo que pudessem encontrar a referida ordens[sic] o havia de fazer, e que todas que as executassem ficariam excomungadas, não ficando isento a sua Majestade da tal excomunhão, e por todo o referido passar na verdade o afirmo *in verbo Sacerdotis*, e debaixo do juramento dos Santos Evangelhos

Itu, 27 de dezembro de 1732

O Padre Manoel Nunes Henriques”<sup>104</sup>.

Difícil saber de que lado o juiz de fora estava, do da Coroa, do dos colonos, ou, ainda, se estava na corda bamba, mas o fato é que os colonos não tinham tanto ânimo para ir à guerra porque receavam não desfrutar do trabalho de suas *presas*, além de perderem as que já possuíam. Há que se ressaltar aqui que eram antigas as desavenças de alguns moradores da vila de Itu com autoridades no tocante ao confisco de índios. Em uma correspondência de 11 de outubro de 1724, Lourenço Cardoso de Negreiros, dava “parte” ao governador da capitania que Manoel de Campos Baltazar Ribeiro “tinha levado dois escravos [de Lourenço] para o Cuiabá por ordem do [ilegível] Ouvidor Geral desta Comarca”.<sup>105</sup> Caso esse Lourenço Cardoso de Negreiros, seja o mesmo da *Relação de Impostos de 1728*, neste ano ele possuía nada menos que 37 escravos.

Em 2 de março de 1733, em uma correspondência ao tenente coronel da vila de Sorocaba, o conde de Sarzedas, Luís Antônio de Távora, intimou, através de uma ligeira chantagem, aos que mantinham indígenas como escravos, desrespeitando as leis que proibiam tal procedimento. Em suas palavras:

“(…) me consta que nessa vila e distritos há pessoas de distinção que tem conhecimento e *servos* capazes de irem fazer serviço a S. Majestade, aumentarem-se de escravos e conservarem em seu poder não só os *Parecis* que tiverem (….) mas tão bem de conservarem os mais índios e seus descendentes, que tem muitos moradores descidos do sertão contra a ordem de S. Majestade, que se lhe hão de tirar na forma da lei para as aldeias desta capitania, de que se podem livrar com irem ou mandar gente à conquista do dito Gentio, que se dá por escravo”

Ao findar a carta, solicitou ao tenente coronel “uma lista de todas as pessoas que houver capazes e tiverem administrados, declarando-os os que vão e os que não quiserem

<sup>104</sup> Ordenanças de Itu. AESP, Caixa 55, Pasta 1. Documento 81, Ordem 292

para determinar o que for mais conveniente ao serviço de sua Majestade”<sup>106</sup>. Continuando seus esforços, o governador Sarzedas, quando na vila de Itu, em 18 de agosto de 1733, correspondendo-se com os oficiais da Câmara das Minas de Cuiabá, afirmou que:

“(…) não desejava perder tempo em virtude da ordem que trouxe de S. Majestade para dar guerra aos Gentios Paiaguás e aos mais bárbaros que infestas essas minas e o seu caminho, levantei aqui [em Itu] e na vila de Sorocaba e em outras desta capitania dois regimentos, nomeando para comandante ao tenente de mestre de campo general deste Governo Manoel Rodrigues de Carvalho e por cabo a Gabriel Antunes Maciel e por oficiais as pessoas mais práticas neste sertão, mandando armas, pólvora e os mais pretechos com que sua Majestade manda assistir por conta da Sua Real Fazenda para esta guerra, determinando que todos os gentios que se apanharem fiquem cativos das pessoas que nela se empregarem, e porque nessas minas se há de formar outro regimento para se servir à dita Tropa espero que Vm<sup>ces</sup>. ajam de concorrer da sua parte para esta expedição, facilitando a esses moradores o concorrerem com os mantimentos para a guerra para que se consiga o castigo desses bárbaros e fique a navegação livre e esses sertões desinfestados, e se possam fazer novos descobrimentos (...).”<sup>107</sup>

A expedição guerreira, por fim, só ocorreu em 1734, conforme relata Joseph Babosa de Sá. Com 400 homens de guerra, o comandante realmente foi o general Manoel Rodrigues de Carvalho, mas a Coroa só conseguiu seu intento à custa de muitas negociações e concessões aos colonos, pois “tudo que era branco por pobre que fosse trazia patente passada pelo general uns de mestres de campos sargentos mores capitães coronéis furriéis alferes, sargentos cabos de esquadra”, patentes que eram entregues antes do embarque em Ararituaguaba, ainda que pagas “conforme a dignidade do cargo”<sup>108</sup>. Além disso, o cabo sorocabano Gabriel Antunes Maciel, membro de uma das principais famílias da capitania, era experiente na “conquista do gentio bárbaro”, foi um dos primeiros “que passaram ao sertão do Cuiabá”. Era um dos descobridores das minas do Cuiabá.<sup>109</sup> Gabriel era, pois, *um filho da Terra, com ciência prática e experimental em semelhantes empresas*, que não devia usar da

<sup>105</sup> Ordenanças de Itu. AESP, Caixa 55, Pasta 1. Documento 39, Ordem 292

<sup>106</sup> Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Volume, XVI, p. 40. Em outra carta, o conde instruiu Antônio de Almeida Lara, brigadeiro regente das minas de Cuiabá, a persuadir os moradores para irem à guerra, com *sua pessoa, mantimentos e o mais necessário*. Ademais, proibia terminantemente os moradores de irem ao sertão dos Pareci e tampouco se servirem deles, sob pena de degredo para Angola, por dez anos, caso descumprissem a ordem. Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo, XLI, *op.cit.*, pp. 90 – 95.

<sup>107</sup> Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo, Volume, XLI, pp. 84-87.

<sup>108</sup> BARBOSA DE SÁ, Joseph.1901, *op.cit.*, p. 33-35.

<sup>109</sup> Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo, Volume XIII, p. 226



*especulativa militar praticada no Reino*. Ou seja, os colonos conseguiram o que queriam, inclusive que *todos os gentios que se apanharem fiquem cativos das pessoas que nela se empregarem*.

Além disso, pode ser que alguns colonos tenham se lançado à guerra com o intuito de legitimar a posse de seus cativos e, provavelmente, ampliar suas peças. Outros, com certeza, se livraram de alguns problemas. Se o governador utilizou os recursos necessários para estimular os colonos a irem à guerra, certos moradores se aproveitaram dela para fazer valer seus interesses. Em 16 de abril de 1733, o ituano Mateus Soares, com dois filhos, dois camaradas e dois negros, viu-se na impossibilidade de participar da guerra, pois seus credores estavam cobrando dívidas. Argumentando que a dívida não era para com a “Fazenda Real, nem de órfãos”, solicitou a interferência do Rei para que seus credores não embarçassem sua ida ao combate. Do contrário, haveria a “diminuição o corpo de guerra”. Foi prontamente atendido pelo Rei, que afirmou que se os credores esperaram até aquela data, teriam que esperar o serviço que Mateus iria “fazer a Sua Majestade”. Em 16 de abril de 1733, um outro ituano, Domingos Barbosa, aviou toda sua escravaria para a conquista dos Paiaguá, mas afirmou que não tinha piloto para a canoa que pretendia levar, mas sabia que um outro morador de Itu, João do Prado Leme, possuía “um carijó piloto” que poderia participar da guerra. Assim, Domingos solicitou a autorização do conde de Sarzedas para “levar o dito Carijó em sua companhia por piloto”. Em resposta, o conde asseverou que se João do Prado Leme não fosse participar de guerra, deveria entregar ao suplicante o piloto carijó, “debaixo da pena de seis meses de prisão na fortaleza da barra de Santos”<sup>110</sup>.

Além de tudo isso, os colonos só se lançaram na guerra quando tiveram certeza de que teriam acesso à mão de obra dos índios apesados, como dizia o conde de Sarzedas em seu bando de 18 de agosto de 1733. Ao que parece, a ida à guerra compensaria pôr em risco a perda dos índios Pareci e de outras nações que possuíam. Se os colonos não entendiam os motivos da Coroa em “proteger” os Pareci, podemos entender a preferência dos colonos por estes índios através das palavras de Antônio Pires de Campos:

“É esta gente em tanta quantidade, que se não podem numerar as suas povoações ou aldeias (...) estes todos vivem de suas lavouras, no que são incansáveis, e é gentio de assento, e as lavouras em que mais se fundam são mandiocas, algum milho e feijão, batatas, muitos ananases, e singulares em admirável ordem plantados, de que costumam fazer seus vinhos, e usam também cercar de rio a

<sup>110</sup> Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo, Volume XLI, pp. 50-52.

rio o campo, entre esta cerca fazem muitos fojos, em que caçam muitos veados, emas e outras muitas mais castas; estes gentios não são guerreiros, e só se defendem, quando os procuram (...)<sup>111</sup>

Diferentemente dos Paiaguá e dos Guaicurú, os Pareci não eram *guerreiros*, o que coincide com o relato do juiz de fora, de 8 de janeiro de 1733, acerca dos juízos dos moradores de Itu, que diziam que os Pareci eram *de nação sossegada e ânimo pacífico*. Mais do que isso, os Paiaguá e os Carijó tinham o mesmo *modo de viver*, isto é, *sem domicílio certo*, como se vê na carta de na carta de 12 de outubro de 1732. *Carijó*, porém, era um termo genérico que designava várias nações, podendo, inclusive, referir-se aos Guaicurú, dentre outros grupos indígenas. Os Guaicurú, aliás, semelhantemente aos Paiaguá, e diferentemente dos Pareci, “viviam de montarias”, e o seu maior sustento era do “arroz que *colhem no seu tempo na forma que lhes chega* para passarem o ano, e o mais sustento é do rio pelo muito peixe que pescam e capivaras que matam”, dizia Antônio Pires de Campos<sup>112</sup>.

Portanto, a suposta *passividade* dos Pareci e a dedicação destes índios à lavoura seriam características que os diferenciavam dos demais indígenas, não obstante estejam enviados os juízos dos cronistas<sup>113</sup>.

Não sabemos os desfechos da expedição que partiu com 400 *homens de guerra*, mas tudo leva a crer que os colonos tenham enfrentado grandes dificuldades ou derrotas, pois os cronistas não relatam as bravuras desta guerra, exaltando os seus heróis, como costumam fazer. Pelo menos, acreditamos que os resultados não foram os esperados. Joseph Barbosa de Sá afirma que finda a guerra:

“Recolhidos ao Arraial duzentos e sessenta e seis prisioneiros seiscentos mortos por terra e nas águas que era a Bahia donde não havia correnteza fiaram muitos pelo mato dentro espalhados, que os soldados os não quiseram seguir suspendendo sua fúria por saberem que os presos que apresentavam ao comandante no Arraial logo os ia repartindo com os cabos e principais pessoas; e que eles não tinham naquela empresa disseram uns para os outros: venham eles apanhá-los se os quiserem não fazendo mais diligência alguma (...)<sup>114</sup>.”

<sup>111</sup> “Breve Notícia que dá o capitão Antônio Pires de Campos” In TAUNAY, Afonso F. 1981, *op.cit.*, p. 187.

<sup>112</sup> *Idem*, pp. 184-185.

<sup>113</sup> Isto se assemelha às preferências dos bandeirantes no século XVII que recaía sobre os Guarani, “justamente pelas notícias que tinham pela agricultura praticada por este povo” MONTEIRO, John M., 1994, *op.cit.*, p. 70.

<sup>114</sup> BARBOSA DE SÁ, Joseph. 1901, *op.cit.*, p. 35.

Duzentos e sessenta e seis índios prisioneiros para serem divididos por 400 homens de guerra não era, certamente, o que os colonos esperavam. Assim, tudo leva a crer que a vitória da Coroa não vingou. Por isto, tempos depois, ataques dos Paiaguá no caminho das monções continuaram, bem como de outras nações.

Em 1736, os Paiaguá atacaram no rio Paraguai a monção do ituano Pedro de Moraes e Siqueira, que faleceu após um combate de “muitas horas”<sup>115</sup>. Em 1741, Dom Luiz de Mascarenhas determinou a formação de duas companhias com o intuito de “se desinfestar as campanhas dos subúrbios desta vila (Vila Boa) do gentio bárbaro Caiapó, que tantas mortes, e estragos continuamente está fazendo”<sup>116</sup>. Em 1742, em troca de uma arroba de ouro, o ituano Antônio Pires de Campos, firmou um contrato com Dom Luiz para uma expedição contra os Caiapó. Com uma tropa formada por nada menos que 500 índios Bororó e homens bem armados e municados, o ituano, após três meses e percorrer 150 léguas, faz mil cativos<sup>117</sup>. Em 1747, o mesmo Dom Luiz de Mascarenhas propôs a idéia de canoas de guerra para escoltar as expedições, devido ao “prejuízo que o gentio Paiaguá e seus confederados” causavam aos viajantes que passavam “com seu negócio para as minas do Cuiabá”<sup>118</sup>. Em 1751, para melhor se protegerem de investidas de índios, os monçoeiros passaram a navegar em comboio, como atesta o conde de Azambuja. A partir do rio Taquari, em virtude do perigo das investidas dos Guaicuru e Paiaguá, as expedições esperavam umas pelas outras, seguindo juntas sob a proteção de canoas de guerra vindas de Cuiabá, que as conduziam até o destino final<sup>119</sup>. Em 1755, novamente Antônio Pires de Campos era chamado para fazer guerra contra ao Caiapó, agora em troca de um “hábito de Cristo, com tença efetiva de 50\$, e o ofício de escrivão da superintendência geral das minas de Vila Boa de Goiás”. Desta vez, morreu em combate<sup>120</sup>.

Em resumo, apesar de todos esses esforços, os ataques dos indígenas permaneceram até ao final do XVIII. A força de suas investidas se deu principalmente em função da aliança entre os Guaicurú e os Paiaguá, e somente quando as autoridades lançaram mão de uma

<sup>115</sup> *Idem* p. 36; AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásio de. 1989, *op. cit.*, p. 160.

<sup>116</sup> Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo, Volume XXIII, p. 166.

<sup>117</sup> Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo, Volume XIII, p. 262.

<sup>118</sup> Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo, Volume LXVI, pp. 202-203.

<sup>119</sup> ROLIM, D. Antônio. In TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 208.

<sup>120</sup> Documentos Interessantes, Volume XIII, pp.283-286.

política para enfraquecer esta aliança, “fazendo com que um grupo indígena se voltasse contra o outro”, como aconteceu a partir da década de 1770, o perigo de ataques indígenas deixou de ocorrer. Também em finais do século XVIII, a construção de fortes “rompendo a circulação dos índios pelo território americano foi um golpe fatal sobre a resistência indígena”<sup>121</sup>.

Apesar de todos os óbices e perigos enfrentadas no caminho ao Cuiabá, em 1785, o Dr. Diogo de Toledo de Lara e Ordonhes afirmou que divertiu-se bastante durante a viagem, principalmente jogando cartas até meia noite. Tudo isso “até chegar a Camapoã por serem os ares mais frios, mais sadios, boas águas, não haver o maldito mosquito”. No entanto, com mosquitos, águas más e quentes, seu único entretenimento era “atirar a torto e direito mesmo de dentro da barraca, e jogar de dia enquanto não havia mosquito”. Sua expedição procurou conservar alguns rituais: havia missa aos domingos e dias Santos, “cantava-se o Terço aos Sábados, e os mais dias eram rezados”. Levou dois bons cozinheiros, o que fazia comerem com gosto e terem a sensação de que estavam em povoado<sup>122</sup>. Mas, segundo Laura de Mello e Souza, “apesar das tentativas de recriar a intimidade doméstica em meio adverso, a volta ao lar permanecia como um farol no horizonte de cada um. Após anos de andanças Brasil afora, quando os camaradas paulistas de uma expedição deixaram para trás o Rio Grande e começaram a subir o Tietê, a alegria com a proximidade ‘do país natalício’ os ensandeceu: entre vivas e gritarias, gastaram frasco e meio de pólvora, e entornaram outros tantos de aguardente. Alegria fingida, talvez, pontifica o mais ilustre membro daquela expedição mero pretexto para temperar a dureza cotidiana e ‘subir a frasqueira a riba’”<sup>123</sup>.

De qualquer forma, cobras, onças, mosquitos, cachoeiras e índios foram barreiras que muito dificultaram os viajantes que partiam de Araritaguaba com destino à Cuiabá. Havia, ainda, outro obstáculo a ser vencido, a alimentação ao longo da jornada.

---

<sup>121</sup> KOK, Maria da Glória. 1998, *op. cit.* pp. 255 e 257.

<sup>122</sup> Carta de um passageiro de monção (1785). In TAUNAY, Afonso de. 1981, *op.cit.*, p. 229.

### 3.2.2) Alimentos e complementos consumidos durante as expedições

Para a dieta alimentar no cotidiano do sertão, os viajantes valeram-se muito dos conhecimentos legados pelas culturas indígenas, pois “os acervos culturais dos povos nativos foram, gradualmente, sendo assimilados pelos europeus e acrescidos às referências européias”. Os sertanistas selecionavam as caças conforme o sabor da carne que mais lhes agradavam. Deste modo, as carnes das pacas, veados, antas, etc. eram saboreadas, “orientando as preferências na caça”<sup>124</sup>. Servir-se da caça, da pesca e da coleta foi, portanto, mais um aprendizado necessário à sobrevivência no caminho das monções.

O conde de Azambuja, em 1751, afirmou que poucos foram os dias que lhe faltaram caça. Eram patos bravos “maiores e mais gostosos do que os do reino”, jacus com tamanho e gosto semelhante às perdizes, papagaios que não caíam mal se comidos com arroz. Não apreciou muito a carne da anta, preferindo a paca, “muito gostosa”, mas os veados coloniais tinham carne “mais tenra e gostosa” que os do reino. Além de veados, degustou emas e seriemas. No Rio Taquari, saboreou marrecos, jacus e jacutingas “que passam de bom gosto a saudáveis”, sendo que as jacutingas eram servidas também aos doentes. Havia os mutuns, cujo tamanho era semelhante aos perus novos do reino, além de muito “airosos e bem feitos, e de bom gosto”. No rio Pardo, saboreou perdizes e, ao compará-las às do reino, afirmou: “O tamanho é de uma galinha, e ainda que não chegam às nossas de gosto, sempre são bastantemente saborosas”. Embora certos animais agradassem a seu paladar, Azambuja estranhou o modo de realização de certas caças, pois os caçadores colocavam a camisa na cabeça, e “fazendo várias visagens com que a caça para, e às vezes sem reconhecer o que aquilo é, e em segundo lhe atiram ordinariamente com chumbo grosso”. Para caçarem emas, utilizavam-se de um ramo diante do rosto e, quando a ema os olhava, atiravam “quase a queima-roupa”<sup>125</sup>.

Outro que muito apreciou as caças foi Hércules Florence. As jacutingas eram uma “caça deliciosa”, mas seu paladar tinha predileção por patos d’águas, “lampas em sabor e

---

<sup>123</sup> SOUZA, Laura de Mello e. “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”. In: *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Coordenador: Fernando Antônio Novais. Org. de volume: Laura de Mello e Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.56.

<sup>124</sup> KOK, Maria da Glória. 1998, *op.cit.*, pp. 113-115

delicadeza”. O ajudante do guia de sua expedição caçou quatro antas, fazendo “assados e churrascos”<sup>126</sup>. A carne de anta, para além da alimentação no cardápio dos monçoeiros, era utilizada para fins terapêuticos, uma vez que se acreditava que sua carne liberava “os humores do corpo, razão pela qual obra como purgante”, mas produzia também algumas moléstias de pele<sup>127</sup>. As capivaras, por sua vez, só deveriam ser consumidas quando gordas, neste caso, “não é má de comer a sua carne”<sup>128</sup>.

A coleta também figurava como item importante na dieta. Ovos de tartarugas, na cachoeira denominada Bariri-Guaçu, foram desenterrados “em abundância”<sup>129</sup>. Frutas colhidas nos caminhos, principalmente caju, havia em demasia, relata o conde de Azambuja, que deliciou-se mais com as laranjas, “maravilhosas”<sup>130</sup>. Florence, por seu turno, muito se agradou com o caju, a mangaba e o marmelo brabo<sup>131</sup>. Manuel Abreu ficou surpreso com a quantidade de frutas ao longo do Tietê, especialmente com “duas qualidades de marmelos, que são frutas redondas à semelhança da laranja, com a carne de dentro preta”, que imita no gosto ao doce da marmelada. Enquanto algumas frutas forneciam suprimento alimentar, como o jatá, que sustentava “muito misturada com mel de abelhas que é também abundantíssimo”. Abreu informa também que havia palmitos de diversas qualidades. Outras frutas também tinham qualidades terapêuticas. As cascas da jabuticaba formavam “saudável remédio (...) para hemorróidas”<sup>132</sup>.

Referindo-se ao rio Taquari, um anônimo escreveu a futuros pretendentes das minas do Cuiabá afirmando que daquele “rio por diante há mais fartura e menos fome: porque há muito mel e caça, muito palmito, e bastante peixe”<sup>133</sup>. Peixes, aliás, formaram um complemento alimentar fundamental na dieta dos monçoeiros.

Em 1785, afirmou o Dr. Diogo de Toledo Lara e Ordonhes que o rio Tietê, em Avanhandava, apresentava fartura de dourados e outros peixes, que “andavam a pular entre as pedras”. No último salto do Tietê, eram tantos em variedades e tamanhos que causavam

<sup>125</sup> ROLIM, D. Antônio. In TAUNAY, 1981, *op.cit.*, pp. 201, 202,203 e 208

<sup>126</sup> FLORENCE, Hercules. 1977, *op.cit.*, pp. 36 e 45.

<sup>127</sup> *Idem.* p. 39.

<sup>128</sup> ABREU, Manuel Cardoso de. 1902, IHGSB, *op.cit.*, p. 260

<sup>129</sup> FLORENCE, Hercules. 1977, *op.cit.*, p. 39

<sup>130</sup> ROLIM, D. Antônio. In TAUNAY, 1981, *op.cit.*, pp. 200-202

<sup>131</sup> FLORENCE, Hercules. 1977, *op. cit.*, p. 62.

<sup>132</sup> ABREU, IHGSB, 1902, p. 261

admiração. Bastava “deitar o anzol [que] logo físgavam”, ficando “as praias cheias de peixes por não haver quem os quisesse, o que até os pretos enjoavam”<sup>134</sup>.

O conde Azambuja, reportando-se ao Salto do Itapurã, afirmou que a quantidade de peixes que se pescou foi tanta “que muito se tornou a deitar ao rio, por não haver já quem o quisesse”. Em certos rios, os dourados eram tão grandes “que custavam a um homem levá-los”. Para se carregar jaús, “muito maiores que os dourados”, era necessário o esforço de dois homens. Contudo, diz o conde que essa fartura de peixe acabava-se quando as canoas atingiam o rio Grande<sup>135</sup>. Depois do rio Grande, já no Rio Taquari, a bonança de peixes voltava a ser freqüente, abundavam pacús “a deitar fora”, completa Florence. Os pacús, além de fácil e valioso recurso nas expedições, eram encontrados “em numerosos cardumes”, e tinham “dimensões não pequenas, muita gordura e sabor delicado”<sup>136</sup>.

Também sobressai nos relatos a expressiva quantidade de peixes no rio Porrudos. Gervásio Rebello o caracterizou com um “rio muito caudaloso e espaçoso, alegre e abundante de caça e pescaria”<sup>137</sup>. O capitão João Antônio Cabral Camello conta que este rio, semelhantemente ao Paraguai, era copioso em peixe, tinha “muito e bom, e de toda a casta”<sup>138</sup>. O Dr. Diogo de Toledo Lara e Ordonhes reclamava do rio Pardo, que tinha poucos peixes, mas os rios Taquari, Paraguai, Porrudos e Cuiabá eram repletos, ocasionalmente surgiam “cardumes de dourados, que se erguia a água, e era quanto se quisesse tirar”. O único problema presente nos rios Paraguai, Porrudos e Cuiabá era a presença de piranhas, o que tornava “um desgosto pescar, porque a cada passo estavam a se perder anzóis com suas linhas”<sup>139</sup>.

Voz até certo ponto dissonante foi a do comandante Theotônio Juzarte que, em 1769, aludindo aos rios do trajeto de Ararituaba-Iguatemi, afirmou que tinham “seus peixes em certas conjunturas, a saber: dourados grandes, e outros peixes a que chamam pacús, porém não fertilizam aos viandantes por serem poucos e quem vai por semelhante sertões”<sup>140</sup>.

<sup>133</sup> Notícia 8ª prática. In TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 189.

<sup>134</sup> Carta de um passageiro de monção (1785). In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 221

<sup>135</sup> ROLIM, D. Antônio. In TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 201.

<sup>136</sup> FLORENCE, Hercules. 1977, *op.cit.*, p. 111.

<sup>137</sup> REBELLO, Gervásio Leite. In TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 115.

<sup>138</sup> CAMELLO, João Antônio Cabral. In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 126.

<sup>139</sup> Carta de um passageiro de monção (1785). In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 222.

<sup>140</sup> JUZARTE, Theotônio José. In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 236.

Juzarte parece ser uma exceção à regra, pois o que se pode observar nos relatos consultados é que existia abundância de alimentos na natureza que complementavam a alimentação dos monçoeiros.

No entanto, os autores dos relatos são, em geral, pessoas que ocuparam cargos importantes, ou seja, tinham poder. Suas palavras acerca da alimentação são ambíguas e devem ser ponderadas. Um autor anônimo, por exemplo, disse que do rio Taquari “em diante há mais fartura e menos fome: porque há já muito mel e caça, muito palmito e bastante peixe”. O rio Taquari era quase no final da viagem. Em Camapuã, a situação era diferente, pois o mesmo autor advertia que muita atenção era necessária e nunca se deveria deixar os negros sozinhos, os quais consumiriam e furtariam os gêneros alimentares<sup>141</sup>. Gervásio Rebello, por seu turno, embora ressaltasse a abundância de caça e pesca nos rio Porrudo, afirmou que na varação das canoas em Camapuã se experimentavam “vários incômodos, não só em cargas que arrombam e furtam, como nos mantimentos que se perdem; que nesta altura é a perda mais sensível, e tanto mais que se quer antes perder um negro, sendo estes tão necessários, que um alqueire de mantimento, feijão ou farinha”.<sup>142</sup> Ora, se havia abundância por que alguns furtavam alimentos?

De qualquer modo, quer nos relatos do autor anônimo ou no de Gervásio Rebello, dentre outros, o que se observa é que os frutos obtidos mediante caça, pesca e coleta não eram suficientes para o abastecimento das expedições. O *panem nostrum quotidianum* dos monçoeiros era composto de feijão, toucinho, farinha de milho e, menos freqüentemente, de mandioca<sup>143</sup>.

A fim de suprir tal necessidade, viajantes faziam roças na viagem de ida para usufruírem os alimentos quando voltassem das minas do Cuiabá. Manuel de Barros ressaltou que perto das cachoeiras chamadas Itapevas os sertanistas costumavam “lançar suas roças, que na volta do sertão tinham mantimentos nelas, para se refazerem a si e ao gentio, que

---

<sup>141</sup> Notícia 8ª prática. In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 186.

<sup>142</sup> REBELLO, Gervásio Leite. In: TAUNAY, 1981, *op.cit.*, pp. 109-115.

<sup>143</sup> HOLANDA, 1990, *op.cit.*, p.105.



consigo trazem”<sup>144</sup>. Para “refrigério dos vindouros”, o tenente Cândido Xavier de Almeida e Souza mandou que se plantasse “seis laranjeiras e quatro limoeiros”<sup>145</sup>.

No relatório de Dom Rodrigo César de Menezes menciona-se despesas efetuadas com a aquisição de mantimentos em roças durante o trajeto, as quais atingiram 1.475 oitavas de ouro, pagos na roça de Camapoã, em uma roça situada às margens do rio Taquari, pertencente a João de Araújo Cabral, e em outras situadas no rio Cuiabá, de propriedade de Antônio Moreira e Estanislau Correia<sup>146</sup>. Camapoã era o ponto principal de reabastecimento de gêneros básicos, mas os viajantes também adquiriam mantimentos nas diversas roças encontradas durante o percurso. Logo abaixo das terras de João de Araújo Cabral, Domingos Gomes Beliago se estabeleceu com roças<sup>147</sup>.

Em 1727, o capitão João Antônio Cabral Camello afirmou que nas proximidades do rio Piracicaba encontrou “dois moradores com suas roças, em que colhem milho e feijão, e têm criações de porcos galinhas, que vendem aos cuiabanos”. Depois na barra do Rio Verde, encontravam-se outros dois moradores com suas roças “ambas com bastante milho e feijão, que vendem como querem”. Navegando no rio Pardo, na barra do Nhamduyassú, notou duas roças com “muito feijão e bananais”. Abaixo do salto do Cajurú, deparou com mais dois moradores com roças e, no salto do Carao, encontrou “uma formosa roça povoada”. Também observou roças às margens dos rios Taquari-assú e Cuiabá. Após um dia e meio, topou com uma outra e, em Morrinhos, mais duas outras com “bastante milho e feijão”. De Morrinhos até a vila de Cuiabá, havia muitas roças e fazendas com milho e feijão, bananas, melancias, melões, batatas e fumo para tabaco e pito. Em março e setembro colhia-se mandioca, com a qual se fazia farinha<sup>148</sup>.

Em 1726, Gervásio Leite Rebello, na fazenda de Manoel Homem, à beira do rio Grande, “tomou algum mantimento a mão de nove oitava e meia, o alqueire de farinha a doze oitavas, e de feijão a dez, e as galinhas a três oitavas”. No rio Nhandu-Mirim, na roça de

<sup>144</sup> Notícia prática 7. In TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p. 157

<sup>145</sup> ALMEIDA E SOUZA, Cândido Xavier, RIHGB, 1951, Volume 202, *op.cit.*, p. 22.

<sup>146</sup> Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo. Volume XIII, pp. 145.

<sup>147</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1990, *op.cit.*, p. 97/98. Cf. também NARDY FILHO, Francisco. 2000, Volume 3, *op.cit.*, pp. 99-100. Trata-se do mesmo João Cabral de Araújo listado no livro de sesmarias; cf. Repertório das Sesmarias. São Paulo: Secretaria da Cultura. Departamento de Museus e Arquivos do Estado, 1994, p. 218-219.

<sup>148</sup> CAMELLO, João Antônio Cabral. In TAUNAY, 1981, *op.cit.*, pp. 119,120,122 e 128.

Bartolomeu Fernandes dos Rios, comprou “milho a 2 oitavas o alqueire, 12 oitavas de feijão o mesmo, e a dúzia de abóboras a oitava”<sup>149</sup>.

Em finais do século XVIII, foram fundadas, nas proximidades dos rios São Lourenço e Paraguai, fazendas de criar gado e roças de feijão e milho. Um desses sítios deu origem, em 1788, ao povoado de Albuquerque, “núcleo primitivo da atual cidade de Corumbá”. Este núcleo ocupou em menor proporção função semelhante ao que desempenhou Camapoã, pois constituía a “possibilidade do repouso durante uma viagem trabalhosa e árdua”. Quando da viagem do capitão Ricardo Franco de Almeida Serra, em 1796, “sua população permanente não ultrapassava duzentas almas, mas as roças de milho e feijão, plantadas pelos moradores, já davam para o consumo local e também para o abastecimento das frotas de comércio”<sup>150</sup>.

Logo após a saída do Porto de Ararituaba, em 1826, a expedição de Florence parou no sítio denominado Itaguaçava, onde recebeu mantimentos. Nesta região, viu casas “aqui e acolá, e sítios em geral cultivados”. Depois disto, parou em uma fazendola chamada Perdeneiras, cujo proprietário auxiliado por três escravos, havia fertilizado a terra de modo notável<sup>151</sup>. Azambuja também menciona um sítio em Putunduba onde viviam dois moradores “com alguns carijós”<sup>152</sup>.

Pelos relatos, observa-se que o suprimento de gêneros alimentares era imprescindível ao sucesso das expedições, sobretudo o suprimento de milho e feijão. Vários eram os motivos para serem o feijão e o milho componentes básicos do cardápio monçoeiro. Quanto ao feijão, ressalte-se seu acondicionamento fácil, sua relativa durabilidade e resistência às pragas, além da rápida colheita. O milho, além de ser também produto fácil de ser transportado e ter colheita rápida, pois “já produzia cinco ou seis meses depois de realizada a sementeira”, fazia parte do acervo cultural dos paulistas, uma vez que relacionava-se, “de certo modo, à própria mobilidade característica dos paulistas”<sup>153</sup>.

Não obstante as roças encontradas no caminho fornecerem itens para a alimentação dos viajantes, elas não eram capazes de abastecer os viajantes em todo o trajeto. Até Camapoã, pelo menos, milho e feijão eram adquiridos em Itu e Ararituaba, que

<sup>149</sup> REBELLO, Gervásio Leite, In: TAUNAY, 1981 *op.cit.*, p. 107 e 108.

<sup>150</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. 1990, *op.cit.*, pp. 99 e 100.

<sup>151</sup> FLORENCE, Hercules. 1977, *op.cit.*, pp. 28 e 33

<sup>152</sup> ROLIM, D. Antônio. In TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p.200.

organizaram suas produções para atender aos que partiam à Cuiabá. Desse modo, no que diz respeito à alimentação dos viajantes ao longo do trajeto, os relatos coevos tendem a ressaltar a fartura de caça e pesca. Porém, o suprimento de gêneros básicos da dieta, principalmente feijão e milho, era em parte fornecido pelas lavouras de Itu e Arariritaguaba. A participação de Itu e Arariritaguaba na rota das monções, fornecendo alimentos, mão de obra como pilotos e remeiros, e, também, realizando *negócios*, será analisada no próximo capítulo.

---

<sup>153</sup> HOLANDA, Sergio Buarque. 1990, *op.cit.*, pp. 107-108.

***CAPÍTULO IV***  
***Itu, Araritaguaba***  
***e o comércio das monções***

“Ilm<sup>o</sup> e Exm<sup>o</sup> S<sup>t</sup>

Representam a V. Exa. os oficiais da Câmara em nome de todo o povo desta vila de Itu a grande decadência em que jazem não só esta capitania se não as de todas as minas, como também os mesmos direitos reais, por falta de um comércio com igual se serviam umas capitánias de outras, as quais assim poderá subsistir com melhor fundamento, por uma real providência que procuramos: o que se conseguirá tirando-se das capitánias das Minas Gerais, Goiazes e Cuiabá todas as fábricas e lavouras de cana e fumo do que resultará um levíssimo prejuízo a alguns particulares das ditas minas que se ocupam nas referidas fábricas, e grande felicidade e aumento não só ao comum das ditas minas, por se ocuparem os senhores das ditas fábricas na extração do ouro, como também desta capitania ocupando-se toda nas ditas fábricas como melhor se vê das razões que agora representamos por cálculo que com toda exação se tem feito se mostra haverem em todas as minas mais de vinte mil vendas e nela se poderá gastar trezentos e cinqüenta e quatro centos mil arrobas de fumo por ano e quinhentos mil barris de aguardente, e estes gêneros com os direitos de entradas podem render anualmente a soma de setecentos e tantos contos de reis pela conta de que é costume pagar-se por cada de entrada naquelas minas. Por outro cálculo julga-se poderem render anualmente as passagens das supostas cargas de direitos que se pagam nos rios e registros que vão desta para aquelas capitánias a soma de cento e sessenta contos de réis.

Para os transportes e conduções destas carregações se faz indispensável grande número de animais cavallares que vindos do Sul podem avultar os direitos reais em muitos contos mais do que na ocasião presente rende.

Para laboriação das ditas fábricas nesta comarca se faz necessário muita escravatura, que vinda da Costa da Mina e Guiné avultarão os direitos dos ditos escravos em avantajados cabedal.

Finalmente, faltando naquelas minas estas fábricas se empregarão seus moradores com mais fervor na extração do ouro, estendendo-se os novos descobertos dos minerais como o faziam enquanto se não ocuparam nas mencionadas culturas, no que perceberam os das mesmas minas grandes utilidades.

Como requer sabemos que no tempo do feliz reinado do senhor D. João V de feliz memória fizeram a Câmara das minas por sua real presença o prejuízo que lhes causava a abundância, e a grestidade[sic] das águas ardentes fabricadas na mesma terra: e foi de tanto merecimento a esta representação que foi servido sua Majestade mandar abolir todos os engenhos das minas supostos que se não executou esta lei, por interpretarem que se entendia em não levantarem novos engenhos e que os eretos deviam subsistir, como subsistem. Porém, nestes anos próximos tem chegado a tal estado o abuso desta lei real que se estão novamente levantando novos engenhos em todas as partes que querem.

Na extinção das ditas fábricas terão as Minas Gerais o alívio das derramas, que algumas vezes se fazem por faltarem ouro que cheguem aos quintos prometidos pelo muito aumento que há de haver de escravos no mineral. Como claramente se percebe orçandose pelos escravos que trabalham nas ditas fábricas

Será notável o aumento desta capitania porque nas culturas destes gêneros se ofereçam seus habitantes e também as capitánias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e de Sul grandes interesses na saída dos seus efeitos e animais (...)

Vila de Itu em Câmara de 15 de janeiro de 1776

de V. E<sup>za</sup>. = Atentos e Amantes Servos = José Gonçalves Barros Leite = João Leme de Freitas = Francisco Leite Justiniano = José Barros Penteado  
está conforme o seu original = Tomas Pinto da Silva”<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Ordenanças de Itu. AESP. Caixa 55. Pasta 2. Documento 19. Ordem 292.

A extensa citação aborda assuntos, analisados no decorrer deste capítulo, que têm sido freqüentados por clássicos da historiografia brasileira. Como se vê, a *Representação* que camaristas de Itu tentaram fazer chegar ao conhecimento do Rei de Portugal em 1776 ressalta o impacto das áreas mineradoras e do mercado interno na economia paulista, bem como sua suposta decadência econômica da capitania paulista.

Na *Representação* é possível observar as expectativas e percepções que homens coloniais tinham acerca do impacto das minas sobre a economia colonial, em especial a paulista de finais de século XVIII, ao menos a percepção dos homens que subscreveram o documento. Na verdade, a *Representação*, uma espécie de “divisão colonial do trabalho”, propunha a especialização das atividades por capitania ou por áreas produtivas, conforme sua inserção na economia colonial. Nela se vê que áreas mineradoras, Minas Gerais, Goiás e Cuiabá, não deveriam possuir “fábricas e lavouras de cana e fumo”. Estas atividades caberiam a outras capitanias, inclusive a paulista. Isentas daquelas atividades, as áreas mineradoras se dedicariam com maior ardor à extração aurífera, ao passo que as demais capitanias, Rio de Janeiro, Bahia etc., as abasteceriam com seus “efeitos e animais”, aguardente, fumo, escravos, animais cavalares etc.

Portanto, era premente extinguir os engenhos das áreas mineradoras. Segundo os camaristas, foi a interpretação equivocada da lei que ocasionou a não extinção dos engenhos, pois se entendeu que os engenhos existentes deveriam continuar a existir. Além do mais, o abuso do não cumprimento da lei teria levado a ereção de novos engenhos nas áreas mineradoras.

Na *Representação*, a menção à suposta decadência da capitania paulista de finais do século XVIII é enfaticamente explicitada. Mas, diferentemente do que já se afirmou, tal decadência não resulta do esgotamento das jazidas minerais, mas *decadência e miséria em que se acha esta capitania por falta de um comércio*. A partir deste diagnóstico, os camaristas visavam remediar *a grande decadência em que jazem não só esta capitania se não as de todas as minas, como também os mesmos direitos reais*. O remédio seria *um comércio*

*com igual se serviam umas capitâneas de outras, já que a decadência e miséria em que se acha esta capitania se devia à falta de um comércio.* Com efeito, a idéia de decadência permanece, mas devemos atentar para os interesses dos autores da *Representação*.

Para endossar o argumento que alega decadência, a *Representação* se reporta a uma época pretérita, na qual áreas mineradoras teriam prejuízo quando fabricavam aguardente em abundância, o que levou Dom João V a mandar abolir todos os engenhos das minas. Foi a atuação de um monarca de *feliz memória* que levou à reversão do quadro de decadência. Isto pressupõe que em uma época pretérita houve uma idade do ouro. Esta visão de decadência no presente e de idealização de uma época passada mereceu um comentário de Marco Antônio Silveira, que, ao discorrer sobre a decadência da atividade aurífera na capitania de Minas Gerais do século XVIII, afirma:

“(...) o discurso da decadência remetia a uma suposta ‘idade do ouro’ em que as Minas alcançavam aspecto menos aflitivo.

Teixeira Coelho, descrevendo o governo do Conde de Galveas (1732-1735), contava que os ‘povos lamentaram a sua retirada, que fixou a época da ruína de Minas’. A Câmara de Vila Rica escrevia ao rei em 1772, comparando que ‘no tempo em que se estabeleceu a cota de cem arrobas, se achavam os povos destas Minas abundantes, e pingues as lavras: estava franca a extração dos diamantes em que percebiam os povos avultados interesses: girava o negócio com abundância; e presentemente se acha exaurido o ouro das melhores terras, e cansadas as roças, sem haver descoberto’. Já nos inícios do povoamento, profetizava Antonil não ‘haver pessoa prudente que não confesse haver Deus permitido que se descubra nas Minas tanto ouro para castigar com ele o Brasil, assim como está castigando no mesmo tempo tão abundante de guerras, aos europeus com o ferro’.

O período apontado como próspero pela Câmara se encontrava dentro da ‘época de ruína’ do memorialista; para este, a decadência vinha da década de 1730, para aqueles, somente após a metade do século. O jesuíta, porém, alertava que, por detrás da abundância de ouro, já se esboçava uma ‘idade do ferro’ em torno da primeira dezena dos Setecentos. Os desencontros cronológicos sustentavam-se, a nosso ver, no fato de o empirismo desses eruditos desenrolar-se por uma trilha mítica: no presente, o decadente; em algum lugar do passado, a ‘idade de ouro’.”<sup>2</sup>

Como ressalta Silvia Brügger, a análise de Marco Antônio Silveira é bastante perspicaz, tendo em vista que o autor percebe que, independentemente da data dos relatos, o esplendor estava sempre em um lugar do passado, e a crise era datada no presente. Ademais,

<sup>2</sup> SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1997, pp. 107-109.

alegar decadência poderia ser uma estratégia para ir de encontro aos impostos da Coroa<sup>3</sup>. Parece que foram estas as intenções dos autores da *Representação* da vila de Itu. Quem eram José Gonçalves Barros Leite, João Leme de Freitas, Francisco Leite Justiniano e José Barros Penteado, que assinam em “*nome de todo o povo da vila de Itu*”? Estariam eles endossando a suposta decadência a fim de terem proveitos próprios com o fim desejado das fábricas e engenhos de cana nas áreas mineradoras?

Sobre João Leme de Freitas não encontramos informações, mas José de Barros Penteado casou-se, em 1775, com Maria Dias Leite, filha de José Gonçalves de Barros (nº 32). Portanto, José Gonçalves de Barros e José Barros Penteado são parentes, sogro e genro, respectivamente.<sup>4</sup> Além disso, algo mais teriam em comum? Seriam senhores de engenho, produtores de açúcar, comerciantes?

Nas listas nominativas de 1766, José Gonçalves de Barros, 42 anos, vivia de “seu negócio de loja fazenda seca”, e contava com 600\$000 réis em “bens móveis e dívidas bem e mal paradas”. Em 1773, além de uma loja de fazenda seca e de duas moradas de casas, possuía uns “campos de sesmaria” com 800 cabeças de gado que produziram crias e 40 éguas e 12 crias. Produziu milho, feijão e arroz com o labor de 16 escravos. Em 1775, com 52 anos, tinha uns “campos de sesmaria com 800 cabeças de gado que produziram 120 crias”, um sítio no qual colheu milho e feijão com seus 12 escravos. Em 1776, José contava 53 anos, possuía 12 escravos, “uns campos de sesmaria” com 800 cabeças de gado, que produziram 120 crias. Continuava com seu sítio onde colheu 120 alqueires de milho. Tinha, ainda, “negócios e casas na vila”.

Em 1775, o censo informa que José de Gonçalves de Barros estava doente. Em 1776, apesar de ter sido listado novamente, faleceu. Em seu inventário, havia um sítio no bairro de

<sup>3</sup> Esta citação da obra de Marco Antônio Silveira foi percebida quando da leitura do trabalho de BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade em São João Del Rei (séculos XVIII-XIX)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. Tese de doutoramento.

<sup>4</sup> NARDY FILHO, Nardy., 2000, Volume 5, p. 171. Nardy Filho afirma que o do pai de Maria Dias Leite era João Gonçalves de Barros, e não José Gonçalves de Barros. Nardy informa também que Maria Dias Leite teria se casado com José de Barros Penteado. Presumo que o cronista tenha se equivocado, na medida em que nas listas nominativas de Itu, para os anos de 1766, 1768, 1770, 1773, 1775 e 1776 não há nenhum João Gonçalves Barros, mas sim José Gonçalves Barros, que se faz presente, em todos os anos mencionados, como cônjuge de Ana Arruda, e pai de Ana, Maria, Gertrudes, Antônia e José Gonçalves de Barros. Os nomes das filhas e da esposa coincidem com o do inventário de José Gonçalves de Barros, datado de 1778. Não por acaso, José não está nas listas nominativas de Itu e Porto Feliz a partir deste ano. MRCI, Inventário de José Gonçalves de Barros. Primeiro Ofício, Livro 1. Enfim,



Anhemi, em Itu, um no Bairro de Itapucu, um outro em Araritaguaba e, ainda, uma fazenda no Lage. Possuía 32 arrobas de açúcar, derivadas do trabalho de seus 12 escravos.

Como se vê, José operava com o comércio de gado, como demonstra o volume das cabeças de gado mencionadas nas listas nominativas, as quais, estranhamente, não aparecem em seu inventário naquelas proporções, atestando a omissão de informações. Por outro lado, seu inventário informa que José devia a quantia de 1:552\$057 no Rio de Janeiro, e dentre suas dívidas havia uma de 264\$00 para com o capitão Antônio Gomes Barroso, provavelmente membro da família de negociantes de grosso trato envolvida no tráfico negreiro mencionada por João Fragoso e Manolo Florentino<sup>5</sup>. Suas dívidas podiam ser referentes a bens que trazia da cidade fluminense, já que, dentre seus escravos, 5 eram de procedência africana, ou, quiçá, dos *negócios de sua loja*.

Devedor no Rio de Janeiro, por um lado, por outro era credor de 79 pessoas em Itu, cujas dívidas somavam 2:340\$896. Portanto, José Gonçalves de Barros, além de produzir açúcar, possuir loja, também era um comerciante usurário. A maior parte de suas dívidas ativas eram “por crédito”, tal como a de Antônio Rodrigues Chaves, que pagou de “vencidos” a quantia de 14\$462. Mas também havia dívidas referentes a bens, tal como a de Francisco Pedro Furquim, devedor de “uma carga e meia de sal”, e a de Luís Monteiro Salgado, “seis cargas de açúcar e um ancoro[sic] de marmelada”. Por fim, havia o “lançamento dos créditos (...) que constam de um recibo passado por Manoel Manso do Prado ao defunto inventariado, e que se levou para as minas do Cuiabá, e aí entregou ao capitão mor Salvador Jorge Velho”, cujo valor do crédito não é especificado.

Portanto, as atividades de José Gonçalves de Barros tinham uma amplitude que se estendia do Rio de Janeiro até as minas do Cuiabá, pelo menos. A ênfase, “em nome do povo”, dada ao envio de gados na *Representação* podia significar a defesa de seus próprios interesses, incluindo o envio de mercadorias para as “mais de 20 mil vendas” nas áreas mineradoras.

---

Nardy errou no volume V, *Crônicas históricas*, mas acertou no volume IV, *A cidade de Itu: crônicas históricas*, p. 44.

<sup>5</sup> FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 197; FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma História do tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993, p. 281.

No que concerne à proibição do funcionamento de fábricas e engenhos de canas nas regiões mineradoras, deve-se indagar se os signatários da *Representação* também estariam advogando em causa própria e/ou de seus familiares. Acrescente que Pedro de Barros Leite, irmão de José de Barros Penteado, disse em seu testamento, feito em Itu em 1787, que tinha, na Fazenda de Curitiba, “de gado, entre grandes e miúdos, (...) seiscentas e tantas reses, mais ou menos” (nº 33). Além disso, a data da *Representação* não dista muito do período da montagem do complexo açucareiro da região de Itu<sup>6</sup>.

Sobre Francisco Leite Justiniano houve apenas uma menção nos maços de população no ano de 1776, quando, com 39 anos, casado com Joana Francisca Leite, tinha “um sítio”, plantava “cana a partido”, “fez de açúcar 100 arrobas” e 8 canadas de aguardente. Produziu 100 alqueires de milho e 8 de feijão. Tinha 2 juntas de bois e 7 escravos. Sua produção de cana pode ter sido pouca, mas era um dos poucos produtores, na medida em que dos 1067 fogos listados naquele ano, apenas 37 tiveram produção de cana descrita, sendo que entre os produtores de cana nenhum foi referido como *senhor de engenho*, devido talvez ao fato de a vila estar apenas iniciando a implementação da atividade açucareira. No mapa do censo de 1776, havia apenas 25 engenhos em Itu<sup>7</sup>.

José Barros Penteado, além de genro de José Gonçalves de Barros, era irmão de Antônio Barros Penteado e de Pedro de Barros Leite, e primo de José Manoel da Fonseca Leite e de Antônio Ribeiro. Os quatro primos foram para Cuiabá em data imprecisa, mas, posteriormente, dedicaram-se à lavoura açucareira, salvo Antônio Ribeiro, “professor de gramática”. Oriundo de São Paulo, Francisco Leite Ribeiro (pai de José Manoel da Fonseca Leite e de Antônio Ribeiro) tinha ido às minas do Cuiabá. Depois, os filhos foram em busca do pai, e de fortuna. Encontraram o pai, mas não fortuna, ao menos de início, pois só a conseguiram quando seus primos, José e Antônio de Barros Penteado, para lá se dirigiram. Os irmãos e

---

<sup>6</sup> Sobre o desenvolvimento da lavoura canavieira no “quadrilátero do açúcar”, do qual Itu fazia parte, cf. PETRONE, Maria Thereza. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: difusão Européia do Livro, 1968. p. 12-13.

<sup>7</sup> PETRONE, Maria, T., *op. cit.*, p. 42; Maços de População de Itu para o ano de 1776. Diferentemente dos mapas, as listas de 1776, da vila ituana, mencionam 37 produtores de açúcar. Destas, 35 se dedicavam também ao cultivo de mantimentos, cujas produções variavam entre 100 a 800 alqueires de milho. Sete deles possuíam entre 1 e 5 escravos, 8 possuíam entre 6 e 10 escravos, 10 tinham entre 11 e 20 escravos e, por fim, 9 eram senhores de mais de 20 escravos, sendo que um deles, Antônio Pacheco da Silva, era senhor de 60 cativos. Em 1 caso o número de escravos está ilegível.

primos exploraram a mina Melgueira, “da qual retiraram grande quantidade de ouro”. Retornaram para Itu, em data imprecisa

Quando do regresso de Cuiabá, José Manoel Fonseca Leite e Antônio de Barros Penteado tornaram-se senhores de engenho. Antônio Ribeiro, além de ter adquirido um sítio, ocupava-se de dar aulas de latim. Em 1774, José Manoel comprou uma casa na rua do Carmo e arrendou, por 6\$500 anuais, durante um período de dez anos, um sítio do Convento do Carmo, com o intuito de montar um engenho de cana<sup>8</sup>. Nas listas nominativas de 1775, consta que colheu 100 alqueires de milho e 30 de feijão, mas para 1776 informa-se que sua produção incluía 240 arrobas de açúcar, 30 canadas de aguardente, 400 alqueires de milho e 30 de feijão. Assim, os recursos para a montagem de seu engenho advieram quando do regresso das minas de Cuiabá.

Provavelmente, os signatários da *Representação*, estavam argumentando em prol de si mesmos, ou de seus parentes, pelo menos. Ou ambas as coisas, o que mais provável.

Não encontramos José de Barros Penteado nos maços de população dos anos de 1766, 1767, 1768, 1770, 1774, 1775. No de 1776, era casado com Maria Dias Leite, tinha 36 anos, um sítio no qual colheu 300 alqueires de milho e 80 de feijão com seus 28 escravos. Não se mencionou produção de açúcar ou aguardente, mas seus 28 escravos o colocavam entre os 9 maiores escravistas neste ano, pois os demais 370 senhores não tinham tal escravaria. Ou melhor, dentre os 1067 fogos, apenas 379 tinham escravos listados, dos quais apenas 9 senhores apresentaram em seus fogos mais de 27 escravos.

Em 1775, casou-se com Dona Maria Dias Leite, filha de José Gonçalves de Barros, falecendo anos depois em Itu. Em 1791 redigiu-se o testamento de José de Barros Penteado. Seus testamentários eram sua esposa, seu irmão Antônio e seu primo, o guarda mor José Manoel da Fonseca Leite. Irmão e primo que com ele exploraram ouro em Cuiabá. Declarou não ter dívidas e acrescentou que “possuía bens de raiz e móveis dinheiro e créditos das quantias que me devem” (nº 49). Dessa forma, podemos concluir que, além de se dedicar às atividades agrícolas, José de Barros Penteado era um usurário. Posteriormente, um de seus filhos, Fernando Paes de Barros, ocupou o cargo de Ouvidor da capitania, e recebeu o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Em 1846, por ocasião da visita à vila de Itu, o Imperador D. Pedro II ficou hospedado em sua

<sup>8</sup> NARDY FILHO, Francisco. 2000, *op.cit.*, Volume 5, pp. 179 a 181 e Volume IV, *op.cit.*, p. 42.

residência<sup>9</sup>. Estas são as poucas informações de que dispomos acerca de José Barros Penteado, tal como ocorre com seu irmão, Antônio de Barros Penteado.

Não encontramos Antônio de Barros Penteado nas listas anteriores a 1809; sabemos, no entanto, que aos 8 de dezembro de 1781 fora nomeado capitão de Companhia de Ordenança em Itu<sup>10</sup>. Segundo as listas nominativas de Itu, em 1809 ele estava com 67 anos de idade, era casado com Maria Paula Machado, e colheu, com o trabalho de 61 escravos, a significativa produção de 2.600 arrobas de açúcar. Descrito como *senhor de engenho*, sua produção fazia dele o segundo maior produtor de açúcar naquele ano. Nos 1.108 fogos listados em 1809, apenas 406 tinham escravos, sendo que os cativos listados no fogo de Antônio de Barros Penteado o colocavam entre os 8 maiores escravistas. Nas listas de 1813, Antônio de Barros contava com 71 escravos e produziu 2.100 arrobas de açúcar.

Suas filhas contraíram excelentes matrimônios. Genebra casou-se com o Brigadeiro Luís Antônio de Souza; Escolástica com o Ouvidor Geral D. Miguel Antônio de Azevedo; Ana Joaquina com o coronel João Xavier da Costa Aguiar e Maria uniu-se ao Conselheiro Francisco de Paula Sousa e Mello. Dois filhos de Antônio foram agraciados com títulos de nobreza. Bento Paes de Barros, com o título de barão de Itu, e Antônio Paes de Barros, com o de barão de Piracicaba, ambos proeminentes senhores de engenho<sup>11</sup>.

As trajetórias analisadas, pelo menos as de José de Barros Penteado, Antônio de Barros Penteado e José Manoel Leite da Fonseca, indicam que engenhos de Itu podem ter sido montados com recursos advindos das minas e/ou do comércio na rota das monções, evidente que não exclusivamente.

Aliás, descendentes de José Gonçalves Barros Leite, signatário da *Representação*, como seu neto Fernando Paes de Barros, filho de José de Barros Penteado, também signatário da *representação*, tornou-se senhor de engenho em Itu. Nas listas nominativas de Itu de 1809, o tenente Fernando Paes de Barros, 27 anos, casado com Maria Jorge Barros, era *senhor de engenho*. Produziu, com 21 escravos, 400 arrobas de açúcar e 80 canadas de aguardente. Seu tio, Antônio de Barros Penteado, que havia explorado minas do Cuiabá, também *senhor de*

<sup>9</sup> NARDY FILHO, Francisco. 2000, *op.cit.*, Volume 5, pp. 170 a 172 e Volume IV, *op. cit* p. 44.

<sup>10</sup> Ordenanças de Itu. AESP. Caixa 55. Pasta 2. Documento 27. Ordem 292

<sup>11</sup> Bento obteve o título em 1846, e não consta a data para Antônio. NARDY FILHO, Francisco. 2000, *op.cit.*, Volume 5, pp. 170 a 172 .

*engenho* na lista de 1809, era, como vimos, um dos maiores produtores de açúcar neste ano. Seus primos, Bento e Antônio Paes Barros, em 1809 estavam no fogo de seu pai, Antônio Barros Penteado. Posteriormente, obtiveram títulos de nobreza e se converteram em senhores de engenho. Assim, ao longo das gerações, os investimentos da família migraram do ouro e do comércio para o açúcar.

Mais foi um processo de longo prazo. No momento da *Representação*, estava em curso uma mudança na economia ituana, quando a produção de açúcar começava a ser um vetor crucial da economia da vila. Como afirmou Sérgio Buarque de Holanda, os descobrimentos das minas constituíram a “primeira oportunidade considerável para o avanço da indústria açucareira”. Apesar de afirmar que o açúcar e a aguardente enviados “nas canoas de monção” eram produzidos nas “regiões vizinhas de Itu e Ararituaba”<sup>12</sup>, é muito provável que Itu e Ararituaba também o fornecessem. A ênfase dos signatários da *Representação* na defesa da “divisão do trabalho colonial” demonstra não só a importância das minas e o comércio das monções para o desenvolvimento de Itu e Ararituaba, mas também as expectativas que moradores tiveram de tais atividades. Certamente, os signatários eram membros da elite local, mas não apenas eles criaram expectativas em relação comércio monçoeiro, inclusive no fornecimento de açúcar para as minas e, quiçá, no próprio comércio das monções.

#### ***4.1) Abastecendo as frotas***

Em 1736 Caetano Gomes de Almeida foi contratado por um comerciante residente na cidade de São Paulo, Manoel de Azambuja, com o intuito de levar cargas para serem vendidas nas minas de Goiás. Em sua viagem às minas, Caetano partiu da vila de Itu, afirmando que o local era de “conveniência” de mantimentos, e com pastos propícios para engorda “das cavalgaduras”. Porém, tais *conveniências* tinham custos. Pagou a quantia de 4\$800 réis a Manoel da Silva, “no primeiro pasto”, 3\$120 a João Soares, “no segundo pasto de gastos de mantimentos”, e 3\$520, no terceiro pasto. Alugou, por 1\$680, 14 escravos para

---

<sup>12</sup> *Idem*, pp. 179 e 180.

colher milho nas terras de Caetano Soares. Comprou, por 3\$200, um alqueire de sal para *purgar* os cavalos; gastou mais 1\$920, também em sal. Adquiriu toucinho a um taberneiro da vila, pagando-lhe 4\$800; 25 alqueires de milho a 6\$000, 52 cangalhas a 4\$160, 2 capados comprados a Jordam Homem, a 8\$960; esteiras a Joaquim Caetano, no valor de 600 reis, e 1\$600 por couros. Pelos serviços de um camarada, por cinco meses e meio, pagou 14\$080, e a outro camarada, 5\$000, por prazo desconhecido. Por fim, despendeu 5\$760, atinentes a uma rede e uma camisa para dois camaradas.<sup>13</sup>

O relato de Caetano refere-se a uma expedição terrestre, mas o fato de Itu e Ararituaba serem locais de trânsito para as minas trouxe impactos sobre a economia. Os que iam pelo rio Tietê, tal como os que seguiam o caminho terrestre, abasteciam-se em Itu e Ararituaba. Para a realização das expedições monçoeiras eram necessários tripulantes, canoas, remos etc., permitindo a homens e mulheres meios de sobrevivência. Isto perdurou durante quase todo o século XVIII e inícios do XIX, o que, certamente, acabou por contribuir na formação de um mercado relativamente regular de gêneros alimentícios, uma vez que, como afirmamos, a caça e a pesca ao longo do trajeto eram insuficientes para a alimentação dos viajantes.

Na época em que Ararituaba ainda era uma freguesia de Itu, lá estavam localizados o Porto Geral, de onde saíam as monções, e o Armazém Real. O movimento em torno do Porto Geral deveria ser muito intenso. Em 1734, João de Mello Rego, correspondendo-se com o Conde de Sarzedas, informou que:

“(...) o bairro de Ararituaba [estava] sem capitão e sem alferes, sendo mui necessários naquele distrito por ser Porto Geral das Minas do Cuiabá”<sup>14</sup>

O desenvolvimento de Ararituaba esteve estritamente relacionado ao seu porto. Em 1720, em Ararituaba, “foi erigida uma capela dedicada a Nossa Senhora da Penha” e, em 1728, a capela foi elevada à freguesia. Em 1747, a capela era pequena demais para ‘reunir os moradores, cujo número aumentava de ano para ano’. Por isso, erigiu-se uma nova capela, cuja construção terminou em 1750. Em 1797, “atendendo a uma representação de seus moradores”, a freguesia de Ararituaba foi elevada à categoria de vila recebendo o Vila de

<sup>13</sup> Processo Civil. AESP, Caixa 44, Ano 1737, Ordem 3477.

<sup>14</sup> Ordenanças de Itu. AESP. Caixa 55. Pasta 1. Documento 99. Ordem 292

Porto Feliz. Dentre outros motivos, os moradores desejavam que a freguesia tivesse o estatuto de vila

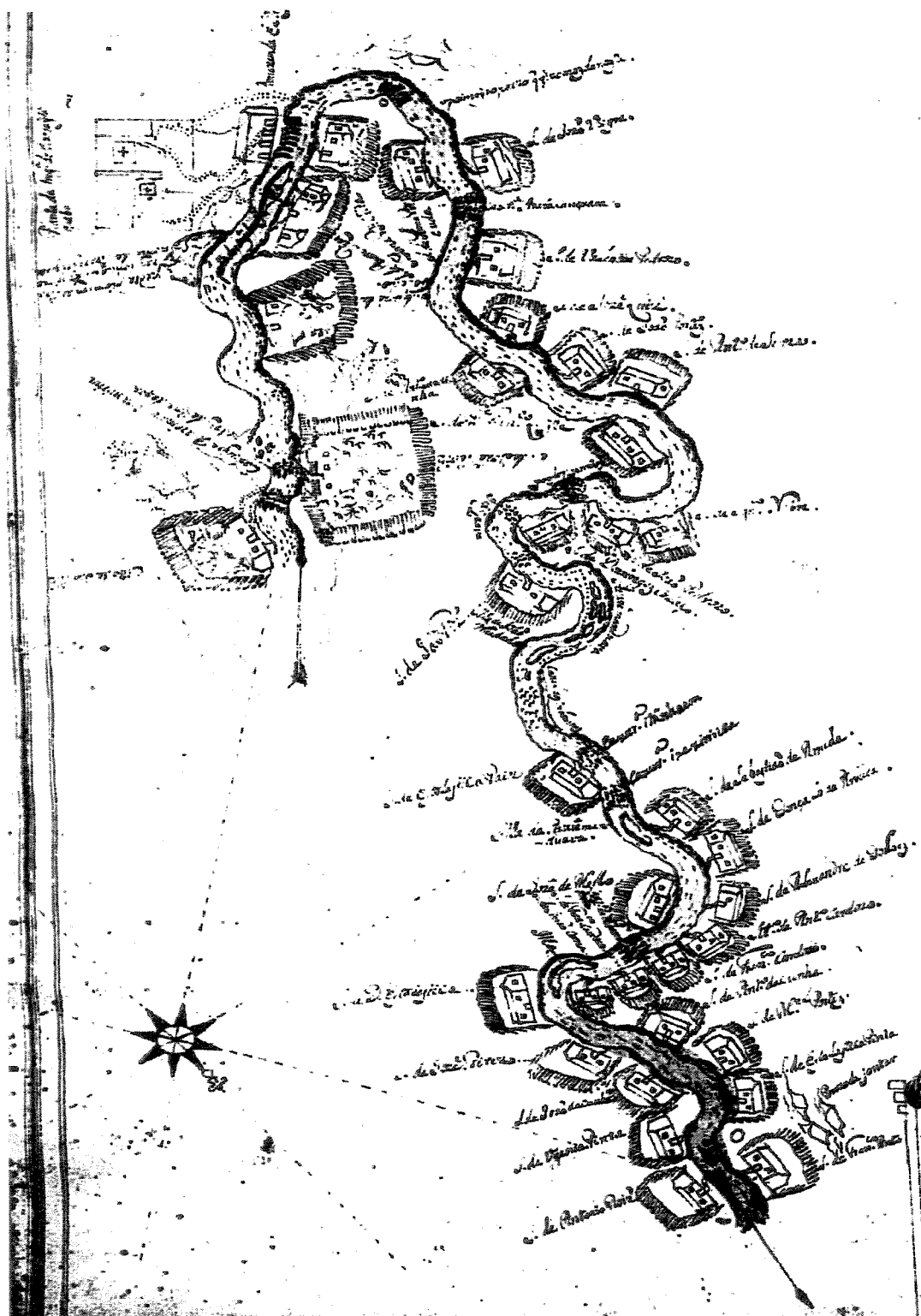
“(…) não só pelo fundamento de haver nela três mil e seis pessoas de confissão (...) mas também por ser um Porto freqüentado de Comerciantes de minas de Cuiabá, e Mato Grosso, e de diferentes expedições de Sua Majestade para os vastos sertões que decorrem da mesma freguesia até a fronteira da cidade de Paraguai da América Espanhola, tendo por isso toda a capacidade, e disposição para vir a ser em poucos anos uma das vila opulentas desta Capitania, sendo por outra parte igualmente digno de atenção o incômodo que experimentam *muitos daqueles moradores*, em ir servir a grande distância de léguas os empregos públicos da Câmara da Vila de Itu, deixando por isso em desamparo suas casas, famílias e agriculturas de que vivem (...)”<sup>15</sup>

Pelo fato de as expedições fluviais rumo ao Cuiabá partirem de Ararituaba, bem como as expedições terrestres passarem por Itu/Ararituaba, estimulou-se a proliferação de sítios voltados ao abastecimento das expedições. No mapa elaborado por Juzarte, bem como em suas palavras, os locais onde estavam localizados o Armazém Real e Porto Geral (também denominado de Porto dos Cuiabanos), nota-se que o rio Tietê “é de um e outro lado acompanhado de sítios”. Mais precisamente, havia 57 propriedades, ou seja, significa 57 sítios nas proximidades do porto. Provavelmente, seus moradores estavam ali pelas possibilidades econômicas que a localidade oferecia. Infelizmente, o cronista não fornece muitos dados sobre esses moradores, de forma que podemos apenas fazer algumas conjecturas sobre eles.

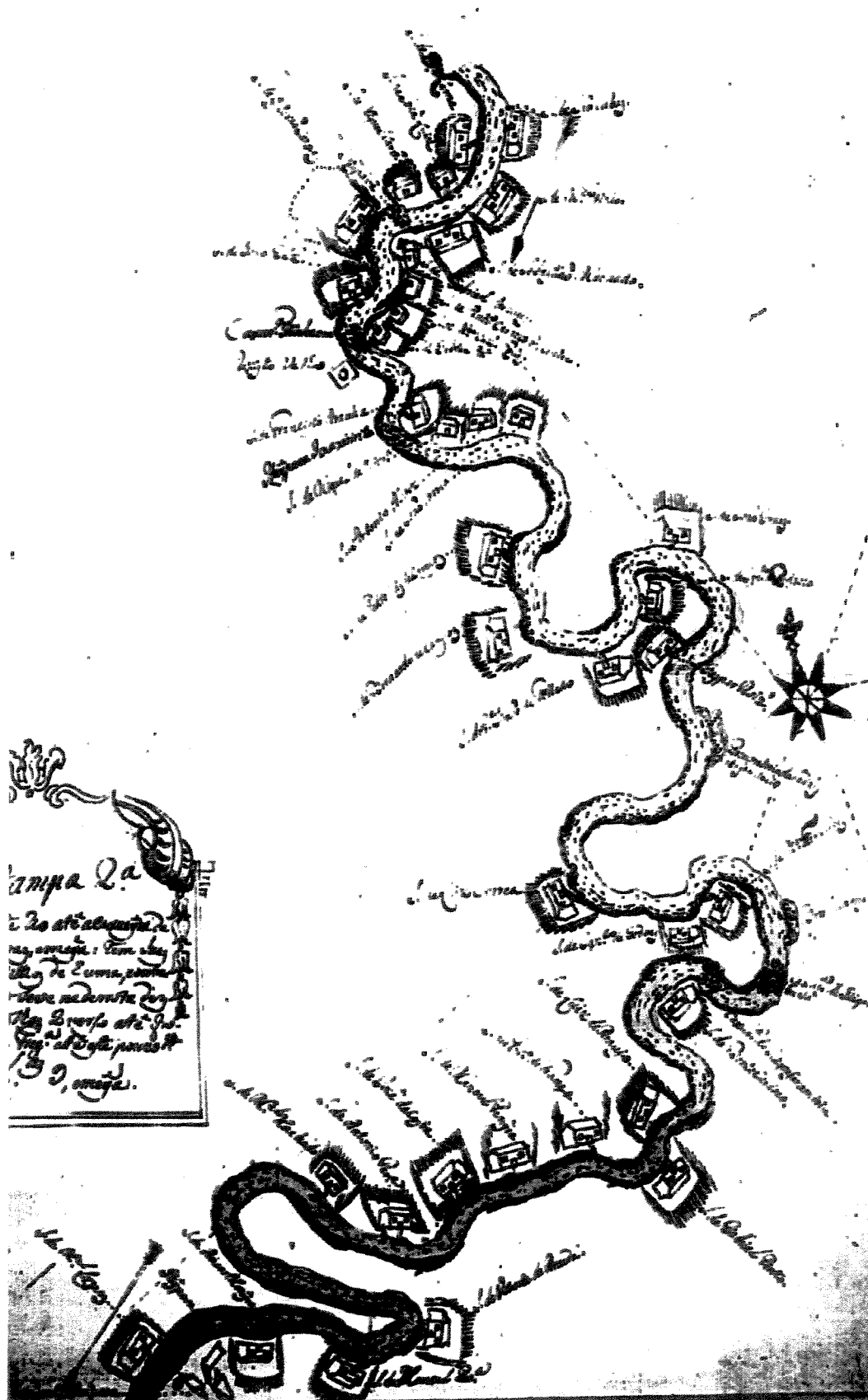
---

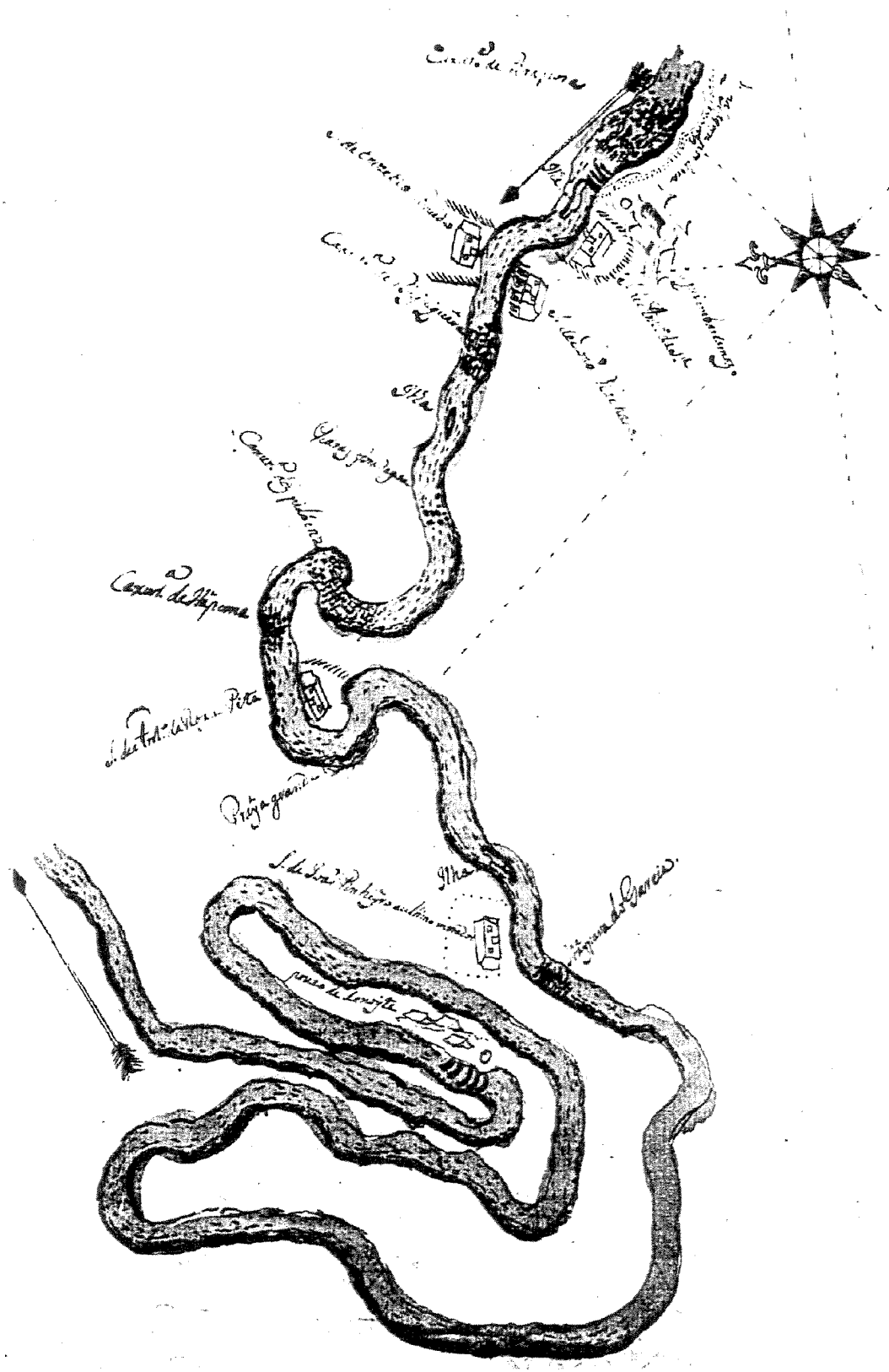
<sup>15</sup> Cf. NARDY FILHO, Francisco. “José Cardoso Pimentel” in Ararituaba: o Porto Feliz. SOARES DE SOUZA, Jonas (Org.). Porto Feliz: s/e, 1979; Sobre a vila de Porto Feliz na primeira metade do século XIX, cf. FERREIRA, Roberto Guedes, 2002. Cor e ocupação: Rio de Janeiro e Porto Feliz (primeira metade do século XIX). Texto mimeo.

Figura 8: Sítios em Ararituaba às margens do Tietê









Dentre os moradores daqueles sítios, 7 atuavam como pilotos na rota das monções: Antônio Cardoso Pimentel, Miguel Oliveira, João Pinheiro, João Gonçalves, João Gonçalves Vieira, João Pedroso Oliveira e João Portes de Almeida. Outros conjugavam o ofício de piloto com as fainas agrícolas, como os quatro últimos mencionados, como indica o cruzamento dos nomes fornecidos por Juzarte com os das listas nominativas.

Segundo as listas de 1767, João Gonçalves Pereira colheu, com o trabalho de seus dois escravos, 46 alqueires de milho. Passados nove anos, ainda vivendo como piloto, colheu 100 alqueires de milho e 5 de feijão. Além do sítio, possuía 1 casa na vila e 2 escravos. Em 1776, ele e seu filho estavam em Cuiabá.

Em 1776, João Pedroso de Oliveira colheu 50 alqueires de milho, 4 de feijão, e era proprietário de 12 cabeças de gado. Seu filho Jerônimo estava ausente. Por seu turno, João Portes, em 1767, produziu 40 alqueires de milho e 5 de feijão. Tinha ainda 4 vacas e 3 cavalos. Em 1776, o filho de João Portes estava ausente no Cuiabá. Portanto, o esforço familiar conjugava as fainas agrícolas com o trabalho nos rios. É o caso também de José Vieira da Silva, cujo sítio produziu 600 alqueires de milho e 80 de feijão, e que mantinha 40 cabeças de gado e 8 cavalos.

Pedro Vaz Campos, morador em “terras alheias”, e Sebastião Machado Lima viviam de fazer canoas. Pedro atuava na rota das monções como construtor de canoas e, provavelmente, como fornecedor de toucinho, pois em 1776 seu fogo contava com 20 porcos. Juzarte menciona também André Dias, que, como veremos adiante, além de ser agricultor, negociava nas minas de Cuiabá. Outro que vivia de negócios e atividades agrícolas era Gabriel Antunes, pois em 1767, 1774 e 1776 estava em Cuiabá, sendo que um de seus filhos encontrava-se em Mato Grosso em 1776.

Se o Gonçalo Arruda citado por Juzarte for o mesmo Gonçalo Arruda Leite que aparece nas listas nominativas de 1776, nota-se que seu sítio havia produzido, com os esforços de seus 12 escravos, 300 alqueires de milho, 50 de feijão. Contava ainda 15 cabeças de gado e 16 porcos. Se o Inácio Nobre que Juzarte apresenta for o mesmo Inácio Nobre Pereira que vivia de suas lavouras, listado nos maços de população em 1774 e 1776, ele ocupava aquelas terras pelo menos desde 1740, quando solicitou e obteve concessão de

sesmarias<sup>16</sup>. Em 1776, certamente com a intenção de produzir toucinho para as monções, em seu sítio havia 20 porcos.

Um outro bairro também estritamente vinculado aos caminhos que levavam a Cuiabá chamava-se Potunduva. Em 1751, Azambuja disse que ali viviam dois moradores “com alguns carijós”<sup>17</sup>. Em 1769, Juzarte referiu-se ao local como “rancho de Potunduva”<sup>18</sup>. Após 5 anos da passagem de Juzarte pela localidade, em 1773, moravam em Potunduva 27 pessoas, das quais 21 viviam na agricultura, conjugando essa atividade com a pecuária. Alguns deles tinham produções significativas. Francisco Mendes Siqueira colheu 120 alqueires de milho, 20 de feijão, 12 de arroz, além de possuir 100 cabeças de gado. Caetano Souza Leme embora não tivesse uma produção como de Francisco era proprietário de 150 cabeças de gado com 40 crias, 60 éguas com 20 crias. João do Prado por sua vez produziu 80 alqueires de milho, e João Soares Siqueira, 60.

Embora não tenhamos encontrado, nos censos de 1773 e 1776, moradores de Potunduva com ofícios de proeiros e remeiros, Alfredo Taunay informa que na localidade

“(…) todos os moradores viviam do tráfico das monções. Era como se ali existisse algumas famílias de caboclos cujos homens se empregavam como proeiros, remeiros e varejistas dos canoões das flotilhas a trafegarem entre Porto Feliz e Cuiabá. Após alguns dias de penosa navegação a jusante da velha Ararituaba, vencendo corredeiras e itaipavas, descansavam as monções, geralmente, um dia em Potunduva”<sup>19</sup>.

Não por acaso, Juzarte denominou aquele local de “*rancho*”. Chegou lá no dia 20 de abril, depois de 7 dias “*de penosa navegação*” a partir do Porto Geral de Ararituaba. Assim, com a descoberta de minas, moradores puderam abastecer expedições que para lá se dirigiram, fornecendo mão de obra para as expedições. Permaneceram no local onde moravam ao invés de partir em busca de ouro.

Evidente que à descoberta das minas se seguiu uma intensa migração de paulistas para regiões auríferas, ocasionando um processo de despovoamento. Aos 12 de janeiro de 1734, o

<sup>16</sup> Livro de Sesmaria. AESP . Livro 12. Ordem C00364.

<sup>17</sup> ROLIM, D. Antônio. In TAUNAY, 1981, *op.cit.*, p.200.

<sup>18</sup> JUZARTE, Theotônio. In SOUZA, Jonas Soares de & MAKINO, Miyoko (Orgs.), p. 379.

<sup>19</sup> Apud NÓBREGA, Melo, História do Rio Tietê. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1981, p.148.

capitão mor João de Mello Rego informava ao capitão general da capitania alguns dos problemas ocasionados pela ida de ituanos à região das minas:

“(...) não remeti a V. Ex<sup>a</sup>. ainda a nomeação dos capitães mores que há de servir nesta vila, porque preciso saber com certeza os que pretendem ausentar-se desta vila para as Minas (...) e juntamente me parece não envolver haverá gente suficiente para integrar as Companhias de sessenta homens por haverem despejado muita gente para as minas”<sup>20</sup>

Porém, tal despovoamento deve ser relativizado em suas dimensões e tampouco significou, necessariamente, um comprometimento da economia ituana. Frisamos, contudo, que, de modo algum, desconsideramos um movimento migratório em massa quando do *boom* dos descobrimentos, o que, aliás, atestam as estimativas populacionais.

Infelizmente, os dados de que dispomos são escassos, e só informam o número de *casais*, e não o de habitantes da vila. Observamos que os *casais*, ou seja, os *fogos*, tiveram um aumento progressivo entre 1653 e 1722, antecedentes ao *boom* dos descobrimentos auríferos. O único dado acerca da população da vila nos foi fornecido pela *Relação das quantias oferecidas pelos moradores do bairro de Araritaguba* e demais bairros de Itu, atinente ao ano de 1728, na qual constamos 3134 escravos e 443 chefes de fogos; 3577 habitantes, pelo menos, já que estão excluídos os que não pagaram impostos por não possuírem cativos. Quase 50 anos depois, em 1767, os fogos da vila seriam apenas 404, contemplando 1848 habitantes livres, pois os cativos estão excluídos do censo desse ano (Tabela 2). Pode ser que o reduzido número de fogos em 1767, em relação aos anos de 1653, 1698 e 1722, indique que o despovoamento teria sido latente. Porém, tal redução foi momentânea, deu-se no período que vai do *boom* dos descobrimentos até as décadas de 1730 e 1740, quando ainda se encontravam novos veios auríferos em Goiás e Mato Grosso.

---

<sup>20</sup> Ordenanças de Itu. AESP. Caixa 55. Pasta 1. Documento 74. Ordem 292

**Tabela 2**  
**População de Itu e Ararituaba (1766-1808)**

Anos	Fogos	Chefes		Cônjuges		Filhos		Agregados		Escravos		Total	Habitante/fogo
		#	%	#	%	#	%	#	%	#	%		
1766(a)	258	258	22,5	181	15,8	708	61,7	0	0	0	0	1147	4,4
1767	404	404	21,9	325	17,6	1119	60,6	0	0	0	0	1848	4,6
1773	836	836	13,5	580	9,4	2055	33,2	767	12,4	1956	31,6	6194	7,4
1775(a)	683	683	14,5	498	10,6	1678	35,6	509	10,8	1345	28,5	4713	6,9
1776	1067	1067	14,5	785	10,6	2552	34,6	926	12,6	2047	27,7	7377	6,9
1803(b)	1739	1739	12,8	1145	8,6	4061	30,0	1150	8,5	5453	40,2	13548	7,8
1808(b)	1755	1755	14,7	1126	9,4	3235	27,1	1022	8,6	4812	40,3	11950	6,8

(a) Não inclui Ararituaba.

(b) Inclui Ararituaba, apesar do desmembramento da freguesia, tornando-se vila de Porto Feliz em 1798.

Obs.: Os censos de 1766 e 1767 não incluem escravos

Fonte: Listas Nominativas de Itu e Porto Feliz – AESP

Em 1773, cerca de 50 anos após do *boom* dos descobrimentos, o número de fogos havia ultrapassado o do ano de 1722, para não mais parar de crescer, salvo no ano de 1808. Assim, a recuperação demográfica da vila ituana e de Ararituaguaba (posterior Porto Feliz), foi surpreendente, e o despovoamento não comprometeu o desenvolvimento de Itu. Antes de expressar decadência econômica da vila de Itu, o despovoamento, a nosso ver, indica uma opção econômica derivada dos descobrimentos das minas. Além disso, a recuperação demográfica de Itu e Ararituaguaba não pode ser atribuída apenas ao crescimento da lavoura canavieira, pois ainda em 1773 o número de fogos ultrapassou o de 1722, e a tendência dos anos seguintes foi de recrudescimento.

Em resumo, apesar de serem imprecisas as estimativas, havia na vila 444 casais em 1653, como afirma Sérgio Buarque de Holanda. Em 1698, o governador da capitania, Artur de Sá e Menezes, disse “que já passava de 700 fogos”<sup>21</sup>. Em 1722, por haver em Itu grande “número de moradores”, 800 casais, o governador Rodrigo César de Meneses solicitou ao Rei a criação do cargo de juiz de fora<sup>22</sup>. Em 1728, eram, no mínimo, 469 fogos; 404 em 1767 e 836 em 1773. Considerando que o número de fogos indica o desenvolvimento populacional, observa-se que o movimento populacional de Itu foi pendular. Itu seguiu a tendência de crescimento demográfico da capitania entre 1690 a 1765, que foi de 425%<sup>23</sup>.

Na verdade, o fluxo de pessoas para as minas não significou uma decadência econômica, mas uma opção econômica derivada dos descobrimentos das regiões auríferas. Perseguindo a trajetória de algumas famílias locais, observamos que nem todos os seus membros migraram para a região das minas quando do descobrimento de veios auríferos<sup>24</sup>. Além disso, dentre os que foram, alguns podiam retornar à vila, como D. Ana de Arruda. Casada com o capitão mor Diogo

---

<sup>21</sup> NARDY FILHO, Francisco, 2000, Volume 4, *op. cit.*, p.19.

<sup>22</sup> Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Volume XXXII pp. 31, 32, 93 e 94 e Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Volume XVIII, pp. 86 e 87.

<sup>23</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. 1974, *op. cit.*, p. 126

<sup>24</sup> Os primeiros veios auríferos descobertos na colônia ocorreram em 1693. MELLO e SOUZA. Laura de. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª edição, 1986, p. 17,

de Lara e Moraes, ela seguiu para as Minas do Cuiabá com seu marido, retornando quando enviuvou, vindo a falecer em 1771<sup>25</sup>.

Certamente, nem todos foram tão bem sucedidos como José Manuel Fonseca Leite, José e Antônio Barros Penteado, quando de regresso das fainas mineradoras, mas algumas pessoas que foram em busca de fortuna contaram com o auxílio da família. Às vezes, o auxílio para a jornada às minas vinha na forma de cessão de indígenas, alimentos ou com o empréstimo de ouro e armas. Assim o fez Antônio Machado Passo, quando deu uma de suas duas espingardas a seu filho Manoel. Custódio Chaves forneceu a seu irmão Bernardo da Mota, uma espingarda e um capado, cujo pagamento, no valor de dezesseis mil reis, deveria ser feito por ocasião da sua volta das Minas (nº 13).

Em 1704, Margarida Bicuda, como forma de agradecer a seu filho Nuno de Campos, “pelo particular cuidado” que dela teve, assistindo-lhe “com todo o necessário de sua fazenda”, declarou que lhe deixava um mulato por nome Pedro. Afirmou ainda que outros 5 indígenas de sua escravaria *elegeram* a companhia de Nuno para ficar. Como Nuno estava seguindo viagem para as minas, Margarida permitiu que os levasse, ressaltando que seus outros herdeiros não poderiam reclamar e nem lucrar com os frutos obtidos da viagem. Pode ser que a verdadeira intenção de Margarida fosse a possibilidade de enriquecimento que se poderia obter daquela empresa. De qualquer forma, o fato de esclarecer que seus outros filhos não poderiam usufruir possíveis riquezas advindas das minas, pode indicar que somente Nuno se dirigiu a elas, enquanto os outros permaneceram, embora duas netas de Nuno, bem como sua filha Rosa de Campos, tenham migrado para Cuiabá (nº 16).

Com propósitos semelhantes de Margarida, Bartolomeu de Quadros ajudou seu filho Antônio, dando-lhe 7 escravos e o *mais necessário* para ir às minas “minas Cataguás” (nº 26). Em 04 de fevereiro de 1707, quando do processo encerramento do inventário de Lucrecia Leme, viúva de Antônio Vieira Antunes, Francisco Alves Rodrigues passou um recibo afirmando que Antônio havia quitado todas as dívidas que tinha com ele. Tais dívidas foram contraídas em 1703, e referiam-se a um empréstimo de 50 mil réis e à compra de uma escopeta no valor de 16 oitavas de ouro, cujo pagamento seria feito por ocasião da sua “volta das minas dos Cataguás para onde

---

<sup>25</sup> NARDY FILHO, Francisco. 2000, Volume 4, *op. cit.*, p 21.



de presente [estava] de viagem”, o que demonstra que os contemporâneos aguardavam o regresso dos que iam às minas (nº 31).

Em 1723, Miguel Soares Ferreira moveu um processo contra seu irmão, João Soares Ferreira. Alegava o autor que havia emprestado 426 oitavas de ouro a seu pai, o sargento mor Antônio Soares Ferreira, para ir às minas do Serro Frio. Seu pai deveria “lhe pagar na volta da viagem”. No caminho das minas, Antônio Soares determinou a um certo Antônio Gomes, que ia “em sua companhia”, que pedisse a Miguel Soares para comprar e enviar um “negro do gentio da guiné”. Assim fez Miguel Soares, pagando 248 oitavas de ouro. No entanto, durante a viagem, a esposa de Antônio Soares faleceu. Em testamento, ela havia legado 803 oitavas de ouro ao Convento São Luiz. Tempos depois, morreu, em Serro Frio, Antônio Soares, sem que a dívida fosse paga a seu filho Miguel Soares. Em 1724, Miguel Soares acenou com a possibilidade de ver quitado seu empréstimo, isto é, quando o Juiz Ordinário da vila de Itu ordenou que se fizesse a partilha dos bens, mas se não houvesse fazenda para o pagamento da dívida, alguns bens deveriam ser vendidos para saldá-la<sup>26</sup>. Miguel Soares ansiou portanto que seu pai retornasse e lhe pagasse o que devia.

Certamente, muitos moradores de Itu e Araritaguaba para lá se dirigiram às minas e não voltaram. Outros, por empregar parte do capital com “os preparos do sertão”, para o que “vendiam até as prendas” das mulheres, não pagavam seus credores<sup>27</sup>. Alguns deixavam suas famílias em Itu em condições difíceis. Rosa Maria de Jesus, no censo de 1767, afirmava não possuir bem algum, e o pouco que tinha se encontrava penhorado. Dizia que seu cônjuge, Eugenio Ribeiro, estava “distante nas minas do Cuiabá”. Outro ituano que rumou para as minas do Cuiabá, lá falecendo em 1792, foi o capitão mor Salvador Jorge Velho.

No inventário de José Gonçalves de Barros, de 1778, há referências a Salvador Jorge Velho, que teria levando crédito para Cuiabá. Por sua vez, no inventário de Salvador consta que a viúva de José Gonçalves de Barros reclamava que em poder de Salvador havia 88 oitavas de ouro pertencentes ao seu marido. Portanto, é possível perceber que Salvador atuava em Cuiabá como intermediário de comerciantes ituanos. Desse modo, ainda que Salvador Jorge Velho, sua filha e seu genro, os cônjuges D. Maria Luiza e Felisberto Castanho Lara, migrassem para Cuiabá, o

<sup>26</sup> Processo Civil. AESP, Caixa 12, Ano 1723, Ordem 3445.

<sup>27</sup> Ordenanças de Itu. AESP. Caixa 55. Pasta 1. Documento 10. Ordem 291

restante de sua família continuou residindo na vila de Itu<sup>28</sup>, tal como sua esposa inventariante e outros filhos (nº 40).

De qualquer modo, inúmeros foram os destinos influenciados pelo ouro das minas. Houve quem migrou em busca de ouro, outros que plantaram para vender aos que partiam e os que comerciavam, direta ou indiretamente, com as minas.

No livro borrador aberto no “sítio do Porto Geral de Ararituaba aos vinte e quatro de outubro de 1726”, do português Manuel da Costa, que, além de negociante, era “empregado no fisco real”, constava o fornecimento de “aço, chumbo, pano de linho, aniagem e baeta” e um “caldeirão pesando seis libras” a Manuel Ribeiro Preto e seus dois cunhados, Simplício e Francisco Pedroso Furquim, que partiram para as minas de Paranapanema. Outro que devia a Manuel da Costa era Manuel Correa Arzam. Quando estava no registro para quintar o ouro trazido das minas, adquiriu de Costa “1 barril de aguardente (...) por 4 moedas – 19\$200”. O Capitão José Cardoso Pimentel lhe devia “contas de gado, sal e miudezas”. Guilherme Fontes lhe era devedor de “667 oitavas de ouro livre dos quintos”. Um morador da Vila de Santos, passando pelo Porto Geral para dirigir-se às minas, devia “600 peixes tainha, 11 covados de riscadilho, 4 cascos de barris para açucares e 3 sacos de mantimentos”. Manuel da Costa também foi para as minas, mas não sabemos se movido pela idéia de riqueza das Minas ou para praticar comércio. Em seu borrador há o seguinte registro:

“Despesas que fiz nas minas quando fui antes de partir a frota:  
 De me levarem minha roupa ..... 13\$000  
 De gasto no caminho ..... 12\$000  
 Por gastos nas minas em comer e justiça ..... 31\$000  
 Por gastos que fiz por baixo ..... 16\$000”<sup>29</sup>

Dentre os que ficaram em Itu/Ararituaba, em 1728, algumas pessoas solicitaram sesmarias com o objetivo de atender o mercado das rotas que iam às minas. Manuel de Araújo Beltrão, morador de Itu, por ser achar com “bastante família e escravos”, solicitou sesmarias em terras localizadas no caminho das minas de Paranapanema. O também morador de Itu, José Correia da Fonseca, que há “cinco anos tinha povoado umas terras com roças e criações de

<sup>28</sup> NARDY FILHO, Francisco. 2000, Volume 3, *op. cit.*, p 58 e pp. 94 a 98.

<sup>29</sup> TAUNAY, Afonso E. “Monções, embarcações, tripulações, distâncias” In: Jonas Soares de Souza (Org.) *Ararituaba*. Porto Feliz. São Paulo: Canton, 1979, pp.27 a 29.

gados na paragem chamada Pirapetingui, em a qual atualmente tinha escravos cultivando”, pediu mais uma légua de terras “na estrada que vai para as Minas de Goiás”. Igualmente, Manuel Gomes da Costa requereu uma légua de sesmaria, “começando na medição de onde acabarem as terras” do dito José Correia da Fonseca. Queria “povoar e fazer um sítio no caminho do sertão das minas dos Goiás, onde pudesse fazer suas plantas para cômodo dos mineiros e aumento dos dízimos reais”. Neste mesmo ano, *El Rei* confirmou uma doação de sesmaria ao ituano Felipe Cardoso, visto que o suplicante “se achava com possibilidade de povoar terras e tinha feito à sua custa o caminho de Piracicaba até a vila de Itu, e socorrido *gratuitamente* com mantimentos aos que se exercitavam no caminho do Rio Grande”<sup>30</sup>.

Certamente, a concessão de sesmarias não quer dizer a ocupação efetiva da terra, mas não cremos que seja o caso de Manuel de Araújo Beltrão, José Correia da Fonseca, Manuel Gomes da Costa, Felipe Cardoso e João de Araújo Cabral, pelo menos. Estes homens devem ser os mesmos proprietários de escravos da *Relação das quantias oferecidas pelos moradores do bairro de Ararituaguaba* e demais bairros de Itu, atinente ao ano de 1728 (aliás, o mesmo ano da concessão das sesmarias), os quais possuíam sete, quatro, seis e dezesseis escravos, respectivamente<sup>31</sup>. É muito pouco provável que Felipe Cardoso tenha fornecido mantimentos *gratuitamente* aos que transitavam pela sua propriedade. Seu argumento indica, antes, uma retórica para obter a sesmaria. Em 1727, ao comentar sobre aqueles que tinham roças no trajeto Ararituaguaba-Cuiabá, João Antônio Cabral Camello foi enfático: “vendem como querem”<sup>32</sup>.

Em 1726, na Barra do Rio Cochim, em sua viagem rumo ao Cuiabá, o capitão general de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, desembolsou 250 oitavas de ouro para adquirir mantimentos na roça de propriedade do ituano João de Araújo Cabral, que estabelecera sítio naquela localidade, justamente com o propósito de prover de mantimentos aqueles que rumavam para aquelas minas<sup>33</sup>. Desse modo, os exemplos de Manuel de Araújo Beltrão, José Correia da Fonseca, Manuel Gomes da Costa, Felipe Cardoso, João de Araújo

<sup>30</sup> Sesmarias. Documentos do Arquivo do Estado de São Paulo. São Paulo: Typografia Piratininga, 1921, pp. 382, 383, 449, 485, 486, 492 e 493.

<sup>31</sup> *Relação das quantias oferecidas pelos moradores do bairro de Ararituaguaba*. Documento 653. (Arquivo Histórico Ultramarino) Microfilme Biblioteca Nacional.

<sup>32</sup> CAMELLO, João Cabral. In TAUNAY, 1981, *op. cit.*, p. 120

<sup>33</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de. 1990, *op. cit.*, p.. 290.

Cabral e outros, conforme os relatos de viajantes coevos, demonstram que certas pessoas optaram pelo estabelecimento no caminho das minas do Cuiabá e Goiás com vistas a abastecer os que a elas se dirigiam.

Em relatos de viajantes que navegaram pela rota Araritaguaba-Cuiabá, percebe-se uma precaução constante com a alimentação, bem como a necessidade de um suprimento fornecido no ponto de partida<sup>34</sup>. Ao referir-se aos infortúnios em uma expedição monçoeira, em 1726, Gervásio Rebello relata que se uma canoa virasse, ainda que seus ocupantes se salvassem, “sempre o mantimento se perde e se molha a pólvora e sem uma e outra coisa se fica exposto a perecer de todo”. Em Camapoã, a perda de mantimentos era mais prejudicial que a de escravos, *tanto mais se quer antes perder um negro, sendo estes tão necessários, que um alqueire de mantimento, feijão ou farinha*.

Exageros à parte, o fato é que o suprimento alimentar era primordial para a realização das monções. Por isto, partia-se do Porto de embarque em Porto Feliz “levando a quantidade de farinha de milho necessária para a viagem até Camapoã”<sup>35</sup>. Para facilitar o sucesso das monções, a Coroa isentava os gêneros básicos consumidos na viagem (feijão, milho, e farinha)<sup>36</sup>, devido à preocupação para com o suprimento do local de destino.

Para se ter uma idéia da envergadura das expedições monçoeiras, devemos compará-las à travessia do oceano Atlântico. De Araritaguaba ao Cuiabá, a viagem poderia durar até 5 meses, pelo menos, prazo “ordinariamente empregado nas navegações de Lisboa à Índia. Muito mais, diga-se de passagem, do que para ir do Rio de Janeiro à boca do Tejo”<sup>37</sup>. Até Camapoã, local de reabastecimento dos viajantes, o percurso poderia demorar cerca de 3 meses, conforme o relato do conde de Azambuja, que lá chegou em 1751<sup>38</sup>. Entre os séculos XVI e XVII, a seu turno, uma viagem Atlântica, de Salvador a Lisboa, em frota, poderia durar 85 dias, e 45 dias se a embarcação viajasse isoladamente. No verão, tal viagem duraria de 30 a 35 dias, e no inverno, 60. Mas esta era uma das viagens mais longas pelo Atlântico,

<sup>34</sup> Cf. capítulo III.

<sup>35</sup> Saint-Hilaire. Auguste. 1976, *op. cit.*, p. 76.

<sup>36</sup> Documentos Interessantes. Volume XX, pp. 170-171.

<sup>37</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1994, *op. cit.*, p. 138.

<sup>38</sup> ROLIM, D. Antonio. In: TAUNAY, 1981, *op. cit.*, pp. 198-204. A monção saiu de Araritaguaba em 5 de agosto e aportou em Camapoã em 29 de outubro de 1751.

se o ponto de partida fosse Salvador. Tratando-se de uma viagem de Salvador a Luanda, o percurso durava cerca de 40 dias, de Luanda ao Rio de Janeiro, 50 dias<sup>39</sup>.

Portanto, nota-se que um empreendimento monçoeiro pressupunha uma demanda por alimentos, que precisava contar com uma estrutura agrária capaz de atendê-la. Com efeito, são escassos os dados acerca do número de pessoas que iam nas expedições, pois os relatos poucas vezes aludem ao contingente das viagens ou à quantidade de pessoas por canoas. No caso das menções ao número de canoas, os relatos tendem a omiti-lo. Segundo umas poucas alusões, uma expedição monçoeira poderia levar entre 60 e 600 pessoas, contingente que, em uma ocasião especial, chegou a 3000. Certamente, não devemos tirar maiores conclusões a partir de dados escassos, mas podemos tecer, em alguns poucos casos, algumas considerações.

Para 1830, Augusto Leverger afirma que a tripulação de uma canoa era composta por oito pessoas: um piloto, um proeiro, um contra-piloto e cinco remeiros.<sup>40</sup> O sargento mor Theotônio José Juzarte, em 1769, menciona oito ou nove homens na tripulação: um piloto, um proeiro, um contra-piloto e cinco ou seis remeiros<sup>41</sup>. Hércules Florence embarcou com uma tripulação composta por um guia, e seu substituto, um piloto e dois ajudantes, e três proeiros e dezoito remadores, seguindo em duas canoas, um batelão e uma canoinha para caçada e pescarias, ou seja, vinte e seis pessoas em quatro embarcações, 6,5 viajantes em cada, em média<sup>42</sup>.

Pelo exposto, havia ao menos 6 tripulantes em cada embarcação que se dirigia ao Cuiabá, salvo raras exceções.

Infelizmente, os relatos que informam o número de tripulantes por embarcação se reportam ao século XIX, exceto o de Juzarte, que, aliás, também não se atém ao período áureo das monções. Além disso, a quantidade de tripulantes era condicionada ao peso das cargas. No século XIX, as grandes árvores necessárias à construção das canoas já estavam escasseando na região de Itu e Porto Feliz, ou seja, aqueles relatos se referem a períodos nos quais o número de tripulantes nas embarcações devia ser menor, e neles não constam, ainda,

<sup>39</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 181.

<sup>40</sup> LEVERGER, Augusto. RIHGB. 1960, Volume 247, *op. cit.*, p. 365.

<sup>41</sup> JUZARTE, Theotônio José. In: TAUNAY, 1981, *op. cit.*, p. 234

os passageiros. Sérgio Buarque de Holanda chega a estimar que, entre tripulantes e passageiros, as embarcações não suportariam mais de 25 ou 30 pessoas.<sup>43</sup>

Contudo, na pior das hipóteses, uma canoa saía com 6 pessoas, pelo menos. Para se ter uma idéia do quanto era crucial a lavoura de Itu para alimentar as bocas dos viajantes, podemos, novamente, comparar uma expedição monçoeira com uma viagem Atlântica, especificamente o tráfico atlântico de escravos. No navio negreiro Providência embarcaram 117 escravos em 1830, 213 no General Rego e 434 no Ceres. No Amizade, em 1825, embarcaram 301 escravos, e 700 no Ulisses.<sup>44</sup> Quase um século antes, em 1733, a monção capitaneada pelo ituano José Cardoso Pimentel era composta de 50 canoas. Considerando que cada uma podia levar de 6 tripulantes em média, a expedição transportou 300 pessoas, pelo menos. Isso significa que na organização dessa frota foram necessários mantimentos para o consumo de 300 pessoas. Sem esquecer da mal sucedida expedição de Diogo de Souza, “que trazia bastante canoas com muitos escravos e fazendas para negócio”, que quando atacada pelos Paiaguá em 1725 morreram “seiscentas pessoas”<sup>45</sup>.

Em 1726, uma das maiores expedições rumo às minas do Cuiabá foi a do capitão general Rodrigo César de Menezes, ocasião da fundação da vila de Bom Jesus de Cuiabá, que saiu do Porto Geral de Araritaguaba com 308 canoas. Quando atingiu o destino final, Rodrigo Menezes mencionou que haviam chegado com vida 3000 pessoas. A respeito desta expedição, afirma Sérgio Buarque de Holanda:

“O número de pessoas embarcadas seria, por conseguinte, bem superior a três mil e, se eram trezentas e oito as canoas, resulta que, entre passageiros e tripulantes, cada qual levava, sem dúvida, mais de dez homens”<sup>46</sup>.

Na ocasião, o capitão general Rodrigo César de Menezes adquiriu, em Itu e Araritaguaba, 65 alqueires de feijão a 104\$000; 160 alqueires de milho a 204\$000, 110 alqueires de farinha a 176\$000, 18 arrobas de açúcar a 34\$560; 4 alqueires de grãos a 4\$800, 12 capados a 172\$800, 4 arrobas de peixe seco a 16\$000. Para o transporte do açúcar e dos grãos comprou 13 barris, no valor de 17\$600. Comprou, ainda, 8 frasqueiras e 3 barris

---

<sup>42</sup> FLORENCE, Hercules. 1977, *op. cit.*, p. 19.

<sup>43</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1994, *op. cit.*, p. 147.

<sup>44</sup> FLORENTINO, Manolo. 1992, *op. cit.*, p. 266.

<sup>45</sup> BARBOSA DE SÁ, Joseph. 1901, *op. cit.*, p. 15.

<sup>46</sup> HOLANDA, 1990, *op. cit.*, p. 237

de aguardente a 129\$600, 5 arrobas de fumo, “para os negros”, a 24\$000, 150 varas de encerado para cobrir as canoas, a 81\$000, e 8 arrobas de chumbo, a 40\$960. Com a compra de 23 canoas foram desembolsados 1:240\$000, e com o pagamento da mão de obra de pilotos despendeu-se 639\$000<sup>47</sup>. Há que se ressaltar que esses gastos são atinentes apenas à comitiva de Rodrigo César de Menezes.

Em 1734, a expedição do tenente general Manoel Rodrigues de Carvalho, a quem a Real Coroa encarregou de fazer guerra aos índios Paiaguá, era constituída por 400 homens. Em 1735, uma monção composta de “cento e tantas canoas com muitas fazendas e gentes” transportou o Ouvidor Dr. João Gonçalves Pereira.<sup>48</sup> Em 04 de outubro de 1736, em carta ao conde de Sarzedas, o capitão-mor de Itu João de Mello Rego, informou que saíram *poucas canoas* na monção, mas estavam por sair oitenta e três embarcações<sup>49</sup>. Desse modo, teriam saído, nestas monções de 1734, 1735 e 1736, 400, 600 e tantos, e 498 tripulantes, sem contar, em nossas estimativas, os passageiros.

Em 1737 e 1750, houve, pelo menos, 9 monções, além de uma expedição terrestre em 1742, conforme relata Barbosa de Sá, tais como a que transportou o Dr. Manoel Rodrigues Torres, Provedor da Real Fazenda, classificada pelo cronista como “grandiosa monção”, embora não tenha informado o número de canoas e tampouco o de pessoas transportadas.<sup>50</sup>

Em suma, para a realização das expedições, era imprescindível o alimento fornecido por Itu e Araritaguaba. Tal era a importância que o conde de Azambuja, quando chegou em Araritaguaba, em 24 de maio de 1751, teve que esperar mais de dois meses para partir para Cuiabá. Os preparativos para sua viagem, a cargo do Juiz de Fora da vila, Theotônio de Silva Gusmão, estavam adiantados, mas o conde não pôde seguir viagem imediatamente, pois foi preciso aguardar que “crescesse o milho e feijão, e se fizessem as farinhas e toucinhos”. Afinal, tinha que alimentar 190 homens durante o percurso. A 5 de agosto de 1751, quando finalmente partiu a frota para as Minas do Cuiabá, as 23 canoas da expedição saíram com “noventa sacos de mantimentos, e trinta e tantas cargas de barris e frisqueiras” etc.<sup>51</sup> Uma

<sup>47</sup> Documentos Interessantes para a Historia e Costumes de S. Paulo, Volume : XIII, pp. 141-146.

<sup>48</sup> BARBOSA DE SÁ, Joseph. 1901, *op. cit.*, p.36

<sup>49</sup> Ordenanças de Itu. AESP. Caixa 54. Pasta 2. Documento 02. Ordem 292.

<sup>50</sup> *Idem*, pp. 37-47.

<sup>51</sup> ROLIM, D. Antonio. In Taunay, 1981, *op. cit.*, pp. 198 e 199

outra fonte informa que a comitiva do Conde Azambuja embarcou com nada menos de 1130 sacos de mantimentos.<sup>52</sup>

O movimento proporcionado por comerciantes, viandantes e gados que se dirigiam à região mineira do Centro Oeste, além de dinamizar a economia, às vezes ocasionava alguns transtornos à vila de Itu. Em 12 de dezembro de 1747, através de uma missiva ao governador Dom Luís Mascarenhas, o juiz de fora Theotônio da Silva Gusmão reclamava que as cavalarias que conduziavam cargas para o Cuiabá destruíam pontes e caminhos da vila, e para reconstruí-las novamente “os donos das cavalarias e cargas” não ajudavam “em nada”. Tendo em vista os prejuízos causados, o juiz propunha que “o negócio das cavalarias pagasse algum subsídio para a Câmara, ou para o bem Comum”, que “empregou as rendas dela” na construção de pontes e caminhos. Além destes percalços, o juiz relatava a destruição dos matos, provocada pelo movimento das canoas, que eram arrastadas até chegarem ao porto de Ararituaba para embarque. Prosseguia enfatizando que a vila ficava sem tábua por “falta de paus”, uma vez que toda a madeira existente era utilizada na construção de canoas<sup>53</sup>.

A proposta do subsídio gerou revolta por parte de alguns, que não hesitaram em se queixar diretamente ao governador. Ao saber da queixa, o juiz de fora argumentou que, embora os “andantes para o Cuiabá” fossem muitos, “somente cinco os seis mascates armados (...) [foram] os fomentadores [da] oposição”. A seu favor informou que na vila de Itu vários homens mandavam “negócio para o Cuiabá”, mas que nenhum deles se queixou da proposta do subsídio, “antes alguns foram rogais na postura”. Acreditava o juiz que os queixosos eram “os estranhos forasteiros”.

Para desgosto do juiz, em correspondência datada de 29 de dezembro, o governador respondeu que o tributo requerido era “muito prejudicial aos viandantes do caminho do Cuiabá, que assaz lhes bastam os direitos que pagam”. Informava também que o imposto era oposta aos desejos *d’El Rei* em conservar e aumentar os “moradores daqueles confins”. Em tom autoritário, disse ao juiz:

“(...) ponha as coisas no estado em que estavam e de nenhuma forma convenha [colocar] em prática o dito novo imposto, pelo prejuízo que do contrário se

<sup>52</sup> “Relação da chegada que teve a gente de Mato Grosso, e agora se acha em companhia do senhor D. Antônio Rolim desde o Porto de Ararituaba, até a esta Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá”. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, Volume XX, 1899, pp. 245-248.

<sup>53</sup> Ordenanças de Itu. AESP. Caixa 55. Pasta 2. Documento 07. Ordem 292.



segue aos viandantes que para as ditas minas costumam viajar, e a todos os mais que para elas quiserem ir estabelecer-se, que em vez de se lhes franquear melhor o caminho, e favorecê-los, como Sua Majestade recomenda, se lhes aumenta por este modo os direitos e conseqüentemente se lhes dificulta o ingresso que para as ditas minas intentam fazer, e tanto carecem de gente para as povoar, evitando-se por esta forma qualquer mal intento, que os castelhanos (com quem confinamos por aquela parte) queiram intentar, que é o fim a que se dirige, o mandar sua Majestade franquear o dito caminho, de cuja freqüência tiram estes moradores suas conveniências, que a não ser isso que seria do pobre povo de Itu?”<sup>54</sup>

Nas palavras de Gusmão, observa-se ainda que em certas ocasiões, o fornecimento de mantimentos às monções comprometia os preços dos alimentos comercializados na vila, já que, como asseverou, em função das expedições que partiam às minas, a população ficava “exaurida de mantimentos (...) vindos [os] da terra a comê-los mais caros”<sup>55</sup>. Portanto, verifica-se em Itu e Ararituaba a ocorrência de um de processo inflacionário nos preços de mantimentos. Exatamente o mesmo ocorrido na vila de São Paulo, por ocasião da descoberta de jazidas nas Minas Gerais, quando a população preferia vender gado e mantimentos para aquelas localidades onde conseguia um preço maior para os produtos<sup>56</sup>.

Assim, além dos ituanos tirarem suas *conveniências* daquele caminho, já que, quando por ali passavam, os viajantes adquiriam mantimentos, compravam toucinhos em tabernas, capados, couros e os mais diversos tipos de produtos. Mascarenhas tece comentários sobre a importância do comércio para *El Rei*. Comércio que, para além da cobrança de impostos, era de primordial importância para o aumento de moradores da região fronteira e, por conseguinte, para a guarda dos domínios coloniais, ameaçados pelos castelhanos. Os interesses da Coroa nessa região eram tão zelados que o Conselho Ultramarino foi enfático ao ser consultado a respeito da criação de uma capitania, abrangendo as minas de Cuiabá e Mato Grosso:

“(...) se procure fazer a Colônia de Mato Grosso tão poderosa que se contenha os vizinhos em respeito e sirva de antemural a todo o interior do Brasil”.

<sup>54</sup> Documentos Interessantes, Volume LXVI, p. 209-210.

<sup>55</sup> Ordenanças de Itu. AESP. Caixa 55, Pasta 2.Documento 107, Ordem no. 292

<sup>56</sup> BLAJ, Ilana. 1995, *op. cit.*, cf. especialmente capítulo IV. Maria Yedda Linhares afirma que a capitania paulista foi a “retaguarda econômica das regiões mineradoras do Centro e do Oeste brasileiros”. Para a autora, o surgimento de um mercado mais lucrativo leva o lavrador “a retirar o seu produto do mercado local, transferindo-o para outro em busca de melhores preços”, exatamente como ocorreu em Itu, Ararituaba e São Paulo. LINHARES, Maria Yedda L. História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918). Brasília. Binagri, 1979, pp.64 e 125.

Seguindo este objetivo, à D. Antonio Rolim de Moura, que fora nomeado governador e capitão-general de Mato Grosso, ordenava-se que:

“(...) contudo atendendo a que no Mato Grosso se requer a maior vigilância por causa da vizinhança que tem, houve por bem determinar que a cabeça do governo se pusesse no mesmo distrito de Mato Grosso, (...) deveis não só defender as terras que os meus vassallos tiveram descoberto e ocupado e impedir que os espanhóis se adiantem para a nossa parte; mas promover os descobrimentos e apossar-vos do que puderdes e não estiver já ocupado pelos espanhóis”<sup>57</sup>.

Neste reordenamento de fronteiras, a vila de Itu adquiriu uma posição estratégica para a Real Coroa. Quase toda a correspondência com as autoridades de Cuiabá e Goiás era efetuada através das expedições monçoeriras. Mesmo os índios e o ouro vindos de Cuiabá eram quintados na vila, bem como, ao que tudo indica, eram registradas as bestas procedentes de Curitiba<sup>58</sup> e dos campos de São Pedro do Sul<sup>59</sup>. Ainda, como veremos adiante, todo o envio de armas aos fortes daquela região era feito através de monção.

A respeito da troca de correspondências com a região das minas, em 1732, por exemplo, o capitão mor de Itu, João de Mello Rego, informou a Gervásio Leite Rebelo:

“(...) recebi duas [cartas] de Vm<sup>ce</sup>, uma de 17 de corrente e outra de [ilegível] que me enviou Vm<sup>ce</sup>: dois livros para Cuiabá, com duas cartas de Vm<sup>ce</sup> para o Conde, e na carta de 17 o maço de cartas com uma mais para o ouvidor do Cuiabá, com mais 3 cartas de S. Majestade para os oficiais da Câmara daquelas minas”<sup>60</sup>

Aos quatro de outubro de 1736, João de Mello Rego afirmou que naquele registro haviam sido cobrados 579\$560 de direitos sobre as bestas vindas de Curitiba<sup>61</sup>. Mesmo

<sup>57</sup> Apud. VOLPATO, Luiza Rios Ricci. A conquista da terra no universo da pobreza. Formação da fronteira oeste do Brasil. 1719-1819. São Paulo: Editora Hucitec; Brasília: INL, 1987, pp. 33-36. As penetrações dos bandeirantes sertão adentro, bem como a migração de colonos para regiões auríferas no Centro-Oeste, ocasionaram um novo desenho nos limites fronteiriços, “desgastando profundamente os limites fixados pelo Tratado de Tordesilhas” e impondo “o estabelecimento de novas linhas demarcatórias entre os domínios portugueses e espanhóis na América”. VOLPATO, Luiza R., *op. cit.* Com objetivo de efetivar o domínio sobre as novas terras conquistadas, a Coroa portuguesa, além propor as discussões acerca do Tratado de Madri, criou, por Provisão do Conselho Ultramarino, de 9 de maio de 1748, novas capitanias, a de Mato Grosso e a de Goiás, desmembrando a capitania paulista. Cf. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1910, Volume: XV, p. 69.

<sup>58</sup> Ordenanças de Itu. AESP. Caixa 55. Pasta 2 Documento 2. Ordem 291.

<sup>59</sup> Ordenanças de Itu. AESP. Caixa 55. Pasta 1. Documento.99. Ordem 291. Essa situação permaneceu pelo menos até 1748. Posteriormente, o registro foi transferido para a Vila de Sorocaba .

<sup>60</sup> Ordenanças de Itu. AESP. Caixa 55. Pasta 1. Documento 59. Ordem 291

<sup>61</sup> Ordenanças de Itu. AESP. Caixa 55. Pasta 2. Documento.2. Ordem 291. Sobre o registro de animais em Itu cf. Documentos Interessantes, Volume LXVI, pp. 216 e 217.

depois da transferência do registro de passagem de gado e bestas para a vila de Sorocaba, onde comerciantes adquiriam animais “para levarem as Minas de Goiás, Cuiabá, Mato Grosso e freguesia das Campinas”, a vila de Itu, sendo local de passagem para Sorocaba, continuou fornecendo “toda a casta de víveres” para aqueles que por ali transitavam<sup>62</sup>.

O impacto das monções em Itu e Araritaguaba contribuiu para que surgissem agricultores aptos a fornecer mantimentos para o mercado, fabricantes de canoas e remos, e mão de obra para expedições fluviais. Justamente por possuírem essa estrutura produtiva, diversas vezes as duas localidades foram chamadas para fornecer mantimentos para a Colônia do Iguatemi. Como, por exemplo, em 1766, quando a vila de Itu foi convocada para enviar o Iguatemi 1.100 alqueires de milho, além de feijão, capados e cachaças. E como não havia chegado ao Armazém Real, localizado em Araritaguaba, *liages* para ensacar o mantimento, a ordem dada era que se tomassem “varas de algodão” local para a realização de tal função. O que significa que, além de mantimentos, a vila possuía lavouras de algodão e costureiras aptas para fiar os sacos<sup>63</sup>.

Passados 4 meses, em julho de 1767, novamente era enviada uma ordem à vila de Itu sobre outra expedição ao Iguatemi. O capitão mor da vila, Salvador Jorge Velho, ficava encarregado de aprontar a tripulação que consistiria em “dez pilotos e vinte proeiros” e, também, de arrecadar mantimentos suficientes para alimentar “trezentos e vinte homens” durante um período de seis meses<sup>64</sup> (Anexo 1). Quando da expedição do Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria para a Praça do Iguatemi, em 1774, foram solicitados “canoas com tudo o que lhe compete e gente de sua mareação as que forem necessário, 200 alqueires de feijão, 200 alqueires de farinha, 8 alqueires de arroz, 8 arrobas de açúcar, 80 medidas de aguardente de cana [e] linhagem para os sacos”<sup>65</sup>.

A rota também era utilizada para expedições Reais, quer para o envio de correspondências para Cuiabá até artilharias e munições, os “apetrechos de guerra, trem”, como se dizia na época, além de sal, ferro e objetos de botica etc.<sup>66</sup> Em 1747, D. Luiz

<sup>62</sup> Ordenanças de Itu. AESP. Caixa 55. Pasta no. 2. Documento no. 93-b. ordem 292.

<sup>63</sup> Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo. Volume: V, pp. 9 a 12. São emitidas ordens desse teor para os anos de 1768, 1769, 1770, 1771 e 1772. Cf. Documentos interessantes Volumes VI ao IX.

<sup>64</sup> Documentos Interessantes para a história de São Paulo. Volume V, p. 44.

<sup>65</sup> Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo. Volume: VIII, p. 122.

<sup>66</sup> Ordenanças de Porto Feliz. AESP. Caixa 54. Pasta 1. Documentos 77 e 79. Ordem 291

Mascarenhas, por intermédio do Coronel João de Mello Rego, enviou “200 armas de espingardas, 200 baionetas, 146 pistolas, 8 barris de pólvora, 16 arrobas de chumbo, 34 arrobas de bala de espingarda” para os oficiais da Câmara de Cuiabá<sup>67</sup>.

Geralmente, essas expedições ocorriam anualmente e, da mesma maneira que as expedições comerciais, precisavam de tripulação, canoas, remos e mantimentos fornecidos por Itu e por Porto Feliz, armazenados não só no Armazém Real, pois, dependendo do volume de cargas, era preciso alugar algumas casas para tal fim<sup>68</sup>. Em 1722, Manoel Sampaio Pacheco, informava ao capitão general de São Paulo que já havia providenciado a compra de canoas, e que tinha “segurado o dinheiro delas a seus donos”, bem como mandara “fazer os remos necessários (...) e estes a pataca cada um, que assim os costumam fazer por cá”<sup>69</sup>. Em 1733, as *liages*, que vieram do Almojarifado da vila de Santos, insuficientes para ensacar as farinhas, eram estreitas para acondicionar o feijão. A solução encontrada para aprontar uma expedição oficial era “procurar fio de algodão para se mandarem fazer algumas linhas largas, que é o que se poderá remediar cá”. Além disso, a prata enviada para fazer os pagamentos dos mantimentos e “miudezas” também era insuficiente, pois daria somente para pagar os “índios carregadores”. Provavelmente, tratasse de índios que traziam mercadorias nas costas, faltando assim recursos para os pagamentos dos moradores que forneciam farinhas<sup>70</sup>.

Aos 10 de abril de 1804, o sargento mor de Porto Feliz, Francisco Correa Manoel Leite, solicitou informações ao sargento mor da freguesia de Piracicaba, Carlos Bartolomeu Arruda, a respeito de confecções de canoas e existência de capados para prover uma monção real<sup>71</sup>. Em 12 de dezembro de 1804, o mesmo Francisco deu ordens para que “se matassem porcos e secassem; e se aprontasse, a farinha, feijão e o mais” para outra expedição<sup>72</sup>. Em 26 de abril de 1815, Francisco informava ao capital general da capitania que “as canoas [estavam] carregadas prontas sem lhes faltar coisa alguma”<sup>73</sup>.

Infelizmente, não dispomos das listas de Porto Feliz para o ano de 1804, mas na de 1803 observa-se que Antonio Ferreira e Antônio Rodrigues Campos vendiam milho, feijão e

<sup>67</sup> Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo. Volume LXVI, p. 208

<sup>68</sup> Ordenanças de Porto Feliz. AESP. Caixa 54. Pasta 1. Documento 78. Ordem 291

<sup>69</sup> Ordenanças de Itu. AESP. Caixa 55. Pasta 1. Documento 11. Ordem 292

<sup>70</sup> Ordenanças de Itu. AESP. Caixa 55. Pasta 1. Documento 85. Ordem 292

<sup>71</sup> Ordenanças de Porto Feliz. AESP. Caixa 54. Pasta 1. Documento 17. Ordem 291

<sup>72</sup> Ordenanças de Porto Feliz. AESP. Caixa 54. Pasta 1. Documento 43. Ordem 291

arroz. Jerônimo Vicente Torres plantava “para seu gasto” e vivia de “criar e vender porcos”. Além de Jerônimo, outros 12 moradores da vila venderam capados. Por sua vez, João Viegas Forte e José Rodrigues Monteiro venderam 150 e 200 alqueires de milho, respectivamente.

Além daqueles moradores, outros 26 moradores venderam parte da produção. Mesmo que se trate de vendas em poucas quantidades, deviam ter um valor significativo para quem os vendeu, merecendo inclusive o registro dos recenseadores. Lourenço Costa Siqueira informou que vendeu seis alqueires de arroz e 1 capado. Escolástica Francisca Xavier vendeu 30 alqueires de farinha de milho, 12 de feijão e 3 capados. José Rodrigues Bicudo, 10 alqueires de farinha e de feijão. Francisco Almeida e Calisto Dias venderam 20 alqueires de farinha, cada um. Carlos Pinheiro Almeida e Antonio Rodrigues Costa, 30 alqueires de farinha; João Dias, 6 de farinha e 4 de feijão; Ângelo Ortiz de Camargo vendeu 7 alqueires de farinha; Manoel Gonçalves Soares, 13 alqueires de farinha de milho; Manoel Pinheiro Almeida, 10 alqueires de milho; Maria Silva, 15 alqueires; Mariana Siqueira, João Luis, João Gonçalves Lima, Francisco José, Inácio Vicente venderam 12 alqueires de milho; Maria Silva 15 alqueires de milho, Mathias João Costa 16 alqueires de farinha, Miguel Alvares 13 alqueires de milho. Os exemplos se multiplicam.

Ao que tudo indica, mesmo pequenos produtores de mantimentos estavam envolvidos com as monções. Em 1806, Salvador Jorge Cunha, morador na vila de Itu, moveu um processo contra uma certa Águida, parda forra. Dizia Salvador que Águida lhe devia a quantia de 4\$600 réis, “procedidos de fazendas” que lhe forneceu em troca de mantimentos “para sua viagem” às minas de Cuiabá. Ainda que Águida não tenha cumprido o compromisso assumido, o fato é que pequenos produtores participavam do fornecimento de mantimentos para as expedições monçoeiras<sup>74</sup>.

Tal como as monções comerciais, as expedições de caráter oficial, também contribuíam para dinamizar a economia da vila. Uma delas, ocorrida em 1804, foi composta por 21 canoas e 139 homens. Entre o pagamento das embarcações, tripulação e mantimentos, a Coroa Real desembolsou 9:575\$727 réis.<sup>75</sup> Em uma outra expedição à Camapuam, o custo de mão de obra para o Erário Real foi de 1:353\$000, valor referente ao pagamento de “setenta

---

<sup>73</sup> Ordenanças de Porto Feliz. AESP. Caixa 54. Pasta 1. Documento 59. Ordem 291

<sup>74</sup> Juramento d’Alma. MRCL. Caixa 77. Documento 27.

<sup>75</sup> Documentos Interessantes para a História e costumes de São Paulo. Volume 94, pp. 137 e 138.

e sete praças da tripulação” e 1:700\$000 para o pagamento de “canoas, mantimentos, e o mais necessário” que na vila de Porto Feliz se comprava<sup>76</sup>.

Apesar da documentação referir-se exclusivamente à vila de Porto Feliz como o local de organização dessas expedições oficiais, em 1804 o capitão mor da vila de Itu, Vicente Taques, não pode ater-se ao conflito entre dois colonos por estar “ocupadíssimo” com “efetivas providências para os socorros de gente e víveres para a expedição do Trem para o Cuiabá”.<sup>77</sup>

Em 1800, a expedição de Cândido Xavier de Almeida e Souza partiu de Porto Feliz, levando de mantimentos 174 alqueires de farinha de milho, 6 de mandioca, 3 de arroz, 81 de feijão, 4 de milho, 6 de sal, 81 arrobas de toucinho, 6 arrobas de açúcar, 1 rez charqueada, 20 entrecosto, 30 galinhas, e 72 medidas de aguardente de cana. Para o seu transporte foram 3 canoas grandes, 1 canoa pequena de montaria, 2 batelões, um novo e um velho, 7 esgotadores, 8 remos para os pilotos, 6 remos para os contra piloto, 6 para os proeiros e 16 para os remeiros. Embora tivesse sido previsto saírem de Porto Feliz com 31 tripulantes, no dia da partida “subiu ao dobro o número dos deixaram a vila”. Toda a organização da expedição fora feita na vila de Porto Feliz. Segundo Cândido Xavier, na vila “existiam as embarcações do [seu] transporte, víveres, munições, petrechos, e gente de tripulação que se destinava para a (...) expedição”.<sup>78</sup>

Em 1813, um relatório sobre a organização de uma expedição para Camapoã informava que faltava consertar “4 canoas grandes”, fazer sacos novos para mantimentos, costurar as “baetas” para as cobertas das canoas e para as barracas dos oficiais, caixões para toucinhos e todo o “mantimento necessário para a expedição”<sup>79</sup> (Anexo 2). Ao mencionar que a expedição não poderia sair, sem que se fizesse sacos, cobertas, barracas e caixões para acondicionar mantimentos e toucinhos, novamente se constata que a vila possuía lavouras de algodão e costureiras aptas para fiar os sacos, além de outros que se ocupavam de fazer as caixas. Nas listas de 1813, certas mulheres “viviam de suas costuras”, de “fiar algodão”, de “tecer panos de algodão”. Embora seja difícil precisar quais costureiras estariam envolvidas

<sup>76</sup> Ordenanças de Porto Feliz. AESP. Caixa 54. Pasta 1. Documento [ilegível] Ordem 291

<sup>77</sup> Ordenanças de Itu. AESP. Caixa 55. Pasta 1. Documento 35. Ordem 93

<sup>78</sup> ALMEIDA E SOUZA, Cândido Xavier de. RIHGB. 1951, Volume 202, *op. cit.*, pp. 8 a 14.

com a confecção de sacos para o acondicionamento de mantimentos ou cobertas para as canoas, alusões àquelas ocupações estão presentes em todos os anos contemplados pelas listas pesquisadas, além de produtores de algodão, ainda que poucos.

Neste mesmo ano de 1818, uma dessas expedições reais estava atrasada em sua partida e só poderia sair em junho “porque os mantimentos ainda se [achavam] pelas roças e não [estavam] em tempos de se recolherem”<sup>80</sup>. Não obstante, neste mesmo ano, 12 pessoas da vila, moradoras na freguesia de Piracicaba, exportaram capados. Além de capados, esses moradores estavam todos envolvidos com a produção de mantimentos. Félix Antônio produziu 1200 alqueires de milho, 70 de feijão, 20 arrobas de algodão, além de ter 100 capados. Outros três fogos produziram entre 200 a 250 alqueires de milho, 2 entre 50 a 100 alqueires, e 3 produziram menos que 40 alqueires. Desses 12 agricultores, 7 moravam no bairro do *Rio Acima*. Esta denominação indica residência nas proximidades do Rio Tietê, e fazia parte do trajeto das canoas que rumavam a Cuiabá. Ainda em 1818, Inácio Frutuoso vivia “de vender muito mantimento”. Essa afirmativa é corroborada por sua produção, pois, com seus 19 escravos, seu fogo produziu 1200 alqueires de milho, 110 de feijão e 30 de arroz.

Inácio Frutuoso e Águida, demonstram que grandes e pequenos produtores foram estimulados pela rota das monções. Grandes ou pequenos, ainda em 1820 ao organizar uma expedição em direção ao Quartel General de Camapoã, o capitão mor de Porto Feliz informou: “o que era aqui costume aprontar é feijão, farinha de milho, toucinho, carne de porco, farinha de mandioca, aguardente da terra”<sup>81</sup>. O capitão-mor não mencionou que da vila saíam também os pilotos, proeiros e remeiros que formavam as tripulações das expedições, bem como os próprios remos e canoas.

---

<sup>79</sup> Ordenanças de Porto Feliz. AESP. Caixa 54. Pasta 1. Documento 52-B. Ordem 291. Baeta segundo Moraes e Silva era um tipo de “tecido de lã grosseiro, felpudo”.

<sup>80</sup> Ordenanças de Porto Feliz. AESP. Caixa 54. Pasta 1. Documento 77. Ordem 291.

<sup>81</sup> Ordenanças de Porto Feliz. AESP. Caixa 54, Pasta 1, Documento 79, Ordem 291. A lista nominativa de 1798 informa que dos 79 agricultores que se dedicaram à produção de açúcar, 19 venderam aguardente “na terra”.

#### 4.2) Canoas, remos, e seus construtores

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, tanto a navegação como a técnica utilizada na fabricação das canoas eram tributárias da tradição indígena. As canoas eram monóxilas, isto é, construídas a partir de um só tronco de árvore, geralmente a peroba e a ximbaúva, “devido não só ao diâmetro relativamente grande que podem atingir, como ao fato de suportarem bem a umidade”. Os troncos das árvores eram cortados geralmente nos meses que não tinham a letra “r” e durante a lua minguante, particularmente em junho e julho”. O casco media no máximo 6 centímetros, e para sua maior segurança, a canoa era bordada, isto é, coloca-se “uma faixa adicional de madeira” em suas bordas. O tamanho de uma embarcação estava subordinado “às possibilidades oferecidas pela vegetação florestal”, mas normalmente variava de “doze a treze metros de comprimento por metro e meio de boca”. O tempo para construir uma embarcação era de semanas, raramente chegava a um mês<sup>82</sup>, embora as duas canoas grandes para a expedição de Hércules Florence, já no final as monções, tenham sido construída em três meses.<sup>83</sup>

A venda de canoas contribuía para o sustento de moradores de localidades próximas ou pertencentes a Itu. A freguesia de Piracicaba, por exemplo, subordinada à Itu e, posteriormente à Porto Feliz, “só pode sustentar-se nos primeiros anos de seu estabelecimento, depois que os moradores se dedicaram a fabricar e vender canoas”, ainda que, por volta de 1812, Piracicaba já não fabricasse canoas muito grandes, visto que “não havia madeira para maiores” embarcações<sup>84</sup>. No entanto, desde fins do século XVII, os ituanos dominavam a técnica de construção de canoas. No inventário de Eufrásia de Chaves, datado de 1678, consta que seu filho, Antônio de Godoi Moreira, tinha ido a “Utú buscar canoas para o sertão”.<sup>85</sup>

No rol de exportações da vila de Porto Feliz, ao lado de açúcar, aguardente, milho, feijão, sempre figuraram canoas para o Cuiabá. A tabela abaixo apresenta anualmente o

<sup>82</sup> HOLANDA, Sérgio B. 1994, *op.cit.*, pp. 145 e 146.

<sup>83</sup> FLORENCE, Hércules, 1977, *op. cit.*, p. 19.

<sup>84</sup> HOLANDA, Sérgio B. 1994, *op.cit.*, p. 146 e Ordenanças de Porto Feliz. AESP. Caixa 54. Pasta 1. Documento ilegível Ordem 291.



número de canoas que foram exportadas de Porto Feliz para Cuiabá. Cabe enfatizar que aqui estão incluídas somente aquelas que constam nos mapas de exportação da vila. Certamente, o número de canoas produzidas excedia os montantes que constam nos mapas. Em 1808, por exemplo, o negociante Manoel de Souza seguiu para Cuiabá com 8 canoas, 1 batelão grande e outro menor e cento e dezoito remos<sup>86</sup>. Esse mesmo negociante foi para Cuiabá, em 1812, levando 7 canoas, 5 batelões e 132 remos; em 1814 seguiu com 8 canoas, 2 batelões e 100 remos. Em 1812, Salvador das Neves para lá se dirigiu com 2 canoas grandes, 1 batelão e 24 remos. Em 1826, em sua expedição ao Cuiabá, Hércules Florence, contratou “mestres construtores e operários” para lhe fazer “duas grandes canoas”<sup>87</sup>.

**Tabela 3**

**Canoas exportadas**

<b>Ano</b>	<b>Quantidade</b>
1798	24
1799	12
1800	24
1802	4
1808	8
1812	7
1814	6
1815	6
1818	8
1825	6
1828	12
1829	18

Fonte: Listas Nominativas de Porto Feliz

Embora os relatos de Hércules Florence refiram a *mestres construtores e operários*, estamos diante de uma realidade agrária, na qual a grande maioria dos moradores dedicava-se à agricultura. Assim, em Itu e Araritaguaba, entre 1766 e 1776, dentre os 2975 chefes de fogos listados com ocupação, 2093 tiveram ofícios relacionados à agricultura, 33 dos quais a combinavam com outra atividade. Por outro lado, 164 (5,5%) tinham algum membro do domicílio ligado a ocupações diretamente vinculadas às monções. Sem pretendermos descaracterizar a predominância do setor agrário, ressaltamos que os maços de população

<sup>85</sup> HOLANDA, Sérgio B. 1994, *op.cit.*, p. 231

<sup>86</sup> Listas Nominativas de Porto Feliz de 1808, 1812 e 1814. AESP.

<sup>87</sup> FLORENCE, Hercules. 1977, *op.cit.*, p. 19

tendiam a priorizar o registro de ocupações voltadas à agricultura<sup>88</sup>, em detrimento das demais. Além disso, os mapas de população contemplam o período de decadência do comércio monçoeiro.

Entre os moradores envolvidos com consertos e construção de canoas e remos está o soldado Tomé Pacheco Gonçalves. As listas nominativas apontam que Tomé Pacheco Gonçalves em 1767 era casado com Rita Pinheiro, vivia de “lavouras e [de] fazer canoas” e possuía em bens três mil cruzados (um conto e duzentos mil réis), o que fazia dele neste ano um dos nove homens mais ricos de Araritaguaba<sup>89</sup>. Evidente que não estamos dizendo que sua fortuna adveio somente da construção de canoas e que os que se dedicavam a esse ofício eram tão bem afortunados. Dentre os 404 chefes de fogos de 1767, estavam Simão Correia Estevão, que vivia como “feitor de canoas” e Pedro Vaz Campos, que vivia de “fazer canoas”. Além do ofício, tinham em comum apenas 100\$000 em bens. Não tinham bens como Tomé, mas pelo menos não se incluíam entre os 174 fogos que não possuíam *nada*.

Em 1766, em Itu, Inácio Oliveira Gil também vivia de “fazer canoas” e contava apenas 15 mil réis em bens. Neste mesmo ano, José Brito Leme, 56 anos, casado com Quitéria Silva, era outro que vivia de “fazer canoas” e tinha em bens 25\$600 réis. Uma situação que os colocava entre os 82 (31,8%) fogos de Itu que possuíam renda até 100\$000. Em um universo de 258 fogos, isto os isentava dos 116 que não tinham *nada*.

Embora nem todos os que se dedicassem a construir canoas fossem afortunados, para alguns foi possível um certo acúmulo que permitiu a aquisição de escravos. Das 23 pessoas listadas nos maços de população envolvidas com ofícios de construtores, somente 2 não tinham alguma alusão ao trabalho agrícola. A grande maioria aliava o trabalho de construção com as lides agrárias, como era de se esperar. Certamente, o produto obtido com a lavoura destinava-se à necessidade do fogo, mas alguns tinham produções significativas, e possivelmente colocavam parte dessa produção no mercado.

Em 1773, Francisco Pinto Rego que vivia de “fazer canoas”, tinha em seus bens 1 sítio pequeno e umas terras, além de dois escravos. Inácio Pinheiro Correia, 38 anos, casado com Escolástica Cardoso, vivia de “fazer canoa” e tinha umas terras de sesmaria e 7 escravos.

<sup>88</sup> MARCÍLIO, 2000, op. cit.

<sup>89</sup> Lista Nominativa de Itu. AESP. 1767.

Ainda em 1773, o soldado Roque Pinheiro, 40 anos, casado com Ana Maria, além de “fazer canoas”, vivia de “suas lavouras”, e possuía um sítio com 100 alqueires de milho e 3 escravos. Neste mesmo ano, Vicente Dias Falcão, casado com Maria Lara, vivia de fazer remos e possuía 1 sítio pequeno e 2 escravos. Em 1803 as listas nominativas descrevem Vicente Dias Falcão vivendo de “fazer canoas” e plantando “mantimentos para o seu gasto”, auxiliado por seus dois escravos e por seus 4 filhos com idades entre 15 a 18 anos. Neste ano, um dos filhos de Vicente encontrava-se em Cuiabá.

Em 1776, Inácio Pinheiro Homem, 40 anos, solteiro, vivia de fazer canoas. Entre seus bens havia 3 escravos e 1 “sítio em que lavra somente para sustentar-se”. Em 1795, Inácio foi inventariante de sua esposa, Mariana Cardoso Lima. Entre os bens do casal constava “uma morada de casas de paredes de mão, cobertas de telhas de dois lanços” e “meia légua de terras”, uma arma de fogo no valor de 3\$200 réis, 1 touro, 4 cavalos, 1 vaca com cria, e 1 junta de bois que juntos valiam 43\$800 réis, alguns utensílios e 8 escravos (nº 45).

Outro que pode ter conseguido algum tipo de pecúlio a partir de seu ofício de fabricar remos foi João Gomes Escobar. Em 1798, ele era casado com Gertrudes Maria e pai de João, Joaquina, Gertrudes e Maria. Vivia de “fazer remos para Cuiabanos”, cujo ofício lhe rendia 16\$000 anualmente; além disso, “plantava mantimentos para o seu gasto”. Em 1803, João Gomes vivia de “fazer remos para os navegantes Cuiabá” e era senhor de 1 escravo. As listas de 1808 e 1813 mencionam João Gomes apenas ligado à atividades agrárias e não listam nenhum bem. No entanto, em 1818, já viúvo, foi descrito como lavrador que produziu naquele ano 200 alqueires de milho, 8 de feijão e 7 de arroz.

Em 1798, as listas nominativas se reportam a Julião Pinto Freitas, 50 anos, casado com Isabel Antunes Maciel. Vivia de construir “canoas para vender aos cuiabanos”. Com dois escravos e a mão de obra de seus 5 filhos com idades entre 11 e 23 anos plantava “mantimentos para seu gasto”. Em 1808, Julião Pinto Freitas faleceu. No seu inventário, consta que ele possuía “terras com casa de palha sem porta nem janela”, itens que se localizavam no Bairro do Quilombo em Porto Feliz, avaliados em 12\$800. Dentre seus outros bens, havia 14\$440 em ferramentas e utensílios; 4 vacas, 1 novilha, 1 “boizinho”, 1 cavalo “velho” e 1 égua que somavam 26\$280; havia ainda 5 escravos que valiam 358\$200. Apesar de possuir 158\$035 em dívidas, seu inventário apresentou um valor líquido de 254\$145 (nº

46). É certo que não se trata de uma quantia avultada, mas é uma “pequena fortuna (...) bastante grande para a maioria da população que nem testamento ou inventário fazia por ‘não ter de quê’ ”<sup>90</sup>.

Em 1773, José Toledo Pires, além de “fazer canoas”, lavrava em terras alheias “para seu sustento”. Possuía 4 vacas com 2 crias e 5 escravos. Em 1774 as listas nominativas mostram José Toledo com uma produção de 50 alqueires de milho, 10 de feijão, além de 3 cabeças de gado e 7 escravos. Outro que vivia em situação semelhante a José Toledo Pires era João de Souza Prado. As listas nominativas de Araritaguaba para o ano de 1774 apresentam João Souza do Prado casado com Rosa Pereira, vivendo de “fazer remos” e plantando em “terras devolutas”. Embora não tivesse escravos nem filhos que o auxiliassem no trabalho na lavoura, colheu 15 alqueires de milho e 4 de feijão. Possuía ainda 1 cavalo, 10 cabeças de porcos e 10 leitões. Se somente ele e a esposa moravam no fogo, a quantidade de porcos que possuía não se destinava somente ao consumo da casa, certamente uma parte era colocada no mercado.

Talvez este fosse o caso também de José de Almeida Falcão, bem como o de Sebastião Machado de Lima. Em 1767, José de Almeida Falcão, casado com Maria Pinheiro, aparecia nas listas nominativas com bens na ordem de 600\$000 réis. Em 1776, vivia de fazer canoas, conjugando essa atividade com a de lavrador. Colheu 300 alqueires de milho, 30 de feijão, 25 de amendoim. Essa produção foi conseguida com o trabalho de 13 escravos. Neste mesmo ano de 1776, em Araritaguaba, Sebastião Machado Lima, de 71 anos, casado com Rita Prado, vivia de “fazer canoas”; possuía 12 escravos entre “velhos e rapazes” e um sítio “com escritura”, onde colhia 300 alqueires de milho, 60 de feijão, além de possuir 12 cabeças de gado. O fato de mencionar sítio “com escritura” indica que o acesso à propriedade pode ter sido conseguido pela compra, dentre outras formas possíveis. Se foi o caso, no decorrer de sua vida, Sebastião acumulou capital que o permitiu adquirir aquela propriedade.

Assim, foi possível observar que dos 23 listados com ofícios de construtores, 10 conseguiram algum acúmulo que permitiram a aquisição de escravos. Seja como for, os

---

<sup>90</sup> FARIA, Sheila de Castro. 1997, *op. cit.*, p. 62.

remos e canoas fabricados por essas pessoas eram de extrema utilidade para guias, pilotos, proeiros e remeiros que navegavam pelos rios rumo ao Cuiabá.

#### **4.3) A tripulação monçoeira: guias, proeiros e remeiros**

Ao discorrer sobre os homens que compunham as tripulações monçoeiras, Antônio da Silva Leite, capitão mor da vila de Porto Feliz, responsável pela organização de várias expedições reíunas ao Mato Grosso, afirmou: “com os vadios deste país é que se formam as tripulações das repetidas expedições que desta vila partem para o Cuiabá”. Acrescentava ainda que aquela “gente de alguma maneira [deveria] ser respeitada por sua habilidade no trabalho do rio”<sup>91</sup>.

Vadios e habilidosos, eis as percepções que muito provavelmente uma certa parcela da sociedade fazia daqueles que se dedicavam aos ofícios de pilotos, remeiros, proeiros e guias das monções. Quais seriam as razões para qualificar aqueles homens de vadios e, ao mesmo tempo, de habilidosos? No que se fundamentavam aquelas percepções? Quem eram aqueles homens que viviam das artes de navegar?

Vencer as cento e treze cachoeiras que possuíam os rios situados no percurso entre Ararituaba e Cuiabá era, segundo D. Antônio Rolim, “uma arte (...) maior do que se representa à primeira vista”. A execução dessa arte narrada pelo conde de Azambuja era feita pela tripulação encarregada da navegação ao Cuiabá: pilotos, também chamados de guias ou práticos, proeiros e remeiros. O sucesso ou não das expedições monçoeiras começava pela própria escolha da tripulação. Os mais precavidos preferiam colocar “pilotos em lugar de remeiros”.<sup>92</sup> Obviamente, uma razão estava por trás desta escolha.

Havia uma hierarquia de funções entre os componentes da tripulação. O guia possuía estatuto superior, era tido como “um homem dos mais práticos, e inteligentes”, a quem todos obedeciam<sup>93</sup>. Era quem estava a frete da expedição, ordenava os trabalhos, as horas de saída, pouso e comida, as cargas que se devia tirar nas cachoeiras, dirigia, “nos lugares perigosos,

<sup>91</sup> Ordenanças de Porto Feliz. AESP, Cx. 54. Pasta 2. Documento 15. Ordem 291

<sup>92</sup> ROLIM, D. Antonio. In TAUNAY, 1981, *op. cit.*, p. 200

<sup>93</sup> JUZARTE, Theotônio José. In: TAUNAY, 1981, *op. cit.*, p. 235

as canoas maiores” e dava “as convenientes direções para as outras”<sup>94</sup>. Em alguns trechos do percurso a habilidade e a experiência do piloto eram recursos fundamentais para a expedição. Em certas cachoeiras, por exemplo, um viajante anônimo informa que “as canoas corriam mais que o pensamento”, e o seu manejo tinha que ser feito com muita segurança, o que pedia um “piloto esperto”<sup>95</sup>. Dessa forma, para o sucesso de uma expedição, aconselhava-se sempre o embarque de “bons pilotos e proeiros”<sup>96</sup>, como o da monção de Diogo Ordonhes que era “muito prudente, e sabido no seu ofício”<sup>97</sup>.

Os proeiros eram responsáveis pela guarda da chave do caixão “das carnes salgadas e das frasqueiras”<sup>98</sup>, onde também se guardava as aguardentes. De proeiros e pilotos exigia-se destreza e experiência. Remeiros, por sua vez, bastava que estivessem “acostumados a remar e fossem cientes das manobras de canoa em geral”<sup>99</sup>.

A tripulação e cargas ocupavam lugares específicos nas embarcações. As cargas iam na parte central da embarcação. Na proa, remeiros e proeiros e, na popa, pilotos<sup>100</sup> e passageiros<sup>101</sup>. A técnica da navegação adotada nas monções conservou a tradição indígena e era da seguinte forma: todos remavam em pé e ao mesmo tempo<sup>102</sup>. Na proa, o proeiro tinha a obrigação de “continuamente de meter o remo na água [e] dar uma pancada com o calcanhar”. O estrondo servia de compasso para que todos ao mesmo tempo metessem os remos na água, e com força igual e ininterrupta, todos os mais das outras canoas faziam o mesmo, o que provocava “uma bulha surda, e continuada”<sup>103</sup>. Além do trabalho específico nos rios, “em certos lugares a tripulação era forçada a passar por terra, arrastando as canoas ou guindando-as em cordas” e, nas cachoeiras médias ou menores, embora os barcos ficassem no rio, era “preciso aliviá-los da carga e dos passageiros”<sup>104</sup>.

<sup>94</sup> LEVERGER, Augusto. RIHGB. Volume 247, 1960, *op.cit.*, pp. 364-365 e 366.

<sup>95</sup> Notícia 8ª Prática, In TAUNAY, 1981, *op. cit.*, p. 170 e 176.

<sup>96</sup> Notícia 8ª Prática. In TAUNAY, 1981, *op. cit.*, p. 188

<sup>97</sup> Carta de um passageiro de monção (1785), In Taunay, 1981, *op. cit.*, p. 220.

<sup>98</sup> ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. 1944, *op. cit.*, pp. 93e 94.

<sup>99</sup> LEVERGER, Augusto. RIHGB. Volume 247, 1960, *op.cit.*, p. 365

<sup>100</sup> JUZARTE, Theotônio José. In: TAUNAY, 1981, *op. cit.*, p. 234

<sup>101</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1990, *op. cit.*, p. 75

<sup>102</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1994, *op. cit.*, p. 146

<sup>103</sup> JUZARTE, Theotônio José. In: TAUNAY, 1981, *op. cit.*, p. 235

<sup>104</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de. 1994, *op. cit.*, pp. 146 e 147.

Navegava-se “das oito da manhã até as cinco da tarde pela razão das muitas neblinas que encobrem os perigos destes rios”, que as dissipavam somente ao meio dia<sup>105</sup>. No final da tarde, após encerrarem-se os trabalhos de navegação, outras tarefas eram destinadas aos remadores, como os preparativos para o pouso e o jantar. Enquanto uns cortavam árvores e limpavam o terreno onde seria montado o pouso, outros “buscavam lenha seca para acenderem fogo”, e tratavam de amarrar as barracas e suspender as redes de dormir<sup>106</sup>.

Pelos relatos, foi possível observar que para fazer parte da tripulação de uma expedição monçoeira, mais do que se considerava coragem, eram necessários força física, conhecimento de técnicas de navegação, do trajeto a ser percorrido, o que, certamente, demandava aprendizagem e experiência. Pressupunha, enfim, o domínio de um saber especializado. Por isso, D. Antônio Rolim, classificou a navegação no caminho das monções como uma arte, enquanto o capitão mor Antônio da Silva Leite enfatizou a habilidade dos homens que dominavam técnicas e saberes. Deste modo, percebe-se que contemporâneos à monções valorizavam, até certo ponto, o trabalho de remeiros, proeiros, pilotos, dentre outros que se lançavam rumo ao Cuiabá.

Todavia, uma parcela da sociedade setecentista e oitocentista, bem como historiadores de séculos posteriores, classificava aqueles que se ocuparam dos ofícios monçoeiros, como vadios, ou “desafeitos ao trabalho e à ordem – vagabundos e criminosos”, parte de um conjunto “cuja harmonia só a ameaça de castigos corporais conseguia manter”<sup>107</sup>.

Em sua expedição, Hércules Florence afirmou ter tido muitas dificuldades para fazer embarcar seus remadores. A razão é que alguns “não queriam deixar os parentes ou amigos” que haviam ido ao Porto Geral para despedidas. Tais fatores ocasionavam inúmeros atrasos na partida, segundo o viajante. A considerar as dificuldades e os perigos que envolviam aquelas viagens e os cerca de sete a oito meses entre ida e volta, aquelas delongas nas despedidas eram perfeitamente compreensíveis. Certamente o naturalista foi insensível aos sentimentos familiares dos tripulantes.

---

<sup>105</sup> JUZARTE, Theotônio José. In: TAUNAY, 1981, *op. cit.*, p. 235

<sup>106</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. 1976, *op. cit.*, pp. 34 e 35

<sup>107</sup> NÓBREGA. Melo, 1981, p.116.

Outra razão para os atrasos é que ao receberem a metade do dinheiro a que teriam direito pela expedição, alguns remadores gastariam tudo com bebidas e mulheres. Na hora do embarque “uns estavam completamente embriagados”. Assevera o naturalista a respeito daquela “gente”: “a fazer-lhes a vontade, num momento atirariam fora todo o pagamento da viagem”. Outros remeiros e proeiros ao chegarem a Cuiabá “em poucos dias despendem o resto do dinheiro”, muitos até voltam por “terra a pedir esmolas pelo caminho”<sup>108</sup>. Difícil saber como o viajante encontrou base para tamanha generalização, já que era a primeira e única vez que viajava na rota das monções, contrariando suas próprias palavras, pois, afinal, como sabia que *voltavam a pé* se não retornou com eles e tampouco comentou que encontrou pedestres nas margens dos rios? Certamente, ouviu alguém dizer ou suas observações estão carregadas de juízos de valor, que atribuem características pejorativas a remeiros e proeiros.

Anos antes de Florence, em 1784, comerciantes se queixavam de “alguns camaradas para pilotos, proeiros e remeiros de suas canoas (...) [que] depois de receberem toda a paga ou parte dela costumam fugir nas vésperas da saída [e] outros deixam de dar cumprimento aos ajustes, causando lhes (...) notável prejuízo”. Insistentemente, solicitavam ao capitão mor Vicente da Costa Taques e Aranha que, sob “pena de prisão”, fizesse os camaradas irem “ao Porto de Araritaguba”, obrigando-os a cumprirem os seus ajustes. O capitão mor acreditava que alguma providência deveria ser tomada por considerar aquele comércio de utilidade do Real Erário. No entanto, alegava que a providência não seria apenas como os comerciantes queriam, sob *pena de prisão*. O que se poderia fazer era obrigar os que tivessem recebido toda a paga, ou parte dela, a dar cumprimentos aos ajustes, inclusive os que quisessem devolver a quantia recebida. Deveria argumentar que os comerciantes não teriam “tempo de procurar outros camaradas” e que a “a menor demora” no embarque era muito prejudicial aos negócios<sup>109</sup>.

Em alguns episódios, nota-se que toda a tripulação não era tratada da mesma forma. Pela quantidade de cachoeiras existentes no caminho, ocorriam muitas perdas de canoas. Em 1810, numa expedição reiúna, uma das canoas foi alagada. Em 01 de setembro, o

---

<sup>108</sup> FLORENCE, Hercules, 1977, *op. cit.*, p. 33

<sup>109</sup> Ordenanças de Itu. AESP. Caixa 55. Pasta 1. Documento 35. Ordem 292.



comandante da expedição, o sargento mor engenheiro, Antônio Teixeira Cabral, escreveu do Quartel de Camapoã ao capitão mor da vila de Porto Feliz, responsável pela organização daquela frota, responsabilizando o guia da expedição, José de Arruda Botelho, pelo episódio, uma vez que ele havia metido a canoa na cachoeira “contra o parecer do piloto”. Em virtude das perdas, exigia que fossem suspensos os soldos, e a pessoa do “dito guia até a liquidação da avaria”<sup>110</sup>.

Antes mesmo de Antônio Teixeira Cabral escrever a carta, o tenente dos Dragões de Mato Grosso, Antônio Maria da Silva Torres, em 29 de agosto, enviou uma carta ao mesmo capitão mor, já lhe precavendo de que se aparecesse alguma “representação contra os camaradas” que não lhe desse “logo inteiro crédito”, pois deveria se informar. A respeito dos camaradas, assegurava o tenente que não podia “haver melhor gente, nem tão obediente a todos os superiores”. Finaliza a correspondência reafirmando enfaticamente a importância de o capitão mor se informar a respeito do caso, e não se ater “cegamente a paixões particulares”<sup>111</sup>.

Não sabemos qual o motivo do tenente em defender com tamanha ênfase o guia. Pode ser que tivesse alguma desavença com o próprio sargento mor engenheiro, ou talvez acreditasse realmente que o guia não tivesse qualquer culpa no ocorrido. Porém, apesar de quaisquer *paixões particulares*, o fato é que o capitão mor de Porto Feliz isentou José de Arruda Botelho de culpa, asseverando que “o dito guia é há muito mestre do caminho e zeloso nos perigos pois que já viajou comigo nesta ocupação”<sup>112</sup>. Também não sabemos o que levou o capitão mor a isentá-lo, como fez o tenente. Talvez não tivesse qualquer culpa no episódio. No entanto, um *detalhe* talvez faça a diferença no caso do guia José de Arruda Botelho. No censo de 1813, foi descrito como *branco* e era “piloto no caminho do Cuiabá”.

A partir de 1798, as listas nominativas passam a indicar a cor dos moradores de Itu e Ararituaguaba. Em relação aqueles que faziam parte das tripulações (guias, pilotos, remeiros, proeiros, mareantes, navegantes etc.), nota-se que a maior parte deles era formada por *pardos* (Tabela 4)

<sup>110</sup> Ordenanças de Porto Feliz. AESP. Caixa 54. Pasta 1. Documento 38B. Ordem 291.

<sup>111</sup> Ordenanças de Porto Feliz. AESP. Caixa 54. Pasta 1. Documento 38C. Ordem 291.

<sup>112</sup> Ordenanças de Porto Feliz. AESP. Caixa 54. Pasta 1. Documento 38. Ordem 291.

Tabela 4

## Tripulação e condição social. Porto Feliz (1798-1829)

Ano	Branco		Pardo		Negro		Não informa		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1798	0	0,0	19	73,1	1	3,8	6	23,1	26	100,0
1803	10	27,0	26	70,3	1	2,7	0	0,0	37	100,0
1808	9	23,7	28	73,7	1	2,6	0	0,0	38	100,0
1813	4	22,2	14	77,8	0	0,0	0	0,0	18	100,0
1818	1	11,1	7	77,8	1	11,1	0	0,0	9	100,0
1824	2	12,5	11	68,8	3	18,8	0	0,0	16	100,0
1829	3	17,6	14	82,4	0	0,0	0	0,0	17	100,0
<b>Total</b>	29	18,0	119	73,9	7	4,3	6	3,7	161	100,0

Fonte: Listas Nominativas de Porto Feliz - AESP

Dessa forma, é possível perceber que 73,9% dos tripulantes monçoeiros eram pardos, 4,3% negros e 18% brancos. O que significava ser *pardo* na sociedade colonial? Mais do que a simples aparência da tez, segundo Sheila de Castro Faria significava situar-se “a meio caminho entre a certeza da liberdade e o comprometimento com algum antepassado escravo”, expressando pois uma condição social, estigmatizada. Pardos, livres e forros nunca deixavam de ter lembrada a sua origem escrava. Havia adjetivos pejorativos para aqueles que se situavam entre o “senhores e escravos”, tais como *vadios*, como disse o capitão mor de Porto Feliz, expressando percepções de grupos dominantes no período escravista a respeito daqueles homens. Segundo Sheila Faria, historiadores também os classificaram como “marginais”, “desclassificados”, ou componentes do “mundo da desordem”. Porém, eram “mão de obra potencial ou adequados e subjugados ao poder de mando dos ‘homens bons’” e, quando “livres e autônomos, significavam ameaça à ordem que se queria impor”. Por isso, a exigência feita ao capitão mor da vila de Itu, Vicente Taques, obrigando, sob “pena de prisão”, os camaradas a cumprirem os ajustes feitos com os comerciantes. Era o que Castro Faria chamou de “aprendizado da obediência e da sujeição”<sup>113</sup>.

Mas não apenas o capitão mor e o viajante Florence desqualificaram os tripulantes das monções. Já se afirmou que eram “criados na ociosidade e inadaptáveis à disciplina

<sup>113</sup> FARIA, Sheila de Castro. de. 1998, *op. cit.*, pp. 103, 108 e 109.

rígida” que o trabalho monçoeiro exigia<sup>114</sup>. Isto difere de alguns casos observados nesta pesquisa. Perseguindo trajetórias de algumas pessoas que viviam da “navegação do caminho do Cuiabá”, de “mareante do caminho do Cuiabá”, de “piloto do caminho do Cuiabá”, de “guia do Cuiabá”, de “proeiro” e de “remeiro”, foi possível perceber a constância delas no exercício de seus ofícios.

Em 1798, Ângelo de Góes, pardo, 30 anos, pai de Francisco e Ana Maria e casado com Perpétua Pinto, parda, dizia “viver de trabalhar na navegação do Cuiabá”. Em 1803, Ângelo Góes, pardo, 41 anos, pai de Francisco e Ana e casado com Perpétua Pinto, parda, afirmava viver da “navegação do caminho do Cuiabá”. Em 1808, cinco anos depois, novamente é listado um Ângelo Góes, pardo, 46 anos, casado com Perpétua Pinto, parda, vivendo da “mareação no caminho do Cuiabá”. Em 1813, vivendo do “caminho do Cuiabá”, estava Ângelo Góes, pardo, 51 anos, casado com Perpétua Pinto. Isso significa que permaneceu na atividade pelo menos durante 15 anos.

Em 1798, nas listas nominativas de Porto Feliz, Agostinho Ferras, pardo, 44 anos, casado com Maria Rodrigues, parda, foi designado vivendo “com plantação” e “de jornal no Caminho de Cuiabá”. Sua renda anual era de 31\$000. Em 1803, Agostinho Ferras, pardo, natural de Porto Feliz, 42 anos, continuava casado com Maria Rodrigues, parda. Na ocasião, Agostinho vivia de “navegação no caminho de Cuiabá”. Em 1808, Agostinho Ferras, pardo, casado com Maria Rodrigues, parda, ainda realizava seu trabalho na Rota das Monções, pois vivia de “mareação no caminho de Cuiabá”. Sendo a mesma pessoa mencionada nos 3 censos, Agostinho permaneceu pelo menos por 20 anos na rota das monções.

Antônio Lopes, pardo, atuou na rota das monções de 1808 a 1829. Bento Nobre atuou de 1798 a 1813; Bento Teixeira, de 1803 a 1824; João Cardoso, de 1803 a 1818; Joaquim Moreira Silva, de 1798 a 1808; Nicário Pinheiro, de 1803 a 1818; Pedro Leme Silva permaneceu na rota das monções de 1798 a 1818. Outros exemplos poderiam ser relatados, mas o que importa é enfatizar que esses homens nada tinham de *vadios* ou *ociosos*, eram, sim, trabalhadores, que exerciam ofícios que exigiam o domínio de técnicas e saberes.

---

<sup>114</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. 1990, *op. cit.*, p. 68.

Nas ordenanças de Porto Feliz, eram constantes as reclamações de que camaradas, chegando ao Cuiabá, desertavam, não mais voltando com a expedição. Ou, como vimos, de que os camaradas recebiam o pagamento, ou parte dele, para realizar a referida viagem e não cumpriam o acerto. Embora alguns camaradas optassem por não regressar a Porto Feliz, ficando em Cuiabá, em Mato Grosso, ou mesmo andando na rota do Caminho de Cuiabá para o Pará<sup>115</sup>, outros comportamentos também estavam presentes entre os que viviam do caminho do Cuiabá. A maior parte dos tripulantes tinha família em Porto Feliz, e voltava para o seio da mesma quando do retorno das expedições. Nas listas, dentre os 162 tripulantes, apenas 4 eram solteiros, e os demais eram casados ou viúvos.

Difícil saber quanto era pago à tripulação pelas viagens à Cuiabá, já que, certamente, no decorrer do período monçoeiro, houve variações no valor pago, bem como para cada tipo de função. Mas há alguns indícios. Em 1726, a expedição de Rodrigo César de Menezes pagou 115\$000 a Miguel Cardoso, 100\$000 a João Pedroso, 100\$000 a José Alvares<sup>116</sup> etc. Em 1766, estes valores os excluíam da faixa dos que possuíam *nada*.

Em 1826, Hércules Florence, ao referir-se ao pagamento da tripulação, informou que aqueles “pobres coitados empenham os seus serviços para tão penoso lidar por 20 francos mensais, além de alguma roupa grosseira”, já que era somente “o espírito aventureiro” que os impelia a “contratos dessa natureza”<sup>117</sup>. Tempos depois, em 1830, Leverger informou que os salários da tripulação eram 200 a 240 réis para os pilotos e proeiros, 160 réis para o contra piloto, e 120 a 140 réis para os remeiros. Todavia, Leverger não especifica se esses valores eram pago diariamente, semanalmente etc., apenas não entendia porque os tripulantes se sujeitavam a tão “mesquinha retribuição”<sup>118</sup>.

Difícil de acreditar que somente o “espírito aventureiro” estimulasse esses homens a lançar-se nas monções, como relatou Hércules Florence, e que se sujeitavam por *mesquinha retribuição*. Algum ganho material deveriam ter. Até mesmo porque algumas pessoas viviam do “jornal de seus escravos no caminho do Cuiabá”, como o soldado de cavalaria Francisco Rodrigues que, em 1803, colocou seus três escravos nesta função, bem como a viúva

<sup>115</sup> Ordenanças de Porto Feliz. AESP. Caixa 54. Pasta 1. Documento [ilegível] Ordem 291.

<sup>116</sup> Documentos Interessantes para a História e costumes de São Paulo. Volume XIII. P.. 143

<sup>117</sup> FLORENCE, Hercules. 1977, *op. cit.*, p. 33

Bernarda de Lara que, neste mesmo ano, vivia do “jornal do seu mulato no caminho de Cuiabá”<sup>119</sup>.

Não obstante as dificuldades para saber o quanto rendiam os ofícios ligados às atividades do rio, é possível, rasteando outras informações, detectar que, como aos que se dedicavam a construir ou consertar canoas e remos, aquelas ocupações permitiram o acúmulo de algum pecúlio. Entre 161 tripulantes, 32 (19,9%) entraram no seletto mundo dos proprietários de escravos, cujas escravarias variaram entre 1 e 7, metade com apenas um cativo.

Em 1767 o piloto Antônio Pinto do Prado, 36 anos, casado com Maria Antunes, possuía *nada*. No decorrer de sete anos, seu ofício deve ter contribuído para o acúmulo de bens, já que em 1774 possuía um sítio com 100 braças de terras de testada e meia légua de sertão, onde colhia 16 alqueires de milho e 4 de feijão. Contava ainda com trabalho de uma escrava. Conforme Carlos Bacellar, ao analisar pequenos proprietários de escravos na vila de Sorocaba, a aquisição de 1 a 5 cinco escravos e a entrada “no reduzido elenco dos proprietários de mão de obra escrava” significavam que indivíduos “em um dado momento de suas vidas, teriam acumulado reservas suficientes para efetuarem aquilo que, à primeira vista, seria um investimento pesado para suas restritas condições de vida.”<sup>120</sup>. As expedições para o Cuiabá duravam em média 5 meses para ir e dois na viagem de volta. Se Antônio participasse de apenas uma expedição por ano, em alguns meses poderia dedicar-se aos trabalhos da terra, juntamente com sua esposa, sua filha e sua escrava, o que certamente resultaria numa produção que satisfizesse ao menos suas necessidades de subsistência.

Portanto, os tripulantes que iam para o Cuiabá, muito além do *espírito aventureiro* e de se sujeitarem-se a uma *mesquinha retribuição*, conseguiram, através de seus ofícios, ganhos materiais. Ademais, devido a sazonalidade das atividades monçoeiras, diversificavam suas ocupações, aliando a navegação nos rios com fainas agrícolas. A 9 de outubro de 1820, os membros de uma tripulação, que acabara de retornar a Porto Feliz, encontraram “suas casas desprovidas de mantimentos por se acharem fora no tempo próprio

<sup>118</sup> LEVERGER, Augusto. RIHGB. Volume 247, 1960, *op. cit.* p. 365; Leverger fornece os valores em vintém e em pataca. Acerca da conversão, cf. SIMONSEN, 1937, Tomo II, *op.cit.*, pp. 347-348

<sup>119</sup> Lista Nominativa de Porto Feliz, 1803.

de plantar”. Em função disso, uma outra expedição não podia sair ao gosto do capitão general da capitania, uma vez que os camaradas tinham de “cuidar de suas roças”<sup>121</sup>.

Vinte e quatro tripulantes possuíam sítio, quatro plantavam em “terras devolutas”. Em 1774, Francisco Brito, 30 anos, casado com Ana Cardoso, vivia de “pilotar canoas”, tinha 12 alqueires de milho e 2 de feijão, produzidos com o auxílio de seu único escravo, já que não podia contar com o trabalho de seus três filhos, com idades entre 1 a 7 anos. Diferentemente, João Ribeiro, 60 anos, também piloto de canoas, casado com Luciana Pinto, produziu com o auxílio de seus três filhos, Gabriel, de 20 anos, Felipa, de 18, e Rita de, 12 anos, 28 alqueires de milho e 8 de feijão.

Ainda no ano de 1774, Francisco Gonçalves de Brito, piloto de canoas, casado com Rosa Cardoza, possuía um “sítio com trezentas braças de terras de testada com meia légua de sertão” e produziu 25 alqueires de milho e 5 de feijão. Apesar de contar com 1 único filho com idade produtiva, em seu fogo viviam 4 agregados todos em idade produtiva, além de 2 escravos. É bem possível que Francisco ainda atuasse como um pequeno pecuarista, pois em 1773 contava com 40 cabeças de gado.

Em 1767, o piloto Bonifácio da Rocha não tinha bem algum, mas em 1774 colheu 30 alqueires de milho, 5 de feijão e era proprietário de 4 escravos.

Em 1798 as listas nominativas apontam Lázaro Campos, pardo, 50 anos, proeiro do caminho do Cuiabá casado com Cristina do Prado, 47 anos, parda. Além do ofício de proeiro, Lázaro, juntamente com sua esposa e a mão de obra de seus três filhos Romualdo, 25 anos, Francisco, 20 e Bento 12, colheram 50 alqueires de milho, 10 feijão e 10 arrobas de algodão. Parte dessa produção venderam “para a terra”. Em 1818, Antônio Pedroso, pardo, 64 anos, casado com Francisca de Arruda, parda, 56 anos que relatava ser “navegante para Cuiabá” produziu 40 alqueires de milho e 10 de feijão. Para isso contou com a mão de obra de um agregado.

Dentre os pilotos que afirmavam possuir um “sítio pequeno” estava José Gonçalves Vieira. Em 1774 José estava com 40 anos e era casado com Antonia Gurgel, 28 anos. Afirmava possuir “um pequeno sítio com que planta para seu sustento”. Neste domicílio

---

<sup>120</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. “A escravidão miúda em São Paulo Colonial” In: Brasil: colonização e escravidão. Org.: Maria Beatriz Nizza da Silva. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 241 e 243

<sup>121</sup> Ordenanças de Porto Feliz. AESP. Caixa 54. Pasta 2. Documento 23. Ordem 291.

além do casal e de sua filha Maria de 10 anos, vivia uma cunhada de José, Teresa de 16 anos e 2 escravos. Ainda que não vendesse parte da produção obtida em seu ‘pequeno sítio’ ao menos produzia seus alimentos, o que contribuía para sua sobrevivência.

Assim feito os construtores de remos e canoas, a alguns dos que trabalhavam como tripulantes das monções também foi possível conseguir algum pecúlio com seu ofício.

#### **4.4) O comércio das monções e seus beneficiários**

Em 1722, no registro da *paragem* do Rio Grande, Inácio de Almeida Lara pagou quintos reais no valor de 225 oitavas e meia de ouro atinentes a *cargas vivas*, as quais poderiam ser escravos ou gado. Além dele, mais dez ituanos estavam se dirigindo ao Cuiabá<sup>122</sup>. Como ele, moradores de Itu e Ararituaba tinham diversos modos de atuar na rota das monções, comerciando diretamente, servindo como intermediários de outras praças mercantis ou como atravessadores. Ademais, o envolvimento da vila com a rota Ararituaba-Cuiabá também como observamos estava no fornecimento de gêneros alimentícios e mão de obra, necessários ao empreendimento. Desse modo, analisar o comércio da rota fluvial Ararituaba-Cuiabá, que se constituiu, na feliz expressão de Sérgio Buarque de Holanda, em verdadeiras “estradas móveis”, permite perceber seu impacto sobre a economia ituana.

Ao longo do século XVIII, a penetração do povoamento dos sertões exigiu a abertura de novas rotas comerciais, sendo que o descobrimento do ouro impulsionou este processo<sup>123</sup>. Quando do abastecimento de populações nos novos povoados, ao menos no período de sua formação, era possível um escoamento de parte da produção agrária de Itu, o que estimulava a produção de gêneros alimentares para o mercado, sem mencionar os produtos destinados a alimentação dos passageiros e das tripulações das expedições. Porém, a Coroa também era amplamente beneficiada com as atividades comerciais, já que a ela foi possível ter um maior controle das fronteiras, através do povoamento de áreas limítrofes, ou seja, à Coroa, a

---

<sup>122</sup> O Padre André dos Santos pagou no registro 45 oitavas e meia de ouro; Manoel Dias Leme 50 oitavas e meia; Gaspar Gonçalves Ribeiro 139 e meia; os capitães João de Freitas, João Homem e Ignácio de Almeida Lara pagaram respectivamente 191, 23 e meia e 225 oitavas e meia de ouro. Manoel Lopes Ferreira desembolsou a importância de 222 oitavas e meia de ouro; João de Castro 20 oitavas; Pedro Alvares Bezerra 30; Manoel dos Santos Coimbra 11 e João Brito Rodrigues 20 oitavas de ouro. Documentos Interessantes, Volume XX, pp. 303 e .304.

<sup>123</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. 1999, op. cit., p. 18

expansão rumo aos *sertões*, permitiu manter e/ou ampliar seus domínios. Ademais, as novas rotas que se abriram propiciaram-lhe a cobrança de impostos, como “os direitos de alfândega, entradas nas capitâneas, passagens dos rios caudalosos, sobre o capim ingerido pelos animais ao longo das estradas, subsídio literário que financiou o ensino laico, diversos subsídios voluntários etc.”<sup>124</sup> Portanto, os interesses da Metrópole e de negociantes podem não ter sido excludentes, mesmo que conflitos ocorressem<sup>125</sup>. Na *Representação*, em momento algum, os autores puseram em dúvida que seus interesses seriam opostos aos da Coroa. Antes, o remédio propiciado pelo comércio devia também favorecer a arrecadação de impostos, *nos rios e registros*.<sup>126</sup>

#### **4.5) A arrecadação de impostos e as fronteiras**

Várias são as correspondências das autoridades no tocante ao estabelecimento de registros com o intuito de cobrar impostos sobre mercadorias que entrassem nas minas do Cuiabá. Em 1722, com a “certeza de serem permanentes e úteis as novas Minas de Cuiabá”, o governador Rodrigo César de Menezes mandou escolher a paragem “mais conveniente para nela fazer carta de registro”. A partir de informações coletadas junto a “práticos”, no Rio Grande foi escolhido o local, no “qual precisamente hão de desembarcar e embarcar todos os que forem e vierem”<sup>127</sup>.

A 10 de junho de 1725, o governador, correspondendo-se com João Antunes Maciel e Fernando Dias Falcão, respectivamente ocupando os postos de superintendente e capitão mor regente das minas do Cuiabá, determinou novamente o estabelecimento de uma Casa de Registro, para que se cobrasse impostos sobre escravos e cargas enviados para Cuiabá. Estariam excluídos das cobranças apenas as cargas que os viajantes levavam para consumo na viagem<sup>128</sup>.

<sup>124</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto e FURTADO, Júnia Ferreira. “Comerciantes, Tratantes e Mascates”. In: *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Org. Mary del Priori. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 111.

<sup>125</sup> Trata-se, portanto, do aprendizado da colonização, no qual interesses de colonos e da metrópole devem coincidir, cf. Capítulo 1 de ALENCASTRO, Luis Felipe de. 2000, *op. cit.*

<sup>126</sup> A propósito, em relatos de governadores da capitania paulista era constante a ênfase dada ao comércio colonial ; cf. capítulo 1.

<sup>127</sup> Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo, Volume XXXII, pp. 25 e 26.

<sup>128</sup> Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo, Volume XX, pp. 170 e 171.



O registro do Rio Grande e o de Cuiabá não foram os únicos em que a Coroa tentou instalar registros para a cobranças de impostos que lhe eram devidos. Em 1724, Rodrigo César de Menezes determinou que se arrecadasse a cobrança dos quintos do ouro na vila de Itu, “por ser principal paragem donde desembarcam as pessoas que vêm das ditas minas [do Cuiabá]”.<sup>129</sup>

Em agosto 1732, o coronel de Itu, João de Mello Rego, enviou uma carta ao secretário do governador, Gervásio Leite Rebello, mencionando que, além de coronel, ocupava o cargo de provedor do Registro<sup>130</sup>. Na mesma carta, o coronel disse que não queria mais ocupar o cargo de Provedor do Registro, alegando para isto alguns motivos. Afirmou que estava com problemas particulares, “grande moléstia de minha pessoa e de toda a minha casa, faltando a obrigação dela”, que atrapalhavam suas atividades, já que sua permanência no registro impedia que cuidasse de seus próprios negócios e lavouras. Enfatizou que estava “diminuto de negros” para ajudá-lo nesta tarefa e, por isso, pedia ao governador da capitania o envio “ao menos de quatro índios para ajuda do trabalho daquele lugar”, além de uma “ajuda de custo”, pois era ele quem custeava o registro. Também argumentou que o ouro vindo do Cuiabá já chegava quintado em Ararituaguaba, e para se tomar conhecimento do embarque das canoas vindas do Cuiabá devia-se somente assentar “o registro na última povoação de Ararituaguaba”. Nesta povoação se encontrava a roça de João Pereira Timudo, que se incumbiria de intimar a “todos para que viessem ao porto de Ararituaguaba para registrar o ouro”, apesar de o ouro já sair quintado do Cuiabá. De qualquer forma, não queria deixar o registro onde estava devido ao “grande risco e desconforto [incômodo] que causa o ir rio abaixo”, afirmava o coronel<sup>131</sup>.

João de Melo Rego não conseguiu isentar-se imediatamente dos encargos do registro, pois em setembro de 1732, afirmou que iria para o bairro de Ararituaguaba, a fim de “assentar o registro na paragem mais conveniente para o Real Serviço e segurança da Real Fazenda”. No que tange ao ouro, queria saber se deveria solicitar aos que passavam a guia que

---

<sup>129</sup> Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo, Volume XIII, pp. 35 e 36.

<sup>130</sup> João de Mello Rego era Coronel do Regimento dos Auxiliares tanto da Vila de Itu como de Sorocaba. Documentos Interessantes, Volume XXVII, pp. 114-115

<sup>131</sup> Ordenanças de Itu. AESP. Pasta no. 1. Documento no. 57 Ordem 292

informava ter sido o ouro quintado em Cuiabá, como se fazia no tempo em que Caldeira Pimentel era Governador da capitania de São Paulo<sup>132</sup>.

Porém, ao que tudo indica, o registro em Ararituaba não vingou. Uma das razões foi o fato de o coronel não querer o controle do registro por não lhe ser conveniente. Ademais, muitos saíam de Cuiabá com o ouro já quintado, e a abertura do caminho terrestre ligando Goiás ao Cuiabá, por volta de 1736<sup>133</sup>, significasse a saída e entrada de gente e mercadorias por outras vias, diminuindo o fluxo de pessoas e de ouro em Ararituaba, bem como a cobrança de impostos em seu porto. Na carta de setembro de 1732, João de Mello Rego afirmou que o registro de Ararituaba não era como o registro de ouro das “Minas Gerais”, já que neste último todos os dias passavam pessoas “em muitas quantidades”, dando assim “boa conveniência”, ao passo que no de Ararituaba só apresentava grande movimentação em períodos de monção, ou seja, a arrecadação seria menor, já que as monções eram anuais<sup>134</sup>. Talvez por isso o coronel tenha reiterado o pedido para isentar-se da responsabilidade.

Em 4 outubro de 1736, o coronel João de Mello Rego, ainda responsável pelo registro, pedia novamente para ser dispensado de seu cargo, pois não podia “sustentar o emprego” por se ver “mui caído e de presente sem ter negros”. Acrescentava que mandou “uns poucos negros” que o acompanhavam para o Cuiabá, juntamente com seu filho, para conduzir umas bestas<sup>135</sup>. A sua insistência em se isentar dos encargos do registro nos levou a suspeitar de suas alegações, sobretudo as referentes a “poucos negros”. O coronel João de Melo e Rego, signatário das cartas, dever ser o mesmo arrolado na *Relação das quantias oferecidas pelos moradores do bairro de Ararituaba* e demais bairros de Itu, atinente ao ano de 1728. Neste ano, ele contava com a mão de obra de 20 cativos, o que o colocava na faixa dos 21% dos escravistas que detinham cerca de 60% da mão de obra escrava. Certamente, não devemos afirmar, categoricamente, que o coronel estivesse mentindo, pois é possível que ele tivesse dando prioridade ao uso de sua mão de obra cativa em outras

---

<sup>132</sup> Ordenanças de Itu. AESP. Pasta no. 1. Documento no. 60. Ordem 292

<sup>133</sup> LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente Oeste de colonização*. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 1982, p. 19; D'ALINCOURT, Luis. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1975, p. 15.

<sup>134</sup> Ordenanças de Itu. AESP, Pasta. 1, Documento 60, Ordem 292

<sup>135</sup> Ordenanças de Itu. AESP. Caixa 55. Pasta. 2. Documento 2. Ordem 292

atividades, ao invés de se dedicar prioritariamente à arrecadação de impostos. Além disso, trata-se dos anos nos quais se deu a contenda entre colonos e o governador a respeito da guerra contra os Paiaguá.<sup>136</sup>

Em meio a seus pedidos de isenção do cargo de Provedor do Registro, na carta ao *Ex<sup>mo</sup> S<sup>r</sup> Conde General* Luís Antônio de Távora, de 19 de novembro de 1733, o coronel afirmou que “iria levar uma boiada a vender” para as minas, objetivando remediar sua “necessidade”<sup>137</sup>. Parece que além de remediar sua *necessidade*, prosperou com o negócio de animais. Em seu testamento redigido em 1771, ano de seu falecimento, nota-se:

“Declaro que nos Campos de Curitiba tinha uma fazenda chamada Acinza[sic] da qual coube em partilha por morte de minha esposa, a metade dela a meu filho Manoel e a outra metade me pertence. E nela tenho os animais seguintes: setenta éguas, pouco mais ou menos, com o que tiver produzido, noventa cabeças de gado vacum com o que tiver produzido, que por não saber conta certa se estará pela conta que der meu filho Manoel, que é o que trata e tem tudo a seu cargo” (nº 34).

Observa-se que o coronel se valeu das rotas do ouro para enviar suas bestas para as minas, permanecendo na atividade por cerca de 35 anos. Quiçá, o fato de ter 70 éguas, “com o que tiver produzido”, tenha contribuído para garantir-lhe a reprodução física de seus negócios com bestas. Assim, este residente de Itu atuava diretamente neste comércio através das bestas e crias que possuía na fazenda dos “Campos de Curitiba”. Para empreender um comércio de tamanha envergadura, além de lançar mão do trabalho de seus cativos, contou com mão de obra familiar, pois, ao menos nos momentos finais de sua vida, tudo estava a cargo de seu filho, Manoel, talvez o mesmo que havia ido às minas em 1736, com o objetivo de “conduzir umas bestas”. Destarte, convinha mais ao coronel cuidar dos negócios de sua casa do que os da Coroa. Tratava-se de dar prioridade ao uso da mão de obra aos seus negócios, e não da sua falta para cuidar do registro. Não deixa de ser curioso que, ainda que

<sup>136</sup> Ressalte-se que o coronel era cunhado de uma colona, para a qual o governador Sarzedas expediu uma ordem mandando retirar seus índios, quando das contendas entre Coroa e colonos a respeito da guerra contra os Paiaguá. Sobre o próprio coronel, acrescentou o governador: “(...) aos afetados defeitos que Vmce supõe em João de Melo Rego para o posto que ocupa de Coronel dessa vila, me é necessário dizer a Vmce que o achei feito coronel dela e Provedor do Registro do Ouro que vem do Cuiabá por meu antecessor Antônio da Silva Caldeira Pimentel, como consta também que o general Rodrigo César de Menezes o havia feito sargento mor (...)”. Documentos Interessantes, vol. XLVI, pp. 14-17.

<sup>137</sup> Ordenanças de Itu. AESP. Caixa 54. Pasta 1. Documento 88. Ordem 292.

o provedor afirmasse que fosse incômodo “ir rio abaixo”, foi justamente bem em “frente do mesmo registro de outra parte do rio” que João de Melo Rego “fez (...) roças e casas por vistas a passagem do rio para o lugar do dito registro”<sup>138</sup>.

Em 31 de março de 1735, por intermédio de um regimento enviado ao Provedor da Fazenda Real das Minas do Cuiabá, o conde de Sarzedas, definiu-se novas normas e procedimentos para o recolhimento de impostos tornou obrigatório aos que entrassem nas minas com negócio que o fizessem pelo registro, inclusive “pessoas de qualquer grão, qualidade ou condição”. Ao chegar em Itu, o último registro, teria que apresentar ao provedor as guias com o peso do ouro trazido de Cuiabá. Transgressores seriam presos e enviados para São Paulo, além de terem bens confiscados, “vendidos e arrematados em praça perante o Provedor da fazenda real”<sup>139</sup>. As constantes preocupações em vedar caminhos proibidos sugere as dificuldades da Coroa em conseguir realizar o feito.

Apesar dos esforços, a cobrança de impostos nos núcleos mineradores, e nos caminhos que levavam a eles, não era tarefa fácil. Isto se deve em parte à própria geografia dos descobrimentos, como a figura 11 demonstra. Em 1719, foram descobertas as minas em Coxipó-Mirim, jazidas em Cuiabá em 1722; entre 1728 a 1733, ocorreu o *rush* do ouro em Goiás, quando fundaram-se os arraiais de Meia Ponte, Barra, Ouro Fino, Ferreira Anta, Santa Cruz Guarinos. Devido à diminuição do ouro cuiabano e à carência generalizada de alimentos, forçou-se “a população migrar, buscando os rumos de Goiás”. Posteriormente, novos veios auríferos foram localizados em Mato Grosso, “no ponto avançado da fronteira, provocando novo fluxo migratório”. Em 1731, encontrou-se minas na Chapada de São Francisco. Em consequência da descoberta de novas minas, uma série de povoados foram criados ao redor de Vila Bela, tais como São Francisco, Santana, São Vicente, Nossa Senhora do Pilar, Brumado, Ouro Fino, Boa Vista, Lavrinhas. Entre 1734 e 1739, surgiram novos núcleos de mineração em Goiás, em direção ao norte mineiro, a saber: Natividade, Crixás, Traíras, Tocantins e São Félix. Não só em fins dos anos de 1720 e no decorrer da década de 30 ocorreram descobertas de áreas mineradoras no Extremo Oeste. Outros núcleos se formaram desordenadamente: em 1738 em São José, em 1744 nas minas de Santa Isabel, em

---

<sup>138</sup> Livro de Sesmaria. AESP. Livro 12. Ordem C00364

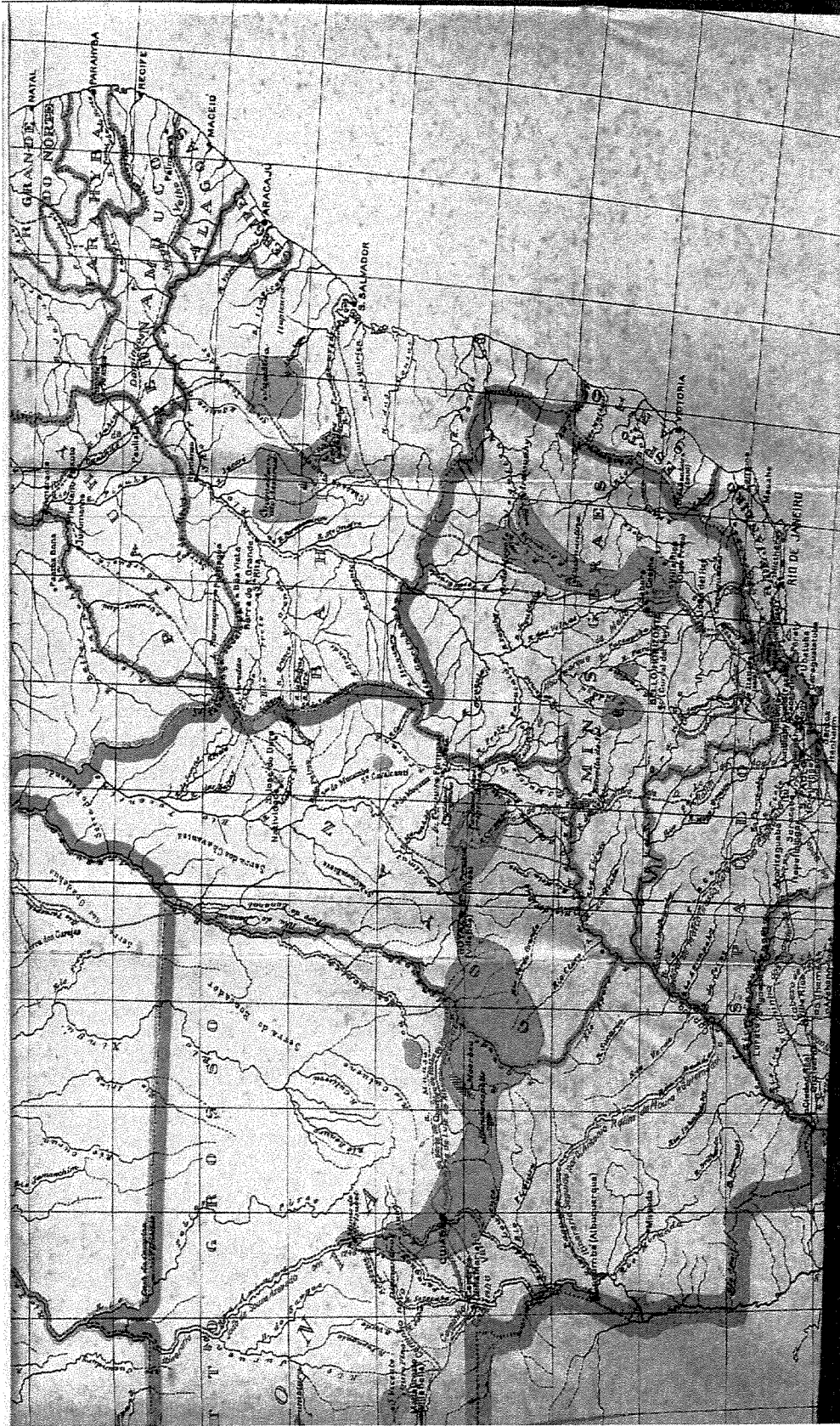
<sup>139</sup> Documentos Interessantes. Volume XXII, pp. 86 - 95.

1756 as Lavras do Médico, na região de Cuiabá. Em 1745, foram encontradas jazidas às margens do Corumbiara (Lavras do Viséu), e em 1747 surgiu o arraial de Nossa Senhora do Parto, próximo do atual Diamantino. No ano de 1748, a mineração atingiu o rio Preto<sup>140</sup>.

---

<sup>140</sup> LENHARO, Alcir. 1982, *op.cit.*, pp. 17- 20.

Figura 11: Geografia dos Descobrimentos



Fonte: SIMONSEN, Roberto, 1937, Volume II

A arrecadação dos quintos reais deve ter enfrentado dificuldades devido à instabilidade dos núcleos mineradores. Para se chegar a várias das localidades acima mencionadas, os viajantes serviam-se da rota das monções, e a partir de Cuiabá seguiam viagem a seu destino<sup>141</sup>. Refletindo a preocupação da Coroa com o descaminho do ouro, ainda em 1725, Rodrigo César de Menezes publicou uma ordem determinando que os que fossem realizar a jornada das monções tinham que fazer petição e encaminhar à Secretaria do Governo, declarando as pessoas e os escravos que levaria em sua companhia<sup>142</sup>. Para maior segurança e melhor fiscalizar a cobrança de impostos sobre as mercadorias que entrassem nas minas, as canoas deveriam navegar em comboios. No ano de 1747, Dom Luís Mascarenhas reiterava a precaução da Coroa, ordenando ao coronel da vila de Itu, João de Mello do Rego: às “ditas minas do Cuiabá não deixe seguir viagem a pessoa alguma fora da monção, e tempo conveniente, e todo aquele que o contrário fizer, o mandará prender à minha ordem e remeter na cadeia desta cidade para o castigar como me parecer”<sup>143</sup>.

Pelo exposto, pode-se notar os esforços da Coroa em taxar o comércio realizado em direção ao núcleos auríferos, bem como em minorar os descaminhos do ouro. Difícil seria crer que fosse impossível adentrar-se o sertão fora de monção, como postulava Rodrigo César de Menezes. Afinal, a partir de 1736, além da rota terrestre que levava viajantes de São Paulo à Cuiabá e da instabilidade dos núcleos mineradores, desenvolveram-se também as novas rotas fluviais, sobretudo a partir da década de 1740, o que obstava o controle dos descaminhos do ouro e das sonegações.

---

<sup>141</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1994, *op.cit.*, p. 147.

<sup>142</sup> Documentos Interessantes. vol. XIII, p. 63.

<sup>143</sup> Documentos Interessantes. vol. XXII, p. 179.

#### 4.6) *As intrincadas redes comerciais*

Estudos recentes têm apresentado novas abordagens a respeito do papel dos negociantes e da dinâmica de seus empreendimentos, não só na colônia como também no interior do Império Português<sup>144</sup>. Análises sobre a economia colonial brasileira vêm, desde inícios dos anos 90, reavaliando o papel do mercado interno, centrando suas atenções sobre as formas de acumulação próprias da Colônia.<sup>145</sup> Todavia, nem sempre a historiografia se dedicou a este assunto, uma vez que o mercado interno não foi o foco principal de análise. É o que se observa em dois autores clássicos na historiografia brasileira, como por exemplo Celso Furtado e Fernando Novais. Para o primeiro, a Colônia, em linhas gerais, “integrava-se às economias européias, das quais dependia. Não constituía, portanto, um sistema autônomo, sendo simples prolongamento de outros maiores”. Em consequência disto, nota-se, na análise de Celso Furtado, que os movimentos singulares da economia colonial não foram enfatizados ou – se quiserem – a ênfase não recaía sobre os ritmos próprios da economia colonial. Dentro dessas condições, um “conjunto de circunstâncias tenderam, sem embargo, a desviar para o exterior em sua quase totalidade esse impulso dinâmico [do mercado interno]. Isto, dentre outros fatores, tornou “relativamente pequena a posição do mercado da economia açucareira a que podiam ter acesso outros produtores coloniais”<sup>146</sup>

Já para Fernando Novais, a

“camada senhorial-empresária (...) procurava fazer com que os escravos produzissem pelo menos uma parcela substancial de sua subsistência dentro da própria unidade produtora para a exportação. E assim se inseria, no bojo de uma economia basicamente mercantil, toda uma faixa de produção de subsistência, cujo processo se desenrola à margem do mercado. Nas épocas de expansão da procura [por produtos coloniais], mobilizavam-se todos os fatores dentro das unidades produtivas de exportação para produzir para o mercado externo; abria-se então, uma faixa para a produção colonial de subsistência autônoma (quer dizer, fora dos domínios da lavoura açucareira) vender ao setor exportador os

<sup>144</sup> LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993, 2ª edição; FRAGOSO, João Luis Ribeiro, 1992; *op.cit.*, FURTADO, Júnia Ferreira. 1999; *op.cit.*, FRAGOSO, João Luis Ribeiro et. all. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>145</sup> Refiro-me aqui aos estudos de LENHARO, Alcir. 1993, *op. cit.*, FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. 1992, *op. cit.*, Martins, Roberto Borges. “Minas Gerais, século XIX: tráfico e o apego à escravidão numa economia não-exportadora” in *Estudos Econômicos*, 13 (1). Fipe/USP, 1983.

<sup>146</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, pp. 55-65



seus excedentes. Em condições porém de estabilidade, ou depressão, nas grandes unidades produtivas exportadoras se deslocavam fatores da produção mercantil para subsistência; assim se preservava a estrutura, num nível baixíssimo de produtividade”.

Para o autor, havia “uma substancial camada da população (os produtores diretos) cujo consumo se desenrola à margem das transações mercantis. Expansão da economia de mercado, sim, mas trazendo no seu bojo limitações estruturais”. E conclui Fernando Novais: “Em suma: a economia colonial mercantil escravista tem necessariamente um mercado interno reduzidíssimo”.<sup>147</sup>

Muitas críticas foram dirigidas aos esquemas acima mencionados. João Luís Fragoso, o maior expoente dos críticos ao modelo de Antigo Sistema Colonial, afirma que “ao lado da agroexportação, e mesmo servindo-se de seu pano de fundo, surgem áreas ligadas ao abastecimento da Colônia. Áreas cuja reprodução depende e simultaneamente gera um mercado interno na Colônia”. E assevera o autor: “Estamos, portanto, frente a uma realidade em que a própria reiteração da agroexportação gera complexos mercantis ligados ao abastecimento. Desse modo, incrementa-se o desenvolvimento do mercado interno, e isto considerando-se apenas a demanda gerada pelas áreas agroexportadoras. Tal fenômeno bastaria para indicar os limites dos modelos de análises propostos pela historiografia”<sup>148</sup>

Por seu turno, Fernando Novais afirma que a exploração da Metrópole sobre a Colônia era uma tendência dominante, não exclusiva, e que não “cabe, portanto, a increpação de obsessão com as relações externas (...) nem de desprezo pela articulações internas, pois estas não são incompatíveis com aquelas; trata-se, simplesmente, de enfatizar um ou outro lado, de acordo com os objetivos da análise”.<sup>149</sup> Desse modo, tratar-se-ia de objetos e problemas diferentes, não necessariamente excludentes; seria uma questão de ênfase. Aliás, nisto parece concordar João Fragoso, que, em artigo recente, enfatiza: “Em realidade, trata-se de propor uma nova leitura historiográfica que não se limite a interpretar o ‘Brasil-Colônia’ por meio de suas relações econômicas com a Europa do mercantilismo, seja sublinhando sua posição periférica – e com isto privilegiando os antagonismos colonos *versus* metrópole – seja enfatizando o caráter único, singular e irredutível da sociedade colonial escravista.

---

<sup>147</sup> NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1996, 4ª ed. pp. 109-111.

Evidentemente, não se trata de negar a importância fundamental dessas abordagens para o entendimento da história do Brasil<sup>150</sup>.

Portanto, despreocupados em interpretar o Brasil-Colônia por meio de suas relações com a metrópole, *seja sublinhando sua posição periférica, seja enfatizando o caráter único, singular e irredutível da sociedade colonial escravista* e, também importante, *enfatizando um ou outro lado, de acordo com os objetivos da análise*, propomo-nos a discorrer sobre aspectos da atividade comercial na rota das monções.

A atividade comercial na América portuguesa englobava comerciantes de diversos tipos, bem como praças mercantis de diversificados portes, “quase sempre localizadas em centros urbanos ou parcialmente urbanos, que obedeciam a certa hierarquia”. Praças como a do Rio de Janeiro, Salvador e Recife detinham a primazia no fornecimento de crédito e mercadorias, num circuito relativamente amplo<sup>151</sup>. No topo da pirâmide mercantil estavam os comerciantes do grosso trato, sendo poucos os que detinham o privilégio de pertencer a esse grupo. Estava em suas mãos o controle do comércio a longa distância, e eram também os que permaneciam por mais tempo em um certo segmento de negócios, o que evidencia que esse grupo podia fazer frente às oscilações conjunturais, tais como mudanças bruscas de preços e colheitas etc. Sua posição também lhes permitia concentrar as “poucas opções existentes no mercado colonial”. Por fim, eram os que concentravam maior capital, o que possibilitava operar com prazos mais dilatados no recebimento das vendas efetuadas. Embora se ligassem a rotas internacionais, essa elite participava também de rotas internas à Colônia, mas sua participação no comércio interno não vedava a participação de pequenos e médios mercadores. Isto porque, na base da pirâmide mercantil, estava “uma multidão de pequenos e médios mercadores”. Majoritários numericamente, “mas com limitado raio de alcance mercantil”, eram especializados regionalmente e por produtos.<sup>152</sup>

Segundo João Fragoso e Manolo Florentino, o suporte para o funcionamento do comércio estaria numa cadeia de adiantamento e endividamento. Os comerciantes de grosso

<sup>148</sup> FRAGOSO, João L. R. 1992, *op.cit.*, p. 91.

<sup>149</sup> NOVAIS, Fernando. “Condições da privacidade na colônia”. in idem (coord). História da Vida Privada o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, Volume 1, p. 458.

<sup>150</sup> FRAGOSO, João L. et. alli. 2002, *op.cit.*, p. 21.

<sup>151</sup> FRAGOSO, João L. et. alli. 1998, *op.cit.*, pp. 78 e 79.

<sup>152</sup> FRAGOSO, João L., 1992, *op.cit.*, 174 a 199.

trato recebiam mercadorias e as “adiantavam” àquela “multidão de pequenos e médios mercadores”, os quais ficavam endividados com os primeiros, mas encarregavam-se de proceder a comercialização dos produtos<sup>153</sup>.

A circulação de crédito e mercadorias pode ser comparada à de “várias redes a ligar pontos dispersos (...) As praças mercantis das maiores cidades, quase sempre portuárias, tornaram-se o lugar em que a maioria dos mercadores interioranos buscava financiamento e produtos para, por sua vez, fazer funcionar seus negócios.” Nos núcleos interioranos, geralmente havia três tipos de comércio:

“a) pequeno comércio – que negociava mercadorias de baixo custo, miudezas como objetos de armarinho e bugigangas de louça grosseira e vidro, além de secos e molhados (...); b) negócios com fazendas e usura – que se diferenciavam do primeiro pelo maior valor dos objetos negociados, além de também fazerem empréstimos a juros; c) usura – que se dedicava apenas ao fornecimento de créditos a outros.”

Atrelados aos seus tipos de negócio, os comerciantes interioranos vinculavam-se aos mercadores de grosso trato, já que eram as praças mercantis de maior envergadura que estabeleciam as “extensas redes comerciais e financeiras”<sup>154</sup> Um desses elos ligando pontos dispersos, isto é, um desses intermediários entre os núcleos interioranos e praças mercantis era o ituano Gabriel Antunes Laje’, “que devia ser um negociante de importantes cabedais”, na medida em que mantinha “negócios em Santos, Minas Gerais e Cuiabá onde era considerado um dos principais comerciantes”<sup>155</sup>. Suas conexões, portanto, atravessavam a capitania de São Paulo, atingindo o Atlântico.

Em 18 de julho de 1728, da vila de Santos o comerciante Pedro Fernandes de Andrade escreveu uma correspondência na qual fazia uma prestação de contas a um negociante sediado na praça de Lisboa. Tratava-se de Francisco Pinheiro, que pertencia a categoria de negociantes de grosso trato, por ter “negócios envolvendo grandes somas de capital” e operar em vários lugares. Era português, e de Lisboa “negociava com as mais diferentes praças”. Seus negócios estendiam-se “à França, Inglaterra, Holanda, Alemanha, Itália e Espanha. Em

<sup>153</sup> FRAGOSO, João L e FLORENTINO, Manolo. Arcaísmo como projeto Mercado Atlântico. Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790 – c.1840. Rio de Janeiro: Ed. Diadorim, 1993, p. 89.

<sup>154</sup> FRAGOSO, João L. et. alli. 1998, pp. 78 e 79; cf. também FARIA, Sheila de Castro, 1998, *op.cit.*, pp. 178-186.

<sup>155</sup> LISANTI FILHO, Luis. Negócios Coloniais. Uma correspondência comercial do século XVIII. Brasília: Ministério da Fazenda, São Paulo: Visão Editorial, 1973. Volume 1, p. CXXXV

Portugal, abrangiam, as mais diversas regiões. No Império Português, atingiam a Ásia, África, Colônia do Sacramento e Brasil”. No Brasil, estabeleceu relações comerciais com o Nordeste, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. Seus agentes comerciais operavam com “alimentos, bebidas, escravos, vestimentas e mercadorias de luxo, como louças, perucas e, principalmente, tecidos”. Os tecidos representavam “47% do total das transações”<sup>156</sup>. Enriqueceu-se “com os negócios coloniais (...) especialmente, durante o boom do ouro e diamante”<sup>157</sup>.

As correspondências trocadas entre Francisco Pinheiro e Francisco Muzzi, seu agente estabelecido no Rio de Janeiro, permitem perceber os interesses do primeiro no mercado colonial. Em correspondência datada de 28 de fevereiro de 1726, Muzzi menciona a Francisco Pinheiro a possibilidade de se “poder dispor querendo alguma coisa” para as minas do Cuiabá. Em novembro do mesmo ano, relatou que muitos “mineiros vindos do Cuiabá” chegaram ao Rio de Janeiro e “trouxeram muito ouro”. Para o próximo ano esperava-se “muitas riquezas, pois foi bom número de gente acompanhando” o governador Rodrigo César de Meneses. Informava, no entanto, que antes de mandar fazendas, escravos e fretes, havia necessidade de enviar uma pessoa para Ararituaba para que ela tomasse providências necessárias para a jornada, inclusive “canoas e pilotos que quer o comboio”<sup>158</sup>.

Na correspondência de Pedro Fernandes, nota-se que um dos agentes comerciais de Francisco Pinheiro nas *terras brasílicas* era o mencionado Gabriel Antunes Laje, que lhe era devedor da quantia de 934\$655, referentes a fazendas que havia vendido nas minas. No ano anterior, Gabriel havia feito negócios com Francisco que atingiam o valor de 802\$600. No cômputo global, o montante ultrapassava 6 contos de réis. Pedro Fernandes enviaria esse valor a Francisco Muzzi, que, por sua vez, o remeteria à Lisboa. No entanto, Pedro Fernandes esclarecia que tal valor não fora pago porque Gabriel não havia chegado “até o presente das minas e mais partes por onde” tinha ido ou mandado “vender” as fazendas. Mesmo que Gabriel não tivesse chegado, Pedro afirmara veementemente que nem por isso o comerciante

---

<sup>156</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto & FURTADO, Júnia Ferreira, 2000, *op.cit.*, p. 98

<sup>157</sup> FURTADO, Júnia Ferreira 1999, *op.cit.*, p. 22.

<sup>158</sup> LISANTI FILHO, Luis, 1973, Volume 3, p. 54

residente em Itu deveria deixar de ter reconhecido por todos “a sua boa satisfação”. Ele era “primoroso, e rico”.<sup>159</sup>

Às vezes, as cobranças e os acertos de contas entre intermediários e os grandes negociantes enfrentavam sérios conflitos. A morte de Gabriel Antunes Lage trouxe algumas dificuldades para o acerto de contas. Apesar de a viúva de Gabriel ter encaminhado 350\$010 para saldar parte a dívida, em 20 de julho de 1731 uma sentença judicial foi movida contra Gabriel<sup>160</sup>. Porém, o resultado não foi favorável a Francisco Pinheiro, visto que o Ouvidor que julgou o caso “estava contratado para genro” do executado, isto é, de Gabriel Antunes Laje. A solução foi apelar para o Tribunal da Relação na Bahia. Novamente, a sentença foi contrária aos desejos de Pinheiro<sup>161</sup>. Provavelmente, Francisco Pinheiro não conseguiu reaver os débitos de Gabriel Antunes Laje, mas, de qualquer forma, o caso de Gabriel demonstra a participação de Itu em redes comerciais que atingiam Cuiabá, Santos, Rio de Janeiro e Lisboa.

Por intermediários ou atravessadores, pelas *estradas móveis* do trajeto Ararituaba-Cuiabá, fazendas e escravos, vindos da praça do Rio de Janeiro, eram encaminhados às minas. Um pouco depois da descoberta das minas, em 1723, as fazendas chegaram às minas podres, pois ainda não se tinha o costume de toldar as canoas.<sup>162</sup> Embora estivessem podres, inúteis para uso, é importante ressaltar os esforços empreendidos para abastecer aquela localidade. Logo no ano seguinte, em finais de 1724, outra monção “com bastante canoas [levava] fazendas e escravatura”, para o alívio dos que estavam nos sertões<sup>163</sup>.

Deve-se destacar que nem todas as monções saídas do porto de Ararituaba tiveram êxito. Há relatos de insucessos de certas expedições. No ano de 1725, a monção de Diogo de Souza, “que trazia bastante canoas com muitos escravos e fazendas para negócio”, foi atacada pelos índios Paiaguá. Tal ataque findou a vida de quase “todos os que vinham na conserva, escapando só um branco e um negro”. Morreram ao todo seiscentas pessoas, e os indígenas

<sup>159</sup> LISANTI FILHO, Luis, 1973, Volume 4, p. 71 - 74

<sup>160</sup> LISANTI FILHO, Luis, 1973, Volume 4, pp. 428, 429 e 438.

<sup>161</sup> LISANTI FILHO, Luis, 1973, Volume 4, pp. 121-123

<sup>162</sup> BARBOSA DE SÁ, Joseph . 1901, *op.cit.*, p. 9.

<sup>163</sup> *Idem*, p. 14.

acabaram por subtrair vinte canoas da expedição.<sup>164</sup> Pelas palavras de Barbosa de Sá, observa-se os riscos que o comércio monçoeiro punha aos que a ele se dedicavam, mas mesmo assim constituía um mercado atraente; afinal, vencer as 113 cachoeiras que separavam Ararituaba de Cuiabá não era tarefa das mais aprazíveis, e devia dar algum retorno aos que nelas se lançavam. Nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda:

“(...) a rota seguida desde Ararituaba vai assumindo, cada vez mais, o caráter de uma via de trânsito regular. O que estimulava agora essas expedições já não era tanto o ânimo aventureiro, mas o lucro certo que prometia o comércio com esses remotos sertões, distanciados de qualquer recurso, onde os preços atingidos por todos os artigos, até mesmo os de uso indispensável, parecem destinados a compensar abundantemente todos os riscos da viagem (...)”<sup>165</sup>

Era tal a importância dessas expedições comerciais para o abastecimento daqueles remotos sertões, ao menos para o seu período formativo, que, quando não havia monção, os gêneros escasseavam. Em 1725, “houve falta de tudo, e chegou-se a dar por um frasco de sal meia libra de ouro e por falta dele senão administrava o batismo a quem carecia”. Em 1730, também por falta de monção, “venderam-se camisas [feitas] de alguns lençóis que se desfaziam a doze oitavas de ouro; a vara de pano de algodão que no país se tecia a três e a quatro oitavas e isto para os amigos que a todos não chegava: sal nem para batizar”<sup>166</sup>. Em compensação, em 1735, chegaram aquele local “cento e tantas canoas de muitas fazendas”<sup>167</sup>.

Os exemplos dos freqüentes e constantes contratempores poderiam se multiplicar, mas importa enfatizar que apesar de pôr em risco todo o empreendimento comercial, a ocorrência de monções vigorou quase que ininterruptamente por cerca de um século, como demonstra o relato de Joseph Barbosa de Sá, referente ao período situado entre os anos de 1720 e 1775<sup>168</sup>. No ano de 1767, para citar um exemplo, uma frota composta por 45 canoas levou 400 negros e, segundo Sérgio Buarque de Holanda, nada sugere que este montante de escravos enviados em uma monção fosse um “caso excepcional”. O mesmo autor informa que em três anos (embora não afirme quais) entraram nas Minas de Cuiabá um total de “3000 escravos” pela

<sup>164</sup> *Idem*, p. 15. Como afirma Sérgio Buarque de Holanda, a crônica do comércio entre Ararituaba e Cuiabá é, em grande parte, uma “crônica de desastres e naufrágios. HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1990, *op.cit.*, p. 114.

<sup>165</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. 1990, *op.cit.*, p. 57.

<sup>166</sup> BARBOSA DE SÁ, Joseph. 1901, *op.cit.*, pp. 15 e 26.

<sup>167</sup> *Idem*, p. 36

<sup>168</sup> *Idem*, p. 15.

via fluvial<sup>169</sup>. Para a remessa de mercadorias ao longo dos anos necessitava-se do apoio da vila de Itu e Ararituaba, e de seus comerciantes, intermediários entre a região das minas e outras praças mercantis.

Por vezes, as redes comerciais, responsáveis pelo abastecimento da sociedade colonial, apresentava problemas. Em 1732, Gaspar Rodrigues Correia, residente na vila de Santos moveu um processo contra o ituano Martinho Gomes Romão, que operava como intermediário nesta rota. Aos 12 de maio de 1727, Gaspar enviou a Martinho uma *carregação*<sup>170</sup> para ser comercializada nas minas do Cuiabá com os seguintes itens: 12 barris de aguardente acompanhados de 12 cascos com arcos de ferro, 4 barris de farinha de trigo do reino que também foram acompanhados de 4 cascos de arcos de ferro, 8 dúzias de cordações, 3 varas de linhagem fina e 3 varas de encerado. Em carta de 18 de junho de 1727, Martinho Romão confirma ter recebido “as ditas cargas referidas na carregação bem acondicionadas”<sup>171</sup>.

Por não ter tido notícias das vendas, em 26 de maio de 1728, Gaspar escreveu a Martinho, cuja carta certamente foi enviada através de um intermediário, pedindo que Martinho remetesse o que lhe pertencia, porque não queria “mais negócios [nas] Minas do Cuiabá”. Determinava uma certa urgência na execução daquela ordem, posto que precisava ir ao Rio de Janeiro, provavelmente para tratar de negócios. Em resposta a essa determinação, Martinho enviou, por mãos de Gregório de Castro Esteves, uma prestação de contas, afirmando que a venda da dita carregação resultou num montante de 776 oitavas de ouro, não obstante, junto com a correspondência, seguir somente 356 oitavas. Faltavam, portanto, 420 oitavas. A explicação dada foi que “naquele ano de 1728 foi tanta a fazenda seca e molhado que entrou naquelas minas”, que tudo se comercializou “por menor preço do que se costuma vender em povoado”. Mais do que isso, vendeu “fiado por abono de pessoas abonadas”. Todavia, no ano seguinte, quando tratou de iniciar a cobrança do que havia comercializado, Martinho disse que “se havia reduzido aquelas minas a notável miséria, de tal sorte que a maior parte dos devedores fugira”. Gaspar devia se dar por satisfeito de ter recebido as 365

---

<sup>169</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque, 1966, *op.cit.*, pp. 76 e 77.

<sup>170</sup> *Carregação* é um termo recorrente na documentação consultada que se refere ao envio de cargas no comércio das monções.

<sup>171</sup> Processo Civil. AESP, Caixa 28, Ano 1732, Ordem 3461

oitavas de ouro como parte do que foi vendido, pois ao referir-se a essa quantia, Martinho relatou que havia recuperado “o principal” da carregação.

O anseio de Gaspar sugere que ele fazia parte da “multidão de pequenos e médios” mercadores mencionados por João Fragoso e Manolo Florentino, e que, diferentemente dos negociantes de grosso trato, não tinha cabedais suficientes para enfrentar longas esperas e as oscilações conjunturais. Os anos de 1727 e 1728 foram de agonia para os cuiabanos, “fomes, doenças, falta de mantimentos” e, sobretudo, “falta de ouro que a terra o não devia”, conforme afirma Joseph Barbosa de Sá, corroborando a avaliação de Martinho Romão. Em vista das calamidades, muitos tomaram *caminho do povoado* (o caminho de volta para Itu), enquanto outros rumaram para Goiás, de onde chegavam notícias de grandes descobrimentos de ouro<sup>172</sup>.

Muito tempo depois da descoberta de ouro em Goiás, moradores de Itu e Ararituaguaba ainda se dirigiam para o local, em busca de ouro ou comercializando seus produtos. Segundo as listas nominativas, em 1766 lá se encontravam Manuel e José, respectivamente filho e marido da costureira Maria. No ano de 1767, o soldado auxiliar Salvador Amaral tinha tropas no caminho daquelas minas, e Manoel José Silva também estava em Goiás. Diogo Gonçalves Valverde dizia “viver de viagens para Goiás” e lá estava em 1767, juntamente com seu filho José. Outro que vivia de “andar no caminho de Goiás”, com trinta cavalos “com que [trabalhava]”, era o viúvo Antônio Pinto Gomes. Esse ofício provavelmente lhe possibilitou o acúmulo de alguma fortuna. Era possuidor de um sítio, onde, em 1773, colheu 100 alqueires de milho, 10 de feijão, 8 de amendoim e 4 de arroz. Ainda contava com três vacas com duas crias, e mais seis escravos. Por sua vez, o alferes Antônio Soares da Costa, que dizia “viver de negociar em Goiás”, aliava negócios e as fainas da lavoura. Além de uma tropa composta por 30 bestas e cavalos, possuía um sítio adquirido através de carta de sesmaria, onde, no ano de 1776, colheu com o trabalho de seus 32 escravos, 1000 alqueires de milho e 100 de feijão. Produzia açúcar e aguardente, mas “pouca”. Fora isso, tinha 20 cabeças de gado, 8 bezerras, 20 porcos e dez leitões, duas moradas de casas uma na vila de Itu e outra na freguesia de Ararituaguaba. O número de escravos, a quantidade de porcos que possuía e o volume de sua

---

<sup>172</sup> BARBOSA DE SÁ, Joseph, 1901, *op.cit.*, pp. 20 e 21. Cf. Lenharo, Alcir, 1982, *op.cit.*, p. 19 e Virgilio Noya Pinto, p. 97



produção nos leva a crer que Antônio Soares da Costa negociava mantimentos para Goiás. Além disso, o fato de possuir uma morada de casas na freguesia de Ararituaba pode ser indicativo também de um envolvimento com o comércio monçoeiro, já que era na freguesia que estava o porto dos cuiabanos. A produção obtida por Antônio Soares da Costa o colocava como um dos dois maiores plantadores de milho de Ararituaba, juntamente com Luis Araújo Coura, que como veremos adiante, atuava na rota das monções.

No ano de 1776, mais três moradores da freguesia de Ararituaba, não tão bem sucedidos como o Alferes Antônio Soares da Costa, estavam em Goiás. Vitorino Dias de Godoy, que afirmava viver na “carreira de Goiás” e não possuía bem algum, Gregório e Antônio, filhos de Francisca Barbosa, cuja família possuía um sítio. Aos 30 de dezembro de 1752, o português João Alvares Neto, morador em Itu, ao redigir seu testamento, informou que o negociante Antônio Correia Meireles lhe devia “4 cargas de farinha de trigo que ele tomou no caminho do Goiás” (nº 36). Assim, através dos maços de população e do testamento de João Alvares, é possível perceber moradores de Itu e Ararituaba atuando em Goiás, bem como os pequenos negócios feitos nos caminhos que levavam às minas.

Ponto de partida para a rota das monções e também de viajantes que iam para Goiás, a vila de Itu, por ser o porto de saída daqueles que se dirigiam para as minas, tornou-se um local atrativo para comerciantes que lá instalavam suas lojas de fazenda, aliás, este papel de entreposto a vila desempenhava desde o século XVII<sup>173</sup>.

É o que relata o autodenominado “homem de negócio de grosso contrato”, André Alvares de Castro, que, em 1731, juntamente com seu sócio, o seu irmão Manoel Alvares de Castro, possuía uma loja de fazenda na vila. Por algum motivo que não sabemos, devido ao estado de conservação da fonte consultada, André ficou preso durante 30 dias. Devido a isto, disse que “em mais de 5 mil cruzados e outro tanto perdera ou deixara de ganhar”. Asseverou ainda que seus negócios só não tiveram maior prejuízo porque seu irmão e seus caixeiros salvaram a “administração dos negócios”. Todavia, suas perdas foram muito grandes, já que deixou de ir “ao Rio de Janeiro comprar fazendas para as carregações e suprimento das

---

<sup>173</sup> Cf. capítulo I.

lojas”<sup>174</sup>. A exemplo de Gabriel Antunes Laje, os irmãos Alvares de Castro, também classificados de “principais mercadores que aqui há”, mantinham relações comerciais com Francisco Pinheiro. Em 1727, Manoel não saldara a quantia de 605\$440 porque estava nas minas.<sup>175</sup>

Como se nota, André ia diretamente ao Rio comprar suas mercadorias e revendia suas *carregações*. Portanto, além de vender na própria vila, é possível que André fosse um atravessador, isto é, comprava no mercado mais barato e vendia no mais caro. Definindo-se como *homem de negócio de grosso trato*, tudo leva a crer que não era apenas um mero intermediário. Sua reclamação de que deixou de ganhar 5 mil cruzados (2 contos de réis) indica que operava com uma quantia nada desprezível, pelo menos para os padrões da vila ituana<sup>176</sup>. Mais ainda, sua reclamação de que perdera ou deixara de ganhar algo significa que o comércio das monções podia propiciar ganhos materiais aos que a ele se dedicavam, embora não disponhamos de dados que os confirmem categoricamente.

Em 1726, Antônio Antunes Lobo enfrentou os infortúnios do comércio das monções, perdendo a própria vida no “Rio Paraguai pelo matar do gentio”. No ano de 1731, Maria Vaz, moradora em Ararituaba, entrou com um processo para tomar posse dos bens do seu marido. Quando da morte de Antônio Antunes Lobo, seus camaradas levaram suas mercadorias, que iriam ser vendidas, ao Juízo dos Ausentes nas Minas do Cuiabá, onde foram arrematados em leilão, e subtraídos os quintos à Real Coroa. O que sobrou foi enviado ao cofre da cidade de São Paulo. Três anos depois, em 04 de agosto de 1734, o tesoureiro dos Cofres da Real Coroa em São Paulo autorizou que o valor em ouro dos bens de Antônio fosse entregue à viúva e aos órfãos<sup>177</sup>. É possível que o lucro advindo do comércio das monções não fosse desprezível. Afinal, para reaver seus bens a viúva teve que enfrentar a burocracia da justiça colonial, esperando nada menos que oito anos.

---

<sup>174</sup> Processo Civil. AESP. Caixa 33. Ano : 1731. Ordem : 3466. Ressalte-se que a praça do Rio de Janeiro, após o terceiro decênio do século XVIII, transformou-se no “principal centro comercial da América portuguesa. Ou o que é o mesmo, no mais importante porto para as importações de outras partes do Ultramar, para as compras e reexportações de produtos europeus”. FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Algumas notas sobre a noção de colonial tardio no Rio de Janeiro: um ensaio sobre a economia colonial. In: Revista Locus. V. 6. N. 1, 2000, p. 23.

<sup>175</sup> LISANTI FILHO, Luis, 1973, Volume 4, p.32.

<sup>176</sup> Ao analisar um comerciante usurário em Campos do Goitacases dos idos de 1789, Sheila Faria constatou que sua fortuna somou 7:226\$548, valor “bastante grande para a época”. Cf. FARIA, Sheila de Castro. 1998, *op.cit.*, p. 184.

Outro comerciante era Manoel Vieira Pinto. Nas listas nominativas do ano de 1766, ele é descrito como vivendo de "negócio de ter dinheiros a juros para Cuiabá". Manoel era português, do Bispado do Porto e solteiro. Antes de instalar-se na freguesia de Ararituaba, passou pela cidade do Rio de Janeiro, onde foi irmão professo da Ordem Terceira da Penitência (nº 50).

Em seu testamento, extremamente sucinto, informou que possuía “uma morada de casas (...) dois escravos e os mais trastes de casa que se acharem e algumas dívidas que se me devem constarão dos créditos e clarezas que se acharem; e como também se achará o dinheiro que possuir ao tempo do meu falecimento”. Determinava que “cumpridos os seus legados e causas pias no testamento declaradas, de tudo, que sobrasse, instituí a sua alma por herdeira, que seu testamenteiro distribuisse sufrágios, desse em esmola a pobres necessitados, obras pias, a algumas viúvas necessitadas e algumas missas (...)”.

Cumprindo as ordens deixadas, seus testamenteiros despenderam em obras pias o valor de 3:151\$000, 3:250\$837 em esmolos a pobres, 160\$040 com funeral e 105\$600 em missas. Infelizmente, localizamos apenas fragmentos de seu inventário, o que não nos permitiu obter maiores informações sobre suas atividades econômicas. De qualquer forma, por ocasião de seu falecimento, Manoel Vieira Pinto possuía em dinheiro amoedado a quantia de 6:400\$000, em moedas de ouro, prata e cobre 365\$820 e 660\$300 em “nove barras de ouro com suas guias”. Considerando que vivia de "negócio de ter dinheiros a juros para Cuiabá", o fato de as barras estarem acompanhadas por “guias” demonstra suas ligações com as Minas de Cuiabá, isto é, possíveis pagamentos efetuados com ouro. Afinal, as “guias” informam o pagamento dos quintos ao Erário Real.

Em 1763, um outro morador da freguesia de Ararituaba, Manuel Antônio Amorim, fez seu testamento e nomeou como testamenteiros a Francisco Novaes Magalhães, morador em Itu, Manoel Vieira Pinto, Domingos da Rocha de Abreu e ao capitão André Dias Almeida, moradores em Ararituaba, o sargento mor João Ferreira de Oliveira, residente na vila de Santos, e Manoel da Costa Cardoso, residente na cidade do Rio de Janeiro (nº 37)

---

<sup>177</sup>Processo Civil. AESP. Caixa 76, Ano 1731, Ordem 3459. Barbosa de Sá confirma o ataque dos Paiaguá, que findou com a vida de Antônio Antunes Lobo, que fora para o Cuiabá em 1728 em “uma grande frota”. BARBOSA DE SÁ, Joseph.1901, *op.cit.*, p. 16.

Diferentemente do usual, Manoel Amorim não escolheu familiares como testamenteiros, ao menos os consangüíneos<sup>178</sup>. Era solteiro e não tinha filhos, o que certamente influenciou sua escolha, mas poderia ter eleito Feliciano Pires, um parente que morava junto a ele em Ararituaba, bem como a seu irmão, Francisco Antônio de Amorim, morador na cidade do Rio de Janeiro. Os testamenteiros que moravam em Itu e Ararituaba eram comerciantes, conforme informam as listas nominativas da vila, atinentes aos anos de 1766 e 1767. Em 1766, Francisco Novaes Magalhães vivia de “negócio de fazenda seca”, ao passo que Manoel Vieira Pinto vivia de “negócio de juros de dinheiro para o Cuiabá”. Na lista de 1767, consta que Domingos da Rocha Abreu vivia de “negócio mercantil”, e que André Dias de Almeida vivia de “negócio”. Por sua vez, Manoel da Costa Cardoso, residente no Rio de Janeiro, pode ser um dos comerciantes mais prósperos da praça carioca, por volta de 1768<sup>179</sup>. O sargento mor João Ferreira de Oliveira, morador em uma praça mercantil portuária como a vila de Santos, também poderia ser um mercador. Desse modo, Manoel Amorim escolheu como testamenteiros homens com os quais mantinha relações comerciais. Elegeu-os, dentre outros motivos, para que acertasse suas contas terrenas.

Os testamenteiros tinham que cumprir as últimas vontades do testador (os sacramentos, a mortalha, o cortejo, o lugar do enterramento, as missas, o acerto dos débitos e créditos, a distribuição dos bens entre herdeiros etc.), o que podia demorar anos<sup>180</sup>. A opção feita por Manoel Antônio Amorim revela a importância que as relações pessoais, e de confiança, tinham para seus empreendimentos comerciais, já que a escolha dos testamenteiros recaí sobre pessoas com as quais o testamenteiro tenha laços de afeto, de confiança, dentre outros. Mais do que isso, o fato de escolher testamenteiros de cidades como Rio de Janeiro e Santos demonstra as redes mercantis de que fazia parte.

Natural da freguesia de Santiago de Amorim, termo da vila de Barcelos, Arcebispado de Braga, Manuel Antônio Amorim, por não ter herdeiros forçados, afirmou: “deixo a minha

<sup>178</sup> Segundo Sheila Faria, a escolha do testamenteiro geralmente recaía sobre familiares, principalmente sobre o cônjuge, ou filhos, no caso de viúvos. Quando optava-se por terceiros, a preferência era pelos compadres. No caso de Manoel não me foi possível saber se os testamenteiros eram seus compadres. Manoel difere também porque nomeou 6 testamenteiros, ao invés de 3, o que era mais usual. FARIA, Sheila de Castro. 1998, *op.cit.*, 273-277

<sup>179</sup> LOBO, Eulália Maria L. “O comércio atlântico e a comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no século XVIII”. Separata da Revista de História, n.º. 101. São Paulo, 1975, p. 79. Agradeço ao professor Carlos Gabriel Guimarães a indicação deste texto.

<sup>180</sup> FARIA, Sheila de Castro. 1998, *op.cit.*, pp. 265 a 277.

alma por herdeira”, mandando rezar missas por ela em Itu, São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, praças comerciais com as quais tinha contato. Deixava ainda a seu parente, Feliciano, 25\$600 réis, por ter-se “ocupado em algumas vendas de [sua] loja” e também por ter-lhe assistido com “desvelo” em suas moléstias. Ao seu irmão, o Padre João Antônio de Amorim, morador na vila de Barcelos, Lisboa, deixava 76\$800, e ao irmão do Rio de Janeiro, Francisco Antônio de Amorim, 51\$200.

Declarava que tinha em Ararituaba uma loja que conduzira do Rio de Janeiro, sendo deste negócio que vivia. Afirmou possuir uma morada de casas, um escravo por nome Lourenço Angola, que comprou para lhe servir, e alguns poucos móveis de casa, “tão somente preciso a um homem solteiro com alguma roupa de meu uso”. Em seu poder tinha “algum penhor de pessoas a quem [havia] vendido alguma fazenda ou emprestado algum dinheiro”. Sua loja vendeu “alguma fazenda fiada como [era] costume [naquelas] terras” e, por isso, às pessoas a quem tinha “vendido a dita fazenda” fez assentos em cadernos com os nomes e quantias dos devedores. Seu parente, Feliciano Pires, às vezes lhe fazia algumas vendas, que também estavam devidamente anotadas em seu borrador.

Amorim informava em seu testamento que era devedor de grandes quantias de dinheiro a homens de negócios da praça do Rio de Janeiro, procedidas de receitas de fazendas que havia comprado. A Cosme Rodrigues de Matos devia a quantia de 1:355\$943, a ser paga em 10 meses e, na falta do pagamento, arcaria com os juros da lei. A Manoel da Costa Cardoso era devedor de 999\$703, atinentes a fazendas, e de 38\$080 de um barril de pólvora que remeteu a Cuiabá. A Miguel de Alvarenga Braga devia o valor de 570\$730.

Manoel Amorim era devedor no Rio de Janeiro, mas era credor em Cuiabá, Mato Grosso, Goiás, Curitiba, Itu e Ararituaba, e suas dívidas ativas eram compostas por mercadorias, crédito e juros. Seu monte mor somou 6:518\$902, e constituía-se “em bens e dívidas”. Os bens, como vimos, eram um escravo, uma morada de casas e poucas roupas e móveis, e o restante, mercadorias e dívidas ativas.

Seu monte líquido tinha o valor de 2:134\$853, pois foram descontados do monte mor 2:521\$667, que despendeu com “produtos dos bens recebidos”, fazendas que comprara no Rio de Janeiro, como mencionou em seu testamento.

Entre os devedores de Amorim foi possível identificar 101 pessoas, excluídos os de Cuiabá e Mato Grosso, pois nestes locais a fonte informa apenas que o montante “dos créditos recebidos do que se deve no Mato Grosso, Cuiabá (...)”, que somavam 1:333\$163, entre créditos e juros. Suas dívidas ativas, em crédito, juros e mercadorias, totalizavam 4:394\$992, das quais seu testamenteiro recebeu 1:873\$325.

Certamente, Manoel Amorim era um comerciante, que combinava a usura e o negócio com fazendas.

Para as minas do Cuiabá, entre outros, havia mandado um crédito a Manoel da Silva Ferreira, que foi “por piloto nesta última monção”, sendo que parte do crédito pertencia ao Reverendo Vigário da freguesia de Ararituaba, André Medeiros, e mais a alguns outros. De Mato Grosso, José Antônio Peixoto de Abreu lhe devia 139\$500, por conta de uma carregação e de um “moleque”. De Goiás, Francisco de Aranha Godoy também lhe devia o valor de um escravo.

Um dos principais segmentos no qual Amorim atuava era o negócio de fazendas, pois, como se viu, comprava-as no Rio de Janeiro. Entre as fazendas<sup>181</sup> havia um “barril de vinho”, “pano de riscado”, “cordão de durante amarelo”, “pano de bretanha fina”, “baetas encarnadas”, “cadarço”, “varas de estopa”, “baeta azul”, “covado cor de rosa para barra de saia” etc. Amorim não fazia as vendas de suas fazendas diretamente em Cuiabá e nos demais lugares em que seus negócios chegavam, mas por intermediários, como Manoel de Mello Almada e José Luís Coelho, residentes em Itu e Ararituaba, respectivamente.

Por ser credor nas minas de Cuiabá e devedor no Rio de Janeiro, em 1767 Manoel Amorim, através de seus testamenteiros, pagou parte da dívida que tinha com Manoel da Costa Cardoso, no Rio de Janeiro, em “barras de ouro”, no valor de 374\$954. Ressaltou que fazia questão de saldar suas dívidas, devido à confiança que haviam a ele dirigido, ou melhor, queria fazer valer o seu crédito. Assinou um recibo no qual afirmou:

“Devo ao senhor Manoel da Costa Cardoso com praça no Rio de Janeiro a quantia de 999\$703, procedida de fazenda que lhe comprei e [que] recebi muito a meu gosto (...) pagarei ao dito ou a quem se me mostrar fatura a dez meses e todo mais tempo que demorar seu pagamento lhe pagarei juros da lei (...) para cuja satisfação obrigo minha pessoa e bens ao que não houveres dúvida alguma em juízo ou fora dele para se passar na verdade passo o presente de minha letra e assino”

<sup>181</sup> *Fazenda* significa, dentre outras coisas, bens em geral, e não apenas tecidos, cf. MORAES e SILVA, Antônio de. Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813, 2ª edição.

Obrigando-se por sua pessoa e bens, Manoel Amorim demonstra que, como nas demais partes do império português, o seu negócio funcionava com base no crédito, inclusive pessoal. Em 1765, o procurador de Manoel da Silva Barata, morador em Mato Grosso, comprou, em Araritaguaba, a Manoel Amorim uma peça de linho, “cujo número de varas se viu escrito por fora”. No entanto, Barata, ao tomar “verdadeiro conhecimento da fazenda” observou ter oito varas a menos. Amorim respondeu havia vendido a peça de linho “sem malícia alguma do engano” e, por isso, faria “o abatimento que for justo pois não [podia] fugir do que for razão”.

Também em testamento, Amorim referiu-se a um de seus credores de Araritaguaba (que, aliás, era seu testamenteiro) da seguinte maneira:

“Declaro que eu tenho contas com Domingos da Rocha Abreu, morador nesta freguesia, as quais contas ajustarão meus testamenteiros com o dito, e lhe pagarão o que ele disser que eu devo por ser homem de conhecida verdade e de quem sempre fiz confiança (...)”

Domingos da Rocha Abreu era um dos mais abastados moradores da vila de Itu no ano de 1767. Em que pesem omissões de informações das listas nominativas, no ano de 1766 e 1767 elas informam o valor dos “bens móveis e de raiz” que os chefes de fogos possuíam, geralmente em réis. Essa informação constava ao lado da ocupação que o chefe do fogo desempenhava. Infelizmente, nestas anos as listas não mencionam a quantidade de escravos, as produções dos fogos, tipos de propriedade fundiárias (sítio, fazenda etc.), casas etc. Diz-se apenas que Fulano vive de algo, geralmente de suas lavouras, e possui em bens móveis e de raiz uma determinada quantia, tal como foi descrito “Francisca de Arruda que vive de sua lavoura, possui em bens móveis e de raiz cem mil réis”. Para os destituídos de posses, menciona-se que “possui nada”, como, por exemplo, “Antônio Gonçalves Leitão, viuvo, que vive de suas lavouras, possui nada”.

Os valores referidos nas listas nominativas não nos possibilitam afirmar que eles advieram das atividades relacionadas às ocupações dos chefes dos fogos, que poderiam ser uma, dentre outras exercidas ao longo de suas vidas. Ademais, as listas também tendem a

mencionar apenas uma atividade de forma genérica, desprezando a diversificação ocupacional dos chefes dos fogos.<sup>182</sup>

Contudo, na lista de 1767, Domingos da Rocha Abreu, ausente da lista de 1766, a quem Manoel Amorim era devedor, vivia de “negócio mercantil”. Por sua vez, na lista de 1766, consta que Francisco Novaes de Magalhães, também testamenteiro de Amorim, vivia de “de seu negócio de fazenda seca”, possuindo “em bens móveis e de raiz e dívidas que se lhe devem bem e mal paradas quarenta e cinco mil cruzados”. As *dívidas bem e mal paradas e o viver de seu negócio* significam que Magalhães se dedicava à atividade comercial, o que é confirmado por Nardy Filho<sup>183</sup>.

Nas listas de Itu de 1766, Francisco de Magalhães era o que tinha mais em “bens móveis e de raiz e dívidas que se lhe deviam”, pois aqueles bens somavam 45.000 cruzados, ou seja, 18 contos de réis, quantia avultada para a época. Outros que se dedicavam ao comércio também estavam no topo da hierarquia econômica, como o quadro abaixo demonstra.

---

<sup>182</sup> Sobre as listas nominativas, cf. MARCÍLIO, Maria Luisa, 1974, *op.cit.*, especialmente Introdução: Arquivos e fontes, pp 28-38

<sup>183</sup> NARDY FILHO, Francisco. 2000, Volume. 5, *op.cit.*, p. 223.



**Tabela 5**  
**Faixas de Fortuna (em réis) dos Habitantes de Itu (1766)**

<b>Valor</b>	<b>Número de fogos</b>	<b>%</b>
<i>Possui nada</i>	116	45,0
Até 100\$000	82	31,8
100\$001 a 200\$000	19	7,4
200\$001 a 300\$000	10	3,9
300\$001 a 400\$000	12	4,7
400\$001 a 500\$000	1	0,4
500\$001 a 600\$000	6	2,3
600\$001 a 700\$000	0	-
700\$001 a 800\$000	2	0,8
800\$001 a 900\$000	0	-
900\$001 a 1:000\$000	1	0,4
1:000\$001 a 2:000\$000	4	1,6
2:000\$001 a 4:000\$000	2	0,8
8:000\$000	1	0,4
12:000\$000	1	0,4
18:000\$000	1	0,4
<b>Total</b>	<b>258</b>	<b>100,0</b>

\* 1 Conto equívale a 1.000.000 réis

Fonte: Listas nominativas de Itu – 1766.

Obs: Não estão incluídos no ano de 1766, por omissão do recenseamento, os fogos da freguesia de Ararituaba.

Entre os que possuíam bens, 142 (55%) chefes de fogos, apenas 10 detinham o equivalente a mais da metade da riqueza da vila, a qual somava, segundo as listas, 74:003\$800, ou seja, a concentração de riqueza era surpreendente<sup>184</sup>. Quem eram estes 10 homens que encabeçavam os fogos mais abastados?

O menos afortunado deste grupo era Simão Godoi Moreira, 80 anos, casado com Maria Moreira, e que vivia "de sua lavouras", possuindo "em bens moveis e de raiz um conto de reis". Em seguida vinham o tenente auxiliar Francisco Xavier de Azevedo e o alferes João Fernandes Costa, respectivamente com 34 e 50 anos. O primeiro era casado com Ana Novaes, vivia "de seu negócio" e possuía "em bens móveis" quatro mil cruzados (um conto e

<sup>184</sup> Concentração de renda que, aliás, é um dado estrutural na economia brasileira, cf. FRAGOSO, João Luis Ribeiro & FLORENTINO, Manolo Garcia. 1993, *op. cit.*,.

seiscentos mil réis)<sup>185</sup>. O segundo era viúvo, vivia "de seu negócio fazenda seca", tendo "em bens, dívidas bem e mal paradas" também a quantia de um conto e seiscentos mil.

Dividindo o quarto lugar estavam o sargento mor Antônio Pacheco da Silva e Gonçalo Souza Rodrigues, ambos com 2 contos de réis. O sargento mor, 49 anos, era casado com Inácia Góes e vivia de sua fazenda de gado e de fazer açúcar. Por seu lado, Gonçalo Souza Rodrigues, 32 anos, que vivia de suas lavouras, era casado com Inácia Camargo. Em sexto lugar estava Feliciano da Costa, 66 anos, casado com Ana Garcia, que vivia de suas lavouras e possuía em "bens moveis e de raiz três contos". Logo após estava o capitão mor Salvador Jorge Velho, 55 anos, casado com Genebra Maria de Machado de Vasconcelos, e não foi mencionada sua ocupação, mas possuía 4 contos. O oitavo, que vivia "de seu engenho de açúcar e aguardente" e tinha em bens móveis e de raiz 8 contos, era Antônio Ferraz Arruda, 62 anos, casado com Maria Pacheco.

Os dois mais abastados estavam envolvidos com atividades comerciais. Francisco da Cruz que vivia do "negócio de mercador de fazenda seca", e possuía, "em bens móveis e dívidas bem e mal paradas que lhe" deviam, trinta mil cruzados (doze contos de réis).

Francisco Cruz era solteiro, natural do Arcebispado de Braga e, em seu testamento, declarou não ter "dívida alguma", mas que a ele deviam "várias dívidas" por conta de "crédito e acertos de livro". Afirmou ainda ter possuído duas sociedades, uma com Antônio de Oliveira Andrade, "hoje falecido em Portugal" e outra, "em uns escravos", com Lucas de Barros Paiva e com o mesmo Antônio de Oliveira Andrade. Das duas sociedades ainda restavam algumas dívidas a receber, mas que Francisco da Cruz julgava serem "perdidas". Caso as dívidas fossem cobradas, o montante deveria ser repartido em parcelas iguais, conforme a sociedade. Os valores dos sócios de Portugal deveriam ser remetidos a Manoel da Costa Cardoso, residente na cidade do Rio de Janeiro – talvez o mesmo comerciante mencionado no testamento de Manuel Antônio Amorim –, para que Cardoso enviasse aos herdeiros de Antônio de Oliveira Andrade e a Lucas de Barros Paiva (nº 39).

Um dos testamenteiros de Francisco da Cruz foi Francisco Novaes de Magalhães, o mais rico da lista. Francisco Novaes de Magalhães, 48 anos, casado com Maria Francisca

---

<sup>185</sup> A conversão de cruzados em réis foi feita tendo como base a obra de Roberto Simonsen, na qual se observa que 1000 cruzados equivalem a 400.000 réis e 1 conto de réis equivale a 1.000.000 réis. Cf. SIMONSEN, Roberto. 1937, *op.cit.*, . Tomo II, p. 347.

Vieira, que vivia de "seu negócio de fazenda seca", possuindo "em bens móveis e de raiz e dívidas que se lhe" deviam, bem e mal paradas, quarenta e cinco mil cruzados (18 contos de réis).

Considerando que as listas nominativas, ao informarem as ocupações, aludem uma representação social, o *viver de negócio de fazenda seca*, o *ter em bens móveis e dívidas tantos mil cruzados* são expressões que referem a atividades comerciais. Francisco Novaes de Magalhães e Francisco Cruz eram os mais abastados dentre os mencionados nas listas nominativas, seguindo uma tendência de os comerciantes ligados ao abastecimento interno serem os mais ricos das localidades em que residiam e a de que o comércio ser a atividade que apresentava a maior concentração de riquezas<sup>186</sup>.

Porém, quais seriam as atividades, para além do comércio, que estes homens desempenhavam? Qual ou quais o(s) tipo(s) de comércio a que se dedicavam?

Francisco Novaes de Magalhães era natural de Guimarães, e não sabemos se antes de estabelecer-se em Itu esteve em outro lugar na colônia. Segundo Nardy Filho, em 1743, casou-se em Itu com Maria Francisca Vieira, filha do capitão João da Costa Aranha e tinha um

"grande armazém (...) onde se abasteciam de tudo o que lhes era necessário em gêneros e fazendas e outros artigos, não só a gente ituana como de outras povoações vizinhas (...) [armazém que abastecia] fazendeiros de então, aos quais também Novaes de Magalhães servia de banqueiro, e os quais com ele saldavam suas dívidas no fim da safra de açúcar, gênero com o qual Novaes de Magalhães negociava"<sup>187</sup>.

Vimos que no ano de 1766, Francisco de Magalhães tinha 48 anos e vivia "de seu negócio de fazenda seca", e que seus bens móveis, de raiz e dívidas somavam 18 contos. Nas listas nominativas de 1773, já é possível perceber a diversificação de seus negócios, na medida em que ele vivia de "negócio loja", mas possuía um sítio com uma produção de 450 alqueires de milho, 50 de feijão, 50 de farinha de mandioca, 400 cabeças de gado e 50 crias, 4 éguas e 2 crias, além de 2 moradas de casa em Itu e 12 escravos. A lista de 1775 aponta Francisco novamente vivendo de "negócio de fazenda seca". Neste ano, havia 400 alqueires

<sup>186</sup> CANABRAVA, Alice P., 1972, *op.cit.*, pp. 111, 117 e 123;. FRAGOSO, João L. R., 1992, *op.cit.*, Cf. especialmente capítulo IV.

<sup>187</sup> NARDY FILHO, Francisco. 2000, Volume. 5, *op.cit.*, p. 223.

de milho, 30 de farinha de mandioca, 30 de fumo, além de 400 cabeças de gado e 40 crias. Em 1776, vivendo de “negócio de fazenda seca”, tinha em seu sítio 400 alqueires de milho, 30 de feijão, 30 de mandioca. Possuía ainda 400 cabeças de gado, 60 bezerras, 4 cavalos e 17 escravos.<sup>188</sup>

Constata-se que Francisco Novaes Magalhães aliou seus negócios mercantis com atividades agrárias e, sobretudo, pastoris. Em seu testamento, feito em 1785, mesmo ano em faleceu, disse: “declaro que tenho tido vários negócios dos quais me estão devendo quantias”. Enfatizou também que não devia “coisa alguma”. Dentre seus negócios, havia inclusive os que envolviam cabeças de gado (nº 38).

Infelizmente seu testamento está incompleto e não foi localizado o seu inventário, mas, apesar disso, foi possível saber um pouco acerca da natureza de seus negócios e a dimensão aproximada de sua fortuna. Na ocasião de seu testamento, tinha 5 filhas vivas, a saber: Ana Novaes, casada com o capitão mor Francisco Xavier de Azevedo, Maria Novaes, casada com Inácio Duarte do Rego, Isabel Novaes, casada com o tenente Joaquim Duarte Novaes, e Francisca e Ana Francisca, solteiras, sendo que Francisca estava “contratada para casar com Manoel Pinto Ferraz”, com um dote de 6 mil cruzados (2:400\$000). Asseverou, também: “Declaro que dei a cada um dos meus genros cinco mil cruzados em dinheiro, também dei a meu filho Joaquim Novaes cinco mil cruzados”.

Nas listas nominativas de 1766, o filho Joaquim Novaes, já falecido quando da redação do testamento, tinha 20 anos e era estudante de filosofia, e José, estudante de gramática, 11 anos, estava ausente do testamento. Maria, Isabel e Francisco contavam com 17, 13, 6 anos, respectivamente, e Francisca com 3 meses. Nas listas de 1776, Francisco Novaes de Magalhães estava com 56 anos, e seus filhos, Maria, Isabel, Francisco, Francisca e Ana com, respectivamente, 25, 21, 19, 8 e 7 anos, ou seja, em 1776 os filhos ainda faziam parte do mesmo fogo de seus pais.

No testamento, Francisco de Magalhães afirmou ter dado a seus genros, cônjuges de suas filhas Ana Novaes, Maria Novaes e Isabel Novaes, 5 mil cruzados, em dotes, embora

---

<sup>188</sup> Em todos os censos mencionados, Francisco Novaes de Magalhães tinha como cônjuge Maria Francisca Vieira, o que nos possibilitou evitar homônimos. Evidente que tais informações foram cruzadas com os nomes dos filhos, escravos etc. Este procedimento foi adotado em todos os casos de pessoas analisadas neste trabalho através das listas. Sem esquecer, ainda, do cruzamento com outras fontes, tais como inventários, testamentos etc.

Ana Novaes não deva ser confundida com Ana, pois a primeira já estava ausente do fogo em 1766. Mesmo assim, é possível que suas filhas tenham se casado entre 1766 e 1785, o que significa que o patriarca teria dado em dote 26 mil cruzados (10:400\$000), valor avultado para época. Acresça-se, ainda, 3 mil cruzados (1:200\$000) de sua terça, deixados à Igreja de Nossa Senhora da Candelária, para “douramento e pintura do altar mor” e 2 mil cruzados (800\$000) para sua viúva distribuir aos pobres. Dentre outros, seus legados somam 4:218\$800. Considerando que o período 1763-1809 é deflacionário, conforme afirma José Jobson Arruda<sup>189</sup>, isto demonstra a estabilidade de suas atividades.

É possível também constatar o caráter familiar de seus empreendimentos. Em seu testamento relatou que das quatrocentas cabeças de gado que estavam na fazenda na paragem Itaim Guaçu, a metade pertencia à viúva de seu filho, “Joaquim”. É provável que seu genro, o capitão mor Francisco Xavier de Azevedo, que aparece na lista de 1766 como um dos mais abastado de Itu, também operasse junto a seu sogro, pois foi o cobrador de várias dívidas, tal como consta do inventário da viúva de Francisco Novaes de Magalhães, Maria Francisca Vieira (nº 41).

O fato de Francisco de Magalhães dedicar-se a atividades agrárias e pastoris não significou o abandono do comércio. O comércio foi uma atividade constante ao longo de sua vida, haja vista as designações a ele referidas nos maços de população. Em 1766 vivia “de seu negócio de fazenda seca”, possuindo “bens móveis e de raiz e dívidas que se lhe”, em 1773 vivia de “negócio loja”, em 1775 vivia do “negócio de fazenda seca”, em 1776 também vivia de “seu negócio de fazenda seca”. No seu próprio testamento, de 1785, mencionou o “livro quatro” de suas dívidas. No inventário de Maria Francisca Vieira, de 1796, havia uma dívida inscrita “no livro sexto”. Neste inventário, ainda eram muitas as dívidas contidas nos livros de Francisco de Magalhães, cujos devedores somavam 131 pessoas, incluídas dívidas em Sorocaba, Cuiabá etc. Assim, como mencionou Nardy Filho, Magalhães “servia de banqueiro”, isto é, era um comerciante usurário, mas um usurário peculiar, ao menos à véspera de sua morte: “declaro que tenho tido vários negócios dos quais me estão devendo quantias (...) [e] das dívidas que me devem é minha vontade que se não leve juros a pessoa alguma”.

---

<sup>189</sup> ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980, p. 347.

Onze anos depois de morrer, em 1785, o inventário de seu cônjuge ainda contava com 1:822\$400, em dinheiro amoadado, o que representa 7,5% de seu monte bruto, enquanto as dívidas ativas somaram 10:316\$739, 42,3%. Possuía, em bens de raiz, 4:400\$000, 18% do monte, referentes a uma “morada de casas de sobrado na Rua Direita”, “um morada de casas térreas” na mesma rua, e a um sítio no bairro do Itaim Guaçu com três lanços de casa, paredes de mão, senzalas e arvoredos com terra lavradas e campos de criar. Os meios-dote, que os herdeiros incluíram no inventário, somaram 5:348\$505, o que corresponde a 21,9% da fortuna. Em resumo, onze anos depois da morte de Francisco de Magalhães, o maior valor do monte de seu cônjuge era formado por dívidas ativas (42,3%), que agregadas aos 7,5% em dinheiro, perfazem quase a metade da fortuna, índice que revela a capacidade de crédito herdada pela viúva.

Infelizmente, porém, as dívidas ativas mencionadas no inventário do cônjuge Francisco de Magalhães quase sempre informam apenas o nome do devedor e a quantia devida. Cruzando nomes dos maços de população com a lista dos devedores, observa-se que entre estes últimos havia Francisco Gonçalves Brito, Serafim Moraes e Vicente Ferreira, que viviam de pilotar canoas, além de Joaquim Costa e José Costa, “filhos do piloto”. Assim, em 1796, ano do inventário, distante do período áureo do comércio das monções, existiam dívidas de pessoas que se lançavam nos rios do Tietê. Os negócios de Magalhães chegaram até Cuiabá, já que no inventário de seu cônjuge menciona-se uma dívida referente a “aluguel de dois escravos que foram para as minas de Cuiabá” com Joaquim Rodrigues Leite, no valor de 50 oitavas de ouro, além de serem enviados 96\$000 em ábitos “para as minas de Cuiabá”, e 24\$000, também em ábitos, para Minas Gerais. Em “barras de ouro *com guia*”, havia 225\$258, o que indica ter pago os quintos. Por fim, a Câmara de Cuiabá devia, “por uma sentença”, a quantia 396\$406. Desse modo, suas ligações com Cuiabá contribuíram para a formação de sua fortuna, ainda que pouco.

Diferentemente de Novaes de Magalhães, podemos ter mais certezas dos negócios com Cuiabá através de Domingos da Rocha Abreu, também testamenteiro de Amorim. Na primeira metade do século XVIII, em ano impreciso, ele se transferiu da povoação de S. Martinho de Outeiro, Arcebispado de Braga, para São Paulo, onde se casou com D. Francisca Cardoso de Siqueira, “moça de distinta família”. Posteriormente, estabeleceu-se na freguesia de

Araritaguaba, aonde veio a falecer no ano de 1784. Além de ter tido muito respeito junto à comunidade em que vivia, “homem de conhecida verdade”, no dizer de Manuel Antônio Amorim, Domingos da Rocha de Abreu levou uma vida abastada na freguesia. Nas listas nominativas de 1767, informa-se que ele vivia de “negócio mercantil” e possuía 6000 cruzados (2:4000\$000) em bens, estando entre os 5 mais abastados da freguesia de Araritaguaba.

De seu consórcio com Dona Francisca nasceram dez filhos. O mais velho, Manoel Cardoso de Abreu, em 1765, então com quinze anos, iniciou suas viagens ao Cuiabá para auxiliar o pai nos negócios, o que fez até o ano de 1773, tal como relata em sua crônica, redigida dez anos depois, em 1783. Ainda em 1776, Manoel fora destacado para a Colônia do Iguatemi<sup>190</sup>. Dentre os outros filhos de Manoel da Rocha Abreu, havia Alexandre, que também adentrou a rota das monções, pois em 1767 estava junto com seu irmão Manoel em viagem ao Cuiabá, Ana Joaquina, que casou-se com José Antônio Peixoto e morou em Cuiabá, Maria Madalena da Rocha, Luiza da Rocha, e, finalmente Ana Francisca da Rocha.<sup>191</sup>

Talvez os cabedais de Domingos da Rocha Abreu o tivessem possibilitado casar bem suas filhas. Luiza da Rocha casou-se como alferes Guilherme da Silva Claro, que por algum tempo atuou na Colônia do Iguatemi. Maria Madalena uniu-se em matrimônio a Francisco Simões dos Reis, que em 1798 estava *formando seu engenho*, e produziu 200 arrobas de açúcar, além de possuir 17 escravos. Ana Francisca, em 1782, consorciou-se com o *senhor de engenho* Francisco Correia de Moraes Leite, que foi *capitão mor* da vila de Porto Feliz durante vinte e três anos, entre 1797 e 1820. No ano de 1798, Francisco Correia de Moraes Leite exportou 1000 arrobas de açúcar através do Porto de Santos, em 1818 com os seus 46 escravos produziu 3000 arrobas de açúcar, 600 alqueires de milho, 150 de feijão e 40 de arroz. Essa produção o colocava como o segundo maior produtor de açúcar da Vila, ao lado de Joaquim Duarte do Rego, genro de Francisco Novaes Magalhães. Em 1824, Francisco Correia de Moraes Leite de posse de seus 65 escravos produziu 1600 arrobas de açúcar, 1000 alqueires de milho, 150 de feijão e 40 de arroz. Um dos filhos de Ana e Francisco foi o

---

<sup>190</sup> ABREU, Manoel Cardoso de. 1902, RHIGSP, Volume VI, *op. cit.*, p. 290.

brigadeiro Joaquim José de Moraes Abreu, que ocupou os cargos de membro do Conselho da Província, vereador da Câmara Municipal de São Paulo, deputado provincial e vice-presidente da Província de São Paulo.

Nas listas nominativas de 1767, Domingos Rocha Abreu foi descrito como vivendo *de negócio mercantil*, em 1769 vendeu pregos, fios de sapateiro, barbantes e agulhas para a costura de barracas para canoas que iam para a Colônia do Iguatemi. Mas nas listas de 1776, já viúvo, era *tesoureiro* e agricultor. Neste ano havia colhido em seu sítio 700 alqueires de milho e 60 de feijão. Faziam parte do seu patrimônio 4 cabeças de gado, 12 bezerros, 16 porcos, 8 leitões, 2 cavalos, 25 escravos e uma morada de casas. É muito difícil precisar se no decorrer de sua vida Domingos Rocha Abreu abandonou a atividade comercial para dedicar-se somente às fainas da terra, mas suas ligações com a rota Araritaguaba-Cuiabá e o caráter familiar de seus empreendimentos mercantis são evidentes. Tinha filhos nas expedições monçoeiras e uma de suas filhas morava em Cuiabá, o que lhe possibilitaria conseguir acumular capital, traduzidos em seus vinte e cinco escravos e nas alianças matrimoniais de suas filhas.

Este também foi o caso de Luís Araújo Coura, que vivia de “negócio para o Cuiabá”, e nas listas nominativas de 1767 possuía um cabedal muito inferior ao de Domingos da Rocha Abreu, apenas 600\$000. Neste ano, um de seus filhos, Luís, estava ausente no Cuiabá, onde o pai tinha negócios. Passados sete anos, em 1774, as listas nominativas designam Coura como um agricultor, possuindo “um sítio coberto de capim com mil braças de terras de testada com meia légua de sertão”, no qual com seus 41 escravos, colheu 500 alqueires de milho e 100 de feijão. Tinha 3 cavalos, 9 cabeças de gado, 2 bezerros, e uma morada de casas. Em 1776, no sítio em que morava, colheu-se 1000 alqueires de milho, 150 de feijão, 40 de arroz, 60 de amendoim, e havia 6 cabeças de gado, 12 porcos, 2 cavalos e 33 escravos e, por fim, uma morada de casas. Neste ano, seu filho Luís também estava ausente no Cuiabá.

---

<sup>191</sup> As fontes utilizadas para aferir a trajetória dos membros da família foram as listas nominativas dos anos 1766, 1767, 1776, 1798, além de ABREU, Manoel Cardoso, 1902, *op.cit.*, e a obra “Nota sobre Manoel Caetano de Abreu” in RIHGSP. Nota da Revista, 1902, Volume VI (1900-1901), pp. 291-293. Em itálico estão as expressões tal como mencionadas nas fontes.



Obviamente, o volume de mantimentos colhidos em sua propriedade e a quantidade de escravos de que dispunha, ainda que esta tenha diminuído, demonstra uma produção voltada ao mercado. Luiz Araújo Coura vivia de *negócio para o Cuiabá*, e as monções que para lá se dirigiam quase sempre partiam em grandes comboios por receio dos ataques indígenas.<sup>192</sup> É muito provável que Luiz Araújo Coura negociasse duas vezes: vendendo em Cuiabá e abastecendo as mesmas expedições que para lá se dirigiam.

Em 1790, o inventário de Luiz Araújo Coura apresentou um monte bruto de 5:552\$365, que para a época era um valor significativo (nº 42). Entre seus bens estavam uma casa na vila de Itu, na Rua Palma, um sítio no Bairro Boiru e uma morada de casas de três lanços na Freguesia de Ararituaguaba e, ainda, um sítio, bens que juntos somavam 882\$400, o que representava 15,9% do monte mor. Seus 33 escravos perfaziam 2:412\$800, 43% de seus bens, e o dinheiro amoedado atingia 1:245\$958, 22,4%. Por fim, suas dívidas ativas somavam 619\$217, eqüivalendo a 11,2% de seus bens.

Não pudemos detectar o tipo de negócio que Coura efetuava, pois infelizmente seu inventário não arrola mercadorias, nem faz menção à existência de “contas de livros”. Com efeito, o montante de dinheiro amoedado e de dívidas ativas em seu inventário poderia significar que ele seria um comerciante usurário, isto é, emprestasse dinheiro a juros, mas não apenas isto, já que apenas 3 pessoas lhe deviam, todas moradoras nas minas do Cuiabá. Pode ser que mantivesse negócios no Cuiabá, tal como mencionado na lista nominativa de 1767. Ou, ainda, o que é mais provável, que combinasse o empréstimo a juros, mantivesse negócios no Cuiabá e, como vimos, produzisse gêneros para o mercado, o que, neste último caso, sugere sua quantidade de escravos. Em suma, Coura diversificava seus investimentos, mas todos ligados à rota das monções, o que, evidentemente, contribuiu para seu enriquecimento, na medida em que teria 600\$000 réis em bens em 1767 e ao falecer sua fortuna era quase 10 vezes maior, ainda que tais valores estejam enviesados<sup>193</sup>.

Um ano após sua morte, sua esposa Luisa Pedrosa faleceu. O inventário de Pedrosa, mesmo após a partilha do ano anterior, apresentou um monte mor de 2:662\$778, ou seja, ficou com quase o mesmo valor da meação do ano anterior, sem ficar com bens de filho

<sup>192</sup> Cf. capítulo 3.

<sup>193</sup> Sem esquecer, é óbvio, que o período 1763-1809 é deflacionário. Cf. ARRUDA, José Jobson de Andrade. 1980, *op.cit.*, p. 347.

algum, já que sua filha mais nova contava com 25 anos (nº 43). Quando da partilha dos bens de Coura, cada um dos 9 herdeiros do casal recebeu 349\$389, o que atinge 3:144\$506. Assim, as dívidas que Coura pudesse ter não comprometeram sua fortuna. Aliás, no inventário de Pedrosa, as dívidas e despesas somaram somente 47\$100. O monte líquido foi de 2:589\$333.

Certamente, uma forma de Coura e Pedrosa manterem seus bens foi encontrada no comércio das monções. Uma das dívidas mencionadas no testamento da viúva foi a do Capitão Luís de Araújo Filgueira, filho de Luisa Pedrosa, no valor de 715\$940. Trata-se do mesmo filho que estava ausente nas minas do Cuiabá nos anos de 1767 e 1776, pois nas listas nominativas destes anos, e nos inventários de Coura e de Pedrosa, não há outro filho denominado Luís. Em 1791, quando da realização do inventário, Luís novamente se encontrava no Cuiabá. Pouco antes de morrer, Luisa fez seu testamento, no qual afirmou:

“Declaro que não tenho recebido da carregação que levou meu filho Luiz de Araújo para as minas de Cuiabá no ano de 85 mais do que constar dos recibos assinados por mim”

Isso demonstra que a família, entre 1766 e 1791, realizava negócios com Cuiabá. Os quase vinte e cinco anos em que a família Coura ficou envolvida em atividades comerciais lhes assegurou uma situação econômica pelo menos estável<sup>194</sup>. Portanto, semelhantemente ao caso de Domingos da Rocha Abreu, é possível destacar o caráter familiar do negócios com Cuiabá e a possibilidade de enriquecimento através deles. Enriquecimento que permitiu que alguns de seus filhos fizessem casamentos vantajosos, embora se perceba, na família Coura, um gradual empobrecimento de alguns de seus membros ao longo das gerações.

Sobre o capitão Luís Araújo Filgueira não encontramos mais informações nas listas nominativas. Dos demais filhos do casal, há informações para quatro deles. Escolástica de Araújo casou-se com o Alferes João Francisco Dias e ambos, nas listas de Itu de 1800, viviam dos jornais de seus seis escravos. Serafina de Araújo Filgueira consorciou-se com José de Almeida Lara, viviam de suas lavouras, possuíam 12 escravos e, no ano de 1803, tinham vendido seis capados. Isabel de Araújo casou-se com Bernardo José Vieira Bessa, natural de Braga, que era um *senhor de engenho*, e proprietário de 21 escravos, cujo

inventário de 1804 apresentou um monte líquido de 1:302\$281 (nº 44). Luisa de Araújo uniu-se em matrimônio com Jerônimo Pereira Lago, natural de Guimarães, que, segundo as listas de Porto Feliz de 1813, também era *senhor de engenho* e seu fogo contava com 26 escravos. Neste ano, seu filho José Pereira estava ausente em Cuiabá, e o fogo produziu 300 arrobas de açúcar e 30 canadas de aguardente. Em 1818, Jerônimo aparece nas listas nominativas como vivendo do “serviço de *fazer casas de engenho*”, que lhe rendiam 50\$000 anuais. Era também possuidor de 13 escravos. Em 1824, Jerônimo tornou-se um produtor de mantimentos que, com o trabalho de seus 13 escravos, colheu 200 alqueires de milho, 50 de feijão, 20 de arroz.

Certamente, Jerônimo não era pobre, pois, numa sociedade escravista, uma pessoa que possuía 13 escravos de modo algum pode ser considerada pobre. Tampouco queremos afirmar que produzir mantimentos fosse atividades ligadas apenas aos mais desfavorecidos. O que queremos enfatizar é o empobrecimento de alguns membros da família, se comparados ao patriarca Luiz de Araújo Coura, que quase meio século atrás tivera 33 escravos produzindo 1000 alqueires de milho e 150 de feijão. Portanto, alguns de seus descendentes não conseguiram atingir o patamar de riqueza alcançado por Coura. Em 1804, o inventário de seu genro, Bernardo José Vieira Bessa, tinha o monte líquido de 1:302\$281, apesar de possuir 21 escravos.

Luís Araújo Coura não realizou seus empreendimentos monçoeiros isoladamente, tendo em vista que operava junto a outras pessoas, tais como André Dias de Almeida, testamenteiro de Antônio de Amorim e pai de Antônio José Almeida. Ambos, em 1769, juntamente com os negociantes Antônio de Anhaya Lobo, Alexandre Godoy Moreira, João Ferreira de Oliveira e Agostinho Barbosa de Mello, sofreram alguns contratemplos na altura da barra do Rio Pardo, como a fuga de escravos, moléstias de trabalhadores, emborcação de duas canoas. Tais fatores acarretaram a perda de cargas de negócio e principalmente de mantimentos, “que lhes eram precisos para completar a viagem”. Receberam também ataques de índios Caiapó<sup>195</sup>.

---

<sup>194</sup> Trinta anos, pelo menos, já que o primeiro dado que temos acerca do envolvimento dos Coura em atividades comerciais data de 1766.

<sup>195</sup> André Dias de Almeida, Antônio de Anhaya Lobo eram moradores de Ararituaba, Alexandre de Godoy Moreira, de Itu, João Ferreira Leite era negociante da Praça de Santos. Não conseguimos informações para

André Dias de Almeida nasceu em Itu, em 1723, três anos após o início do comércio das monções, ao qual sua vida esteve profundamente ligada, bem como a de seus descendentes. Batizado em Ararituaba, onde casou-se em 1759 com Francisca Leite de Miranda, filha do português e capitão Antônio Luís Coelho, que residiu em Itu e Ararituaba e se dedicou à “profissão de comerciante, ou mercador, como ao tempo diziam”. Tal como seu sogro, André Dias de Almeida “se ocupou no comércio com Cuiabá, em que granjeou fortuna, avultada para aquele tempo de Rs. 2:500\$000”. Aos 14 de setembro de 1766, foi nomeado capitão mor de Ararituaba<sup>196</sup>. Em 1767, André Dias de Almeida, 43 anos, casado com Francisca Leite Miranda, vivia de negócio e possuía 6000 cruzados (2:400\$000), quantia que lhe situava entre os homens mais abastados das listas nominativas de Ararituaba, aliás, quantia próxima da mencionada por Theodorico de Camargo. André Dias de Almeida comandou uma expedição ao Iguatemi em 1768<sup>197</sup>.

Em 1773, conforme o censo, ele possuía um “sítio com 200 braças de terras”, colhendo, com seus 13 escravos, 400 alqueires de milho, além de feijão, amendoim e arroz. Em 1775, as listas informam que André possuía um sítio com 500 braças de testada e meia légua de sertão, 50 cabeças de gado, 3 cavalos, 15 porcos, 250 alqueires de milho, 40 de feijão e 16 escravos. Em 1776, mantinha um sítio, que produziu 800 alqueires de milho, 100 de feijão, 30 de arroz, 40 de amendoim, 40 cabeças de gado, 15 bezerros, 30 porcos, 20 leitões e 18 escravos. Neste ano, o seu agregado de nome Francisco estava ausente no Cuiabá.

Aparentemente, André teria redirecionado seus investimentos, saindo da atividade comercial e adentrado na agropecuária. Não nos foi possível saber sobre o desfecho da vida econômica de André, mas parece que ao longo dos anos ele foi se dedicando aos negócios agrários, pois seu número de escravos aumentava a cada ano, bem como sua produção. Devia estar cansado das lides nos rios. Em 1778, encarregado pelo governador da capitania

---

Agostinho Barbosa de Melo. Lista Nominativa de Itu para 1767. Documentos interessantes para a História e Costumes de S. Paulo. Volume XXXIV. pp. 35 a 45.

<sup>196</sup> Ordenanças de Itu. AESP, Caixa 55, Pasta 2, Documento 13, Ordem 291

<sup>197</sup> CAMARGO, Theodorico. 1954, *op.cit.*, pp. 8-9.

paulista, liquidou dois quilombos às margens do rio Tietê<sup>198</sup>. André faleceu em 1780. Seu filho, Antônio José de Almeida também operou em negócios do Cuiabá.

Antônio José de Almeida foi batizado em Araritaguba em 1772, e em 1793 se casou com sua prima, Teodora Leite Martins, filha “do abastado comerciante português Francisco Antônio Martins”, morador em Cuiabá<sup>199</sup>. De acordo como censo, em 1798, já sargento mor, Antônio José de Almeida foi para o Cuiabá “com licença de ano e meio”, levando sua família e escravos consigo, e mais “sua carregação de fazenda seca e molhados”. Antes mesmo de mudar-se para Cuiabá, Antônio já estava envolvido com atividades comerciais, visto que em 13 de julho de 1797 vendeu 151\$120 em fazendas a João de Oliveira Freire de Andrade.<sup>200</sup> No entanto, em 1803, Antônio estava novamente na vila de Porto Feliz, e continua a viver de “negócios para as minas de Cuiabá”. Em abril deste ano, às margens da cachoeira de Pirapora, em pleno rio Tietê, escreveu uma carta à sua esposa, na qual informava que chegou “com toda a sua conduta a salvamento”, e mais:

“Minha amada Esposa

Não me pode acabar tanta mágoa, porque não me sai do pensamento a nossa triste despedida e não posso sem lágrimas lembrar-me de sua amada pessoa, de nossos amantes filhinhos. Muito pode a lembrança que tenho de querer manter com honra a sua pessoa e a nossos filhos, senão talvez que eu me resolvesse de perder tudo, e não deixá-la, nem por um só instante, pois quando me lembra de nossa amada mãe fico até sem sentidos, aparece-me que ainda não tive dor que me igualasse desta despedida que só a morte pode ser igual. Enfim minha Teodora consolai-vos que eu vos prometo que ei de fazer excessos com ainda não se viu só a fim de vos tornar a ver breve, nossa mãe e nossos filhos. Só Deus tem poder nas minhas pretensões e, portanto, estais certa que qualquer coisa me não há de embarçar, e nem privar de vos abraçar bem breve. Adeus minha cara esposa, dá lembranças a nossa amada mãe e a nossos filhinhos, e a todas as nossas irmãs e parentes (...) cheguei chorando, estou chorando, e parto chorando (...)

Do vosso amante esposo

Antônio José<sup>201</sup>

Assim, era o comércio das monções que permitia a Antônio e sua família manterem-se com “honra”. Encerrar tal atividade poderia deixá-lo a “perder tudo”. E tinha a perder, pois possuía “uma grande chácara em Porto Feliz, à rua do Porto, com casa assobradada, dependência para os escravos, e grandes depósitos para as provisões destinadas às monções”.

<sup>198</sup> *Idem*, p. 9 e . Cf. Documentos Interessantes. Volume XLIII, p. 201.

<sup>199</sup> CAMARGO, Theodorico. 1954, *op. cit.*, p. 12.

<sup>200</sup> Autos Cíveis de Ação de Crédito e Assinação de dez dias. MRCl. Pasta 06. Doc. 06

<sup>201</sup> CAMARGO, Theodorico, 1954, *op.cit.*, p. 38

Certamente, tratava-se da morada de casas “de paredes de taipa com seu mirante de sobrado e as casinhas de pátio anexas” presente em seu inventário, avaliada em 1:000\$000. Possuía, ainda, uma outra morada de casas, térreas, localizada na rua que vai em direção à vila de Sorocaba, com “dois lanços, cobertas de telhas, paredes de mão com o seu competente quintal”, avaliada em 51\$200 (nº 51).

Além disso, Antônio José de Almeida era proprietário de “uma sorte de terras” que fazia divisa com terras de Amador Homem e de uma “fazenda de cana na ‘outra parte’ do rio Tietê”, doada por um tio, o capitão José Luís Coelho.<sup>202</sup> Talvez se trate do “sítio e terras” localizados no Bairro do Quilombo, avaliados em 206\$400. Ainda que seu inventário não mencione a presença de engenho e de gêneros cultivados em suas propriedades, alguns itens nele presentes indicam a produção de açúcar, algodão e mantimentos: 36 escravos, balança de pesar e caixão de guardar açúcar, dois carros de boi, tachos de cobre, prensa e roda da fazer farinha de mandioca, um forno, “meio alqueire e quarta de medir mantimento” e *escaroçadores* de algodão.

Para não “perder tudo”, entre 1800 e 1816, organizava frotas comerciais para Cuiabá. De Cuiabá dirigia-se a Goiás, passando à vila de Paracatu, em Minas Gerais, e descia pelo rio de mesmo nome até o rio São Francisco, em direção à Bahia. Após atravessar o sertão baiano, ia para Salvador, e costeava o litoral até o Rio de Janeiro e Santos. De Santos, voltava para Itu. Neste *périplo colonial* gastava dois anos. Provavelmente, a amplitude de seus negócios era possível porque contava com parentes e amigos em Cuiabá<sup>203</sup>.

Logo após o falecimento de Antônio José de Almeida, Laureano José Bicudo, morador na vila de Cuiabá, por seu procurador na vila de Porto Feliz, o capitão Gabriel Antônio de Carvalho, cobrou dívidas à viúva de Almeida. Aliás, Gabriel Carvalho também operava em Cuiabá. Em 1803, as listas nominativas informam que ele vivia de “seus negócios nas minas de Cuiabá”. Nas listas de 1813 e 1818 foi descrito apenas como “negociante”. Natural da vila de Guimarães, Arcebispado de Braga, tal como alguns comerciantes descritos, Gabriel mantinha ligações com negociantes do Rio de Janeiro. Em seu testamento, feito em 1821, dizia que vivia de negócios e que devia no Rio de Janeiro “créditos e contas”. Informava

---

<sup>202</sup> *Idem.*, pp. 11, 16.

<sup>203</sup> *Idem.*, p. 3 e 36.

ainda que tinha contas com Domingos Martins, morador em Mato Grosso, e muitas dívidas a receber por conta de créditos (nº 48). No inventário de sua esposa Maria Leite da Silva, de 1814, consta um total de 4:378\$100 em créditos, o que representava 73% do monte mor. Um dos devedores era Manoel José Correia Vianna, da vila de Goiás, “em conta de ouro”, no valor de 213\$100 (nº 47).

Representando Laureano Bicudo, Gabriel Carvalho reclamou que Antônio Almeida era devedor da quantia de 427 oitavas de ouro referentes a cobranças que fizera a favor de Bicudo. Diante desta solicitação, o Juiz de Órfãos mandou inquirir a viúva a respeito de tais negociações. Em 21 de maio de 1818, Teodora informou que do montante mencionado, deveria ser subtraído 4\$800 referente a meia arroba de ferro que seu marido “assistiu em Camapoãm” a um certo Pedro Gomes, provavelmente ligado a laureano José Bicudo. Afirmava que ficava “líquido para se lançar a quantia de 404\$400 que não duvida para se lançar para haver respeito nas partilhas”. O pagamento desta dívida foi feito a Gabriel Antunes de Carvalho em duas parcelas, a primeira em 18 de agosto de 1818 e a segunda em 27 de janeiro de 1819.

Em suma, o comércio das monções envolveu uma intrincada rede de pessoas e créditos.

O sargento mor Antônio José de Almeida não era apenas devedor. No total, deviam-lhe 1:348\$293 réis. Conforme o censo de 1808, quando Antônio José de Almeida era “contratador dos dízimos” da vila de Porto Feliz, tinha 27 escravos. Em 1813 ainda vivia “com negócios para o caminho do Cuiabá”, e possuía 29 escravos. Em 1816, faleceu em uma viagem para Cuiabá ou para a Bahia.<sup>204</sup>

Em finais do período do comércio monçoeiro, os negócios da família, pelo menos aparentemente, voltaram-se cada vez mais para as atividades agrárias. O inventário de Antônio apresentou um monte bruto de 7:686\$873 réis, 51,5% em escravos, 16,4% em imóveis e 17,5% em créditos. Portanto, Antônio Almeida, além do comércio, dedicava-se à agricultura e à usura. Ao que tudo indica, a “fazenda de cana”, doada pelo seu tio Antônio José, ficou sob administração da viúva. Nas listas nominativas de Porto Feliz, em 1818, a *viúva* Teodora Leite Martins Leite, 39 anos, *natural de Cuiabá*, vivia “de suas agências” e plantava, com seus 31 escravos, “mantimentos para o seu gasto”. Em 1824, era “senhora de engenho”, com 28 escravos e, em 1829, com 48 anos, novamente listada como “senhora de engenho”, tinha 36

<sup>204</sup> *Idem*, p. 39. No inventário de Antonio José Almeida, consta que o mesmo faleceu na Bahia.

escravos, e produziu 1700 arrobas de açúcar, além de 500 alqueires de milho, 60 de feijão e 40 de arroz.

A casa da Rua do Porto, que era uma “residência luxuosa, confortável, com cômodos forrados e assoalhados, e salas com paredes e tetos dourados”, veio a tornar-se a Santa Casa de Misericórdia da vila de Porto Feliz e, em 1846, quando Dom Pedro II visitou a antiga Ararituaba e Itu, uma “colcha de seda da Índia” foi solicitada à *viúva* Teodora Martins Leite, para que o herdeiro de Dom João VI tivesse uma coberta digna.

Certamente, o comércio das monções contribuiu para o enriquecimento de muitos moradores de Itu e Ararituaba, ou, como afirmou Antônio José de Almeida na carta à “amada esposa”, para que se mantivesse uma vida com “honra”.

#### ***4.7) A concorrência de outras rotas e a decadência das monções***

Sérgio Buarque afirma que enquanto duraram as monções, a via terrestre nunca foi mais que um “complemento do comércio fluvial”, dada a capacidade de as canoas transportarem, “em média, cada uma, o que levam quarenta ou cinqüenta bestas de cargas”. Além disso, era através das monções que se enviavam ao Cuiabá “peças de artilharia (...) que dificilmente seriam conduzidas pela via terrestre”. Contudo, “aos poucos, as canoas paulistas começam a perder o antigo monopólio [daquele] comércio”<sup>205</sup>. Novas rotas fluviais passam a concorrer com as monções, dentre as quais a Pará-Madeira, Pará-Tapajós, além da via terrestre que ligava Cuiabá a Goiás.

Sobre o caminho aberto em 1736-1737, ligando Cuiabá a Goiás, Virgílio Noya Pinto afirma que através dele comercializava-se principalmente gado vindo dos currais da Bahia. Ainda segundo este autor, “tudo faz crer que grandes levadas de negros tivessem sido conduzidas do Recôncavo via São Francisco, em direção (...) das minas de Natividade, São Félix, Arraias e Cavalcante”, localizadas em Goiás. Para vaqueiros e comerciantes da Bahia, o envio de bois e mercadorias para Goiás “representava lucro extraordinário, principalmente se comparado com o baiano, afetado pela crise do açúcar”. Tratava-se, na opinião de Noya Pinto, “da maior rede de comércio ilícito” na colônia, uma vez que a metrópole acreditava que a “única via legal de comunicação, tanto para o Mato Grosso quanto para Goiás, era São



Paulo”. A seu ver, foi a “Bahia que capitou esta corrente de ouro que de Cuiabá, passando por Goiás, chegava ao Recôncavo”.<sup>206</sup>

De qualquer forma, o desenvolvimento destas rotas está relacionado com a própria dinâmica do surgimento de jazidas na região: os povoados nascidos ao redor de Vila Bela eram abastecimento através das expedições via Madeira-Guaporé. A 10 de julho de 1749, João de Souza e Azevedo, navegando pelos rios Amazonas, Madeira, Marmoré, Guaporé, chegou a Vila Bela com a primeira “carregação de negócio” vinda do Pará. Em 1750, foi a vez de José Leme do Prado trazer outra “carregação de negócio”, acompanhado pelo sargento mor do Pará, Luiz Fagundes Machado, e pelo comissário, José Gonçalves da Fonseca, que, por ordem régia, deveriam examinar as condições de navegação do percurso. Em 1753 e em 1754, João de Souza e Azevedo novamente trouxe carregamentos de gêneros; no mesmo ano de 1754, foi a vez do negociante João de Moura Collaço<sup>207</sup>.

Um fato que contribuiu para o surgimento da rota Pará-Madeira-Guaporé foi a criação, pelo Marquês de Pombal, em 1755, da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que operou até 1777. Era intenção de Pombal promover o Estado do Maranhão, para o que nomeou seu próprio irmão, Francisco Xavier de Mendonça e Furtado, governador da capitania. Segundo Ciro Flamarion Cardoso, “a companhia pombalina, além de dinamizar a produção regional (cacau, café, arroz, algum açúcar) introduziu em pouco mais de duas décadas 14.749 escravos no Grão-Pará; mas, mesmo com as amplas facilidades de crédito a longo prazo que oferecia, a pobreza local fez com que a maior parte de tais cativos fosse reexportado, via navegação fluvial, para o Mato Grosso e suas minas”<sup>208</sup>. Somente nos anos de 1770 e 1771, saíram de Vila Bela para o Pará 194 mil cruzados e 59.966 oitavas de ouro,

<sup>205</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1990, *op.cit.*, p. 114.

<sup>206</sup> PINTO, Virgílio Noya. O ouro brasileiro e o comércio anglo-português. (Uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII). São Paulo: Ed. Nacional do Livro, 1979. Coleção Brasileira, pp. 100 e 106.

<sup>207</sup> RIHGSP, Volume. 15, pp. 70-73. João de Souza Azevedo, considerado o descobridor da rota Pará-Mato Grosso, era natural de Araritaguaba. Tornou-se famoso por suas andanças no sertão, chamando a atenção do governador do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Em 1717, ofereceu à Coroa Portuguesa um relato sobre os limites do Brasil com as colônias espanholas, “o que mostra o seu conhecimento geográfico daquelas áreas”. Em 1778, com o fim da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, “ele figurou entre um dos seus grandes devedores com a importância de 473\$533 reis”. LAPA, José Roberto do Amaral. Economia Colonial. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973, pp. 24-27.

<sup>208</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. “A crise do colonialismo luso na América portuguesa” In LINHARES, Maria Yedda (Org.). História Geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 97

respectivamente. E de Cuiabá para o Rio de Janeiro e Bahia saíram ao todo 299 mil cruzados em 1770. Em 1779 foram pagos para a já extinta Companhia do Pará 31:238\$740rs.<sup>209</sup>

Não só as rotas fluviais concorreram com o caminho das monções. Em 1772, a fim de tomar posse no governo de Mato Grosso, Luiz Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres partiu de Rio de Janeiro pelo caminho terrestre, chegando à Vila Bela, sede da capitania. Em 1818, o viajante D'Alincourt também se dirigiu, por via terrestre, de Santos até Cuiabá. Alcir Lenharo, para retratar as mudanças ocorridas no trajeto e suas implicações com as redes comerciais, comparou as impressões do governador com a viagem feita pelo engenheiro. Em 1772, Luiz Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres consumiu 116 dias na viagem, e afirmou ser de 'sumo risco o caminho por aquele sertão'. A seu ver, era preciso povoar o trajeto, instalar fazendas cujos moradores não só possam servir para desinfetar o País, afugentando os índios e embaraçando as suas atraíoadas correrias, mas para fornecer às pessoas que transitam o necessário socorro de gado e mantimentos para a continuação de suas viagens'. Em 1822, quando D'Alincourt percorreu o mesmo trajeto, o relato demonstra as transformações ocorridas no caminho. Informa a existência de vários pousos, fazendas, engenhos, sítios de mantimentos. Para Lenharo, "a viagem de D. Luís de Cáceres constitui um marco para a futura projeção do caminho de terra na organização do comércio da Capitania (...) o evento precede em alguns anos a importância que a articulação terrestre assumiria logo depois através da ativação do comércio regional com as praças do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo". Na passagem do século XVIII para o XIX estreitaram-se os elos "mercantis de Cuiabá com o Rio de Janeiro e a Bahia" e a partir de 1808, o Rio de Janeiro passa a polarizar o fluxo de mercadorias, ainda que em menor escala pudesse atingir Cuiabá e Goiás através da rota das monções<sup>210</sup>. Um exemplo de como os comerciantes cariocas atingiam Cuiabá, através do caminho fluvial, pode ser dado pelo negociante Antonio Francisco Pacheco e Souza, morador nas minas de Cuiabá, que no ano de 1802 "vindo de viagem com sua negociação da cidade do Rio de Janeiro" faleceu na vila de Itu, onde se fez seu testamento" (nº 35).

---

<sup>209</sup> RIHGSP, Volume 15, pp. 86, 87 e 94

<sup>210</sup> LENHARO, Alcir. 1982, *op.cit.*, pp. 21,23, 25, 47,48 e 68.

É provável que, a exemplo de Antônio Francisco, outros negociantes residentes em Cuiabá utilizassem a rota para realizar negócios no Rio de Janeiro ou na própria vila de Porto Feliz, como fez o ajudante Antônio Pompeu Campos. Saiu das “das Minas do Cuiabá”. Chegou em Porto Feliz em 01 de dezembro de 1818, quando foi “buscar negócios”<sup>211</sup>. De qualquer forma, o que vemos é que ao longo dos anos, a rota terrestre se estruturou.

Em 1820, apenas dois anos antes da viagem de D’Alincourt, Saint-Hilaire, ao visitar a vila de Porto Feliz, antiga Araritaguaba, local de onde partiam as frotas de comércio para as longínquas minas do Cuiabá, admirando a bucólica paisagem, afirmou que, embora o Tietê só servisse para enfeitar a cidade, “com o passar dos tempos ele irá ter grande importância para o lugar”, pois “não tardará que se inicie em Porto Feliz uma dessas gigantescas navegações fluviais (...) que encham de espanto os europeus, acostumados com os seus rios insignificantes” Comenta o viajante francês que:

“(...) quando foi aberta em 1737 a estrada que liga Goiás a São Paulo e se estabeleceu comunicação entre a Província de Mato Grosso, o Rio de Janeiro e a Bahia; quando, enfim, se estabeleceu o costume de usar os Rios Guaporé, Madeira e Maranhão para ir ao Pará, a estrada fluvial São Paulo-Cuiabá passou a ser menos freqüentada. À época da minha viagem, fazia quinze anos que vinha sendo pouco usada, e três anos depois os comerciantes a abandonaram inteiramente. Unicamente o governo se servia dela às vezes para enviar tropas ou munição de guerra ao Mato Grosso (...)”<sup>212</sup>.

Referindo-se aos novos interesses dos comerciantes, completou: “as tropas de burro partem de São Paulo, carregadas, passam por Goiás e chegam ao Mato Grosso, onde as mercadorias são negociadas. Em seguida dirigem-se a Bahia, onde os burros são vendidos com lucro de mais de 100 por cento”<sup>213</sup>. Certamente, ele estava exagerando nas margens de lucro dos negócios muares, mas contemporâneos informam que o trajeto terrestre era mais barato do que o fluvial, além de permitir a venda de bestas no local de destino. O capitão mor de Porto Feliz, Francisco Correia de Moraes Leite, em 07 de setembro de 1818, quando dos preparativos para o envio de uma expedição oficial, afirmou que

“(...) as expedições por este caminho de rio deviam-se extinguir, à exceção para se conduzirem peças e carretas etc. e o mais ir por terra, que é de muito menos despesa que pelo rio, maiormente por não haver paus grandes para canoas capazes, e que conduzam bastante cargas; e por terra ainda comprando-se as

<sup>211</sup> Ordenanças de Porto Feliz. AESP, Caixa 54, pasta 1, documento 86 Ordem no. 291

<sup>212</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. 1976, *op. cit.*, p.178-180

<sup>213</sup> *Idem*, p.180

bestas vendem-se depois em Cuiabá, e o dinheiro entra para o cofre Real, havendo naquela capitania quem seja encarregado (...)<sup>214</sup>

Diferentemente do capitão mor, Sérgio Buarque de Holanda atribui o fim do comércio do monções não ao fato de a via terrestre ser mais barata. Ao contrário, para o autor paulista, a via fluvial era mais barata, com a vantagem de uma canoa poder levar o que levam até 50 bestas. A rota terrestre, aliás, seria muito onerosa se não fossem vendidos em Cuiabá os próprios animais de carga”. As canoas tinham a vantagem de carregar mercadorias volumosas, como peças de artilharia, difíceis de serem conduzidas pela via terrestre, concordavam o historiador, o capitão-mor e o viajante francês. Para o primeiro, as rotas fluviais com o Pará, através dos rios Madeira e Tapajós, e o caminho terrestre São Paulo-Goiás foram uma primeira ameaça à rota das monções, mas enquanto perduraram as grandes monções, a estrada terrestre foi um “complemento da estrada fluvial”.<sup>215</sup>

Sérgio Buarque não atribui uma causa final, ou preponderante, mas uma combinação de fatores que aos poucos pôs fim às moções, dentre os quais a dificuldade para encontrar, nas proximidades de Porto Feliz, árvores apropriadas para a fabricação das canoas, que se esgotaram ao longo do tempo<sup>216</sup>, o progressivo esgotamento das minas do extremo Oeste, além do desenvolvimento das rotas terrestres e das monções do Pará.<sup>217</sup> Para o autor, em 1838, deu-se o golpe fatal, “uma epidemia de febre tifóide”, que “grassou nas margens do Tietê; deixando poucos sobreviventes entre o que ainda restava de mareantes e pilotos de Porto Feliz<sup>218</sup>”.

Antes mesmo desta epidemia, eram freqüentes as reclamações no tocante a falta de pilotos na vila. Em 27 de janeiro de 1812, o capitão mor Francisco Correa de Moraes Leite pedia ao governador da capitania que desobrigasse Porto Feliz “de dar gente para o trabalho da Real Fábrica de Ferro”, localizada na vila de Sorocaba. Acrescentava ainda que essa mão

<sup>214</sup> Ordenanças de Porto Feliz. AESP, Caixa 54, pasta 1, Documento [ilegível] Ordem no. 291

<sup>215</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1990, *op.cit.*, p. 114.

<sup>216</sup> Talvez em função da escassez de madeira para a confecção de canoas, um dos recursos utilizados para prolongar a vida útil das embarcações foi fazer com que as expedições fossem “somente até Camapoã, e dali tornarem as canoas e tripulação” a Porto Feliz, não indo até Cuiabá.. Esse processo evitava “duas varações de canoas”. Certamente, quando se arrastava as canoas nas varações contribuía-se para a diminuição da vida útil das embarcações. Ordenanças de Porto Feliz. AESP, Caixa 54, Pasta 1, Doc. 81. Ordem 291.

<sup>217</sup> *Idem*, p. 238

<sup>218</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1994, *op.cit.*, p. 151.

de obra poderia ser suprida por pessoas das freguesias de Araçariguama e São Roque de Parnaíba, ou então por moradores de Jundiá e São Carlos (atual Campinas). Isto porque as expedições reiturnas já ficariam privadas de “gente mais capaz” para o trabalho no rio, em virtude das monções dos comerciantes<sup>219</sup>.

Em 31 de março de 1818, o capitão mor Francisco Correa de Moraes Leite, estava novamente com dificuldades para compor a tripulação de uma expedição, dizia que de seu “comando não [poderia] sair mais de cinquenta até sessenta homens”. No entanto, eram necessários “cem trabalhadores”. A solução seria virem pessoas de “Itu, São Carlos, Sorocaba e Araçariguama” para completar assim a tripulação<sup>220</sup>.

Dois anos depois, a 9 de novembro de 1820, o então capitão mor Antônio da Silva Leite, substituto de Francisco Correa de Moraes Leite, se via as voltas com os mesmos problemas de seu antecessor. Para a realização de uma monção, foi obrigado a pedir autorização do governador da capitania para solicitar aos “capitães mores (...) de Itu e Sorocaba para cada um [mandar] dez homens robustos capazes de remarem, e carregarem cargas”<sup>221</sup>.

Certamente, em finais do século XVIII e inícios do XIX, o porto de Porto Feliz já não era mais o mesmo de outrora, mas mesmo em 1800, Cândido Xavier de Almeida e Souza encontrou a monção do “comerciante” Joaquim José de Camargo, que largou de Porto Feliz com nove canoas.<sup>222</sup>

Em 1803 as listas nominativas descrevem Domingos Soares como “senhor de tropas com que negocia para Cuiabá”. Em março 1809, os negociantes Joaquim José Ramos e José Joaquim Vieira partiram para o Cuiabá levando suas carregações.<sup>223</sup> Numa listagem contida nos maços de população de 1812, observa-se os comerciantes Salvador das Neves e Manoel de Souza enviando cargas para o Cuiabá, sendo que Manoel de Souza repete o feito em 1814. Entre os itens da lista estavam incluídos gêneros tais como fazendas, escravos, chumbo, azeitona, manteiga, sal, aço, ferramentas etc. (Anexo 3).

<sup>219</sup> Ordenanças de Porto Feliz. AESP, Caixa 54, Pasta 1, Documento 39, Ordem 291

<sup>220</sup> Ordenanças de Porto Feliz. AESP, Caixa 54, Pasta 1, Documento 77, Ordem 291

<sup>221</sup> Ordenanças de Porto Feliz. AESP, Caixa 54, Pasta 2, Documento 31, Ordem 291

<sup>222</sup> ALMEIDA E SOUZA, Cândido Xavier, RIHGB, 1951, Volume 202, *op.cit.*, p. 21.

<sup>223</sup> Ordenanças de Porto Feliz. AESP. Caixa 54. Pasta 1. Documento 31. Ordem 291.

Destarte, não obstante outras rotas possam ter contribuído para o declínio do caminho das monções, pode ser dito que elas sobreviveram ao longo de quase um século, embora a partir da década de 1770 tenham perdido o vigor das décadas situadas entre 1720 e 1750, porém, comerciantes residentes em Itu, Ararituaba e de outras paragens muito se valeram da rota fluvial que partia de Ararituaba com destino ao Cuiabá, apoiados em intrincadas redes comerciais.

## *Palavras Finais*

Esta pesquisa tem uma trajetória. Suas origens estão ligadas a um estágio que realizamos no Museu Republicano de Itu nos idos de 1995. Inúmeras eram as conversas com pesquisadores a respeito das monções<sup>224</sup>. Foram essas conversas que despertaram nosso desejo de compreender melhor as formas de participação de Itu e Ararituaba na rota das monções. Inicialmente, imaginávamos que Itu e Ararituaba seriam locais capazes de abrigar grandes comerciantes abastecendo as minas do Cuiabá.

No decorrer da pesquisa, ao cotejarmos a literatura sobre a economia e sociedade paulistas do século XVIII, deparamo-nos, com algumas importantes exceções, com uma historiografia que caracterizava a capitania mergulhada em profunda decadência. A pergunta que passou a nos guiar era como Itu e Ararituaba seriam capazes de dar suporte às monções em meio a um suposto período de *decadência*.

A analisarmos uma gama de documentos – desde ordenanças, portarias e bandos de *El Rei*, de capitães gerais, de capitães mor, listas nominativas, inventários, testamentos, etc., aliados à leitura de uma historiografia recente que busca novas abordagens para velhos problemas – constatamos outros contornos para a economia paulista do século XVIII paulista, pelo menos para Itu e Ararituaba.

Se o período que abarca o final do século XVII e início do XVIII, tempo das descobertas de veios auríferos, é caracterizado como um tempo de rupturas com o século XVII (o século dos Bandeirantes), a documentação aqui analisada demonstrou que, para além deste viés de ruptura, o século XVIII foi marcado por laços de continuidade em relação ao século anterior. Ao recuarmos no tempo para buscar respostas para o próprio processo de formação da vila de Itu, observamos que a descoberta do ouro não significou necessariamente o fim do apresamento de índios, ainda que a escala tenha sido vertiginosamente menor do que a verificada no século XVII. A indagação do coronel João de Mello do Rego sobre a necessidade de quintar os Bororós trazidos do sertão, as informações dadas pelo cronista Joseph Barbosa de Sá sobre índios Bororós e Parecis, que eram vendidos como escravos, as ameaças das autoridades em confiscar os Parecis que os colonos administravam, caso estes não entrassem na guerra contra o gentio Paiaguá em 1732, a entrada na guerra, por parte dos colonos, somente depois de garantido o *direito* à

---

<sup>224</sup> Conversas estimuladas principalmente pelo professor Jonas Soares de Souza, nosso orientador nesta instituição.



mão de obra indígena, a menção a índios em testamentos e inventários, são todos testemunhos de que no século XVIII ainda eram trazidas *peças* do sertão.

Portanto, no que se refere ao uso da mão de obra indígena, não existiu uma ruptura com século XVII, até meados do século XVIII. Em Itu e Ararituaba, as famílias redirecionaram suas atividades a partir das possibilidades que a descoberta do ouro trouxeram, mas ainda com base na mão de obra cativa, sobretudo indígena. Desenvolveu-se uma estrutura agrária voltada para a produção de mantimentos, bem como a proliferação de ofícios que deram suporte às expedições monçoeiras. Os colonos, pois, de posse de seus *administrados*, plantaram mantimentos, ou então, trabalharam nos ofícios de construtores de canoas, remadores, pilotos, proeiros, dentre outras atividades.

Assim, no espaço colonial, desenvolveram-se setores agrários para além da *plantation*, isto é, uma agricultura não com *vistas ao mar*, mas ligadas, fundamentalmente, aos processos de ocupação do interior da colônia. Ademais, o comércio monçoeiro propiciou o surgimento de outras atividades voltadas para seu funcionamento.

Contudo, observamos que Itu e Ararituaba não contavam com “grandes comerciantes”, como pensávamos inicialmente. Os grandes comerciantes estavam estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro ou em Portugal. Nem por isso os comerciantes ou intermediários, residentes em Itu e Ararituaba, deixavam de ser importantes para o funcionamento do comércio das monções. Eles faziam parte de uma complexa rede comercial que envolvia Itu, Ararituaba, Cuiabá, Goiás, Santos, Rio de Janeiro, Lisboa e mesmo partes do continente africano. Sua atuação foi primordial na conformação do espaço colonial, onde colonos e metrópole tiraram seus proveitos.

O desenvolvimento da capitania paulista inseriu-se no âmbito do projeto metropolitano português, pois, ao mesmo tempo que comerciantes levavam sua mercadorias para a região das minas de Cuiabá, a expansão rumo ao Extremo Oeste permitiu o povoamento da região, como era desejo da Coroa, em meio a sérios conflitos com castelhanos, além do recolhimento de impostos que o Erário Real obtinha com o comércio e com o ouro. Não obstante, foi possível a comerciantes e agricultores de Itu e Ararituaba acumular cabedal a partir do mercado interno, tal como demonstram os casos de Antônio José de Almeida, Luis Araújo Coura, Domingos Rocha Abreu. As atividades de

comerciantes e agricultores de Itu e Ararituaba do século XVIII em nada demonstram um estado de decadência – ainda que em inícios e meados do século as localidades não sejam necessariamente *afortunadas*, quando comparadas a áreas exportadoras da Bahia e Rio de Janeiro, conforme ressaltou Ilana Blaj ao analisar a vila de São Paulo. De todo modo, Itu e Ararituaba, como áreas voltadas para o mercado interno, mediante a rota das monções, tiveram papel importante na configuração do espaço colonial. Foi desta rota que homens e mulheres, como disse Luis Mascarenhas, tiravam as suas *conveniências*, ou seja, tiravam do comércio monçoeiro os recursos necessários à sua sobrevivência. Alguns enriqueceram.

# Fontes e Bibliografia

## Fontes Manuscritas

### Lista de Testamentos e Inventários

Nº.	Nome	Ano	Documento	Referência
01	Suzana Dias	1628	Testamento e Inventário	Publicado, Volume 33, (AESP)
02	Antonia de Oliveira	1632	Testamento e Inventário	Publicado, Volume 7, (AESP)
03	Domingos Fernandes	1653	Testamento e Inventário	Publicado, Volume 25, (AESP)
04	Cristóvão Diniz	1650	Testamento e Inventário	Publicado, Volume 41, (AESP)
05	Margarida Gonçalves	1653	Testamento e Inventário	Publicado, Volume 46, (AESP)
06	Maria Candia	1653	Testamento e Inventário	Publicado, Volume 46, (AESP)
07	Maria Leme Alvarenga	1654	Testamento e Inventário	Publicado, Volume 47, (AESP)
08	Manoel Correa de Sá	1677	Testamento	Não Publicado, Caixa 15, Ordem nº 492, (AESP)
09	Inácio Rodrigues Moreira	1694	Testamento	Não Publicado, Caixa 22, Ordem nº 499, (AESP)
10	João Rodrigues Pinto	1689	Testamento	Não Publicado, Caixa 20, Ordem nº 497, (AESP)
11	Isabel da Silva	1694	Testamento	Não Publicado, Caixa 22, Ordem nº 499, (AESP)
12	Isabel Ferreira	1702	Testamento	Não Publicado, Caixa 23, Ordem nº 500, (AESP)
13	Custódio Chaves	1702	Testamento	Não Publicado, Caixa 23, Ordem nº 500, (AESP)
14	Afonso Dias de Macedo	1703	Testamento.	Publicado, Volume 24, (AESP)
15	Antonio Machado do Passo	1704	Testamento	Publicado, Volume 25, (AESP)
16	Margarida Bicuda	1704	Testamento	Não Publicado, Caixa 23, Ordem nº 500, (AESP)
17	Méssia da Cunha	1705	Testamento	Publicado, Volume 25, (AESP)
18	Lucrécia Leme	1706	Testamento	Publicado, Volume 25, (AESP)
19	Ana Ribeiro	1710	Testamento	Não publicado, Caixa 23, Ordem nº 501, (AESP)
20	Jerônima da Silva*	1713	Testamento	Não publicado, Caixa 25, Ordem nº 502, (AESP)
21	Antonio Soares de Almeida	1713	Testamento	Não publicado, Caixa 25, Ordem nº 502, (AESP)
22	Antonio Vieira Tavares	1715	Testamento	Não publicado, Caixa 26, Ordem nº 503, (AESP)
23	Maria Cardia	1716	Testamento	Não publicado, Caixa 26, Ordem nº 503, (AESP)
24	Estevão Cardoso Negreiros	1718	Testamento	Não publicado, Caixa 28, Ordem nº 505, (AESP)
25	Antonio Canto de Almeida	1720	Testamento	Não publicado, Caixa 28, Ordem nº 505, (AESP)
26	Bartolomeu Quadros	1722	Testamento	Publicado, Volume 26, (AESP)
27	Sebastião da Costa	1721	Testamento	Não publicado, Caixa 28, Ordem nº 505, (AESP)

28	Tereza Afonso Vidal	1726	Testamento	Não publicado, Caixa 29, Ordem n° 506, (AESP)
29	Antonio Antunes Maciel	1726	Testamento	Publicado, Volume 24, (AESP)
30	Catarina Siqueira	1727	Testamento	Não publicado, Caixa 31, Ordem n° 508, (AESP)
31	Lucrecia Leme	1701	Testamento	Publicado, Volume 25, (AESP)
32	José Gonçalves de Barros	1778	Inventário	1° Ofício, Livro 1 (MRCI)
33	Pedro Dias Leite	1789	Testamento	Não publicado, Caixa 84, Ordem n° 561, (AESP)
34	João de Melo Rego	1779	Testamento	Não publicado, Caixa 77, Ordem n° 554, (AESP)
35	Antonio Francisco Pacheco e Souza	1802	Inventário	ACCI 1° Ofício, Maço 16 (MRCI)
36	João Alvares Neto	1752	Testamento	Não publicado, Caixa 50, Ordem n° 527, (AESP)
37	Manoel Antonio Amorim	1763	Testamento e fragmentos Inventário	Não publicado, Caixa 68, Ordem n° 545, (AESP).
38	Francisco Novaes Magalhães	1785	Testamento	Não publicado, Caixa 80, Ordem n° 557, (AESP).
39	Francisco da Cruz	1779	Testamento	Não publicado, caixa 77, Ordem no 554, (AESP)
40	Salvador Jorge Velho	1793	Testamento	Fundo do Arquivo Central, Comarca Itu (MRCI)
41	Maria Francisca Vieira	1796	Inventário	Fundo do Arquivo Central, Comarca Itu (MRCI)
42	Luiz Araújo Coura	1790	Inventário	Fundo do Arquivo Central, Comarca Itu (MRCI)
43	Luisa Pedrosa	1791	Testamento e Inventário	Fundo do Arquivo Central, Comarca Itu (MRCI)
44	Bernardo José Vieira Bessa	1804	Inventário	Pasta 224, Documento 14, (MRCI)
45	Mariana Cardoso Lima	1795	Inventário	Fundo do Arquivo Central, Comarca Itu (MRCI)
46	Julião Pinto de Freitas	1808	Inventário	Pasta 226, Documento 03, (MRCI)
47	Maria Leite da Silva	1814	Inventário	Pasta 229, Documento 05 (MRCI)
48	Gabriel Antônio Carvalho	1821	Testamento e Inventário	Pasta 236, Documento 02, (MRCI)
49	José Barros Penteadó	1791	Testamento	Não publicado, Caixa 87, Ordem n° 564, (AESP)
50	Manoel Vieira Pinto	1797	Testamento e fragmentos Inventário	Não publicado, Caixa 92, Ordem n° 569, (AESP)
51	Antonio José Almeida	1817	Inventário	Pasta 232. Doc. 1 (MRCI)

\* Encontra-se arquivado junto ao testamento de Antonio Soares da Almeida. Não consta do catálogo da instituição.

### Processos Cíveis

Autor: Miguel Soares Ferreira. Ano 1723. Caixa 12. Ordem n°. 3445. (AESP)

Autor: Maria Vaz.. Ano: 1731. Caixa 76. Ordem n°. 3459. (AESP)

Autor: André Alvares de Castro. Ano: 1731. Caixa 33. Ordem n°. 3466. (AESP)

Autor: Gaspar Rodrigues Correa. Ano: 1732. Caixa 28. Ordem n°. 3461. (AESP)

Autor: Manoel de Azambuja. Ano: 1737. Caixa 44. Ordem n°. 3477. (AESP)

Autor: Salvador Jorge Cunha. Ano: 1806. Pasta 77. Documento n°. 27 (MRCI)

**Ordenanças da Vila de Porto Feliz – (AESP)**

Caixa 54. Pasta 1. Documentos 16, 17, 31, 38, 38-B, 38-C, 39, 43, 52-B, 59, 77, 78, 79, 81 e 86. Ordem no. 291

Caixa 54. Pasta 2. Documentos 23 e 31. Ordem no. 291

**Ordenanças da Vila de Itu – (AESP)**

Caixa 55. Pasta 1. Documentos 10, 11, 35, 39, 57, 60, 65, 66, 79, 81, 84-B, 81,88, 99, Ordem no 292

Pasta 2. Documentos no. 2, 7, 13,19, 27,35, 59, 74, 85, 93-B, ordem no. 292

**Listas Nominativas de Itu - (AESP)**

Anos: 1766, 1767, 1768, 1770, 1773, 1774, 1775, 1776, 1800, 1803, 1809

**Listas Nominativas de Araritaguaba/Porto Feliz - (AESP)**

Anos: 1767, 1768, 1768, 1770, 1773, 1774, 1776, 1798, 1803, 1808, 1813, 1815,1818, 1824, 1829 e 1836

**Livros de Sesmaria (AESP)**

Livro 01, Ordem C00360.

Livro 12, Ordem C00364.

Livro 14. Ordem C00365.

**Fontes Impressas**

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, Volume XX, 1899.

“Breve notícia que dá o capitão Antônio Pires de Campos” In TAUNAY, Afonso de E, 1981. Relatos monçoeiros. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP.

ABREU, Manoel Cardoso de, 1900-01. “Divertimento Admirável para os historiadores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas do Cuiabá e Mato Grosso”. In RIHGSP. São Paulo, Volume VI.

ALMEIDA E SOUZA, Cândido Xavier de, 1951. “Descrição diária” In RIHGB. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Volume 202.

ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e, 1944. Diários de Viagem. Notas e prefácio de Sérgio Buarque de Holanda, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

ANTONIL, André João,1963. Cultura e Opulência do Brasil. Por suas drogas e minas. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro e Geografia e Estatística/Conselho nacional de Geografia.

ARAÚJO, Domingos Lourenço. “Notícia 3ª Prática dada pelo Capitão Domingos Lourenço de Araújo ao R. P. Diogo Soares sobre o infeliz sucesso, que tiveram no Rio Uruguai as tropas, que vinham para S. Paulo no ano de 1730 &c.” In TAUNAY, Afonso de E, 1981. Relatos monçoeiros. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP.

- BARBOSA DE SÁ, Joseph, 1901. “Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos” In Anais da Biblioteca Nacional, Volume XXIII.
- BARROS, Manuel de. “Notícia 7ª Prática e roteiro verdadeiro das minas do Cuiabá, e de todas as suas marchas, cachoeiras, itaipavas, varadouros, e descarregadouros das canoas, que navegam para as ditas minas, com os dias da navegação, e travessias, que se costumam fazer por mar, e terra”. In TAUNAY, Afonso de E, 1981. Relatos monçoeiros. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP.
- CAMELLO, João Antônio Cabral. “Notícias 2ª Práticas das minas do Cuiabá e Goiasés, na Capitania de S. Paulo que dá ao Ver. Padre Diogo Juarez, o capitão João Antônio Cabral Camello, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727” In TAUNAY, Afonso de E, 1981. Relatos monçoeiros. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP.
- Carta de um passageiro de monção (1785). In TAUNAY, Afonso de E, 1981. Relatos monçoeiros. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP.
- CASAL, Manuel Aires de, 1945. Corografia Brasileira. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Introdução de Caio Prado Júnior. Tomo I.
- CLETO, Marcelino Pereira Cleto, 1977. “Dissertação sobre a capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la”. In Roteiros e Notícias de São Paulo Colônia: 1751-1804. Introdução e notas de Ernani Silva Bruno. São Paulo: Governo do Estado.
- D’ALINCOURT, Luis, 1975. Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP.
- Documentos Interessantes para a Historia e Costumes de São Paulo, 1913. Diversos. São Paulo: Typ. Cardozo Filho & C. Volume III.
- Documentos Interessantes para a Historia e Costumes de São Paulo, 1901. Iguatemy. São Paulo: Escola Typografica Salesiana, Volume V
- Documentos Interessantes para a Historia e Costumes de São Paulo, 1895. Bandos e Portarias de Rodrigo César de Menezes. São Paulo: Typografia Aurora. Volume XIII.
- Documentos Interessantes para a Historia e Costumes de São Paulo, 1902 Correspondência do Conde de Sarzedas. 1732-1736. S. Paulo : Typographia Andrade & Mello. Volume XVI
- Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, 1896. Avizos e Cartas Régias. (1714-1729). Volume XVIII.
- Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, 1896. Correspondência de governador Rodrigo César de Menezes. 1721-1728. São Paulo: Typografia Aurora, Volume XX.
- Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, 1896, Bandos, Regimentos e ordens dos Capitães-Generais. Conde de Sarzedas e D. Luiz Mascarenhas. 1732-1748. São Paulo: Typografia da Companhia Industrial de São Paulo. Volume XXII.
- Documentos Interessantes para a História e costumes de São Paulo. 1898, Patentes, Provisões e Sesmarias. 1729-1732. Parte. 2. São Paulo: Typ. E Vap. – Espíndola, Siqueira, & Comp. Volume XXVII
- Documentos Interessantes para a História e costumes de São Paulo, 1901, Correspondência e papéis avulsos de Rodrigo César de Menezes. 1721-1728. São Paulo: Typografia Andrade & Mello. Volume XXXII

- Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, 1901. Correspondência do Capitão-General D. Luiz Antônio de Souza 1770-1771. São Paulo: Typografia Andrade & Mello. Vol. XXXIV.
- Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, 1942. Ofícios do Capitão General D. Luiz Mascarenhas (Conde d'Alva) aos diversos funcionários da capitania, 1739-1748. Volume LXVI
- Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, 1903. Correspondência do Capitão General Martim Lopes Lobo de Saldanha. 1774-1781. Volume XLIII.
- Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, 1990. Ofícios do General Horta aos Vice-reis e Ministros. 1802-1808. São Paulo: Edições Arquivo do Estado. Volume 94.
- Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, 1990. Ofícios do General Horta aos Vice-reis e Ministros. 1802-1807. São Paulo: Edições Arquivo do Estado. Volume 95.
- FARIA, José Custódio de Sá. "Diário da Viagem que fez o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria da cidade de S. Paulo á praça de Nossa Senhora dos prazeres do rio Iguatemy; 1774-1775" 1876. In RIHGB, Volume. 39.
- FLORENCE, Hércules, 1977, Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829. São Paulo: Cultrix, Edusp.
- JUZARTE, Theotônio José. "Diário da navegação do Rio Tietê, Rio Grande Paraná, e Rio Guatemi em que se dá Relação de todas as coisas mais notáveis destes Rios, seu curso, sua distância, e de todos os mais rios, que se encontram, ilhas, perigos, e de tudo o acontecido neste diário, pelo tempo de dois anos, e dois meses. Que principia em 10 de março de 1769" In TAUNAY, Afonso de E, 1981. Relatos monçoeiros. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP.
- LEVERGER, Augusto, 1960. "De São Paulo a Curitiba. Derrota de navegação interior. Da vila de Porto Feliz na província de São Paulo à cidade de Cuiabá, capital da Prov. de Mato Grosso" In RIHGB. Volume 247, Abril-Junho.
- LISANTI Filho. Luís. Negócios Coloniais; uma correspondência comercial do século XVIII. Brasília: Ministério da Fazenda, São Paulo: Visão Editorial, 1973.
- MAWE. John, 1978. Viagens ao interior do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: EDUSP.
- Notícia 3ª prática. In TAUNAY, Afonso de E, 1981. Relatos monçoeiros. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP.
- Notícia 8a. prática. Exposta na cópia de uma carta escrita do Cuiabá aos novos pretendentes daquelas minas. In TAUNAY, Afonso de E, 1981. Relatos monçoeiros. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP.
- PITTA. Sebastião da Rocha, s/d. História da América Portuguesa. Desde o ano de mil e quinhentos do se descobrimento até o de mil setecentos e vinte e quatro. Rio de Janeiro: Garnier
- REBELLO. Gervásio Leite. "Notícia 6ª Prática. E relação verdadeira da derrota e viagem, que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmº. Sr. Rodrigo César de Menezes governador e capitão general da Capitania de São Paulo e suas minas descobertas no tempo do seu governo, e nele mesmo estabelecidas". In TAUNAY, Afonso de E, 1981. Relatos monçoeiros. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP.

Repertório das Sesmarias, 1994. São Paulo: Secretaria da Cultura. Departamento de Museus e Arquivos do Estado

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. 1902. São Paulo: Typografia do Diário Oficial, Volume VI.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. 1910. São Paulo: Typografia do Diário Oficial, Volume XV.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo 1913, São Paulo: Typografia do Diário Oficial, Volume. XVIII.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: Typografia do Diário Oficial, Volume XX, 1915.

ROLIM, Dom Antônio (Conde de Azambuja), “Relação da viagem que fez o conde de Azambuja, D. Antônio Rolim, da cidade de S. Paulo para a vila de Cuiabá em 1751” In TAUNAY, Afonso de E, 1981. Relatos monçoeiros. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP.

SAINT-HILAIRE, Auguste, 1976. Viagem à província de São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP.

SPIX, Johann B. von. e MARTIUS, Carl F. von, s/d. Viagem pelo Brasil. São Paulo: Edições Melhoramentos.

### Jornais

Imprensa Ytuana, 31 de dezembro de 1882. Edição no. 347, (MRCI)

Imprensa Ytuana, de 23 de outubro de 1881. Edição no. 289, (MRCI)



## Bibliografia

- ABREU, Daisy Bizzochi de Lacerda. A terra e a lei – estudo de comportamento sócio – econômicos em São Paulo nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- ABREU, João Capistrano de, 1960. Caminhos Antigos e povoamento do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Briguiet.
- \_\_\_\_\_, 1976. Capítulos de História Colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro
- ABUD, Kátia, 1985. O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições. (A construção de um símbolo paulista: o bandeirante). São Paulo: USP, Tese de Doutorado.
- \_\_\_\_\_, 1978. Autoridade e Riqueza: contribuição para o estudo da sociedade paulistana na segunda metade do século XVIII. São Paulo: USP, Dissertação de Mestrado.
- \_\_\_\_\_, 1999. “A idéia de São Paulo como formador do Brasil” In FERREIRA, Antônio Celso *et. alli.* (Org.) Encontros com a História. Percursos históricos e historiográficos de São Paulo. São Paulo: Ed. UNESP.
- ALENCASTRO, Luis Felipe de, 2000. O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras.
- ALMEIDA, Luiz Castanho de, 1943. “Nossos bandeirantes”. In RIHGSP, Volume. XLII.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino. “Considerações sobre a presença indígena na economia do Rio de Janeiro Colonial”. In II Congresso Brasileiro de História Econômica. Niterói, 1996, Volume 1.
- ALVES, Maurício Martins, 1995. Caminhos da pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729). Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade, 1980. O Brasil no comércio colonial. São Paulo: Ática.
- AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásio de, 1980. Apontamentos Históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo: seguidos da Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da capitania de São Vicente até o ano de 1876. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: EDUSP. Tomo I.

- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado, 1991. Família, herança e poder em São Paulo: 1765-1855. São Paulo: Centro de Estudos de Demografia, nº. 7.
- \_\_\_\_\_, 1994. Família e Sociedade em uma economia de abastecimento interno. (Sorocaba, séculos XVIII e XIX). São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado.
- \_\_\_\_\_, 2000. “A escravidão miúda em São Paulo Colonial” In NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz (Org.) Brasil: colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BELOTTO, Heloísa Liberalli, 1983 “A economia na política Militar e nos critérios de administração do Morgado de Mateus (1765-1775). In: Estudos Econômicos, Fipe/USP, no. 13,
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista, 1999. “As fronteiras da negociação: as câmaras municipais na América portuguesa e o poder central”. In Simpósio Nacional da Associação Nacional de História (20: 1999: Florianópolis) História: fronteiras / Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas/ FFCH/USP: ANPUH.
- BLAJ, Ilana, 1988. “Pulsões, sangrias e sedimentação: Sérgio Buarque de Holanda e a análise da sociedade paulista no século XVII.” In Sérgio Buarque de Holanda: Vida e Obra. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_, 1995. A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial. (1671-1721). São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado.
- BOXER, Charles, 2000. A idade do ouro do Brasil. Dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim, 2002. Minas patriarcal: família e sociedade em São João Del Rei (séculos XVIII-XIX). Niterói: Universidade Federal Fluminense. Tese de Doutorado.
- BRUNO, Ernani Silva, 1991. História e tradições da cidade de São Paulo. Arraial de sertanistas (1554-1828). Volume. 1. São Paulo: Ed. Hucitec.
- CAHN, HERBERT, 1967. Padre Guilherme Pompeu de Almeida e suas atividades comerciais (1686-1713). São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado.

- CAMARGO, Theodorico, 1954. O sargento mor das Ordenanças de Porto Feliz, Antônio José de Almeida e duas gerações de seus descendentes. São Paulo: Impresso na Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda.
- CANABRAVA, Alice P, 1972. “Uma economia em decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/1767” In Revista Brasileira de Economia: Rio de Janeiro, v. 26, n.3, out./dez.
- CANDIDO, Antônio, 1975. Os Parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Livraria Duas Cidades.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, 1980. “A crise do colonialismo luso na América portuguesa” In LINHARES, Maria Yedda (Org.) História Geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária. Rio de Janeiro: Campus.
- CARPI JUNIOR, Salvador, 2000. “A Geografia regional: hidrografia e geomorfologia”. In ZEQUINI, Anicleide (Org.) Panorama Histórico-Geográfico do Vale Médio Tietê: 500 anos de Brasil. Itu: Ottoni Editora.
- CARVALHO, Roberto Machado de, 2000. “Povoamento da região de Itu: índios, colonizadores e jesuítas”. In ZEQUINI, Anicleide (Org.) Panorama Histórico-Geográfico do Vale Médio Tietê: 500 anos de Brasil. Itu: Ottoni Editora.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças, 1999. Perfeitos Negociantes: mercadores as minas setecentistas. São Paulo: Annablume.
- D’OLIVEIRA, José Joaquim Machado, 1978. Quadro Histórico da Província de São Paulo [1864], edição fac-similada. São Paulo: Governo do Estado
- DAVIDOFF, Carlos, 1993. Bandeirantismo: verso e reverso. São Paulo: Editora Brasiliense, 7ª edição.
- ELLIS Júnior Alfredo, 1976. Os primeiros troncos paulistas. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro.
- \_\_\_\_\_, A economia paulista no século XVIII. O ciclo do luar. O ciclo do açúcar. Academia Paulista de Letras.
- FARIA, Sheila de Castro, 1997. A colônia brasileira. Economia e Diversidade. São Paulo: Editora Moderna.
- \_\_\_\_\_, 1998. A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

- \_\_\_\_\_, 2000. “Mulheres forras – riqueza e estigma social” In Revista Tempo. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Volume 5, no.9.
- FINLEY, Moses, 1991. Escravidão Antiga e Ideologia Moderna. Rio de Janeiro: Graal.
- FERREIRA, Roberto Guedes, 2002. Cor e ocupação: Rio de Janeiro e Porto Feliz (primeira metade do século XIX). Texto mimeo.
- FLORENTINO, Manolo Garcia, 1993. Em costas negras: uma História do Tráfico Atlântico entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro, 1992. Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- \_\_\_\_\_, 2000. Algumas notas sobre a noção de colonial tardio no Rio de Janeiro: um ensaio sobre a economia colonial. In Revista Locus. V. 6. N. 1.
- \_\_\_\_\_, et. alli, 2001. O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_, et. alli, 1998. A economia colonial brasileira: (séculos XVI-XIX). São Paulo: Atual.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho, 1954. Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil. São Paulo: Comissão do IV Centenário.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- FURTADO, Júnia Ferreira, 1999. Homens de Negócio. A interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas. São Paulo: Ed. Hucitec.
- GINZBURG, Carlo, 1991. “O nome e o como” In A micro-história e outros ensaios. Lisboa: DIFEL.
- GUIMARÃES, Manoel Luís S, 1988. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. In Estudos históricos. Rio de Janeiro: Vértice, n. 1.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1966. “Movimentos da população em São Paulo no século XVIII” In Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo: s/e.
- \_\_\_\_\_, 1986. Extremo Oeste. São Paulo: Brasiliense: Secretaria de Estado da Cultura.

- \_\_\_\_\_, 1990. Monções. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_, 1994. Caminhos e Fronteiras. São Paulo: Companhia das Letras.
- IANNI, Octavio, 1996. Uma cidade Antiga. Campinas: Centro de Memória Unicamp.
- KOK, Maria da Glória Porto, 1998. O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado.
- KUZNESOF, Elizabeth, 1986. Household economy and urban development: São Paulo, 1765 to 1836, Boulder and London, Westview Press.
- LAPA, José Roberto do Amaral, 1973. Economia Colonial. São Paulo: Editora Perspectiva.
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva, 1905. Genealogia Paulistana. São Paulo: Duprat & Compa., Volume 7.
- LENHARO, Alcir, 1982. Crise e mudança na frente Oeste de colonização. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso.
- \_\_\_\_\_, 1993. As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 2ª edição.
- LINHARES, Maria Yedda L, 1979. História do Abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918). Brasília. Binagri,
- LEVI, Giovanni, 1992. “Sobre a micro-história”, In BURKE, Peter (org.) A Escrita da História. São Paulo: UNESP.
- LIMA, Carlos A. Pequenos patriarcas, 1997. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado.
- LISANTI FILHO, Luís, 1962. Comércio e Capitalismo: O Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX. (O exemplo de três vilas paulistas – Campinas, Itu e Porto feliz, 1798-1828/9). São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado.
- LOBO, Eulália Maria L, 1975. “O comércio atlântico e a comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no século XVIII” In Separata da Revista de História, no. 101. São Paulo.

- LUÍS, Washington Luís, 1938. Capitania de São Paulo. Governo de Rodrigo César de Menezes. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- MACHADO, Alcântara, 1980. A vida e morte do bandeirante. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP.
- MAKINO, Myoko, 1981. Jundiaí. Povoamento e Desenvolvimento. 1655-1854. São Paulo: Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado.
- MARANHO, Milena F, 1997. Vivendas Paulistas. Padrões econômicos e sociais de vida em São Paulo de meados de século XVII (1648-1658). Campinas: Universidade de Campinas. Monografia de final de curso.
- \_\_\_\_\_, 2000 A opulência relativizada. Significados econômicos e sociais dos níveis de vida dos habitantes da região do Planalto de Piratininga. 1648-1682. Campinas: Universidade de Campinas Dissertação de Mestrado
- MARCÍLIO, Maria Luiza, 1974. Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836). São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Livre Docência.
- MARTINS, Roberto Borges, 1983. “Minas Gerais, século XIX: tráfico e o apego à escravidão numa economia não-exportadora” In Estudos Econômicos, 13 (1). Fipe/USP.
- MELLO, Zélia M. Cardoso, 1990. Metamorfoses da Riqueza. São Paulo, 1845-1895. São Paulo: Ed. Hucitec.
- METCALF, Alida C, 1987. “Vida familiar dos escravos em São Paulo no século XVIII: o caso de Santana de Parnaíba” In Estudos Econômicos. São Paulo: FIPE/USP, maio/agosto, no. 17(2).
- MILLIET, Sérgio, 1982. Roteiro do café e outros ensaios. São Paulo: Hucitec/Pró-Memória. Instituto Nacional do Livro.
- MONTEIRO, John Manuel, 1989. “Distribuição da Riqueza e as Origens da pobreza rural em São Paulo (século XVIII)”. In Revista Estudos Econômicos, São Paulo, v. 19.
- \_\_\_\_\_, 1994. Negros da Terra: índios e bandeirantes na origem de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras.

- \_\_\_\_\_, 1999. “Índios e mamelucos em São Paulo: História e historiografia” In FERREIRA, Antônio Celso (Org.) Encontros com a historiografia : percursos históricos e historiográficos de São Paulo. São Paulo: Editora UNESP.
- MORAES e SILVA, Antônio de, 1813. Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 2ª edição.
- MOTA, Otoniel, 1940. Do rancho ao Palácio. (evolução da civilização paulista). São Paulo: Ed. Nacional.
- NARDY FILHO, Francisco, 2000. A cidade de Ytu: histórico da sua fundação e dos seus principais monumentos. Itu: Ottoni Editora, Volume 1.
2000. A cidade de Itu: crônicas históricas. Itu: Ottoni Editora. Volume 3.
- \_\_\_\_\_, 2000. A cidade de Itu: cronologia ituana. Itu: Ottoni Editora, Volume 4.
- \_\_\_\_\_, 2000. A cidade de Itu: crônicas históricas. Itu: Ottoni Editora. Volume 5
- \_\_\_\_\_, 1979. “José Cardoso Pimentel” in Araritaguaba: o Porto Feliz. SOARES DE SOUZA, Jonas (Org.). Porto Feliz: s/e, 1979.
- NAZZARI, Muriel, 2000. “Da escravidão à liberdade : a transição de índio administrado para vassalo independente em São Paulo”. In NIZZA DA SILVA (org.) Brasil: Colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- \_\_\_\_\_, 2001. O desaparecimento do dote. Mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras.
- NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz, 1998. História da família no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- NÓBREGA, Melo, 1981. História do Rio Tietê. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo, EDUSP.
- NOVAIS, Fernando A., 1986. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_, 1997. “Condições da privacidade na colônia”. In idem (coord). História da Vida Privada o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. Volume 1.

- PAIVA, Eduardo França, 1995. Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século VIII: as estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume.
- PETRONE, Maria Thereza S., 1968. A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851). São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- PINTO, Virgílio Noya., 1979. O ouro brasileiro e o comércio anglo-português. (Uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII). São Paulo: Ed. Nacional do Livro, Coleção Brasileira.
- PRADO JÚNIOR, Caio, 1989. A cidade de São Paulo. Geografia e história. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2ª edição.
- PRADO, Paulo, 1934. Paulística. História de São Paulo. Rio de Janeiro: Ariel Editora Ltda.
- ROSSI, Anicleide Zequini, 1994 “A história nos arquivos cartorários”. Campinas: Boletim do Centro de Memória da UNICAMP, vol. 6, n. 12, jul/dez.
- SCHWARCZ, Lilia Mortitz, 1993. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras.
- SCHWARTZ, Stuart, 1979. Burocracia e sociedade no Brasil colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus juizes (1609-1751). São Paulo: Perspectiva.
- \_\_\_\_\_, 1988. Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras.
- SETÚBAL, Paulo, s/d. O ouro de Cuiabá. São Paulo: Livraria Carlos Pereira Editora.
- SILVEIRA, Marco Antônio, 1997. O Universo do Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808). São Paulo: HUCITEC.
- SIMONSEN, Roberto C, 1937. História Econômica do Brasil. 1500-1820. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife: Companhia Editora Nacional.
- SOARES DE SOUZA, Jonas e MAKINO, Miyoko (Org.), 2000. Diário de Navegação. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado.
- SOUZA, Laura de Mello e, 1986. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª edição.
- \_\_\_\_\_, 1997. “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”. In História da vida privada no Brasil:



- cotidiano e vida privada na América portuguesa. Coordenador: Fernando Antônio Novais. Org. de volume: Laura de Mello e Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- TAUNAY, Afonso de E, 1931. “História da Cidade de São Paulo no século XVIII (1701-1711)”. In Anais do Museu Paulista, Tomo 5.
- TAUNAY, Afonso de E. 1931. “Historia da Vila de São Paulo no século XVIII (1701-1711)”. In Anais do Museu Paulista, São Paulo, Tomo 5.
- \_\_\_\_\_, 1975. História das bandeiras paulistas. São Paulo: Edições Melhoramentos, Tomo II.
- TRINDADE, Jaelson B & TOSCANO, João Walter, s/d. “Diagnóstico Geral da Cidade de Itu para a implantação de um programa de ação cultural”. Itu: Conselho de Defesa do Patrimônio Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado. Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. Volume VIII.
- VAINFAS, Ronaldo (org.), 2000. Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva.
- VENÂNCIO Renato Pinto e FURTADO, Júnia Ferreira, 2000. “Comerciantes, Tratantes e Mascates”. In Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história. Org. Mary del Priori. Rio de Janeiro: Campus.
- VOLPATO, Luiza Rios Ricci, 1987. A conquista da Terra no universo da pobreza. Formação da fronteira oeste do Brasil. 1719-1819. São Paulo: Editora Hucitec; Brasília: Instituto Nacional do Livro.
- ZEMELLA, Mafalda P, 1990. O Abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec/EDUSP.

## Anexo 1

“Aos vinte e três de setembro de 1769 saiu de Ararituaba uma expedição com povoadores para o Iguatemy. Na aquisição de canoas, remos, mantimentos, aguardente, chumbo, etc., os gastos dessa expedição somaram a quantia de 410\$305 rs, discriminados da seguinte forma:

ITEM	VALOR
<b>Canoas</b>	
Thomé Pacheco Gonçalves por uma canoa	76\$800
Thomé Pacheco Gonçalves por uma canoa	70\$400
Thomé Pacheco Gonçalves por uma canoa	54\$400
<b>Total</b>	<b>201\$600</b>
<b>Remo</b>	
João Gonçalves de Anhaya – 8 remos de proeiro	3\$440
Jose do Rego de Almeida – 18 remos de remar	2\$160
Thomé Pacheco Gonçalves	1\$680
<b>Total</b>	<b>7\$280</b>
<b>Farinhas</b>	
Thomé Pacheco Gonçalves – 10 alqueires	4\$000
João Gonçalves de Anhaya – 9 alqueires	3\$600
Thomé de Lara Campos- 68 alqueires	27\$200
Alferes Antônio Soares – 6 alqueires	2\$400
Rita Leite de Miranda – 10 alqueires	4\$000
Jose de Almeida Falcão – 64 alqueires	25\$600
Marcelino Pinheiro – 30 alqueires	12\$000
Domingos Dias Leme – 5 alqueires	2\$000
<b>S o m a - 202 alqueires</b>	<b>Total 80\$800</b>
<b>Feijão</b>	
Domingos Dias Leme – 2 alqueires	\$720
João Gonçalves de Anhaya – 38 alqueires	12\$320
Thomaz Correia – 20 alqueires	6\$400
José de Almeida – 8 alqueires	2\$560
Roque Pinheiro de Almeida – 11 alqueires	3\$520
José Ribeiro do Prado – 19 alqueires	6\$080
<b>S o m a - 98 alqueires</b>	<b>Total 31\$600</b>
<b>Toucinho</b>	
João Gonçalves de Anhaya – 8 arrobas	6\$425
João Correia de S. – 8 arrobas	6\$520
Alferes Antônio Soares – 4 arrobas	3\$650
João Rodrigues de Sá = 5 arrobas	4\$100
Martinho do Prado – 3 arrobas	3\$000
Domingos escravo de Ana Bicuda 4 arrobas	3\$200
João Moreira – 2 arrobas	2\$050
Alberto Costa – 7 arrobas	5\$600
Manoel Gomes – 3 arrobas	2\$700
D <sup>a</sup> .Escolástica Paes - 6 arrobas	4\$100
Salvador de Oliveira Leme – 11 arrobas	8\$950
Francisco Álvares V. 8 arrobas	6\$600
Luis Castanho – 7 arrobas	6\$000
<b>S o m a - 76 arrobas</b>	<b>Total 62\$895</b>

<b>Aguardente</b>	
Gonçalo de Souza Rodrigues - 1 barril cheio aguardente da terra	<b>3\$200</b>
<b>Diversos</b>	
Capitão João Fernandes da Costa - 3 alqueires de sal	7\$680
José Ribeiro do Prado - 4 medidas e ¼ de azeite para tempero do breu	\$680
Domingos da Rocha Abreu - ½ vara de fio de sapateiro para coser toldas (\$320), 3 meadas de barbante para coser lonas (\$240), 6 agulhas para coser as ditas lonas (\$120) e agulhas para coser as toldas (\$040)	\$720
400 pregos pau a pique para conserto das canoas	2\$880
15 mãos de papel para gasto de expedição	2\$400
1 purga de rezina para um povoador	\$240
Romualdo José de Pinho - 1 marmita de cobre com peso de 16 l <sup>as</sup> . a ½ a 500	\$250
4 taboas para travessas e rombos das canoas	\$640
4 l <sup>as</sup> . de pólvora com seu chumbo	5\$120
6 gamelas para o serviço das canoas	\$960
1 machado	\$800
1 purga para um povoador	\$080
6 galinhas para os povoadores doentes	\$480
<b>Resumo</b>	
Canoas	201\$600
Remos	7\$280
Farinha	80\$800
Feijão	31\$600
Toucinho	62\$895
Aguardente e barril	3\$200
Sal	7\$680
Azeite	\$680
Conta de Domingos da Rocha Abreu	6\$240
Conta de Romualdo José de Pinho	8\$330
<b>Soma</b>	<b>410\$305</b>

Fonte: Documentos Interessantes. Volume 6, pp. 38-41.

## Anexo 2

**“Relação das canoas, e mais pertences que se acha pronto para a Expedição que há de marchar para Camapõa e do mais que há de faltar para completar mais ou menos a dita expedição**

**Pronto** – 6 canoas grandes

1 batelão

**Para consertar** – 4 canoas grandes

1 canoinha

Acha-se mais no rancho 1 batelão grande velho em que veio o Ajudante de Ordem de Mato grosso com algum conserto pode servir

Há remos competentes para estas canoas

Esgotadores

Caldeirões

Alavancas só faltam 5 que estão no Armazém dessa cidade, não as mandei buscar quando me avisou o Almojarife da mesma por me vir ordem de S. Exa. de parar com tudo até segunda ordem

2 correntes grandes para as varações prontas

Tem baetas para as cobertas das canoas e para três barras de canoas para oficiais, e só falta fazer-se tudo

314 sacos novos para mantimentos prontos

Faltam panos para as mais sacarias e toldos de arrancar que cá se compram os ditos panos

Faltam caixões para toucinhos

Falta todo o mantimento necessário para a expedição e muitas miudezas que nada há pronto

Quartel de Porto Feliz, 21 de novembro de 1813

**Francisco Correa de Moraes Leite**

**Capitão Mor”**

### Anexo 3

**Relação da carregação que sai desta vila de Porto Feliz para as minas do Cuiabá pertencentes a Manoel de Souza e consta o seguinte:**

Quantidade	Item	Valor Unitário	Valor Total
07	Canoas grande	80\$000	360\$000
05	Batelões	25\$600	128\$000
132	Remos sortidos		25\$600
20	Esgotadores		\$800
12	Cobertas para canoas		92\$800
28	Frasqueiras sortidas de molhados compradas em Santos	15\$000	420\$000
300	Barris de sal	3\$200	960\$000
250	Brocas dito encoiradas	3\$000	750\$000
12 quintais	Ferro	12\$800	153\$600
18	Marancas	3\$400	46\$080
02	Barris de pólvora com seu chumbo	90\$000	180\$000
3 ½ arrobas	Cobre	\$720	80\$640
2 quintais	Aço	25\$600	51\$200
21 arrobas	Farinha de trigo	1\$600	33\$200
1500 varas	Pano de algodão	\$160	240\$000
01 receita	Fazenda comprada em São Paulo		2:500\$000
120 arrobas	Toucinho	1\$000	120\$000
300 alqueires	Farinha	\$400	120\$000
150 alqueires	Feijão	\$320	48\$500
4 alqueires	Arroz	\$960	3\$840
	<b>Total</b>		<b>6:514\$160</b>

Fonte: Listas Nominativas de 1812

**Relação da carregação que sai desta vila de Porto Feliz para as minas do Cuiabá pertencentes a Salvador das Neves e consta o seguinte:**

Quantidade	Item	Valor Unitário	Valor Total
61 barris	Sal	3\$200	195\$200
102 brocas	Sal encoiradas	3\$000	306\$000
01	Canoa grande		44\$800
01	Dita dita		40\$000
01	Batelão		20\$000
01 receita	Fazenda comprada em São Paulo		515\$590
44 alqueires	Farinha	\$400	17\$600
22 alqueires	Feijão	\$320	7\$040
36 arrobas	Toucinho	1\$000	36\$000
04 peças	Pano de algodão	1\$600	64\$000
24	Remos sortidos		4\$800
06	Esgotadores		\$240
03	Cobertas para as canoas		29\$400
	<b>Total</b>		<b>1:2794870</b>

Fonte: Listas Nominativas de 1812

[trecho rasgado] que Manoel de Souza leva para as minas do Cuiabá comprado na vila de Santos:

Quantidade	Item	Valor Unitário	Valor Total
76 caixas	Molhados sortidos	1\$800	1:368\$000
50 quintais	Ferro	\$800	400\$000
5 quintais	Aço	20\$000	100\$000
40	Moscados	\$800	32\$000
40	Enxadas	\$800	32\$000
40	Foices	\$700	28\$000
03 barris	Pólvora comprada na Real Fábrica		92\$000
05 quintais	Chumbo	10\$000	50\$000
1	Cunhete de folha		18\$000
03 arrobas	Cobre em chapa		40\$000
02	Capelos de cobre para alambique com 6 arrobas		70\$000
128	Almocafres	\$400	51\$200
21	Alavancas	2\$400	50\$400
42 cargas	Farinha de trigo com 126 arrobas	1\$600	201\$600
01 barril	Azeitona		10\$000
01 dito	Manteiga com 02 arrobas		18\$000
127 brocas	Sal	3\$000	381\$000
01	Boceta de fazenda comprada em São Paulo		2:400\$000
1800 varas	Pano de algodão	\$160	320\$000
08	Canoas grandes	80\$000	640\$000
02	Batelões	32\$000	64\$000
100	Remos Sortidos	\$140	14\$000
16	Esgotadores	\$40	\$640
32	Capados	4\$000	128\$000
06	Caixões	1\$600	9\$600
156 alqueires	Farinha	\$400	60\$000
50 alqueires	Feijão	\$320	16\$000
12	Escravos comprados no Rio de Janeiro	120\$000	1:440\$000
	<b>Total</b>		<b>8:706\$440</b>

## ANEXO 4

### ILUSTRAÇÕES

Quando foi diretor do Museu Paulista (1917 a 1945), Afonso E. Taunay procurou organizar um acervo de pinturas relacionadas ao rio Tietê e às Monções. Para isto, contratou artistas para produzir telas com base em registros iconográficos de Hércules Florence e na aquarela de Adrien Aimè Taunay, os quais participaram da expedição do barão Langsdorff, que partiu de Porto Feliz rumo ao Pará, em 1826.

Abaixo, seguem os nomes dos viajantes e dos pintores neles baseados, conforme os números das figuras mencionadas no capítulo III.

**Figura 4:** Original – Hercules Florence

Tela : Zilda Pereira

**Figura 5:** Autor: José Ferraz de Almeida Junior (1850-1899) . O quadro denominado “A partida da Monção” foi produzido a partir de relatos de contemporâneos do artista, dentre os quais Hércules Florence, e do esboço do desenho do próprio Florence, intitulado “Benção das Canoas”.

**Figura 6 :** Autor : Nair O. Araújo. Preocupado em retratar “o lendário do Tietê”, baseado no relato de Juzarte, Taunay extrai episódios como o da canoa fantasma e do monstro do Pirataraca. Nair O. Araújo, seguindo “orientações de Taunay dadas em correspondências”, produz a tela “Pirataraca”.

**Figura 7:** Original – Hercules Florence

Tela : Aurélio Zimmerman

Para maiores detalhes, cf. SOARES DE SOUZA, Jonas e MAKINO, Miyoko. (org.) Diário da Navegação. São Paulo: EDUSP, Imprensa Oficial do Estado, 2000. pp. 438-461.